



**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA**

RONALDO PEREIRA DOS SANTOS

**ESCRAVIDÃO, ECONOMIA E VÍNCULOS
FAMILIARES EM MACAÉ: UM OLHAR SOBRE A
FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES
(1850-1873)**

Niterói
2024

RONALDO PEREIRA DOS SANTOS

LINHA DE PESQUISA
SOCIEDADE, MOVIMENTOS POPULACIONAIS E DE CULTURAS.

**ESCRAVIDÃO, ECONOMIA E VÍNCULOS FAMILIARES EM MACAÉ: UM
OLHAR SOBRE A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES
(1850-1873)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História da
Universidade Salgado de Oliveira, Campus
Niterói, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vitória Fernanda
Schettini.

Niterói

2024

CIP - Catalogação na Publicação

S237	Santos, Ronaldo Pereira dos. Escravidão, economia e vínculos familiares em Macaé: um olhar sobre a freguesia de Nossa Senhora das Neves (1850-1873). / Ronaldo Pereira dos Santos. -- Niterói, RJ, 2024. xiv, 1-176p.; il., graf., tab. Numeração da publicação: [i] – xiv, 1-176p]. Referência(s): P. 161-176. Orientadora: PhD. Vitória Fernanda Schettini. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, 2024. 1. Macaé (RJ) – Séc. XIX (1850-1873). 2. Nossa Senhora das Neves, Freguesia de – Macaé (RJ) – História. 3. Escravidão – Nossa Senhora das Neves, Freguesia de – Macaé (RJ). 4. Escravidão – Batismo – Nossa Senhora das Neves, Freguesia de – Macaé (RJ). I. TÍTULO. CDD 981.53
------	---

RONALDO PEREIRA DOS SANTOS

**“ESCRAVIDÃO, ECONOMIA E VÍNCULOS FAMILIARES EM
MACAÉ: UM OLHAR SOBRE A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA
DAS NEVES (1850-1873).”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 08 de abril de 2024 pela banca examinadora, composta pelos professores:

Documento assinado digitalmente
 **VITORIA FERNANDA SCHETTINI**
Data: 15/05/2024 10:09:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Vitória Fernanda Schettini

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA SUELI AMANTINO**
Data: 17/04/2024 11:39:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Márcia Sueli Amantino

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Documento assinado digitalmente
 **JONIS FREIRE**
Data: 08/04/2024 13:50:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jonis Freire

Professor do Universidade Federal Fluminense (UFF)

Aos meus pais, Amaro Francisco dos Santos (in memoriam) e Maria de Fátima Pereira dos Santos.

AGRADECIMENTOS

Foi uma jornada muito difícil. Diversos percalços estiveram no caminho, e por inúmeras vezes achei que não iria conseguir. Quando pude perceber o texto finalizado, ainda sim não acreditei. Quando o fato veio à tona, seria impossível não lembrar daqueles que acreditaram na minha capacidade de encarar um desafio desta envergadura.

O primeiro agradecimento vai para a pessoa que acreditou na minha capacidade em todos os momentos dessa caminhada. Professora Dra. Vitória Schettini, orientadora de graduação e mestrado, muito obrigado por permanecer comigo nesta jornada acadêmica. Obrigado por confiar em mim até mesmo quando eu não pude fazer isso.

Ao meu pai, Amaro, e à minha mãe, Fátima, agradeço por me ensinarem a encarar a vida de frente. Através dos seus exemplos, oriundos de uma vida difícil e sofrida, ensinaram-me que a força interior independe da condição material. Obrigado por todo o apoio, carinho e dedicação. Apesar do meu pai não estar mais aqui, agradeço à História, por me ensinar a usar a memória como fonte, e assim tornar vivo aquele que não existe mais em matéria. Deste modo, posso seguramente recordar dos momentos que me fazem ser grato por ter nascido no melhor lugar que eu poderia nascer.

Agradeço, também, aos meus grandes amigos, que comigo dividiram as alegrias e desesperos da caminhada. São muitos, mas não mais que a quantidade de dedos nas mãos. Agradeço por sempre terem me ajudado a manter viva a ideia de que a vida é algo que vale a pena ser vivida. Sempre os carregarei em meu coração.

Esta dissertação é filha da pandemia de Covid-19. O isolamento, as restrições e os medos do período se refletiram, em alguns momentos, na escrita do texto. Penso que é importante considerar o evento para fins de historicização. Em um período de maior bonança, é provável que a solidão e a insegurança inerentes a qualquer produção acadêmica não estivessem tão presentes quanto o foram. Apesar dos pesares, o evento fez do produto final algo especial, único. Imagino que agradecer a oportunidade de passar por períodos difíceis também seja importante. Uma vez consciente e grato pela realidade vivida, a beleza que há em tudo emerge aos olhos e ao coração.

Agradeço também ao auxílio CAPES e à bolsa estudantil oferecida pela UNIVERSO. Foram indispensáveis. Inclusive, considero-os como pilares para o fim da elitização da pesquisa acadêmica, tornando-a possível às pessoas de classes sociais que, assim como eu, jamais imaginariam portar título de mestre em algum momento da vida.

A tudo e todos que me conduziram a este caminho, muito obrigado.

ABREVIATURAS

APNSN – Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora das Neves

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LADOCH – Laboratório de Acervo e Documentação Histórica da Universidade Salgado de Oliveira.

RPT – Registro Paroquial de Terras

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Carta Topographica da Província do Rio de Janeiro.....	13
Figura 2: Perspectiva aérea da distância entre a cidade de Macaé e os distritos do Córrego do Ouro (Neves) e Frade.....	44
Figura 3: Registro de batismo de Marcello (fragmento).....	88
Figura 4: Registro de batismo de Turtaliana (fragmento).....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Categorias socioprofissionais e/ou tipos de cultivos do 1º distrito da freguesia de N.S. das Neves. 1854-1883.....	45
Gráfico 2: Categorias socioprofissionais e/ou tipos de cultivo do 2º distrito da freguesia de N.S. das Neves. 1860-1881.....	46
Gráfico 3: Quantitativo estimado da população escrava desembarcada em Campos dos Goytacazes e Macaé por origem de compra/captura. 1836-1850.....	60
Gráfico 4: Assiduidade dos registros de batismos de escravos e forros inocentes da Freguesia de N. S. das Neves por grupos de proprietários com assentos vinculados ao seu senhorio. 1850-1873.....	121
Gráfico 5: Total de batismos de escravos e forros de proprietários da freguesia de N.S. das Neves com mais de 10 assentos vinculados ao seu senhorio por período. 1850-1873.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Exportações de Macaé em direção ao porto da Corte. 1849-1858.....	35
Quadro 2: Movimento da Estrada de Ferro Macaé-Campos. 1878-1882.....	38
Quadro 3: Quantitativo das categorias socioprofissionais e/ou tipos de cultivo do 1º distrito da freguesia de N.S. das Neves. 1854-1883.....	45
Quadro 4: Quantitativo das categorias socioprofissionais e/ou tipos de cultivo do 2º distrito da freguesia de N.S. das Neves. 1854-1883.....	46
Quadro 5: Relação dos casais escravizados verificados em padrões de endogamia e exogamia nos registros de batismo da freguesia de N.S. das Neves. 1850-1873.....	119
Quadro 6: Óbitos da população escravizada, indígena, forra/liberta e livre com descendência escrava da freguesia de N.S. das Neves por faixa etária e período. 1850-1862.....	128
Quadro 7: Configurações de compadrio observadas nos batismos de escravos da freguesia de N.S. das Neves por período. 1850-1873.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População de Macaé por freguesias e condição social. 1872.....	42
Tabela 2: Registros de batismo por categoria social realizados na Freguesia de Nossa Senhora das Neves. 1850-1873.....	90
Tabela 3: Incidência de escravos registrados como legítimos e naturais nos batismos da paróquia de N. S. das Neves por período. 1850-1873.....	115
Tabela 4: Registros de batismo de escravos da freguesia de N.S. das Neves por sexo e período. 1850-1873.....	116
Tabela 5: Batismos de filhos legítimos de casais escravizados por grupo de senhores com mais e menos de dez assentos vinculados ao senhorio de um proprietário por período. Freguesia de N.S. das Neves. 1850-1873.....	117
Tabela 6: Estimativa da concentração da propriedade escrava em N.S. das Neves por grupos de senhores via total de registros de batismo de escravos e forros. 1850-1873.....	123
Tabela 7: Condição jurídica dos padrinhos de batizando escravos da freguesia de N.S. das Neves por período. 1850-1873.....	138
Tabela 8: Condição jurídica das madrinhas de batizando escravos da freguesia de N.S. das Neves por período. 1850-1873.....	139

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Rede de apadrinhamento formada entre escravizados de escravarias distintas da freguesia de N.S. das Neves. 1857-1871.....	148
---	-----

RESUMO

A freguesia de Nossa Senhora das Neves, localizada no município de Macaé, passou por mudanças significativas ao longo do século XIX. Ao transitar da pecuária para o cultivo de cana-de-açúcar e algodão, e posteriormente, para o cultivo de café, entende-se que a economia local experimentou flutuações consideráveis. No alvorecer da segunda metade da centúria, outras questões socioeconômicas como a proibição do tráfico transatlântico de escravos e a concentração da propriedade cativa, soam como fatores interessantes para a investigação sobre como as famílias escravas locais se reorganizaram num período de mudanças estruturais na sociedade imperial. O tema será majoritariamente explorado através dos registros paroquiais de batismos, que, cruzados com casamentos e óbitos, será possível iluminar a dinâmica social e econômica das famílias escravas em Neves na segunda metade do século XIX. A partir de 1850, houve o entendimento de que a sociedade nevensense era caracterizada pela igualdade de renda, regulada por baixo, com poucos senhores e muitos lavradores de poucas posses. Nesse sentido, a análise comparativa da documentação paroquial com fontes não eclesiais, bem como relação a outras áreas do Império durante o mesmo período, colaborará ao entendimento mais aprofundado das relações de sociabilidade gestadas entre famílias escravas nesse período de grandes incertezas.

Palavras-chave: Macaé; Batismo; Famílias escravas.

ABSTRACT

The Nossa Senhora das Neves parish, located in Macaé, Rio de Janeiro state, underwent significant economic changes throughout the 19th century. When moving from livestock to sugar cane and cotton culture, and later introduced to coffee farming, it is understood that the local economy has experienced considerable fluctuations. At the dawn of the second half of the century, other socioeconomic issues, such as the prohibition of the transatlantic slave trade and the concentration of captive property, sounds like interesting factors for investigating how local slave families organized themselves to, beyond its performing in the production and maintenance of local wealth, they fight for its interests. The theme will be mostly explored through parish registers of baptisms, which, crossed with marriages and deaths, will make it possible to illuminate the social and economic dynamics of slave families in Neves in the second half of the 19th century. From 1850, there was an understanding assembled society in N. S. das Neves was characterized by income equality regulated from below, with few lords and many farmers with few possessions. In this sense, the comparative analysis of parish documentation, as well as other sources, in relation to other areas of the Brazilian Empire during the same period, will contribute to a deeper understanding of the sociability relations created between slave families in this period of great uncertainty.

Keywords: Macaé; Baptism; Slave families.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo I – Macaé: uma sociedade entre a opulência e a pobreza	12
1.1. Nossa Senhora das Neves e o mundo atlântico: povoamento regional	12
1.2. Panorama da economia macaense ao longo do século XIX	28
1.3. Nossa Senhora das Neves: pobreza oculta na segunda metade do século XIX....	41
1.4. A participação de Macaé no tráfico ilegal de escravizados	55
Capítulo II – O batismo e a família nas escravarias macaenses.....	64
2.1. Você é filho de quem? Um olhar sobre as <i>famílias</i> e <i>famílias escravas</i>	64
2.2. Os registros de batismo: da demografia histórica às famílias escravas	78
2.3. A escravidão ilegal em fontes primárias: N.S. das Neves em análise	94
Capítulo III – A família escrava em Nossa Senhora das Neves: nas teias da sociabilidade.....	102
3.1. Micro-história a partir dos registros de casamento e óbito.....	102
3.2. Legitimidade das famílias escravas e perfis familiares	113
3.3. O compadrio entre os escravos de N.S. das Neves.....	131
3.4. Famílias escravas no “microscópio”	147
Considerações Finais	157
Fontes.....	161
Bibliografia.....	163

INTRODUÇÃO

Ainda no século XVIII, a freguesia Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé – assim chamada nos registros de batismo anteriores à 1850 – recebia seus primeiros “homens de aventura”. Uma pequena igreja e algumas fazendas não muito distantes da casa espiritual configuravam a paisagem. Sheila de Castro Faria explica que a chegada dessas populações à capitania da Paraíba do Sul acontece em um momento favorável, marcado pelo fim de uma extensa série de conflitos travados entre antigas elites locais e a Coroa pelo controle da região. Além disso, é no referido período que ocorre uma virada econômica: a passagem da pecuária, praticada desde o século anterior, ao cultivo da cana-de-açúcar.¹

Alguns anos após a criação da paróquia em homenagem à santa que carrega em seu mito de origem o ideal da prosperidade,² a realidade da freguesia seria transformada radicalmente. Faria explica que entre 1785 e 1799, N.S. das Neves vivenciou um salto demográfico gigantesco, tanto da população livre quanto escrava. Com a instalação dos novos habitantes, o povoado prosperou e agora se dedicava plenamente “à extração de madeira, à pesca e à agricultura da cana, da mandioca, do milho, do arroz e de legumes, exportados pelo rio Macaé”.³

Apesar do favorável contexto local, o fenômeno não ocorre por acaso. A freguesia de Neves estava inserida numa conjuntura maior que seus próprios movimentos internos: a região Norte Fluminense da Província do Rio de Janeiro. Ana Ferreira Nunes Penha compreende que a convergência de interesses entre municípios próximos à Macaé cooperou para o desenvolvimento regional como um todo.

¹ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 33

² A lenda conta a história de um casal romano que, ainda no primeiro milênio depois de Cristo, fez um voto à Nossa Senhora para doar seus bens, já que não possuíam herdeiros. Eles rezaram para que pudessem saber qual era a forma mais sábia de gastar a fortuna. Em uma noite de verão, dia 5 de agosto, nevou no topo do Monte Esquilino, em Roma, algo pouco provável de ocorrer nesta época e, na mesma noite, eles tiveram uma visão que os falava para construir uma basílica em devoção à santa. Em obediência ao chamado, e entendendo que o fenômeno natural fazia parte do ‘milagre’, construíram a igreja aos pés da montanha em dedicação à Nossa Senhora que, a partir da ocasião, recebeu a alcunha ‘das Neves’. A cosmovisão do relato possibilita compreender um pouco do universo cultural que norteou as aventuras que visavam a prosperidade nos vários locais colonizados por europeus. Ver em: HERBERMANN, C. G; PACE, E. A; PALLAN, C. B; SHAHAN, T. J; WYNNE (Ed.). *The Catholic Encyclopedia*. New York: The Encyclopedia Press, Inc. 1913. Disponível em: <https://archive.org/details/V11CatholicEncyclopediaKOfC/page/n13/mode/2up>. Acesso em 19 mar 2022.

³ FARIA, *A Colônia em...* p. 327.

Desde o início do processo colonizador, constatou-se a dupla dependência de Neves aos centros administrativos de Cabo Frio e Campos dos Goytacazes.⁴ Para exemplificar, a freguesia de N.S. das Neves, inicialmente, estava sob a jurisdição de Cabo Frio; a partir de 1765, ficou sob a tutela de São Salvador de Campos dos Goytacazes. Por fim, subordinada à Macaé, quando criada a comarca por provisão de agosto de 1812.⁵

Em meados do século XVIII, o Norte Fluminense mostrava sinais de estar em franco desenvolvimento. Manolo Florentino e José Roberto Góes explicam que a freguesia de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, a maior da região, abarcava cerca de 44% da escravaria de toda a capitania do Rio de Janeiro à época. Ao longo do século o desenvolvimento seria tanto que, no alvorecer do século XIX, Campos ultrapassaria a marca de 700 unidades produtivas ligadas à agroexportação.⁶

Peter Einsenberg, ao verificar evento semelhante em Campinas, optou por não dissociar esses movimentos da conjuntura internacional, principalmente devido à revolução ocorrida na colônia de Santo Domingos. Por ter sido a ilha responsável pela produção da maior parte do açúcar consumido na Europa no período, a crise revolucionária haitiana teria prejudicado o abastecimento das metrópoles e colaborado para o desenvolvimento de zonas açucareiras fora do circuito caribenho.⁷

Para além do desenvolvimento econômico, os efeitos do estímulo que a agricultura campista tomou nesse período trouxeram consequências à demografia da região. Silvia Hunold Lara verifica que nos últimos 20 anos do século XVIII, a propriedade de engenhos e escravos em Campos sofreu aquilo que a autora chamou de “pulverização”: poucas unidades produtivas de grande vulto deram lugar a uma enorme quantidade de pequenas propriedades com poucos escravizados.

Em relação à freguesia de Nossa Senhora das Neves, a estudiosa capta o movimento contrário no mesmo período, com poucas unidades produtivas de vulto e elevados níveis de concentração escrava. A descoberta seria então representativa do movimento da população campista para novas áreas, sendo Neves um desses espaços.⁸

⁴ FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre*. Dissertação Mestrado - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001. p.23.

⁵ PIZARRO E ARAUJO, *Memórias históricas do...* Tomo III. p. 106.

⁶ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 46-8.

⁷ EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora UNICAMP. 1989. p. 359.

⁸ LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750 - 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. p. 138.

Apesar do crescimento econômico, é importante lembrar que tal impulso só seria possível pela ação da principal força produtiva disponível: a mão de obra escravizada. O novo cenário gerou grande aumento da demanda de cativos. Florentino e Góes destacam algumas razões para a ampliação do incentivo ao comércio de almas na capitania. Além do evento ocorrido no Caribe, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, a abertura dos portos e o início das pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos também explicam o fenômeno.⁹ Somado à demanda local, o cenário era de forte incentivo ao tráfico negreiro em todo o território fluminense.

Na medida em que as conjunturas políticas e de mercado alteram a dinâmica do tráfico internacional de escravos, a inserção de novos contingentes de trabalhadores escravizados contribuiu para um contínuo rearranjo do relacionamento entre cativos e senhores. Ainda segundo os estudiosos, as relações tecidas entre os próprios escravos, assim como entre cativos e seus proprietários, enfrentavam os problemas gerados entre a ambiguidade do ideal patriarcal e a contínua inserção de componentes sem nenhum vínculo de parentesco às escravarias. Nesse contexto, era imprescindível a construção de laços parentais, pois eles eram “a possibilidade e o cimento da comunidade cativa. Era o solvente imprescindível a senhores e escravos, por intermédio do qual se tecia a paz das senzalas”.¹⁰

Robert Slenes afirma que as novas levas de escravizados que chegaram ao sudeste brasileiro em direção às lavouras, além de trazerem consigo a obrigação do trabalho, trouxeram também suas “esperanças e recordações”, suas expectativas de vida que, ao serem destruídas no ingresso ao cativeiro, foram remodeladas mediante a nova realidade. Seriam, assim, reorganizadas no sentido de uma nova ancestralidade, moldada em torno das famílias escravas.¹¹ Na segunda metade do século XIX, o tecido social das escravarias adquire outro perfil em decorrência do fim do tráfico transatlântico. O novo contexto sugere uma maior estabilidade das relações de parentesco entre cativos.

Nesse sentido, Hebe Maria Mattos afirma que

a crescente convivência entre livres pobres, forros e cativos, próprios ou de outrem, aliada às crescentes pressões sobre as possibilidades de ascensão social dos homens livres, na segunda metade do século XIX, acabou por determinar uma intensa interação cultural dos dois grupos,

⁹ FLORENTINO; GÓES, *A paz das senzalas...* p. 46.

¹⁰ FLORENTINO; GÓES, *A paz das senzalas...* p. 36.

¹¹ SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava*. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2011, p. 141.

sobreposta, de fato, à identidade senhorial que até então se procurara emprestar à liberdade.¹²

Mattos explica que nas fazendas do sudeste formadas ainda no século XVIII ou na primeira metade do XIX, a estabilidade no cativeiro tendia à ampliação, fato que reforçaria a integração familiar e cultural dos escravos ao processo de criouliização das novas aquisições a partir de 1850. Outra importante constatação vem de Ana Maria Lugão Rios que, segundo Mattos, percebeu nas grandes unidades produtivas do Rio de Janeiro formadas até a primeira metade do século XIX a relação entre a montagem dessas fazendas e a estabilidade das famílias cativas. Nesse sentido, Mattos demonstrou como essas relações poderiam ter sido fundamentais para a compreensão das decisões de migração ou permanência dos libertos após 1888.¹³

É importante destacar que Slenes, apesar de concordar com Mattos, Florentino e Góes no que tange à abordagem política do tema, à observação do cativo como agente historicamente ativo, e à centralidade dos processos de luta de classe na constituição do sistema escravista, discorda sobre a ênfase dada pelos autores sobre algumas questões.

Em relação à Florentino e Goes, Slenes atesta que a “paz das senzalas” não era estabelecida apenas pela “renda política” auferida pelos senhores que garantiam a existência de determinada família escrava. Segundo o autor, a paz não era algo exótico. Enfatizar a dissensão nas senzalas favorece o entendimento de que a prevalência do conflito era a regra, e não algo dinâmico. Do mesmo modo, relativiza a visão de Mattos sobre às tensões imanentes da condição escrava que, em sua visão, seriam um dos principais motivos da busca por relações sociais tanto horizontais quanto verticais pela população cativa. Segundo Slenes, as experiências e heranças culturais teriam papel de maior valor na formação das solidariedades e identidades escravas do que o enfrentamento cotidiano.¹⁴

Apesar das divergências, imagina-se lícito considerar o posicionamento de todos os autores. Com toda certeza, a vida no cativeiro não era algo apazível, fator que alimentava conflitos e estimulava a violência cotidiana. Ainda sim, os seres humanos forçados a sair da África para serem escravos no Brasil traziam consigo suas memórias e

¹² MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora UNICAMP, 2020. p. 110.

¹³ A obra a qual a autora se refere é a dissertação de mestrado de Ana Maria Lugão Rios, intitulada “Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920, defendida em 1990 na Universidade Federal Fluminense, Niterói. MATTOS, *Das Cores do...* p. 118.

¹⁴ SLENES, *Na senzala uma...* p. 31-32.

a esperança de reconstruir uma vida que foi destruída a partir da captura para ser vendido no ultramar. Sendo assim, a solidariedade e a benevolência necessitavam ser parte do jogo: eram fundamentais à reconstrução dos laços familiares e sociais.

O marco jurídico que determina o ano inicial do recorte desta pesquisa é a Lei Eusébio de Queiróz, de 1850. A legislação representou um grande reforço à primeira tentativa oficial de proibição ao tráfico, ocorrida em 1831. Nesse primeiro momento, ao invés da interrupção, ocorre o recrudescimento do incentivo à propriedade escrava, que só conseguiu ser refreada definitivamente após 1850. Rosani Freitas Faria explica que a proibição definitiva do tráfico significou um sério golpe ao sistema escravista, sendo um dos principais símbolos da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre.¹⁵

O período aqui trabalhado situa-se na antessala dessa transição. Todavia, é de conhecimento que grandes debates foram travados no campo historiográfico acerca dos processos que levaram a cabo a mudança nas relações de trabalho no Brasil. Em resumo, vale ressaltar que o evento se deu de maneira complexa e não-harmoniosa. Uma das principais características para compreender o fenômeno, é o fato do Estado brasileiro ter se tornado

parceiro – e instrumento – das classes proprietárias rurais na transição para o capitalismo, preservando a grande propriedade e sua hegemonia. [...] A “modernização conservadora” consistiu na construção de bases para uma sociedade urbano-industrial articulada à preservação da antiga estrutura de propriedade e trabalho no campo. Isto significa que a industrialização e a urbanização avançaram com base em uma economia agrícola comercial fundamentada em um “sistema repressivo de mão-de-obra”, onde o trabalhador era submetido ao proprietário não através do mercado, mas por meio de coerção extraeconômica. O esgotamento do escravismo não teve como resultado a eliminação do latifúndio e o predomínio econômico do *farmer*, tal como nos Estados Unidos, e nem a formação de relações de trabalho capitalistas, com operários rurais plenamente expropriados. O latifúndio permaneceu, explorando mão-de-obra em regimes de trabalho não-capitalistas os mais diversos, e nas franjas do sistema formou-se uma economia agrária de posseiros integrados ou não aos mercados urbanos de gêneros alimentícios.¹⁶

¹⁵ FARIA, Rosani Freitas. *Criar laços para viver juntos: A constituição de famílias entre os escravos de Vitória, 1850-1871*. (Dissertação de Mestrado). 174 p. Vitória: UFES, 2013. p. 16.

¹⁶ BARREIROS, Daniel de Pinho. Sistemas agrários na Velha Província: O processo de transição para o trabalho livre sob o signo da Modernização Conservadora (1850-1888). *Topoi*, v. 9, n. 17, pp. 22-44, jul-dez 2008, p. 22.

De volta ao contexto de proibição ao tráfico de escravos, sabe-se que entre 1836 e 1850, Macaé e Campos dos Goytacazes foram palco de mais de 74 000 escravizações ilegais. Estima-se que os desembarques possam, inclusive, ter ultrapassado o recorte temporal.¹⁷ Jorge Prata e Jonis Freire, através da análise dos registros de batismo da freguesia de N. S. das Neves, confirmaram quantidades expressivas de adultos africanos sendo batizados, fator que sugere a continua entrada de novos contingentes escravizados no povoado às vésperas da segunda metade do século XIX.¹⁸

Ao destacar, nas linhas acima, alguns acontecimentos que poderiam se relacionar à problemática das famílias formadas no cativeiro, a questão se impõe é: em que medida os eventos foram cruciais para a formação das relações familiares e de sociabilidade praticadas entre os escravizados nevenses? Essas populações vivenciaram, durante a segunda metade da centúria, a realidade prática do ponto de vista de uma zona rural e relativamente pobre, em que a igualdade de renda se regulava por baixo. Ao que as fontes indicam, tratava-se uma sociedade de poucos senhores e muitos lavradores de poucas posses.

Fábio Francisco dos Santos,¹⁹ que também escreve sobre Nossa Senhora das Neves no recorte entre 1809 e 1850, verificou que mesmo em um contexto de grande chegada de africanos, redes familiares relativamente extensas, conectadas via apadrinhamento, puderam se estabelecer. Entretanto, apesar do número de matrimônios entre escravos ter sido alto no início do período, os níveis se invertem drasticamente ao final da análise, o que sugere para certa instabilidade e falta de segurança na manutenção das relações familiares tecidas entre a população cativa. Além disso, ao relatar a expressividade de batismos coletivos de escravos que, por vezes, mais de 30 cativos eram apadrinhados por um mesmo padrinho, o autor entendeu que, talvez, a estabilidade não era a norma.

No estudo aqui desenvolvido, foram identificados elementos, capitaneados principalmente pelas estruturas de compadrio, que corroboram ao entendimento oposto. Possivelmente, havia, a partir de 1850, uma comunidade escrava relativamente sólida na

¹⁷ ELTIS, David et al. *The Trans-Atlantic Slave Trade Database – Voyages*. Disponível em: <http://slavevoyages.org/voyage>. Acesso em: 03 jun 2023.

¹⁸ FREIRE, Jonis; SOUZA, Jorge Prata de. O Tráfico ilícito no litoral Norte Fluminense, c.1831 - c.1858. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, Cuiabá, v. 9, p. 29-42, 2009. p. 41.

¹⁹ SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio entre a população escrava de Macaé (1809-1850)*. Dissertação de Mestrado. 105 p. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, 2019. p. 90-109.

localidade, à despeito de algumas fontes, como matrimônios, denunciarem ser baixa a incidência de relações familiares estáveis entre os escravizados.

Portanto, soa lícito propor como hipótese central deste trabalho que os laços familiares gestados nas escravarias nevenses se tornaram mais estáveis e dinâmicos, no sentido de terem suas possibilidades de manutenção e perpetuação ampliadas durante a segunda metade do século XIX, em relação à metade anterior do século. Apesar de parte da documentação sustentar a ausência de uniões formais em relação aos níveis verificados para a primeira metade, isso não parece ter significado menor estabilidade das relações entre escravizados, no sentido de haver maiores chances de estruturação de laços sociais e familiares duradouros.

Logo, o objetivo deste trabalho será explorar questões acerca da conjuntura socioeconômica de Macaé e, mais especificamente, da freguesia de Nossa Senhora das Neves, ao longo da segunda metade do século XIX. Haverá, do mesmo modo, intenção de explorar e relacionar as referidas descobertas às tendências de comportamento familiar percebidos no conjunto da documentação sobre a população escrava. Por ter sido um período de grandes incertezas, acredita-se que a necessidade latente de garantir a sobrevivência e a diminuição da diferença socioeconômica entre livres e escravizados foi fundamental à construção de redes de sociabilidade mais sólidas no cativeiro.

Nesse sentido, o papel que o batismo teve para as populações africanas, principalmente por conta do fomento ao parentesco espiritual, teria sido essencial para a continuidade dos valores familiares daqueles que, compulsoriamente, atravessaram o Atlântico. O ato batismal permitiu a ressignificação dos laços rompidos pelo cativeiro. Isso não teria sido diferente aos crioulos que, uma vez nascidos em condição escrava, também buscavam os benefícios religiosos e sociais propiciados pelo sacramento.

Ao seguir a trilha aberta por Santos, esta pesquisa também será baseada fundamentalmente nos registros de batismos, de modo que a análise dessa documentação se guiará através dos instrumentos de investigação propostos pela Demografia Histórica. Sérgio Odilon Nadalin salienta que a metodologia surge por conta da necessidade de serializar documentos que não foram construídos para fins de contagem populacional, uma vez que a confecção dos registros não era regulamentada por métodos estatísticos.²⁰ Apesar disso, os regulamentos previstos pela *Constituições Primeiras do Arcebispado da*

²⁰ NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004. p. 71.

*Bahia*²¹ definiram os dados que deveriam nesses registros, item por item, fato que possibilitou a serialização dos documentos em planilhas digitais.

Após a quantificação, a análise será norteadada por meio da micro-história italiana, metodologia de caráter qualitativo. João Fragoso cita o exemplo de Giovanni Levi, que utiliza o método para criação da obra *Centro e periferia di uno stato assoluto*. Segundo o autor, Levi combina registros paroquiais com cadastros fundiários para recuperar “o sistema de casamento, de transmissão de patrimônio e, mais, a lógica da estrutura e a do mercado agrário da região”.²²

Apesar do destaque aos registros de batismo, eles não serão os únicos a serem utilizados. Haverá, também, o apoio dos registros paroquiais de terra, casamento e óbito; do Recenseamento Geral do Império de 1872 e do *Almanak Laemert*, que é uma importante ferramenta para a compreensão da conjuntura social, política e econômica do Império e, principalmente, da Corte. O cruzamento dessas fontes será fundamental para propor esclarecimentos sobre a sociedade nevensense, assim como sobre famílias escravas estabelecidas no local.

A base da investigação sobre as famílias se sustentará através da triangulação entre os registros de batismo, casamento e óbito, embora haja diferenças na disponibilidade desses registros. Os batismos estão organizados em uma série de 7 090 registros, que vão de 1850 a 1873. A maior parte da tarefa foi feita pelo autor em meio à escrita deste texto, cuja responsabilidade foi de catalogar os livros de batismo III, IV, V e VII. O livro VI e VIII, exclusivamente de livres e que compõem a planilha, foram levantados por terceiros, seguindo os padrões de catalogação definidos pelo autor.

O limite escolhido se dá tanto pela proximidade com a Lei do Ventre Livre, quanto pelo último registro do livro VII, que é finalizado nesta data. Os dados foram catalogados considerando todos os estatutos jurídicos e cores, de modo a privilegiar todas as informações presentes no registro.

Os óbitos, recortados entre 1850 e 1860 e também catalogados pelo autor, foram seriados no quantitativo de 1 015 registros. O recorte menor em relação aos batismos acontece por caráter meramente logístico, uma vez que houve dificuldade de estender o

²¹ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, 2007.

²² FRAGOSO, João. Apontamentos para uma História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; et. al. *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 24.

período até 1873, devido ao prazo de entrega da pesquisa. No caso desta fonte, apenas a população escravizada foi registrada.

Os casamentos, disponíveis de 1809 a 1888, foram a única documentação que estava relativamente pronta, no que diz respeito à serialização. Entretanto, a planilha disponível apresenta apenas o nome dos nubentes, data do casamento, livro e folha. Por isso, a consulta à planilha em conjunto à documentação bruta foi essencial. Assim que constatado algum indício de interseção de registros, a primeira ação é encontrar o casal buscado na série de matrimônios, e depois recorrer a fonte original para averiguar maiores detalhes.

Devido ao esforço de apresentar um panorama da sociedade da época, este trabalho está ancorado no âmbito da História Social, também chamada de *Nova História*. O campo foi inaugurado e reestruturado ao longo dos anos pela *Escola dos Annales*. Foi pensada para ser contra uma história “factualista, centrada nas ideias e decisões de grandes homens, em batalhas e em estratégias diplomáticas”,²³ que visava, “cada vez mais, à acumulação de dados estruturados segundo categorias mais herdadas do que criticadas, mais descritas do que analisadas”.²⁴ Em seu lugar, a proposta era a de uma História-Problema, que buscava a criticidade dos objetos de análise.

A pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro, nomeado de “Macaé: uma sociedade entre a opulência e a pobreza” serão discutidos temas a respeito do povoamento de Neves e da região, bem como questões relacionadas à economia local. A intenção será explorar, do ponto de vista socioeconômico, como se deu o evoluir demográfico e econômico da região. Do mesmo modo, traçar o perfil de riqueza local, que se observa através do cruzamento de fontes diversas. O trabalho realizado permitiu enxergar para além de uma “história vista de cima”.²⁵

Katia M. de Queirós Mattoso oferece ajuda ao tentar compreender como poderiam ser definidos os conceitos de riqueza, opulência e pobreza utilizados no capítulo. A autora explica que “um determinado tipo de opulência responde, faz eco e só pode existir a par de um determinado tipo de pobreza, e em relação às exigências de riqueza bem

²³ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronald (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. p. 76-96. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 76.

²⁴ REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: DIFEL. 1989, p. 4.

²⁵ Em alusão a escola historiográfica inaugurada por Edward Thompson, que valorizava a ideia de uma “história vista de baixo”. Ver em: THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 30.

precisas”.²⁶ Mattoso capta o sentido de opulência como elemento central para a definição de riqueza e pobreza. Baseando-se no olhar de Luis dos Santos Vilhena, professor de língua grega que atuou em Salvador no início do século XIX, a estudiosa define opulência como “riqueza ostentatória”, ou seja, riqueza enquanto realidade visível.²⁷

Um exemplo claro dessa riqueza ostentatória pode ser observado na figura do Barão da Póvoa do Varzim, residente de Macaé que teve propriedades em Nossa Senhora das Neves. O escravagista, membro da alta cúpula da elite econômica da região, e envolvido em uma extensa trama de negócios, possuiu em seu espólio itens que não seriam estranhos de encontrar em residências da nobreza europeia. No entanto, seu inventário não teve partilha, uma vez que o montante de suas dívidas levou o Juiz Municipal a colocar seus bens à leilão. Nas palavras do magistrado: “não havendo quem arrematasse os bens pelos preços estipulados e sendo aquela a terceira praça, seriam eles vendidos a quem desse o melhor preço”.²⁸

Como contraste a essa realidade propagandeada como algo comum à localidade, o escravo, normalmente tomado enquanto medida de riqueza nos anos finais do século XIX, não parecia ser algo comum ao rol patrimonial dos habitantes de Neves. Ferreira informa sobre documentos que denunciam haver escravizados com quatro ou mais proprietários, fator que valida tanto a importância dessa propriedade como fonte de renda, como a dificuldade de adquirir/manter um escravo no período e local em questão.²⁹

Portanto, o entendimento sobre o que seria a riqueza macaense pode ser entendido como estritamente ligado à desigualdade econômica observada. De modo geral, haviam poucos em nível semelhante ao Barão da Póvoa. Esses eram responsáveis por espalhar por toda a província a imagem de riqueza (neste caso, ostentatória) de Macaé. Em contrapartida, uma multidão provavelmente compartilhava a realidade do ponto de vista do pauperismo.

O segundo capítulo trata de temas que conectam o primeiro ao terceiro. Nomeado de “A família, o batismo e o tráfico ilegal de escravizados”, este momento terá como alvo o aprofundamento nos debates acerca do entendimento do que é família e de como foram

²⁶ MATTOSO, Kátia M. Queiroz de. A opulência na Província da Bahia. In: NOVAIS, Fernando A. e ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Orgs.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 147.

²⁷ MATTOSO, A opulência na... p. 149.

²⁸ PENHA, Ana Lucia Nunes. O Barão da Póvoa do Varzim: atividades creditícias e negócios em Macaé na segunda metade do século XIX. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. *História social em registros paroquiais: Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 171.

²⁹ FERREIRA, O município de... p. 57.

compreendidas a existência das famílias escravas na historiografia. Em seguida, o diálogo será dedicado aos registros de batismo e sua importância tanto aos contemporâneos que o utilizaram com a finalidade proposta, quanto aos pesquisadores do presente. Por fim, o terceiro item pontuará sobre a demografia do tráfico ilegal e seus possíveis efeitos na sociedade de Nossa Senhora das Neves durante o recorte temporal selecionado.

O Capítulo III, “A família escrava em Nossa Senhora das Neves: nas teias da sociabilidade”, inicia-se com destaque à metodologia: o uso da micro-história o método onomástico, fundamentais à compreensão do manejo dos batismos, casamentos e óbitos nesta pesquisa. Serão favorecidos, do mesmo modo, o conhecimento sobre os perfis de legitimidade observados, as estratégias de apadrinhamento, estrutura familiar das escravarias e a análise micronomial de duas escravarias. O objetivo será trazer luz à composição das famílias escravas no período, bem como evidenciar as diferenças entre os dados observados tanto em relação à primeira metade do século, quanto entre outras áreas do Império durante a segunda metade do XIX.

A proposta de análise privilegiará o estudo das famílias escravas formadas no período entre 1850 e 1873, numa localidade cujo perfil econômico aparentava se dedicar a produção de gêneros de subsistência que garantiam a autonomia local, ao mesmo tempo em que eram realizadas exportações para a Corte. Além disso, será observado que a desigualdade social foi elevada no recorte, marcado pelo encerramento da oferta de africanos e pela existência de um significativo mercado para captação de escravos, que iam dos proprietários mais pobres aos mais abastados.

Capítulo I – Macaé: uma sociedade entre a opulência e a pobreza

1.1. Nossa Senhora das Neves e o mundo atlântico: povoamento regional

Escondida nos sertões macaenses situa-se a freguesia de Nossa Senhora das Neves, palco principal de nossa análise. Francisco Carlos Teixeira da Silva e Maria Yedda L. Linhares atestam para a importância de identificar a freguesia-base como maneira de delimitar o recorte espacial para uma pesquisa. Entretanto, os autores frisam que, por mais que este seja um procedimento necessário, não encerra a problemática da região.³⁰ Portanto, vamos a ela.

Conforme pontuado por Ana Lúcia Nunes Ferreira, a história do município de Macaé está diluída na de Cabo Frio e de Campos dos Goytacazes, seus vizinhos.³¹ A razão dessa afirmação provém, principalmente, da convergência de interesses que vigora desde a fundação dos primeiros núcleos habitacionais na região Norte Fluminense, fundados a partir do século XVI. Inclusive, a gênese da maior parte dos municípios da região provém de desmembramentos desses dois núcleos iniciais.³² Geograficamente, Macaé situa-se entre ambos, e o frequente intercâmbio populacional foi um importante vetor na construção de um todo, de uma unidade histórica.

Na figura 1 é possível compreender, dentro da perspectiva cartográfica da época, a organização espacial da região. Sobre a distância entre Macaé e os dois referidos municípios, Alberto Lamego Filho relata a distância por terra estimada em 19 léguas para Cabo Frio, e 30 léguas no percurso até Campos, sendo esse um dos motivos da futura emancipação do município macaense: a falta de serviços burocráticos locais, uma vez que Macaé estava subordinada a ambos.³³

Os outros municípios próximos tiveram destaque na adaptação da imagem visto que o contato entre eles foi frequentemente verificado tanto na bibliografia consultada, quanto nas fontes. Observa-se que todos os municípios se encontram ou na região costeira

³⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yedda Leite. Região e História Agrária. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, 1995, p. 17-26. p. 21.

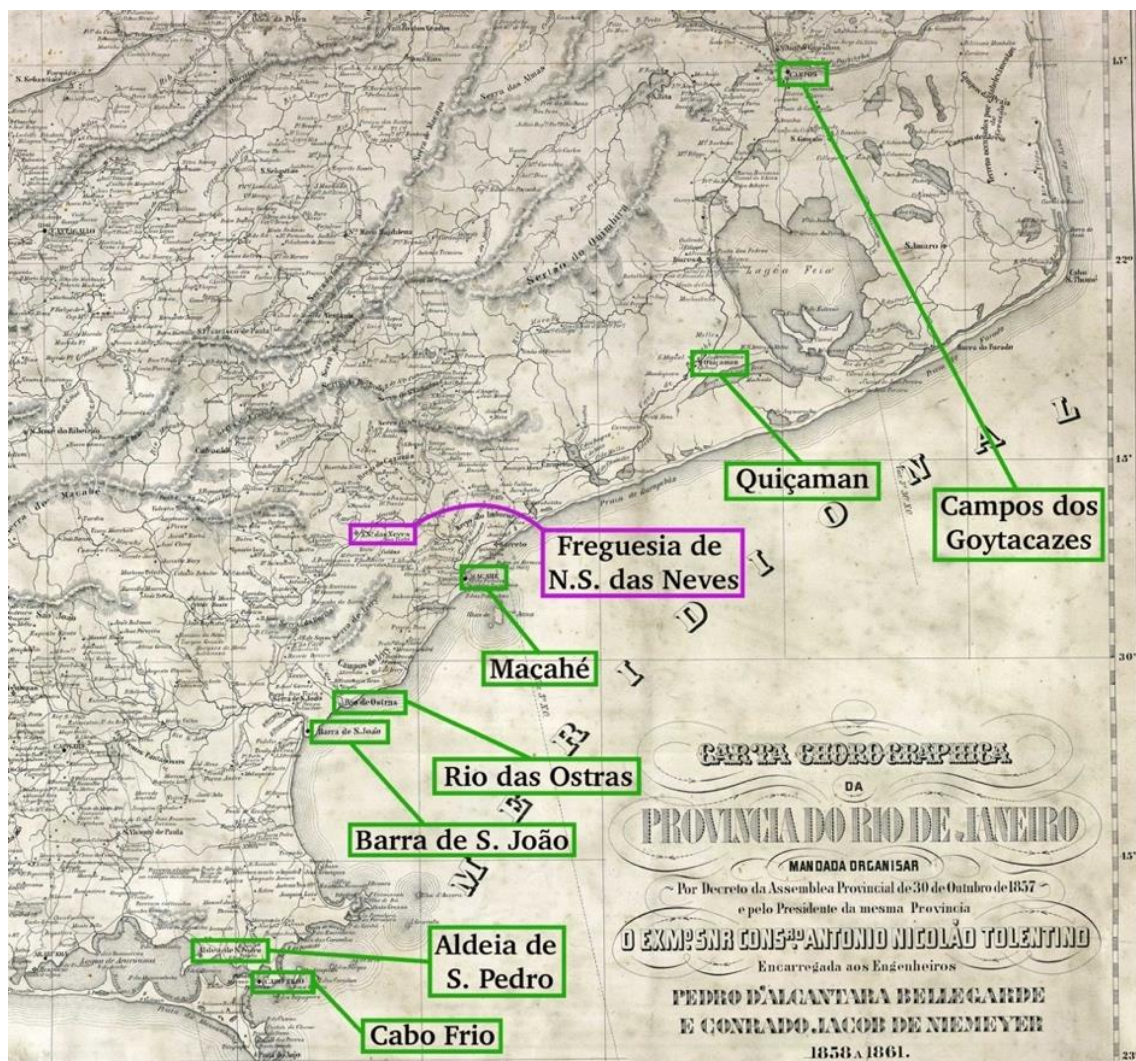
³¹ FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001, p. 23.

³² FARIA, Teresa Peixoto. Gênese da rede urbana das regiões norte e noroeste fluminense à luz do relatório do engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. *Anais do X Encontro Nacional da Anpur*. Belo Horizonte. 2003. p. 5.

³³ LAMEGO FILHO, *Macaé à luz...* p. 66.

ou muito próxima a ela, fator que possibilita maior dinamismo de comunicação, viabilizado, principalmente, pelo comércio de cabotagem.

Figura 1 – Carta Topographica da Província do Rio de Janeiro



Fonte: Acervo Digital – Biblioteca Nacional (adaptado). Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart173951/cart173951.jpg. Acesso em: 09 ago 2022.

Ferreira ainda relata que, sobre o processo de ocupação e povoamento, desconhece trabalhos detalhados sobre o assunto que não tenham sido escritos por memorialistas locais.³⁴ Essas obras, datadas em grande parte da primeira metade do XX, estão imersas na clássica narrativa descritiva, cuja metodologia segue um viés de pouca densidade

³⁴ São eles: José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, Alberto Lamago, Augusto de Carvalho e Manoel Martins do Couto Reis. Ver em: FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 23.

crítica sobre as fontes, comumente apegada ao ideal de contar a história “como ela realmente foi”.³⁵ Teresa Peixoto Faria comenta que o material produzido por esses autores clássicos seriam análises de baixo nível e de pouco rigor científico e que, sobretudo, oferecem uma visão apoteótica da realidade.³⁶

Todavia, mesmo que a afirmação não esteja totalmente descolada da realidade historiográfica atual, talvez essa não seja a melhor escolha de observação. Apegar-se a uma visão que coloca os textos à margem da ciência pode ser arriscado, sendo um dos principais perigos o apagamento da historicidade desses registros. Considerar que tudo é história pode ampliar de maneira significativa as possibilidades de entendimento dos fenômenos; auxilia para que o horizonte historiográfico seja muito mais largo que as expectativas do historiador. Pierre Goubert, quando se deparou em situação semelhante, percebeu que

Uma psicanálise retrospectiva dos historiadores do século XIX provavelmente revelaria que muitos dos que escolheram escrever sobre a monarquia identificavam-se em maior ou menor grau com o monarca; que o historiador de um determinado ministro imaginava-se, por vezes, governando o país. Muitas das curiosas histórias que foram publicadas poderiam ser explicadas por uma interpretação freudiana elementar.³⁷

Portanto, para além da crítica ao que esses historiadores optaram por observar – a “história vista de cima” – o autor os incluiu como parte do processo de construção da História Local. Dessa forma, optou-se por guiar a pesquisa através deste caminho. Goubert explica que qualquer texto acadêmico que se proponha a escrever uma história, seja ele brilhante, surpreendente, ou paradoxal, pode se basear em velhos estudos eruditos. Esta operação constitui-se em um jogo, do qual “ingênuos amadores de história local oferecem a outros materiais que consideram úteis”.³⁸ Sendo assim, será com o auxílio desses e de outros diversos trabalhos atuais que, somados, irão compor um colorido próprio à pesquisa em tela.

Goubert foi um dos pioneiros que, a partir da segunda metade do século XX, colaborou para a reanimação das pesquisas regionais, decadentes em relação a história

³⁵ Do original ‘wie es eigentlich gewesen’. Referência à famosa frase do ainda jovem Leopold Von Ranke, ao referendar seu objetivo em escrever história. RANKE, Leopold Von. *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*. T. 33. Leipzig: Duncker & Humblot, 1867-1890. p. VII. Disponível em: <https://archive.org/details/geschichtenderro00rankuoft/page/n11/mode/2up>. Acesso em 15 jul 2022.

³⁶ FARIA, *Gênese da rede...* p. 2.

³⁷ GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabalde*. p. 69-81. Ano I, nº 1, maio/agosto. 1988. p. 72.

³⁸ GOUBERT, *História Local...* p. 73.

geral em sua época de atuação. O estudioso explica que antes da veloz difusão de ideias, a partir do século XVIII, e da facilidade de locomoção promovida pelos melhoramentos na área de transportes, no XIX, a história era puramente local.

Práticas culturais que compreendiam modos de trabalhar a terra, modos de pensar e agir, festividades, sazonalidades do manejo da natureza, relações sociais, econômicas, administrativas, jurídicas; tudo era compartilhado entre um grupo cuja área de habitação não ultrapassava a distância de um dia de cavalgada. Havia, portanto, grandes dificuldades de incorporar elementos exteriores a esse raio para compor o quadro da história local. Segundo o autor, somente a partir do século XIX que a realidade construída localmente começou a deixar de ser a única que existia para os residentes de determinada região.³⁹

Em consonância à proposição de Goubert, porém, com viés de análise voltado ao Brasil Colonial, temos as noções de Ilmar Rohloff de Mattos sobre o conceito de região. A abordagem do autor se traduz na superação de um entendimento pautado apenas nos limites físicos de um território – o espaço e o tempo. Por mais que sejam necessários, são insuficientes para a compreensão ampliada do que é uma região.

O estudioso observa que o conceito deve ser apreendido, acima de tudo, como um espaço socialmente construído, cujas fronteiras se ampliam ou reduzem à medida das relações sociais tecidas entre aqueles que compartilham do mesmo tempo e espaço. Ou seja, o conceito, em sua análise, é majoritariamente delimitado por fronteiras sociais, que são espacial e cronologicamente dinâmicas à dependência das relações constituídas tanto entre os próprios humanos quanto na relação desses com o espaço.⁴⁰

A abordagem regional é, portanto, um aporte teórico necessário, visto que, para o recorte selecionado, a região é a unidade radicular dos seres humanos que ali viveram e construíram suas histórias. Sobretudo, ela será o palco em que se articularão as relações sociais construídas pela população cativa analisadas à frente. Uma boa definição dessa forma de observar o espaço encontra-se nas palavras de Durval Muniz de Albuquerque Junior, que define o regional ou o local como

o lugar da experiência cotidiana e imediata dos homens [...] um lugar para ser pensado existencialmente, lugar com o qual os homens manteriam vínculos afetivos e emocionais, lugar de radicação das memórias e das tradições, lugar que serviria de mediador para o acesso

³⁹ GOUBERT, *História Local...* p. 70.

⁴⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 24.

e para a relação com recortes e identidades espaciais mais vastas, como: outras regiões, a nação e o estrangeiro, lugar, portanto, não ameaçador, não desconhecido, lugar familiar, a própria casa dos homens, portanto, nada mais normal que seja um lugar ligado a e definido pelas próprias operações cotidianas e rotineiras, as próprias operações que se passam no interior de uma casa ou de uma família: a região ou o local seria o lugar de nascimento ou da morte, o lugar de uma dada maneira de comer ou de beber, o lugar de uma dada forma de vestir, de falar, de cantar e de contar, de se divertir, de crer e de ser. O regional seria certa forma de estar aí no mundo que definiria, por sua vez, certa forma de ser, conjunto de práticas discursivas ou não que constituiriam uma dada forma de, inclusive, ser feliz.⁴¹

Com o objetivo de esquivar de possíveis anacronismos provenientes dos diferentes momentos de ocupação e povoamento das terras macaenses, tentaremos iluminar algumas lacunas para melhor abordar o desenvolvimento da cidade de Macaé dentro das características próprias do seu tempo, espaço e relações sociais, em harmonia com os níveis locais, regionais, nacionais e internacionais.

Dessa forma, chegaremos à segunda metade do século XIX capacitados à melhor relacionar o contexto geral à construção e ao desenvolvimento dos grupos familiares gestados entre as populações cativas, uma vez que, de acordo com Hebe Maria Mattos, a situação de estabilidade das famílias escravas tendia a se ampliar nas grandes fazendas do Sudeste que se formaram entre o século XVIII e o início do XIX, de modo que esse processo viria exercer papel de grande influência nas escolhas de migração ou permanência dos libertos de gerações vindouras; especificamente, influenciaria na continuidade ou ruptura das famílias escravas formadas a partir da segunda metade do século XIX.⁴²

Ao analisarmos brevemente períodos pretéritos ao século XIX, é sugestiva a ideia da interferência de características, digamos, clássicas e modernas, ao observar o povoamento do território com as lentes da longa duração. Como clássicas, entendemos as possíveis motivações que nortearam a ocupação colonial. Essa descrição, no entendimento aqui proposto, pode ser o ponto de partida para o compreender os movimentos relativos às tentativas dos primeiros donatários da Capitania de São Thomé,

⁴¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. *Anais do XIII Encontro Regional de História*. UFRRJ/Seropédica, 2008.

⁴² MATTOS, *Das Cores do...* p. 118.

ao se estabelecerem na região e garantirem a ocupação da área através da incorporação de gêneros de exportação.⁴³

Entretanto, no correr da expansão demográfica que animou a construção de uma sociedade única em terras tupiniquins, é de conhecimento atual que as relações humanas gestadas nas sociedades colonial e imperial foram muito mais complexas do que a simples relação senhor-escravo, de modo que a diversidade dos atores sociais imbricados na trama – livres pobres, nobres despossuídos, senhores alforriados e outras diversas possibilidades de *ser* – e as relações de poder derivadas do convívio social entre esses e outros são uma peça fundamental para melhor clarificar a arquitetura social, política e econômica da época.⁴⁴ Portanto, parte daí a necessidade de explorar o assunto.

Dos atores que merecem destaque no processo de povoamento dessas terras, temos aqueles que por muito tempo foram os principais povoadores da planície goitacá, os indígenas, densamente presentes nas descrições de cronistas e viajantes desde os primeiros contatos de europeus na região. Nos relatos mais distantes no tempo, a ênfase recai na ferocidade do povo que deu o nome à planície. Foram descritos como os “diabólicos *Uetacá* invencíveis nessa região, comedores de carne humana, como cães e lobos, e donos de uma linguagem que seus vizinhos não entendem, devem ser tidos entre os mais cruéis e terríveis que se encontram em toda a Índia Ocidental”.⁴⁵

Sheila de Castro Faria, ao analisar a dinâmica do uso da terra nos Campos dos Goytacazes, verifica que a narrativa sobre o gentio feroz ameniza com o passar do tempo, fato que pode se justificar pelas incessantes tentativas de fixação do homem europeu a essas terras, o quê fez com que os nativos, “mesmo com lutas sangrentas ou grandes resistências, não escapa[ssem] da assimilação ou do extermínio”.⁴⁶ Todavia, essa batalha foi morosa e, mesmo sem consumir-se a ‘vitória’ dos indígenas, os mesmos contribuíram para um acúmulo de derrotas, por séculos, aos projetos colonizadores que visavam o

⁴³ CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da Capitania de São Thomé*. Campos dos Goytacazes: Typographia e Lithographia de Silva, Carneiro & Comp. 1888. p. 47.

⁴⁴ Para uma crítica detalhada à escola do ‘sentido da colonização’, norteador por uma análise, em maior medida, econômica, ver: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 15-22. Para uma extensa bibliografia sobre o panorama atual da História Social da Agricultura, responsável por sofisticar a observação dos mais diferentes atores sociais e incorporá-los como necessários à compreensão ampliada das sociedades colonial e imperial, ver: ALVARENGA, Felipe de Melo. *De Terras Indígenas à Princesa da Serra Fluminense: o processo de realização da propriedade cafeeira em Valença (Província do Rio de Janeiro, Século XIX)*. Dissertação de Mestrado. 250 p. Campinas: UNICAMP. 2019. p. 190.

⁴⁵ LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961. p. 63.

⁴⁶ FARIA, A Colônia em... p. 30.

domínio territorial da região. A afirmação, feita em 1785 por Manoel Martins do Couto Reis, vem de encontro ao argumento, quando diz que

Muitas, e excelentes terras se compreendem nos sertões, admiráveis para serem povoadas, porém antigamente o não foram, com justa causa, porque um povo tão diminuto não tinha forças competentes para resistir ou reprimir qualquer hostilidade, que a barbaridade gentílica pretendesse.⁴⁷

Tal afirmação dá conta de demonstrar a fragilidade em que se encontravam aqueles primeiros colonizadores, contrariando a narrativa heroica comumente vista nos estudos clássicos ou leigos. Sem dúvidas, os povos da terra foram um dos maiores empecilhos à realização do que João Fragoso e Manolo Florentino nomearam como *ideal aristocrático*, conceito caracterizado como o desígnio da elite colonial no sentido de “transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados”.⁴⁸ Esse *ideal* pôde ser captado a partir das intenções do mesmo Couto Reis, então tenente-coronel que, anos mais tarde, às vésperas do século XIX, ainda vê no adestramento de indígenas o meio mais eficiente para que seja possível estabelecer

grandes povoações como Vilas ou Aldeias [...] em todo o sertão beira rio, dando-se para os seus territórios larguezas capazes de admitir muitos colonos, e boas fazendas, o que será consequência para adiantamento do comércio, e de uma recíproca comunicação de umas, a outras partes.⁴⁹

Ainda com relação aos grupos que merecem destaque no processo de ocupação, temos as populações de pretos/pardos forros/livres, bem como brancos despossuídos que, na ausência de terras disponíveis para a subsistência, tiveram grande responsabilidade no alargamento da fronteira agrícola regional. Segundo Faria, haviam duas grandes barreiras

⁴⁷ COUTO REIS, Manuel Martins do. *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito de Campos dos Goitacazes que por ordem do Ilmo. e Exmo. Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General do Mar e Terra do Estado do Brasil, etc. se escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do Mesmo Terreno, que Debaixo da Dita Ordem se Levantou. Por Manuel Martins do Couto Reis Capitão de Infantaria do Primeiro Regimento desta Praça. Rio de Janeiro. 1785.* (manuscrito de 1785) apud FARIA, A Colônia em... p. 123.

⁴⁸ FRAGOSO; FLORENTINO, *O arcaísmo como...* p. 21.

⁴⁹ REIS, Couto. Manoel Martins do. *Memória acerca dos meios de facilitar e ampliar a civilização dos indígenas que habitam as margens do Rio Paraíba do Sul e seus confluente; do expediente mais racional para tratar o estabelecimento de uma navegação pelo mesmo rio e do modo mais próprio de arranjar serrarias, corte e fabrico de madeiras a coberto das invasões dos indígenas.* 1799. apud FARIA, A Colônia em... p.124.

aos colonos de grande cabedal no objetivo de estender seus domínios: a primeira, citada acima, eram os indígenas. A segunda, as condições ambientais.

A autora cita o relato de Couto Reis a respeito do topônimo dado ao rio que desemboca no Paraíba do Sul, já nas proximidades de onde hoje é o centro urbano de Campos, o Muriaé. Seria o termo proveniente de um português fortemente influenciado pelo sotaque das línguas nativas, que se referia à pronúncia de “morreu aí”. A localidade rio acima era referência de área pestífera, devido às intensas epidemias que por ali originavam-se nas épocas de cheias, segundo o relato.⁵⁰

Ao analisar números referentes à demografia de algumas freguesias ao redor de Campos, entre os anos de 1785 e 1799, incluindo a de Nossa Senhora das Neves, a autora constata expressivo aumento da presença dos, para usar o termo de Laura de Mello e Souza, “desclassificados”,⁵¹ que agiram no sentido de expandir as fronteiras e possibilitar novos locais de desenvolvimento demográfico. Para Faria,

O que salta aos olhos é que áreas a princípio temidas pelos homens detentores de grandes capitais, por exemplo, eram lugares para onde se dirigia boa parte da população liberta do cativo. Apesar de sempre criticados pela “liberdade” com que viviam, era interessante para administradores coloniais que a ocupação fosse assim iniciada. Terras incultas, com altos arvoredos e extensos brejais, estavam particularmente propícias às epidemias. Neste sentido, homens pobres foram os “purificadores” dos ares ou, em outras palavras, desbravadores de vastas e temidas regiões, seguidos de outros, poderosos, que os substituíam após a constatação da salubridade e por ser a área interessante a grandes investimentos.⁵²

Esses homens e mulheres, alocados num patamar que só não era inferior ao cativo – caso seja uma opção saudável observar através de lentes hierárquicas – representavam para as elites o extremo oposto ao *ideal aristocrático*, sendo vistos como vadios, avessos ao trabalho, exatamente por optarem pela autonomia de viver como queriam, ou melhor, como podiam. Couto Reis, ao falar a respeito da população de Nossa Senhora do Desterro de Capivary (atual Quissamã), frisa em seu relatório destinado ao vice-rei Luiz de Vasconcelos algumas características dessas pessoas. Segundo o autor, na localidade,

⁵⁰ FARIA, *A Colônia em...* p. 126.

⁵¹ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul. 2015.

⁵² FARIA, *A Colônia em...* p. 128.

nada mais há que homens pobres: uns, que apenas plantam para comer e nada mais aspiram, e outros, que também só se contentam de pescarias na Lagoa, não colhendo deste exercício o que vestir mal e viver no estado da indigência; tal é também a maior parte dos moradores do Barreto, que só se empregam em serrarias de madeiras, parece que pela forte oposição dos seus gênios contra a agricultura [grifo nosso].⁵³

É possível notar que, nos termos grifados do trecho acima, sobressai o juízo de valor daquele sobre as ações desses; juízo do qual inclina-se à ideia de que a natureza, ou vontade inata dos despossuídos, é o principal motivo que os impede agir de acordo com os parâmetros aristocráticos ideais sobre o uso da terra.

Felipe de Melo Alvarenga, ao analisar, na segunda metade do século XIX, as famílias que viviam às margens das fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense, conseguiu ter evidências suficientes para propor o conceito de *autonomia produtiva das fazendas*, que caracterizaria a liberdade dos pequenos produtores para produzir gêneros comerciais e de consumo próprio, assim como transacionar as benfeitorias construídas em terrenos dos quais não eram donos. Segundo o autor, a disputa de poder entre o grande fazendeiro *versus* os direitos de propriedade das famílias de menor poder aquisitivo constituía-se em uma importante relação social na realização da propriedade cafeeira.⁵⁴

O contraste entre a fala de Couto Reis e o constatado por Alvarenga é simbólico na representação de como as classes eram narradas a partir do olhar do observador. Esses “desclassificados”, por muito tempo, foram elementos pífios em relação ao valor dado pela historiografia na composição dos quadros sociais, políticos e econômicos relativos ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Em certo momento dos estudos históricos nacionais, chegou-se a imaginar que esses não passavam de uma “‘ralé’ que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade”.⁵⁵ Entretanto, foram esses mesmos homens e mulheres que possibilitaram o alargamento da fronteira agrícola macaense, expandindo regiões das quais não eram aprazíveis até o momento em que essas populações demonstraram sucesso no povoamento.

Além do mais, podemos, ainda, traçar um paralelo entre o Vale do Paraíba e os sertões do Norte Fluminense, a partir do ponto de vista da autonomia das populações de menor poder aquisitivo. Em ambas as localidades, essas ações exerceram papel

⁵³ COUTO REIS, *Descrição Geográfica, Política... apud* FARIA, *A Colônia em...* p. 129.

⁵⁴ ALVARENGA, *De Terras indígenas...* p. 192.

⁵⁵ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4ª edição. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997, p. 14.

fundamental tanto para a sobrevivência dos atores, quanto colaboraram aos projetos de povoamento do interior.

Portanto, vistas as características entendidas como “clássicas”, em consonância com o paradigma contemporâneo da historiografia, temos agora os aspectos “modernos”. Não se pretende, com esta divisão, periodizar cada uma das classificações, uma vez que, no entendimento aqui proposto, ambas caminham juntas a partir de meados do século XVIII. Essa proposição, de caráter, certa forma, didático, visa compor o cenário de construção de uma identidade local: a primeira, endógena, gestada no interior da comunidade regional, e outra exógena, cuja influência externa virá exercer importante papel na formação do espaço macaense.

No bojo das características compreendidas como “modernas”, qualificam-se as ações implementadas e derivadas da doutrina política regida por Marquês de Pombal e demais administradores, conhecidos como “estrangeirados” do Reino. O grupo diagnosticou a necessidade de reestruturação interna do Estado Português e elaboraram estratégias para essa finalidade, cujos principais objetivos almejavam o desenvolvimento econômico, a reconstrução da cultura e identidade nacionais e a preservação da soberania monárquica.⁵⁶

As legislações foram um divisor de águas para a política e economia do Reino. Um dos efeitos práticos dessas medidas, e que tocou diretamente a região em estudo, foi a expulsão dos discípulos de Santo Inácio de Loyola dos domínios portugueses, uma vez que, segundo o movimento ilustrado luso, os padres foram os principais responsáveis pelo atraso cultural vivenciado pela sociedade portuguesa até o momento.⁵⁷

É dentro dessa conjuntura que surge o presbítero Antônio Vaz Pereira, responsável por levantar, nos sertões macaenses, a paróquia dedicada à Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, concomitantemente à existência dos engenhos controlados pelos padres da Companhia de Jesus desde o início do século XVII: um próximo à Lagoa de Imboacica, e o outro localizado junto a foz do rio que hoje dá o nome a cidade, chamada de Fazenda de Macahé ou Sant’Anna.⁵⁸

⁵⁶ SILVA, Ana Rosa Cloclet da. O marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (Orgs.). *A “Época Pombalina” no Mundo Luso-brasileiro*. p. 413-452. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 423

⁵⁷ OLIVEIRA, Luis. Eduardo. A legislação pombalina e o mito da modernidade. *Infância, juventude e relações de gênero na história da educação: VIII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*. São Luis: EDUFMA, 2010. p. 2.

⁵⁸ LAMEGO FILHO, Macaé à luz... p. 56-66.

A provisão real de 24 de dezembro de 1765 definiu o ato de criação da paróquia, situada a um dia de distância da foz do rio Macaé,⁵⁹ apesar das ações de Vaz Pereira no sentido de erigir a igreja datarem em cerca de 10 anos antes.⁶⁰ A relação entre o padre secular e os inacianos foi sobremaneira conflituosa, de modo que a saída desses aparenta ter sido fundamental para a continuidade da freguesia.

Em 1757, o referido missionário escreve ao rei de Portugal D. José I uma exposição sobre a situação que se encontrava o território controlado pelos Jesuítas, bem como argumenta em defesa da sua ação benemérita em relação ao trato com os índios e demais residentes. Neste documento, ele cita as mazelas vividas pela população que, sob a tutela dos inacianos, sofriam de vexações públicas e confisco de bens à incêndios residenciais e assassinatos. Esses, inclusive, ocorridos durante missas, eram perpetrados por uma milícia formada por indígenas e negros armados, comandada pelos líderes jesuítas locais.⁶¹

Há pesquisas que argumentam em favor da ocorrência de um grande esforço propagandístico, por parte do movimento ilustrado português, no intuito de deslegitimar as ações da Companhia de Jesus. Com forte influência dos épicos heroicos do período greco-romano, os escritos são definidos como armas de uma disputa de poder,⁶² o que é compreensivo, num momento em que a manipulação da opinião pública através da imprensa já se fazia necessária para alcançar objetivos políticos numa esfera ampliada, neste caso, a de um Estado Nacional.

Entretanto, a exposição do padre Antônio Vaz Pereira ilumina a questão, ao referendar que as violências praticadas pelos inacianos não ocorreram somente ao nível da narrativa. O relato contribui à ideia de que existiam violências reais, confirmadas pelo efeito prático de sua denúncia: a extradição dos líderes jesuítas de volta à Portugal.⁶³ Esse

⁵⁹ PIZARRO E ARAUJO, José de Sousa Azevedo. *Memorias históricas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1820. p. 137. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>. Acesso em 19 ago 2022.

⁶⁰ FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte contra a vida: sentenciamento, assassinatos e sepulturas na construção da memória no município de Macaé (Rio de Janeiro, 1855-1910)*. Dissertação de Mestrado. 215 p. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. 2009. p. 23.

⁶¹ Exposição do padre Antônio Vaz Pereira acerca da degradação dos índios do aldeamento de S. Lourenço e de S. Pedro e queixas contra os padres José dos reis e Manoel de Andrade da Companhia de Jesus – 1757. Arquivo Ultramarino – IHGB – Códice: Arq 1, 3, 8 p. 188-191v. *apud* AMANTINO, Marcia. Macaé nos séculos XVII e XVIII: catolicismo e povoamento. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis. (Orgs.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, p. 46-49.

⁶² FRANCO, José Eduardo. O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil. *Cadernos IHU Ideias*. Ano 13, nº 220, vol. 13, 2015. p. 22-25.

⁶³ Carta de Thomé Joaquim Costa Corte Real ao governador da capitania do Rio de Janeiro, José Antonio

fato, todavia, não diminui a possibilidade de que houvessem padres regulares em bom relacionamento com a população local. Generalizações sempre são perniciosas.

Marcia Amantino frisa o posicionamento do presbítero, quando esse afirma “que muito mais teria feito se os inacianos não o atrapalhassem”.⁶⁴ E, de fato, o que parece ter ocorrido é bem semelhante às suas intenções, pois, conforme citado acima, pouco tempo depois da expulsão da Companhia ocorre a provisão para o estabelecimento oficial da paróquia de Nossa Senhora das Neves, sendo o pioneiro substituído das funções administrativas pelo Vigário Encomendado José Ribeiro das Neves.⁶⁵

De força equivalente à sua iniciativa de aldear índios e construir povoações – das quais somaram-se 25, ao todo, num período de 10 anos – estavam, no bojo das políticas pombalinas, duas instruções reais: a primeira datada de 08 de maio de 1758 e, a segunda, de 28 de setembro do mesmo ano, que determinavam, respectivamente, a substituição dos Jesuítas por padres seculares nas aldeias indígenas e a elevação das mesmas à categoria de vilas. As legislações são fundamentais para compreender que a elevação do povoado estava assentado em uma conjuntura muito mais complexa do que a simples iniciativa de evangelização católica.⁶⁶

Por mais que Vaz Pereira tenha solicitado à realeza “uma ajuda de custo para se continuar a Igreja que o Suplicante está fazendo no Rio de Macaé para dar com decência o pasto espiritual às ovelhas novamente convertidas, porque são muito pobres”,⁶⁷ aparentemente, a resposta Real não ocorreu, visto que a situação de Neves permaneceu em estado calamitoso por quase cinco décadas, mesmo após ser elevada à categoria de paróquia colada, em 22 de dezembro de 1795, segundo relato das visitas pastorais ocorridas em 1799 e em 1812.⁶⁸

Porém, essa realidade não tardaria a mudar. Sheila Faria explica que “a existência do aldeamento indígena controlado por missionários tornava relativamente segura a ocupação e o estabelecimento de população livre e pobre”.⁶⁹ Como visto anteriormente, essas populações muito contribuíram no objetivo da Coroa de expandir as fronteiras do

Freire de Andrade, em 31.01.1758. IHGB, Arq. 1, 3, 8. p. 186v. *apud* AMANTINO, *Macaé nos séculos...* p. 49.

⁶⁴ AMANTINO, *Macaé nos séculos...* p. 46.

⁶⁵ FRANCO, *A morte contra...* p. 27 e PIZARRO E ARAUJO, *Memorias históricas...* Tomo V. p. 137.

⁶⁶ RUPERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)*. Rio Grande do Sul: Editora Pallotti, 1988, vol. III p. 113. *apud* FRANCO, *A morte contra...* p. 27.

⁶⁷ Exposição do padre Antônio Vaz Pereira... *apud* AMANTINO, *Macaé nos séculos...* p. 49.

⁶⁸ FRANCO, *A morte contra...* p. 25-26.

⁶⁹ FARIA, *A Colônia em...* p. 128.

interior. A autora, especificamente sobre Neves, afirma ter verificado mudanças significativas na transição do XVIII para o XIX, ao relatar que a freguesia,

Em 1785, tinha quarenta habitantes livres, 102 escravos, dois engenhos, produzia somente cem arrobas de açúcar por ano, uma pequena colheita de grãos e pouca criação de gado, distribuídos por 12 unidades agrícolas. Em 1799, sua situação havia-se transformado radicalmente: de quarenta habitantes, passou a ter 1.691 (um aumento de 4.227,5% em 14 anos); a população cativa aumentou de 102 para 3.640 (em termos proporcionais, a elevação foi de 3.468,6%).⁷⁰

O *boom* demográfico, apresentado à essa altura do texto, pode ser compreendido como uma consequência conjuntural, não obstante outras lacunas além do alcance desta pesquisa, dos acontecimentos elencados acima: 1) o conflito aberto com os povos nativos e a busca pelo *ideal aristocrático* das classes superiores; 2) a necessidade de terras por parte das populações mais pobres; 3) o comprometimento religioso com o aldeamento dos indígenas; 4) as intenções da Coroa, através da política de Pombal, no sentido de recuperar o sentimento de progresso econômico prejudicado pelo contexto político-econômico do mundo atlântico de fins do XVIII, capitaneado, para além de outros fatores relativos ao universo luso, pela decadência da mineração.

O termo “sentimento”, utilizado acima, foi disposto com uma intenção válida, uma vez que a crise econômica e política da época afetava muito mais o continente europeu do que as Colônias. Segundo Frédéric Mauro, existia uma diferença estrutural entre ambas as economias, diferenciadas principalmente pelo caráter exportador dos domínios coloniais. Nas terras brasileiras, o autor pontua um crescimento paradoxal em relação à Europa, fomentado pela inversão de capital numa diversidade de produtos agrícolas após a crise do ouro.⁷¹

No caso em tela, o principal produto agrícola que permitiu a região se tornar um grande polo de atração de seres humanos foi a cana-de-açúcar, principalmente a produzida em Campos dos Goytacazes. Sobre o tema, muito valor há na descrição do Monsenhor Pizarro e Araújo, quando afirma que

A cobiça do assucar transtornou inteiramente este paiz,⁷² e toda sua cultura, mudando a lavoura dos legumes, dos algodoens, e d’outros

⁷⁰ FARIA, *A Colônia em...* p. 327.

⁷¹ MAURO, Frédéric. *A conjuntura atlântica e a Independência do Brasil*. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 – Dimensões*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva. 1986. p. 45

⁷² O termo ‘paiz’ refere-se aos Campos dos Goytacazes.

generos, de que abundava, na da Cana, à cujo trabalho se applicáram com actividade os seus habitantes, por ser incrível a fertilidade d'essa planta, e o modo facil de se fabricar o assucar. D'ahi proveio não só a opulência, em que se acha a terra, mas a differença, que se observa nos mesmos habitantes, passando de rusticos [...] à homens civis, muito aceiados, grandes negociantes, e fartos de numerário.⁷³

Nesse contexto, é interessante atentar para uma nota de rodapé que acompanha o relato, que cita parte da *Informação da Capitania ao sucessor do Governo de Luiz de Vasconcellos de Souza*, de autoria do Vice-Rei Marquês de Lavradio, a respeito de Campos. O relato, que aparenta ser uma citação direta, explica que

Foram muitos annos aquelles Districtos o azilo de todos os malfeitores, ladroens, e assassinos, que alli se recolhiam, e liberdade, que quasi não conheciam sugeição de pessoa alguma: todos viviam em bastante ociosidade, contentando-se só de cultivarem pouco mais do que lhes era preciso para sua sustentação. Tem custado bastante a reduzi-los à uma melhor ordem. Eu já achei adiantado este trabalho pelos Senhores Vice-Reis meus Antecessores; e seguindo os seus passos, se tem adiantado o Commercio, Lavoura e Agricultura. [...] Porém como aquellas gentes ainda estam com as idéas muito frescas da má criação que tiveram, he necessario, enquanto não passam mais annos, não dar a nenhum delles um poder, e authoridade, que enchendo-os de vaidade, possa vir à dar um cuidado, que traga comsigo maiores consequencias. Eu tenho seguido o sistema de dar alli muitas Sesmarias, de facilitar as pessoas desta Capital, que se vão para alli estabelecer. Tenho mandado vir a muitos para lhes fallar; tenho-os aqui conservado por algum tempo para os costumar à ver o como os Povos vivem sugeitos, e que vejaõ o modo com que se respeita, e obedece aos diversos Magistrados, e as pessoas que mais representaõ.⁷⁴

É possível notar que, para além de reproduzir as mesmas opiniões de cunho moral afirmadas por Couto Reis para as populações mais pobres, e explicar que a localidade era lar de gentes da pior estirpe, o texto insere uma importante característica para compor o quadro social da região: o incentivo ao povoamento por elementos provenientes da cidade do Rio de Janeiro, bem como a transferência de colonos locais para a capital com o objetivo de incorporá-los à ideia de viver sob sujeição de uma autoridade superior, atividade que está de acordo com a matriz pedagógica das reformas pombalinas.⁷⁵ É até mesmo possível conjecturar que o arremate dos bens jesuíticos de Macaé esteja dentro

⁷³ PIZARRO E ARAUJO, *Memorias históricas...* Tomo III. p. 116-118.

⁷⁴ PIZARRO E ARAUJO, *Memorias históricas...* Tomo III. p. 116-117.

⁷⁵ SILVA, *O marquês de Pombal...* p. 420-423.

desse contexto, uma vez que as terras da Companhia foram adquiridas primeiramente por Gonçalo Marques de Oliveira, morador da capital da província.⁷⁶

Dessa forma, para além das disposições naturais do território que facilitaram o desenvolvimento agrícola, o incentivo moral também foi um fator importante na tomada de decisão dos atores e, como característica não menos importante, contribuiu para resultados extremamente positivos para as classes dominantes.

Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes, desde o final da década de 1770 a capitania do Rio de Janeiro contava com 323 engenhos, dos quais a maior parte localizava-se na região Norte Fluminense, principalmente em Campos dos Goytacazes. A cana-de-açúcar se fortalecia, segundo os autores, desde meados do século XVIII, de modo que o desenvolvimento do gênero nos anos que seguem foi deveras significativo, assim como expõe o relato de Monsenhor Pizarro acima.

Os dados apresentados pelos autores sugerem um aumento de 19,25% entre 1780 e 1810, e de 42,85% entre a última data e o ano de 1828. Além disso, essas unidades produtivas abarcariam cerca de 44% da escravaria da capitania ainda no final do século XVIII.⁷⁷ Nesse ínterim, acompanham os números que se referem ao contingente de escravizados no território Norte Fluminense, uma vez que a contínua inserção desses trabalhadores na sociedade colonial configurava-se no “eixo central da economia e da própria hierarquia social”.⁷⁸

De acordo com Silvia Hunold Lara, a Vila de S. Salvador abrigava o terceiro maior contingente de escravos da Capitania do Rio de Janeiro, perdendo em número somente para a capital e seu respectivo recôncavo. Tal qual o quantitativo total, a densidade de escravos estava entre as maiores já registradas para o período: abrigava de 50% a 60% de toda a escravaria da capitania entre o final do mesmo século e início do XIX.⁷⁹

A partir da análise dos dados, a autora constatou um importante movimento, que operou no sentido da pulverização das propriedades na área de ocupação inicial, Campos, e o aumento da presença de unidades produtivas e a respectiva concentração de braços escravizados em suas freguesias, principalmente na de Nossa Senhora das Neves. Ou seja, cresce o número de pequenas propriedades com poucos escravos na primeira área, e o movimento inverso, com grandes latifúndios e concentração de escravos, é observado na

⁷⁶ LAMEGO FILHO, *Macaé à luz...* p. 60.

⁷⁷ FLORENTINO; GÓES, *A paz das senzalas...* p. 46

⁷⁸ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras. 1997. p. 31.

⁷⁹ LARA, *Campos da Violência...* p. 137.

hinterlândia campista.⁸⁰ A informação vai de encontro à descoberta empírica de Faria, evidenciando o trajeto percorrido pela população local.

A partir da consciência de que, apesar do interesse em auferir lucros para sua própria classe, o complexo açucareiro cooperava ao desenvolvimento econômico da metrópole, é possível compreender como a conjuntura internacional foi importante para o crescimento econômico da região.

Celso Furtado aponta para diversos fatores, por exemplo, os impactos da guerra de independência dos Estados Unidos da América; a Revolução Francesa e seus desdobramentos, cujo destaque paira sobre a revolução ocorrida na ilha de Santo Domingos, maior abastecedora de açúcar da Europa. Inclui também a derrocada das guerras napoleônicas, o bloqueio e o contrabloqueio continental, bem como a desarticulação do Império espanhol nas Américas. Segundo o autor, por conta desses eventos, “praticamente todos os produtos da colônia se beneficiam de elevações temporárias de preços”.⁸¹

Florentino alerta para os riscos da proposta de Furtado em estabelecer uma relação de causalidade entre a conjuntura internacional e a economia colonial, que atestaria para a dependência dessa em detrimento daquela. O autor salienta que a ascensão econômica do Norte Fluminense data de antes das crises europeias e derivadas.⁸² Entretanto, apesar do crescimento anterior, as “elevações temporárias de preços” viriam a desempenhar um papel de grande importância no *boom* demográfico observado, sobretudo em relação a entrada massiva de africanos na Capitania do Rio de Janeiro. Soma-se a isso, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, a abertura dos portos e o início das pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos, ocorridos já no século XIX.⁸³

Sobre a questão da expansão econômica, interessa destacar os impactos diretos nos vínculos de sociabilidade construídos entre as populações cativas, pois, na medida em que as conjunturas políticas e de mercado alteram a dinâmica do tráfico internacional de escravos, a inserção de novos contingentes de trabalhadores escravizados contribuiu para um contínuo rearranjo das redes de sociabilidade entre cativos e senhores.

Florentino e Góes compreendem que as relações construídas, tanto entre os próprios escravos, quanto desses com seus proprietários, enfrentavam os problemas

⁸⁰ LARA, *Campos da Violência...* p. 136-138.

⁸¹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2005. p. 119-121.

⁸² FLORENTINO; GÓES, *A paz das senzalas...* p. 46-48.

⁸³ FLORENTINO, *Em costas negras...* p. 31.

gerados pela ambiguidade do ideal patriarcal *versus* a contínua inserção de componentes sem nenhum vínculo de parentesco. Essa característica dificultava a incorporação de novos membros vindos do além-mar às escravarias, assim como criava transtornos à construção do *pater* na figura do senhor, uma vez que esse também era um estrangeiro para os recém-chegados da África. Nesse contexto, a construção de laços parentais era imprescindível.⁸⁴

O entendimento proposto paira na ideia de que os movimentos relativos às continuidades e rupturas no tecido social das escravarias podem ser observados não só como resultado das ações cotidianas dos cativos, enfatizado pela historiografia recente, ou como mera consequência de situações externas à vida material e simbólica desses, como propõem estudos mais antigos. A vida social pode ser observada como resultado da integração entre o micro e o macro, tendo em vista que os escravizados – assim como todos os outros atores – colaboravam à construção do mundo em sua volta, bem como eram lapidados pela sociedade que orbitava suas próprias vidas.

Sendo assim, o objetivo desse primeiro tópico era propor ao leitor algumas características, separadas metodologicamente pelo critério de “clássicas” e “modernas”, mas que na verdade são dois lados de uma mesma moeda no contexto do desenvolvimento populacional da região. Do mesmo modo, almejou-se estabelecer uma relação entre essa expansão demográfica com o próprio aumento da entrada de cativos, para que, mais à frente, o entendimento a respeito dos impactos dessa conjuntura nos laços familiares gestados entre a população escrava seja favorecido.

Dada a devida ênfase à região e seu povoamento, bem como às relações entre algumas características dessa sociedade escravista, serão favorecidas análises sobre o município núcleo de nossa análise.

1.2. Panorama da economia macaense ao longo do século XIX

O alvorecer do século XIX é o espaço temporal que garantiu as condições certas para a elevação de Macaé à categoria de vila. Ao ser fertilizada pelo exponencial crescimento das atividades econômicas regionais ao longo do século XVIII, favoreceu-se a chegada de populações de todos os níveis econômicos no território. Não muito tempo depois, uma elite local se consolidou e viabilizou a emancipação do que viria a ser as

⁸⁴ FLORENTINO; GÓES, *A paz das senzalas...* p. 36.

terras macaenses, provenientes de parte dos municípios aos quais a população local era subordinada, a lembrar, Cabo Frio e Campos.⁸⁵

Entretanto, municípios como Macaé, criados entre o fim do século XVIII e início do XIX, apresentam diferenças consideráveis na forma como foram concebidos em relação aos que surgem nas três primeiras centúrias relativas ao regime colonial. Nessa primeira fase, o aparecimento de termos, vilas e cidades⁸⁶ ocorreu de maneira paulatina, devido, principalmente, à sujeição das necessidades locais aos interesses da Metrópole portuguesa. Entretanto, conforme se aproxima o período referente à transição para o Império, o que se verifica é um aumento expressivo do número de municípios, que soa como um “surto emancipacionista”.⁸⁷

O geógrafo Aroldo de Azevedo notou que a quantidade de vilas e cidades estabelecidas somente nos primeiros 22 anos do século XIX foi maior do que os números relativos à totalidade do século XVII.⁸⁸ Cláudia Damasceno Fonseca, ao analisar a criação de vilas nos sertões mineiros entre o final do século XVIII e início do XIX, verificou situação semelhante em seu recorte.

Na observação da autora, o momento era de crise das relações entre a Coroa e seus súditos. Portanto, houve a necessidade, por parte da monarquia, de reforçar os símbolos que colaboravam à sua imagem. Isso teria viabilizado o maior entrosamento entre algumas elites locais que desejavam a emancipação dos seus territórios e a Metrópole. A marca desse movimento pode ser observada nos topônimos dados às cidades situadas em locais estrategicamente escolhidos, para que pudessem fazer referência visível aos grandes nomes da realeza.⁸⁹

⁸⁵ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. p. 70.

⁸⁶ Sobre os conceitos geográficos de organização do território colonial, Caio Prado Júnior traz uma explicação interessante: “A capitania forma pois a maior unidade administrativa do governo. Divide-se seu território em *comarcas*, sempre em pequeno número. A comarca compõe-se de *termos*, com sede nas vilas ou cidades respectivas. Os termos, por sua vez dividem-se em *freguesias*, circunscrição eclesiástica que forma a paróquia, sede de uma igreja paroquial e que servia também para a administração civil.” JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 306.

⁸⁷ NUNES, Marcos Antônio; MATOS, Ralfo; ARANTES, Rodrigo Caetano; OLIVEIRA, Gabriel Luís Nogueira. O Município no Brasil Colônia e sua transição para o Império: o primeiro “surto emancipacionista”. *ABEP - Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. p. 1-21. 2018. p. 2. Disponível em: <http://www.abep.org.br/xxiencontro/arquivos/R0077-1.pdf>. Acesso em 14 jul 2022.

⁸⁸ AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial. *Terra Livre – AGB*. São Paulo. n° 10. p. 23-78, jan-jul 1992. p. 52.

⁸⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 229.

De fato, o cenário político-econômico do período contribuiu para transformações significativas no que tange às municipalidades, ou melhor, ao tecido social como um todo. Dentre as mudanças, considera-se uma das mais relevantes para o caso de Macaé a chegada, em 1808, da corte portuguesa.

De acordo com Jurandir Malerba, o que mais foi sentido na Colônia, a partir da transferência do aparato burocrático português para o Rio de Janeiro, foram as mudanças no ordenamento social, político e jurídico do país, referendadas pelo encontro de duas configurações sociais distintas: a nobreza da metrópole e a sociedade da terra que a recebeu, sendo a concessão de graças um dos principais meios pelos quais essas mudanças operaram. A ação é considerada pelo autor como um proeminente artefato de capital simbólico à disposição da Coroa, e explica que “foi o abuso no emprego dessa propriedade a marca distintiva da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro”.⁹⁰

Alberto Lamego Filho, ao tratar do ato de criação da vila, lavrado no alvará de 29 de julho de 1813, permite evidenciar alguns pontos levantados por Malerba. Segundo o autor, a população macaense foi essencial para o feito; suplicaram diretamente ao Príncipe Regente D. João, para que lhes concedesse a graça de emancipar o dito local às custas dos próprios suplicantes. Segundo o memorialista, os pedidos ocorreram por conta das “inconveniências e vexames, que sofriam os seus moradores, por falta de pronta administração da justiça – pois quando dela necessitavam, uns eram obrigados a procurá-la na cidade de Cabo Frio e outros na Vila de São Salvador”.⁹¹

Em consulta ao *Almanak Laemert*, constatou-se que essa elite emancipacionista se manteve presente ao longo tempo. Foi observado que muitos dos sobrenomes que assinaram a ata da cerimônia de fundação da vila – transcrita integralmente por Lamego – constam nas discriminações de cargos administrativos do município de Macaé entre os anos de 1850 e 1871.⁹² Ao buscar os nomes nos registros de batismo, também foi observado que muitas famílias, cujos membros participaram da criação do município,

⁹⁰ MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p. 24.

⁹¹ O autor se refere a vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes. LAMEGO FILHO, *Macaé à luz...* p. 66.

⁹² Sobrenomes verificados na ata de criação do município, como, por exemplo, Pinto da Cunha, Vianna, Gomes Braga, José Coelho, e outros mais são frequentes nas diversas edições do anuário. Variam ao longo dos anos entre funções do âmbito parlamentar, jurídico, administrativo e militar do município, mas sempre encontrados em cargos municipais. Ver em: LAMEGO FILHO, *Macaé à luz...* p. 70; Seções referentes ao município de Macaé no recorte entre 1850-1871. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Organizado e dirigido por Eduardo Laemmert*. Rio de Janeiro.. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Acesso em 08 set 2022.

constaram como grandes senhores de escravos durante a segunda metade do século XIX.⁹³

Nesse sentido, o conceito de economia moral do dom, teorizado inicialmente pelo sociólogo Marcel Mauss e, mais tarde, adaptado por Ângela Xavier e Antônio Hespanha pode fornecer substrato para compreender a estruturação do estado absolutista português, no que tange ao relacionamento entre elites locais e a Coroa.

O autor explica que o ato de dar, receber e retribuir foi um aprendizado que ocorreu lentamente nas sociedades humanas. Assim que os grupos sociais aprenderam a “depor as lanças”, ampliou-se o espaço para a ocorrência de trocas objetivadas à satisfação de interesses mútuos, que substituiriam o combate e a guerra. Mauss defende a ideia de que esses acordos estabilizariam as relações, ao capacitar os povos a “se opor[em] sem se massacrar, dando-se uns aos outros sem se sacrificar” por meio de uma ação diplomática, “*Política*, no sentido socrático da palavra”.⁹⁴

Xavier e Hespanha ao utilizarem do conceito de Mauss para explorar as relações clientelares formadas no Antigo Regime português, compreenderam que o comportamento aristocrático funcionava como uma rede de relações assimétricas estabelecidas entre cidadãos e a Coroa. Por meio de trocas de favores e/ou serviços entre as partes, aqueles que suplicavam pela graça real recebiam honrarias e privilégios. Em contrapartida, conferia-se à monarquia legitimidade no controle das representações individuais e na ordenação social. Uma característica importante desse tipo de relacionamento é a sua organização em estruturas hierárquicas, qualidade vital das relações sociais na sociedade portuguesa da época.⁹⁵

Compreende-se, portanto, que a natureza da distribuição de graças e mercês do império português, também foi um aspecto essencial da construção de Macaé, uma vez que entre as elites locais e a Coroa havia uma relação proveitosa para ambos, porém assimétrica. Por exemplo, o custo para a construção de “pelourinho; casas da Câmara, de audiência e da cadeia; bem como tudo o mais que necessário fosse”⁹⁶ recaiu sobre os próprios habitantes.

⁹³ LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V VI, VII e VIII. (1850-1873).

⁹⁴ MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 85-86.

⁹⁵ XAVIER, Ângela; HESPANHA, Antônio. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel (coord). *História de Portugal. O Antigo Regime*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 381-393.

⁹⁶ LAMEGO FILHO, *Macaé à luz...* p. 66.

A emancipação foi sobremaneira relevante para o estreitamento dos vínculos entre cidadãos macaenses e a Coroa. Por intermédio da “economia moral do dom”, os interesses de reafirmação do poder real e controle sobre o território foram efetivados, assim como os desejos da elite local de instalar o aparato burocrático à nível local. Cerca de quatro décadas à frente, a freguesia de São João de Macaé foi elevada à cidade, em 1846.⁹⁷

Maria de Fátima Gouvêa relata que a historiografia dos últimos 40 anos percebeu que esse capital simbólico – a distribuição de mercês e graças – não foi um fenômeno ocorrido somente a partir da chegada da família real. Desde o século XV, a estratégia foi parte de uma grande engenharia político-econômica que, de modo dinâmico, tinha como objetivo o recrutamento e a remuneração à indivíduos que prestavam serviços e viabilizavam a incorporação de novos territórios ao império português.⁹⁸

Dessa maneira, a formação de municípios no período referente à transição para o Império pode ser lida como um desdobramento do uso dessa ferramenta, que operou em vias de expandir e proteger os domínios portugueses no Ultramar. E não apenas: é possível entendê-la como instrumento fundamental para a formação do Estado imperial brasileiro.

A partir de então, é possível observar o desenvolvimento da vila atrelado ao amparo proveniente da proximidade do aparelho burocrático português. Possivelmente, o fato viabilizaria a projeção econômica futura, principalmente como fornecedora de insumos à Corte. Desde o século XVIII, as atividades econômicas baseavam-se sumariamente na pecuária – que perdeu força mas não deixou de existir – em detrimento da introdução da cana-de-açúcar.⁹⁹

Através de uma tabela criada com a intenção de discriminar a entrada de mercadorias no porto do Rio de Janeiro, João Fragoso verificou, para o fim do XVIII, a chegada de caixas de açúcar provenientes de Macaé e de diversos outros gêneros de abastecimento de várias partes do Brasil, alguns até de origem internacional. A descoberta aponta para uma maior integração entre diversos mercados ainda no período colonial,

⁹⁷ De acordo com Caio Prado Júnior, a elevação à cidade se tratava de um título meramente honorífico, não tendo privilégio algum além da nomenclatura. JÚNIOR, *Formação do Brasil...* p. 306.

⁹⁸ GOUVÊA, Maria de Fátima. CAPÍTULO 4 – Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 161-169.

⁹⁹ FARIA, *A Colônia em...* p. 33.

círculo do qual o município em questão estaria muito mais conectado nos anos seguintes.¹⁰⁰

Para exemplificar o contínuo desenvolvimento da vila, o relato de Augusto de Saint-Hilaire pode colaborar. O viajante, que observou a economia macaense em 1818, confirma a expressividade do açúcar ao constatar a presença de mais de 20 engenhos entre Macaé e São João da Barra.¹⁰¹

Esse ramo comercial competia com outro, que foi definido pelo autor como a principal atividade econômica local, o comércio de madeira, pioneiro na região desde o início das atividades extrativistas no século XVI. Jacarandá, Araribá, Canela, Vinhático, Caixeta e Óleo foram citados como os espécimes explorados. Entretanto, segundo Saint-Hilaire, a exportação de madeiras e outros gêneros agrícolas, como o café, era privilégio dos mais abastados, sendo a maior parte da produção vendida a negociantes locais, estabelecidos em Macaé.¹⁰²

Além do mais, o autor relata que os moradores da localidade exploravam outros nichos agrícolas, como o plantio de algodão, milho, arroz e mandioca, sendo esses produtos cultivados somente para servir ao consumo familiar. Diz ainda sobre o mais recente gênero em expansão: o café. Segundo o botânico, a introdução do gênero na localidade ocorre porque “vários colonos renunciaram então a seus engenhos e dedicam-se hoje à cultura do cafeeiro, que dá menos trabalho que a da cana, não exigindo tantas benfeitorias, nem tantos escravos e que produz muito bem nas vertentes vizinhas de Macaé”.¹⁰³ Todavia, conforme explica Ferreira, é somente após a segunda metade do século XIX que a cultura da rubiácea teria proporções muito maiores, estendendo-se ao início do século seguinte.¹⁰⁴

De acordo com Ana Lúcia Nunes Penha, o centro da produção cafeeira na região, no início do século XIX, foi o município de Cantagalo. Mesmo sendo ocupado tardiamente – quando comparado aos municípios ao seu redor, como Macaé, Cabo Frio e Campos. A partir do incentivo da Coroa, em apenas três décadas o povoado se tornou

¹⁰⁰ FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 105.

¹⁰¹ SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1941, p. 365.

¹⁰² SAINT-HILAIRE, *Viagens pelo distrito...* p. 364-366.

¹⁰³ SAINT-HILAIRE, *Viagens pelo distrito...* p. 366-367.

¹⁰⁴ FERREIRA, *O município de Macaé...* p.27.

próspero na produção do gênero. Dessa maneira, Cantagalo foi considerado pela autora o polo principal de irradiação do café para o restante da região.¹⁰⁵

Fábio Francisco dos Santos, através de uma tabela elaborada a partir de dados disponibilizados pelo *Jornal do Commercio*, analisou informações sobre a entrada de nove embarcações originárias de Macaé que desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, entre os anos de 1827 e 1828.

Por não ter a possibilidade de verificar a procedência das mercadorias, o autor conjecturou que parcela significativa poderia ser proveniente de Cantagalo, uma vez constatado que a maior parte das cargas dos navios era composta de sacas de café, ultrapassando em grande medida a quantidade de outros gêneros. A descoberta sugere a robustez da produção cafeeira regional antes mesmo da segunda metade do século XIX. Todavia, em número bem mais reduzido quando comparada à produção do Vale do Paraíba.¹⁰⁶

Para clarificar um pouco mais o mesmo quadro, porém em relação à metade seguinte do século, o Quadro 1 foi construído, a partir de informações colhidas no *Almanak Laemert* entre os anos 1849 e 1858, relativos à exportação de gêneros em direção ao porto do Rio de Janeiro. A busca foi estendida até o ano de 1885, ano limite do *Almanak* para Macaé. Entretanto, não foram encontrados dados para períodos posteriores ao recorte do quadro.

De toda forma, é possível perceber que o perfil agrário tende à expansão de suas atividades, indo de encontro à afirmação de Ferreira sobre a intensificação da presença do café. À despeito da expressividade cafeeira, também percebe-se um movimento crescente nas exportações de milho, madeira e telhas, o que aponta para certa diversificação das atividades econômicas em Macaé e região.

¹⁰⁵ PENHA, Ana Lúcia Nunes. Tortuosos caminhos: obras públicas provinciais eo difícil escoamento das mercadorias de Cantagalo, Campos dos Goytacazes e Macaé para o Rio de Janeiro (século XIX). p. 524-544. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 528.

¹⁰⁶ SANTOS, *Os laços de compadrio...* p. 33.

Quadro 1 – Exportações de Macaé em direção ao porto da Corte. 1849-1858.

	Saídas de Embarcações	Café (arr.)	Feijão (alq.)	Milho (alq.)	Farinha (alq.)	Madeiras (dz.)	Ripas (dz.)	Lenha (achas)	Telhas	Gamellas
1849	-	108 520	4 240	11 841	6 630	6 923	35 785	181 960	-	-
1850	-	110 546	6 015	16 698	2 498	9 246	24 803	187 580	42 000	880
1851	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1852	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1853	-	248 544	-	-	-	-	-	-	-	-
1854	133	120 200	2 900	29 824	3 700	1 500	20 061	-	35 680	-
1855	137	192 654	4 188	36 612	2 522	6 948	39 555	-	88 000	174
1856	137	477 932	3 176	44 436	1 579	4 986	26 596	-	190 000	-
1857	146	342 612	8 216	62 324	844	6 729	24 743	-	-	-
1858	-	209 248	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Biblioteca Nacional – Almanak Laemert. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Acesso em:

18 set 2022.

Para a boa procedência da análise, importa pontuar algumas questões metodológicas. As informações coletadas sempre são publicadas no ano seguinte ao ano de referência. Muito dos dados estão faltosos devido à carência de informações que o próprio compêndio denuncia periodicamente, pois depende de correspondentes para compor o conteúdo de cada ano.

Especificamente sobre os anos, o de 1849 é definido pelos doze meses entre novembro de 1848 e outubro de 1849, e não há referências para saber se utilizaram do mesmo modelo para o ano de 1850. Em ambos, informa-se que a as mercadorias têm como origem os portos da Barra de São João e Rio das Ostras. Provavelmente, os períodos restantes obedecem a mesma regra, exceto 1858. Inexistem dados para os anos de 1851 e 1852.

Em 1853, as informações se referem somente ao primeiro semestre. Contém ainda uma breve explicação sobre a navegação entre Macaé e o Rio de Janeiro que, segundo o texto, é feita por 10 barcos de lote de 29 a 150 toneladas, e afirma que, para o ano, mais da metade do café é proveniente de Cantagalo, fato que reafirma o que já se descobriu sobre a importância da produção dessa freguesia para a economia regional. Atesta também para a chegada de “madeira de cabiuna e construção e outros generos”, mas não

especifica em números.¹⁰⁷ Para 1854, os dados compreendem de janeiro a outubro do mesmo ano, e no restante não há informações sobre o recorte do ano-referência, exceto o último.

No ano de 1858, as informações também são relativas somente ao primeiro semestre. Apesar disso, foi o primeiro a fazer referência explícita à atividade do porto da cidade (porto de Imbetiba). Os números informados fazem menção somente ao café, de modo que a totalidade exposta no quadro é a soma dos valores relativos de todos os portos citados. Imbetiba exportou 41 702 sacos de café, contendo 166 808 arrobas; em Rio das Ostras e Barra de S. João foram exportados 10 610 sacos com 42 440 arrobas de café. Nesse ano, o *Almanak* explica que “além deste artigo [o café], que é sem dúvida o mais importante, exportou[-se] alguns mantimentos e grande porção de madeira”.¹⁰⁸

Portanto, como é possível observar, o café é o produto que, disparadamente, dominou o trânsito marítimo entre os portos de Macaé e a Corte. Todos os itens exportados apresentaram oscilações quantitativas no decorrer dos anos, talvez por conta de refluxos agrícolas ou mesmo devido a imprecisões da fonte. Pode se considerar como crescente a quantidade de gêneros alimentícios que desembarcaram no Rio de Janeiro, como o milho e o feijão. Isso pode significar algum desenvolvimento do setor em relação às observações de Saint-Hilaire que, na década de 1820, afirmava sobre a utilização dos gêneros ser restrita ao plantio e consumo familiar.

Além disso, itens de construção tiveram expressividade dentre as exportações. Porém, a hipótese é de que grande parte possa ser proveniente da freguesia da Barra de São João. Através da análise do periódico para a referida freguesia, foi possível notar que, além da grande quantidade de casas de negócios, em número bem maior que as demais freguesias de Macaé, houve a presença de muitos profissionais das artes mecânicas, como construtores, marceneiros e ferreiros. Essas profissões não foram relatadas em demasia apenas em Barra de São João. Do contrário, as outras freguesias foram abundantes em número de pessoas ligadas a atividades agrícolas.

Na esteira da ênfase dada pelo *Almanak* ao porto da cidade no último ano, que anuncia a primazia desse em detrimento dos outros portos, importa falar sobre a abertura do canal Campos-Macaé, em 1862.¹⁰⁹ O empreendimento possibilitou que diversas freguesias pudessem se conectar com mais facilidade a esse porto. Reforçou-se, assim, o

¹⁰⁷ *Almanak Administrativo, Mercantil...* página 93 da seção “Província” para o ano de 1854.

¹⁰⁸ *Almanak Administrativo, Mercantil...* página 214 da seção “Província” para o ano de 1859.

¹⁰⁹ FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 31.

papel da Enseada de Imbetiba como principal via de comunicação entre as atividades econômicas locais e o maior centro de consumo e redistribuição da produção interna do Centro-Sul, a Corte.

Entretanto, mesmo que tenha possibilitado certo escoamento dos produtos que por ele trafegavam, o canal não passou de um “elefante branco” nas mãos da administração provincial, conforme explicou Ana Penha.¹¹⁰ Inclusive, esse posicionamento teve representatividade entre os contemporâneos do canal, conforme descreve este fragmento retirado dos *Extractos do relatório da presidência do Rio de Janeiro*, publicado em 1867 no *Laemert*:

A construção desta importante via de comunicação foi determinada pela necessidade do estabelecimento de uma navegação franca e regular entre a cidade de Campos e o rio Macahé, por cuja barra deverião ser transportados ao grande mercado da côrte os gêneros que presentemente transitão pela barra do Parahyba, que é difficilmente praticável nas estações seccas e em tempos de pequenas marés. Tão graves porem, forão os erros commettidos na sua execução que, apesar do enorme dispendio de 2,000:000\$, não passa o canal de uma extensa valla aberta sem regra, e cuja largura e profundidade são em alguns pontos insufficientes para o estabelecimento de uma navegação regular, já porque o seu leito esta, em diversos pontos, obstruido pelo desmoronamento das margens que não forão convenientemente taludadas.¹¹¹

A insuficiência da navegação no canal era, de certa forma, esperada desde a década de 1850, conforme a investigação de Ana Penha. A autora explica que, como a obra não atendeu às expectativas oficiais, a estrada de ferro construída ao lado do canal surgiu como uma resposta aos problemas que não puderam ser resolvidos pela hidrovia. Penha descarta a hipótese de que a linha férrea “atropelou” o canal e que, de alguma forma, contribuiu para o seu desuso.¹¹²

Com essas informações em mente, interessa-nos retornar à produção local, agora com os dados das exportações feitas pela Estrada de Ferro Macaé-Campos para o final do século, retirados do periódico *O Constitucional*, de 1887, e organizados pela autora em sua dissertação de mestrado.

¹¹⁰ PENHA, Ana Lúcia Nunes. *Nas águas do canal. Política e poder na construção do canal Campos – Macaé. (1835-1875)*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. p. 201.

¹¹¹ *Almanak Administrativo, Mercantil...* página 117 da seção “Suplemento” para o ano de 1867.

¹¹² PENHA, *Nas águas do canal...* p. 189.

Quadro 2 – Movimento da Estrada de Ferro Macaé-Campos. 1878-1882.

	Café (kg.)	Açúcar (kg.)	Diversos (kg.)	Passageiros
1878	16 027 000	7 725 000	18 832 000	29 775
1879	27 776 535	8 675 995	18 480 512	29 386
1880	22 850 319	12 548 053	20 186 326	28 577
1881	29 923 589	9 173 357	22 376 326	29 799
1882	24 554 152	17 101 689	25 801 931	28 434
TOTAL	118 131 595	55 224 094	105 677 096	145 971

Fonte: FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 36.

Através dos dados trabalhados até o momento, é possível observar a trajetória econômica da região de Macaé ao longo do século XIX, balizado pelos três recortes supracitados, a lembrar: entre 1827 e 1828, 1849 e 1858, e o disposto no quadro acima. Ao utilizar como referência a Lei 1.157 de 1862, que institucionalizou o sistema métrico no Brasil,¹¹³ é possível comparar o valor máximo de café exportado pela região no quadro 1, que foi de 477 932 arrobas, com a quantidade exportada no ano de 1878, que é a menor ao longo do recorte até 1882. Feita a conversão para quilos, o valor para o ano de 1856 seria de 7 020 343 kg.

O paralelo evidencia um aumento de 56,19% entre a menor taxa do quadro de Ferreira e a maior taxa do delineamento entre 1849 e 1858. O dado aponta para a larga expansão do café no final do século, bem como para o aumento da quantidade de produtos na aba “Diversos”. Por fim, o comparativo entre os quadros 1, 2 e 3 permite visualizar o quadro de expansão das atividades econômicas de maneira geral, e não somente da cultura cafeeira.

Portanto, ao longo de todo século, foi constatado que a economia regional tendeu ao crescimento e à diversificação. Porém, através das informações disponíveis, ainda é grande a dificuldade de isolar a produção de Macaé do restante da região. Talvez isso se dê por conta de uma característica observada por Gabriel Azevedo Maraschin. O autor entende que o papel concedido pelo governo imperial a este município não foi o de principal produtor de gêneros; essa função caberia a outros municípios próximos.

¹¹³ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. In: *Boletim de História Demográfica*, ano VIII, no. 21, março de 2001. p. 2. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar47.pdf. Acesso em: 21 set 2022

Segundo o estudioso, o que houve foi uma interessante triangulação entre Macaé, Cantagalo e Campos. Na relação entre esses,

Campos se manteria na liderança da produção de açúcar e gêneros de abastecimento, ao mesmo tempo em que Cantagalo seria o ponto de produção cafeeira que Campos nunca conseguiu ser e Macaé, por sua vez, o porto principal de escoamento do produto de ambos os polos, somado aos centros produtores que estão no espaço entre ambos.¹¹⁴

Dessa maneira, a análise do autor corrobora à ideia de que a importância de Macaé para o governo imperial e para as elites locais seria mais devido à presença do porto de Imbetiba do que por suas atividades produtivas. A observação leva a crer que Macaé – principalmente a freguesia de Nossa Senhora das Neves – teria uma incipiente produção local quando comparada à regional.

Ana Ferreira tentou superar o problema através da análise de alguns inventários abertos entre finais do século XIX e início do XX. A partir do esforço, notou o prevalecimento de pequenas culturas no fim do século, principalmente cafeeiras e de gêneros alimentares diversos, desenvolvidas em grande parte através da mão-de-obra familiar ou com o auxílio de número reduzido de escravos.¹¹⁵

Especificamente sobre Neves, a autora, através da análise de escrituras de compra e venda de escravos entre 1865 e 1879, percebeu que além de haver um intenso movimento de venda de escravos de pequenos proprietários às senhoras abastadas nesse recorte, também ocorreram casos em que mais de quatro pessoas poderiam ser donas de um só escravo.¹¹⁶ A descoberta endossa a ideia de que a população nevensense era majoritariamente desafortunada, com alguns poucos membros da elite inseridos no círculo da aristocracia imperial.

Para além de traçar um perfil econômico, é de interesse relacionar a economia ao panorama das relações sociais. Nesse sentido, um ponto importante observado nas entrelinhas do relato de Saint-Hilaire talvez possa iluminar um pouco mais o perfil socioeconômico da vila. O autor profere duas afirmativas semelhantes. Uma, citada anteriormente, a respeito dos modos mais comuns de se comerciar a madeira,

¹¹⁴ MARASCHIN, Gabriel de Azevedo. A organização do espaço produtivo fluminense: a relação entre a ocupação da província do Rio de Janeiro com as vias de comunicação (1836 – 1855). *XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Anais. Niterói: ABPHE, 2017. p. 8.

¹¹⁵ FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 43.

¹¹⁶ FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 57-58.

normalmente vendida aos comerciantes da cidade, e outra sobre o café, afirmando que “a necessidade de numerário obriga frequentemente os menos ricos a vender na própria região uma parte de suas colheitas”.¹¹⁷

Através da fala, é possível ao menos conjecturar que se esteja diante de uma das etapas do processo que, segundo Fragoso, foi a base do funcionamento da economia colonial, cujos traços reverberariam ao longo do Império: a acumulação endógena, retentora do sobretrabalho produzido em benefício da elite mercantil que, segundo o estudioso, definia-se por um grupo restrito de negociantes responsáveis por importantes setores econômicos, como o tráfico de escravos, o crédito e o abastecimento de alimentos.¹¹⁸

Esse grupo, cujo *modus operandi* pode ser compreendido como aquele que a elite macaense se alinhava, carregou consigo a insígnia da produção açucareira. Provavelmente, por conta dos canaviais de Quissamã, local de morada dos Carneiro da Silva, família da qual pertenceu José Carneiro da Silva, o Barão de Araruama. Para Ferreira, o gênero foi a base das fortunas de grandes fazendeiros locais na primeira metade do século XIX. Pelo fato de a maior parte dessa família residir na dita freguesia o local conheceu “uma opulência que nada deixou a dever aos grandes senhores de engenho do nordeste açucareiro”.¹¹⁹

Ao ser reconhecida de tal forma, essa elite contribuiu para que o município consolidasse a fama de produtor do gênero. Todavia, as informações colhidas até agora fomentam a ideia de que: 1) a produção agrária de Macaé nunca foi vultuosa em relação à sua região; 2) os produtores tentaram se alinhar aos tipos de cultivos ideais – café e cana – porém, mesmo que o café tenha tido papel de destaque em diversas publicações no interior do *Almanak*, o estilo de produção local teve como marca a diversificação, que se acentuou ao longo do século, provavelmente norteadas pelas necessidades materiais da população local; 3) a realidade simples que caracterizava a vida cotidiana da maioria dos habitantes de Macaé foi mascarada por conta do prestígio de um pequeno grupo.

Dessa maneira, é de interesse explorar um pouco a relação entre sociedade e economia, a partir de algumas informações colhidas no *Almanak Laemert* e em trabalhos recentes.

¹¹⁷ SAINT-HILAIRE, *Viagens pelo distrito...* p. 367.

¹¹⁸ FRAGOSO, *Homens de grossa...* p. 26-27.

¹¹⁹ FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 44.

1.3. Nossa Senhora das Neves: pobreza oculta na segunda metade do século XIX

Hoje, graças a pesquisas atuais, é possível complementar o debate para melhor compor o panorama socioeconômico de Macaé, mais especificamente de Neves, pelo menos para o fim do século XIX. Um desses caminhos foi possibilitado, para além dos materiais do *Almanak Laemert* e outras fontes, também pelo trabalho de Thiago Alvarenga de Oliveira.¹²⁰

O autor, a partir do mapeamento e seriação dos depósitos feitos nas agências da Caixa Econômica da Corte espalhadas pela província do Rio de Janeiro, pôde constatar alguns indicadores que, mesmo de maneira indireta, apontam para a pobreza da população macaense, ao menos no último quarto do século. Todavia, para um diagnóstico confiável, é importante estar, de antemão, ciente do cenário geral da população, tanto de Macaé como um todo, quanto, mas principalmente, de Nossa Senhora das Neves.

De acordo com a tabela 1 abaixo, o movimento de transição para o trabalho livre já se apresenta em curso, com a maior parte das freguesias a evidenciar menor presença de escravos em relação aos livres. A única que permanece com maior quantidade de cativos é a freguesia de N.S. do Desterro de Quissamã. Segundo Ferreira, o fato se justifica pela disponibilidade da classe senhorial em adquirir escravos provenientes de senhores menos abastados. Esses seriam empregados no serviço que lhes garantiria a perpetuação do seu prestígio, visto que “Quissamã concentrou, além de escravos, um poderoso grupo de senhores, proprietários de terras e de homens”.¹²¹

À título de comparação, momentos antes da segunda metade do século, o cenário era bem diferente. De acordo com o Mapa Populacional da Província do Rio de Janeiro de 1844, analisado por Santos, a população de Macaé era pouco menor que o valor verificado para o Censo de 1872, cerca de 10 051 habitantes. Entretanto, o fator que diferencia os períodos é o contraponto percentual entre cativos e livres. Em 1844, escravos totalizavam 61,4% da população em relação ao quantitativo geral, enquanto os livres eram 38,6%. Essa situação, segundo o autor, sugere tanto a forte exploração do trabalho escravo, quanto a intensa produção agrária na região.¹²²

¹²⁰ OLIVEIRA, Thiago Alvarenga de. *A Caixa Econômica da Corte: desenvolvimento, centralização e expansão da poupança brasileira (1861-1889)*. 412 f. Tese de Doutorado. Niterói/Murcia: Universidade Federal Fluminense/Universidad de Murcia, 2020.

¹²¹ FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 30.

¹²² SANTOS, *Os laços de compadrio...* p. 25.

Tabela 1 – População de Macaé por freguesias e condição jurídica. 1872.

Freguesia	Livres	%	Livres de Cor	%	Escravos	%	TOTAL
S. João Batista de Macahé (Cidade)	2631	48,29	961	17,64	1856	34,07	5448
S. José do Barreto	-	-	-	-	-	-	-
N.S. das Neves	3540	42,41	1591	19,06	3217	38,54	8348
N.S. da Conceição de Macabú	1449	40,73	778	21,87	1331	37,41	3558
N.S. da Conceição de Carapebus	2223	51,49	1123	26,01	971	22,49	4317
N.S. do Desterro de Quissaman	546	15,70	988	28,41	1944	55,89	3478
N.S. da Conc. do Arraial dos Frades	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10389		5441		9319		25149

Fonte: IBGE – Recenseamento Geral do Império de 1872. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento do Brazil 1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf). p. 83-86. Acesso em 06 set 2022.

Ao comparar com os dados de 1872, observa-se que em meados do século que a manutenção do trabalho escravo aparentava maior estabilidade, época em que o abolicionismo era mais problematizado dentro de espaços letrados do que na vida cotidiana. Todavia, a hipótese que se sustenta é a de que isso não significava um maior nível de riqueza da população, e sim que era um reflexo da maior facilidade em adquirir e manter um escravo, questão que começa a se modificar a partir de 1831, e se acentua de 1850 em diante.¹²³

Maria Alice Rosa Ribeiro, a partir das formulações de Antonio Barros de Castro, Sergio Milliet e Pierre Monbeig, explica que o custo da mão de obra escravizada era estabelecido através de uma equação complexa. Na composição do preço, estavam, de um lado, os custos de oferta (captura, transporte, seguro de viagem, lucro do traficante), e o preço de demanda, que sofreria variações a depender dos preços de exportação no mercado internacional e das necessidades locais.¹²⁴

Nesse sentido, as zonas importadoras poderiam ser divididas entre as que estavam em expansão, estáveis ou em declínio. Em cada um desses cenários, o preço que o proprietário estava disposto a pagar sofreria alterações. Somado a isso, considera-se também a dinâmica própria das zonas cafeeiras, no que tange à natureza do produto

¹²³ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Preços de escravos em campinas no século XIX. *História Econômica & História de Empresas*, pp. 85-123, vol. 20, nº 1, 2017, p. 91-92.

¹²⁴ RIBEIRO, *Preços de escravos...* p. 87-88.

comercializado. O café é uma cultura permanente: começa a ser produtivo a partir do quinto ano e atinge o ápice entre 10 e 15 anos, para então começar o declínio da produtividade.¹²⁵

Saint-Hilaire percebe a introdução do café por volta de 1820, portanto, imagina-se que os dados de 1844 são coerentes com a posição de zona econômica em expansão. Era um local com demanda de escravos em tendência de alta ao mesmo tempo em que a oferta era grande, por conta do tráfico transatlântico ilegal que operava na região. Após 1850, a oferta de mão de obra diminui, assim como os preços aumentam devido à manutenção da demanda e da posição geográfica.

Situado no Norte Fluminense, que, por sua vez, faz parte do Rio de Janeiro e da região Sudeste, Macaé sofreria o influxo da diminuição da oferta ao mesmo tempo que a necessidade de escravizados se perpetuava. Essa questão poderia ser uma das explicações para o fomento a concentração da propriedade escrava nas mãos de poucos abastados. Somado ao cenário que discorreremos abaixo – os altos índices de desigualdade econômica da população macaense – soa coerente afirmar que a maior parte dos seus habitantes sofriam grandes dificuldades em adquirir um escravo no período aqui analisado.

Ao longo da segunda metade do XIX, as freguesias do município de Macaé – exceto a da cidade (São João Batista), que apresentava considerável diversificação das categorias profissionais, segundo análise feita no *Almanak* entre os anos de 1850 e 1885 – caracterizavam-se por ser majoritariamente rurais. Neves não fugia à regra. Inclusive, no último quarto do século, a freguesia era considerada pelo compêndio o núcleo da agricultura do município em 1877.¹²⁶

Essa questão se confirma ao observar os dados do Censo de 1872, que informa ser essa freguesia a mais povoada de toda Macaé. A informação auxilia no esclarecimento sobre a importância da produção agrícola macaense no contexto regional, visto a dificuldade constata por Ferreira ao tentar perceber o fenômeno.

Nesse sentido, o Gráfico 1 foi elaborado com o objetivo de enfatizar o perfil econômico-demográfico de N.S. das Neves, através da contabilização das categorias socioprofissionais e/ou tipos de cultivos presentes no *Almanak Laemert* para o local. Em seguida, os Quadro 3 tem como função disponibilizar os números que compõem o referido gráfico.

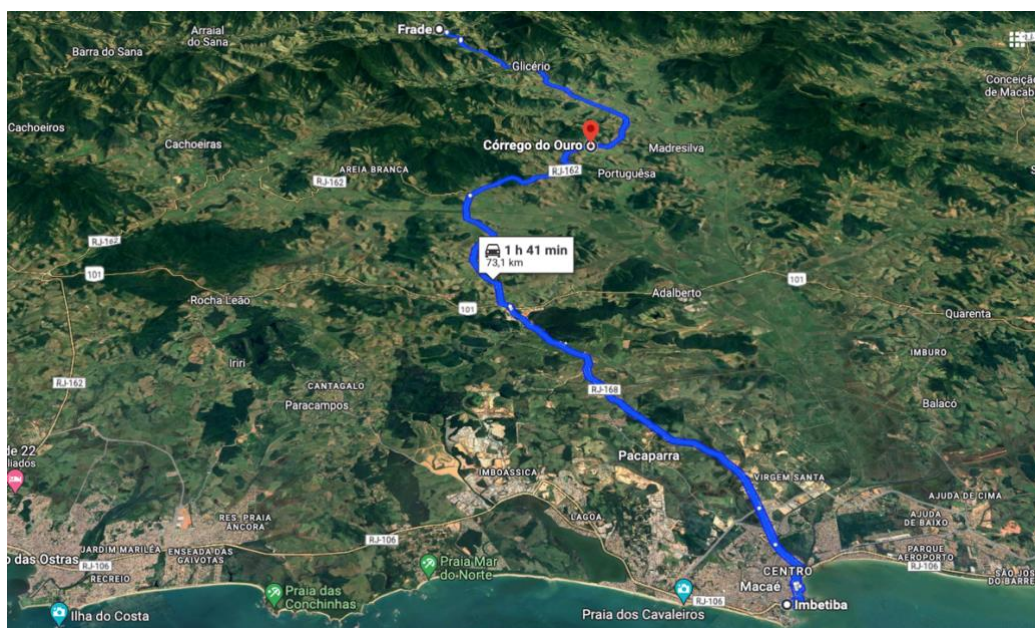
¹²⁵ RIBEIRO, *Preços de escravos...* p. 88-89.

¹²⁶ *Almanak Administrativo, Mercantil...* página 173 da seção “Provincia” para o ano de 1877.

A freguesia, a partir da década de 1860, passou a ser dividida em dois distritos, que agora seria o de Neves e o do Arraial dos Frades, localizado a cerca de 18 km de distância do primeiro distrito. Optou-se por realizar a mesma divisão na composição dos gráficos com seus respectivos quadros. Também foi preferível apresentar os dados do segundo distrito mesmo após o seu desmembramento e elevação a categoria de freguesia, que acontece em 30 de outubro de 1872,¹²⁷ tendo em vista as noções de região compreendidas na primeira parte do capítulo.

A organização do espaço pode ser observada abaixo, através da figura 2. A distância de 73,1km vista no mapa é representativa do trajeto Imbetiba-Frade, que volta e finaliza no Córrego do Ouro (Neves). O trajeto é menor, cerca de 55km. O percurso de Imbetiba à antiga Neves gira entre os 36km; do Córrego até o Frade cerca de 19km.

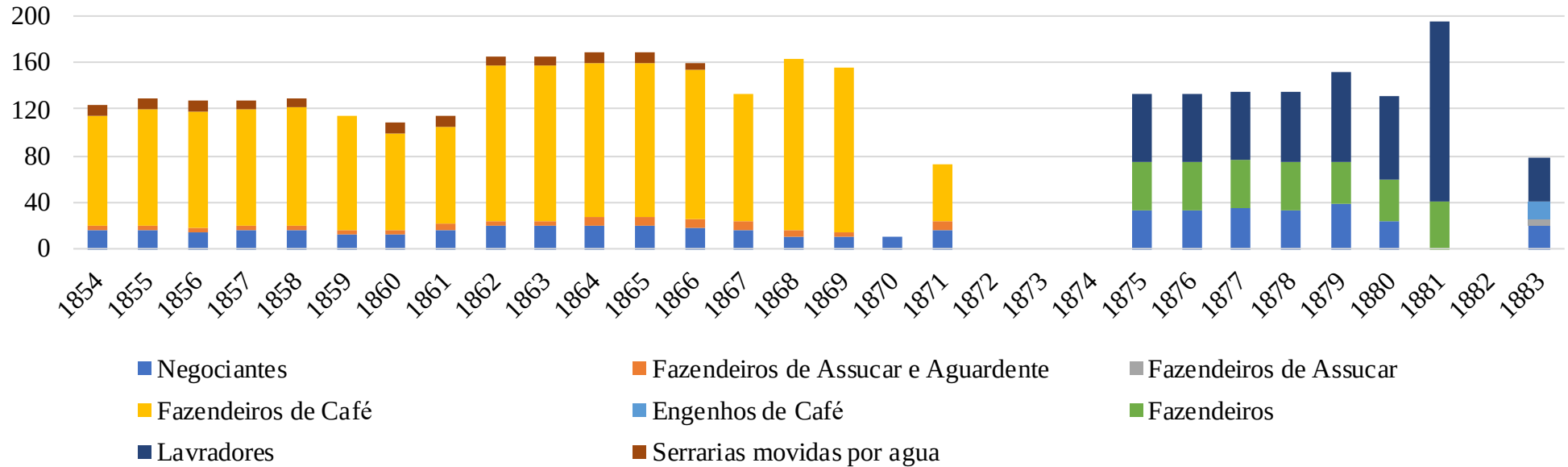
Figura 2 – Perspectiva aérea da distância entre a cidade de Macaé e os distritos do Córrego do Ouro (Neves) e Frade



Fonte: Google Earth, 2024. Disponível em: <https://earth.google.com>.

A escolha por manter informações após o desmembramento acontece por entender-se que ambas as freguesias, mesmo depois da cisão, continuavam a compartilhar características que ainda as mantinham, de certa forma, unidas. Sendo assim, o Gráfico 2 e o Quadro 4 seguirão o modelo dos anteriores, com a função de evidenciar o perfil descrito no *Almanak* para esse território anexo.

¹²⁷ *Almanak Administrativo, Mercantil...* página 196 da seção “Provincia” para o ano de 1879.

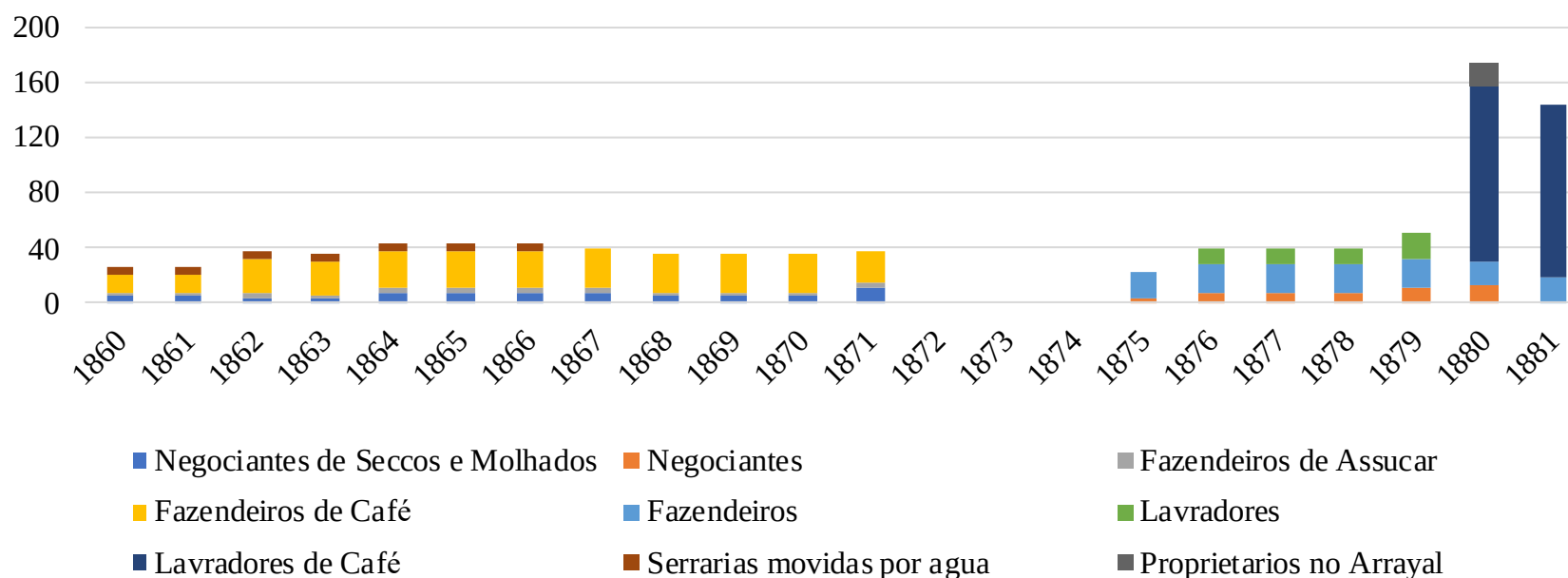
Gráfico 1 – Categorias socioprofissionais e/ou tipos de cultivos do 1º distrito da freguesia de N.S. das Neves. 1854-1883.

Fonte: Biblioteca Nacional – Almanak Laemert.

Quadro 3 – Quantitativo das categorias socioprofissionais e/ou tipos de cultivo do 1º distrito da freguesia de N.S. das Neves. 1854-1883.

	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883
Negociantes	17	17	15	16	16	12	12	17	20	20	21	21	19	17	11	10	10	16	34	34	36	34	38	24	-	-	20
Fazendeiros de Assucar e Aguardente	4	4	4	4	5	5	5	5	3	3	6	6	6	6	5	5	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fazendeiros de Assucar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Fazendeiros de Café	94	99	99	99	101	97	82	83	134	134	133	133	128	109	147	140	-	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenheiros de Café	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Fazendeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	41	40	41	37	35	40	-	-
Lavradores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59	58	59	59	76	72	154	-	39
Serrarias movidas por agua	9	9	9	9	8	-	10	10	8	8	8	8	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Biblioteca Nacional – Almanak Laemert.

Gráfico 2 – Categorias socioprofissionais e/ou tipos de cultivo do 2º distrito da freguesia de N.S. das Neves. 1860-1881.

Fonte: Biblioteca Nacional – Almanak Laemert.

Quadro 4 – Quantitativo das categorias socioprofissionais e/ou tipos de cultivo do 2º distrito da freguesia de N.S. das Neves. 1860-1881.

	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881
Negociantes de Seccos e Molhados	5	5	4	3	7	7	7	7	6	6	6	11	-	-	-	-	-	-	-
Negociantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	7	7	7	12	13	-
Fazendeiros de Assucar	2	2	3	3	4	4	4	4	2	2	2	5	-	-	-	-	-	-	-
Fazendeiros de Café	14	14	25	24	27	27	27	29	27	27	27	22	-	-	-	-	-	-	-
Fazendeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	21	21	21	21	18	18
Lavradores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12	12	19	-	-
Lavradores de Café	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126	126
Serrarias movidas por agua	5	5	6	6	6	6	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proprietarios no Arrayal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-

Fonte: Biblioteca Nacional – Almanak Laemert.

Antes de prosseguir para a análise, vale uma ressalva sobre as categorias disponibilizadas na publicação. Elas carregam consigo muito mais do que a simples discriminação do cultivo, soam também como símbolos do prestígio social que determinado grupo poderia ter na localidade.

Na busca por melhor compreender a definição dessas categorias, chegou-se ao livro *Nas Fronteiras do Poder*, de Márcia Maria Menedes Motta, em que a autora construiu o entendimento de que as definições do *Almanak* são fundamentadas a partir do nível de participação político-administrativa dos nominados. Contudo, a categorização de Motta é fruto de um objetivo metodológico, que a nortearia no estudo dos conflitos de terras na cidade de Paraíba do Sul. Não necessariamente o significado atribuído em sua pesquisa é representativo do que eram tais categorias para os seus contemporâneos.¹²⁸

No estudo do *Almanak Laemert*, observou-se com certa constância os reclames do corpo editorial para com a falta de dados. Do mesmo modo, agradecimentos nos prefácios das edições são muito comuns, o que evidencia certo nível de cooperação entre diferentes partes no sentido de compor as páginas do anuário. Sendo assim, as categorias poderiam ser uma convenção da forma como a sociedade de determinado lugar se autorrepresentava, uma vez que havia dependência de correspondentes locais para publicar as informações.

Em feliz sintonia com essa hipótese está o trabalho Rubens da Mota Machado. Ao aprofundar-se na tentativa de compreender a publicação e compor, de maneira mais acurada, quadro semelhante ao desta presente pesquisa para a vila de Iguaçu, o autor argumenta em favor do mesmo entendimento proposto acima. Machado salienta que as categorias, possivelmente, “eram formuladas e organizadas pela própria comunidade de moradores da região, e poderiam refletir o entendimento da comunidade sobre a hierarquização social de cada agricultor”.¹²⁹ De toda forma, até o momento carecem maiores evidências que possam respaldar o empirismo que pauta este ponto de vista, fator que não constituirá em impedimento ao estudo.

Ao comparar a tabela do Censo de 1872 com os dados dos gráficos, o primeiro ponto que chama a atenção é o quantitativo de nomes publicados. No primeiro distrito, a

¹²⁸ MOTTA, Márcia Maria Menedes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 63.

¹²⁹ MACHADO, Rubens da Mota. *A TERRA E SEUS MUITOS DOMÍNIOS: Senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila de Iguaçu, 1840-1880)* Dissertação de Mestrado. 149 p. Rio de Janeiro: UFRJ/IH, 2013. p. 26.

maior cifra registrada entre todos os anos é de 194 indivíduos, em 1881. Ao comparar esse resultado com os dados da categoria “Livres” do recenseamento de 1872 para Neves, é possível considerar que apenas cerca de 4% dessa população foi discriminada no anuário.

Os números do Almanak a respeito do ano com maior quantitativo, 174 pessoas em 1880. Feita a soma da quantidade de indivíduos descritos no Almanak nas duas localidades, o percentual sobe para 7% de indivíduos em relação à população livre de Neves. Imagina-se que o percentual possa ser menor, visto que há um espaço de nove e oito anos, respectivamente, em relação às datas com maior quantitativo de habitantes dos dois distritos citados no *Almanak* e a data de publicação do Censo.

A partir da ciência de que as publicações de nomes eram gratuitas no *Almanak*,¹³⁰ é possível que os responsáveis pela coleta e organização dos dados entregues à redação, ou não tinham possibilidade de fazer a contagem total dos viventes, visto que, em algumas edições após 1875, denuncia-se o estado calamitoso em que estavam as estradas para a freguesia de Neves e Arraial dos Frades,¹³¹ ou havia o entendimento de que somente membros com algum tipo de prestígio mereceriam destaque nas publicações. Nesse sentido, o anuário poderia ter o papel de divulgador de determinada localidade e, por isso, optava-se pela seleção dos dados que promoveriam uma “boa imagem” local.

Sobre os anos entre 1872 e 1874, não há ocorrência de publicações a respeito de Macaé. A partir de 1875 o *Almanak* apresenta algumas mudanças, mas não conseguimos localizar exatamente as razões. Surgem novas nomenclaturas de categorias, observadas nos gráficos acima, e textos voltados à descrição histórica das freguesias, diferentes dos vistos nas edições anteriores à 1872. Nesse sentido, é possível supor que poderiam haver inconsistências no registro dos dados de 1870 e 1871, assim como nos últimos anos em que constam informações para ambos os distritos.

Imagina-se que a defasagem dos dados, tanto nos anos finais quanto nos anos sem informações, decorra da falta de correspondentes para a localidade. É possível que também esteja relacionado às denúncias sobre o estado calamitoso das estradas. Entretanto, não é possível reduzir as possíveis causas somente a essas, uma vez que a hipótese emerge amparada apenas nas informações do próprio anuário, que não foram cruzadas com outras documentações e pesquisas.

¹³⁰ *Almanak Administrativo, Mercantil...* página VII do ano de 1884.

¹³¹ *Almanak Administrativo, Mercantil...* página 173 da seção “Provincia” para o ano de 1877.

No geral, é possível perceber que “Fazendeiros de Assucar e Aguardente” ou somente “Fazendeiros de Assucar” constituem a menor parte dos agricultores locais relatados pelo anuário ao longo de todos os anos e distritos. A categoria “Fazendeiros de Café” é hegemônica na maior parte do recorte em ambas as localidades, sendo substituída, ao final do período, por “Lavradores” no primeiro distrito, e “Lavradores de Café” no segundo. Tal característica pode sugerir que havia certo nível de notoriedade entre uma parcela dos agricultores da sociedade nevensense ao longo do terceiro quartel do século XIX, principalmente no Arraial do Frade. A discriminação do cultivo era uma informação considerada socialmente relevante à época.

Entretanto, defende-se a hipótese de que o aumento da categoria “Lavradores” sugere não apenas o decaimento da reputação social dos residentes no fim do século. É possível também que a mudança possa ter ocorrido devido aos agricultores do período estarem mais voltados ao cultivo de múltiplos gêneros do que à monocultura, como foi possível observar na análise dos quadros de exportações regionais.

A definição de “Fazendeiros” e “Lavradores”, presente na terceira edição do *Diccionario da lingua portuguesa* de Antonio Moraes Silva, publicado em 1823, traz o entendimento de que fazendeiros estariam ocupados em funções administrativas, enquanto lavradores se encarregavam da tarefa de cultivar o solo com as próprias mãos, sem intermediários.¹³²

Contribui ao entendimento o fato da diminuição de braços escravos nesses locais, o que provavelmente fez com que muitos habitantes que se viam como fazendeiros passassem a se identificar, ou a serem identificados pelos correspondentes como lavradores. Houve carestia da força de trabalho no fim do século, portanto, esses livres tiveram de operar suas roças a partir da mão de obra familiar e/ou com poucos escravos, que por vezes eram de posse compartilhada, conforme observações de Ferreira.¹³³

É importante assegurar que a publicação do dicionário foi feita em 1823, não a sua produção. Portanto, a definição de Silva traz o entendimento das sentenças em retrospecto ao momento da publicação do dicionário, sendo lícito assegurar que esses significados poderiam ter se transformado ao longo do século. Foi um período de grandes transformações sociais. Felipe Alvarenga, ao analisar o município de Valença, localizado

¹³² Vocábulo “Fazendeiro”. Ver em: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa recopilado de todos os impressos até o presente*. Lisboa: Na Typographia de M.P. de Lacerda. Tomo I. 1823. p. 845; Vocábulo “Lavrador”. Ver em: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua...* Tomo II. p. 151-152. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562936>. Acesso em: 08 out 2022.

¹³³ FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 43.

Vale do Paraíba fluminense, cita trechos do jornal *Echo Valenciano* que explicam a ideia do que era ser um lavrador em 1875, ou melhor, “um bom lavrador”. Segundo o autor, o periódico relata que

o verdadeiro lavrador poderia “ser muito versado nos trabalhos do campo, dar conselho aos inteligentes, sem por isso executar a coisa por si mesma”, ou seja, não seria necessário o trabalho realizado pelas próprias mãos, mas era “mister que tenha trabalhado e que saiba, sendo-lhe preciso, ensinar a prática aos que estão a seu serviço.” Mesmo que não tenha “tido ampolas nas mãos e a pele endurecida”, o bom lavrador era aquele que conhecia os procedimentos de cultivo e do trato com a terra. Não seria preciso “que por vaidade ele estenda sua lavoura além das suas forças”: um bom lavrador, para cuidar de suas terras, deve “deitar-se o último e levantar-se o primeiro”, dedicando todas as atenções para com a gente a seu serviço, tratando-as da melhor maneira possível.¹³⁴

Nesta descrição, verifica-se que “era mister que tenha trabalhado” em algum momento de sua vida, mesmo que no momento presente o trabalho não seja feito por suas próprias mãos. Ora, a definição de Silva pretende informar que fazendeiros administram e lavradores trabalham por si. Desta forma, a definição proposta no fim do século para “lavrador” soa como a culminância de alguém que passou de um estágio a outro; daquele que, em definições anteriores, era entendido como lavrador e, com o passar do tempo, tornou-se fazendeiro; daquele que trabalhava com as próprias mãos, posteriormente, passou a ter maior participação em tarefas administrativas do que no trato direto com a terra.

Portanto, é possível assegurar que as descrições do início do século são mais rígidas que as do final, que se caracteriza pela maior fluidez, ao invés de constatar uma posição socioprofissional estática. Em todo caso, importa dizer que, assim como pontuou Fábio Santos, aquilo que era entendido como opulência na região de Macaé não podia se comparar ao Vale do Paraíba fluminense, local de fortunas muito maiores que as vistas na região em estudo.¹³⁵

Além disso, Alvarenga explica que em Valença, a representação de um “bom lavrador” não diz respeito à atuação de alguns senhores de comportamento semelhante ao descrito pelo periódico, mas sim à uma “estratégia política criada pela classe senhorial local para externar uma imagem otimista e fortalecer uma memória coletiva”.¹³⁶ Sendo

¹³⁴ ALVARENGA, *De Terras Indígenas...* p. 16.

¹³⁵ SANTOS, *Os laços de compadrio...* p. 41.

¹³⁶ ALVARENGA, *De Terras Indígenas...* p. 20.

assim, é possível supor que o uso do termo “lavrador” poderia ter como função transmitir uma mensagem de humildade. Interpretar dessa maneira pode ser relevante para a definição de que lavradores seriam inferiores, na hierarquia social, em relação aos fazendeiros.

Conforme veremos à frente, a diminuição das fortunas foi um fenômeno observado em maior ou menor medida em toda a extensão do Império Brasileiro. Seria essa uma das razões para que uma das regiões mais abastadas da época pretendesse “elevar o status” de uma descrição antes entendida como inferior aos fazendeiros?

Independente das causas, a análise dos termos no início e no final do século aponta para que existam mais semelhanças que diferenças entre ambos nos anos finais da centúria. Sabendo que Macaé era uma terra com menores fortunas em relação às observadas no Vale do Paraíba, compreende-se que aqueles discriminados como fazendeiros e lavradores macaenses poderiam ser mais semelhantes do que se imagina, em relação aos seus modos de viver e possibilidades materiais.

Especificamente sobre o Arraial dos Frades, o *Laemert*, nos anos de 1880 e 1881, discrimina o tipo de cultivo produzido pelos *Fazendeiros*, o que coopera com o delineamento do perfil agrícola local. Para ambos os anos, somam-se 18 fazendeiros, dos quais três faziam referência à engenho de café e cana. Outros dois não mencionam o cultivo, um diz haver engenho de café e serraria, e o restante somente engenhos de café.

Na categoria *Lavradores*, somam-se 126 em 1880, maior taxa relatada para a freguesia dos Frades. Dentre o total, somente um é discriminado como portador de engenho de socar café. Além do mais, nota-se que a categoria surge nesse mesmo ano. Em 1881, os dados publicados apresentam desproporcionalidade em relação aos do ano anterior. O fato pode sustentar a ideia de haver, há alguns anos, grande quantidade de indivíduos tidos como “Lavradores” não sendo notificados nas páginas do *Almanak*, ou simplesmente simboliza a queda da reputação desses agricultores.

Portanto, através dos dados dispostos e, mais ainda, por aqueles que não foram explicitados pela fonte, considera-se que a freguesia de Neves sustentou a imagem de grande produtora agrícola do município, porém, o mérito da atividade recaiu para uma pequena parcela que não ultrapassou 7% da população. É importante não esquecer do que Saint-Hillaire afirmou sobre a venda da produção dos mais pobres aos mais ricos. O prestígio não parecia ter como consequência a geração de desenvolvimento econômico. Todavia, pôde mascarar o restante da população que não teve o privilégio de ter seu nome ostentado no *Almanak Laemert*.

A partir desta investigação, vamos aos dados de Oliveira. Segundo o autor, a Caixa Econômica da Corte foi uma instituição criada com o propósito de atender as pequenas economias das classes mais pobres. No sexto capítulo de sua tese, o autor comparou a média dos depósitos realizados nas diversas agências espalhadas pela província do Rio de Janeiro com a renda média de diversas profissões, procedimento que o fez chegar à seguinte conclusão: a maior parte dos depósitos que engendravam a ação primária da Caixa – a de intermediadora de crédito entre pequenos poupadores e grandes bancos e/ou negociantes – não era proveniente dos mais pobres, e sim das classes médias e, principalmente, altas.¹³⁷ O que tange à Macaé, e que é de interesse para essa pesquisa, foi o levantamento dos dados da agência do município, cuja fundação é de meados da década de 1870.

O autor pontua que a agência de Macaé, juntamente com a de São Fidelis, fundadas na mesma época, eram responsáveis, sozinhas, pela captação de poupadores de parte significativa da região noroeste da província. A primeira teria sido implementada por conta da integração com o mar, e a segunda para cobrir pequenos municípios do interior.¹³⁸

Macaé ganha destaque por apresentar “o maior número de cadernetas e o segundo maior volume acumulado de capitais”,¹³⁹ Oliveira sinaliza que, no ano de 1880, a referida agência apresentava 319 cadernetas ativas, com uma média de depósitos de 173\$789. Em 1889, o número de cadernetas vai a 333, e a média dos valores depositados fica em cerca de 151\$024. O autor atribui a grande quantidade de cadernetas ao fato de a filial abarcar muitos clientes de cidades vizinhas.¹⁴⁰

Ao comparar, de maneira bruta, o levantamento de 1880 com os dados do Censo de 1872, observa-se que menos de 2% da população de Macaé tinha acesso à uma conta na Caixa Econômica da Corte. O percentual, com certeza, poderia ser menor, tendo em vista que a agência poderia abarcar pessoas de outros municípios animados a poupar na instituição. O provável aumento da população macaense no período que se estende entre a coleta de dados para o Censo até a data de 1880 também pode causar distorções nos resultados. Apesar disso, imagina-se serem irrisórios, uma vez que a economia e,

¹³⁷ OLIVEIRA, *A Caixa Econômica da Corte...* p. 335.

¹³⁸ OLIVEIRA, *A Caixa Econômica da Corte...* p. 284.

¹³⁹ OLIVEIRA, *A Caixa Econômica da Corte...* p. 287.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, *A Caixa Econômica da Corte...* p. 288.

consequentemente, a demografia da freguesia nos últimos anos do século estavam em queda.

O estudioso utiliza o trabalho de Rodrigo Goyena Soares para balizar sua análise. Soares sistematizou, através de um leque diversificado de fontes, uma fórmula para quantificar o preço de se viver na Corte durante a década de 1870. O autor salienta que é seguro utilizar como parâmetro os valores do município neutro, pois o mesmo organiza sua análise através do conceito de regiões macroeconômicas, que se subdividem entre a região concentrada, construída a partir de médias verificadas entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (incluída a Corte); região periférica, que abarca o que hoje é o Nordeste e o Espírito Santo; e a subperiférica, que inclui os estados das atuais regiões Centro-oeste, Norte e Sul, todos para o ano de 1870.¹⁴¹

Soares enfatiza que, embora houvessem discrepâncias entre regiões, como por exemplo entre os sertões e capitais de províncias, tais limitações “não ofuscam as possibilidades de medir, em base nacional, o poder aquisitivo das diferentes classes, em boa medida, porque havia relativa uniformidade salarial do Norte ao Sul do Império”.¹⁴²

Segundo o autor, a renda média de um lavrador no ano de 1876 equivalia a cerca de 261\$808 réis anuais para a região concentrada, quantia que dificilmente permitiria acesso aos bens de consumo mais básicos numa cidade grande. É possível inferir que a população macaense, por ser majoritariamente rural, diminuía seus custos por ter mais autonomia que um habitante de grandes cidades. O indivíduo urbano dependeria mais do seu salário para sobreviver, enquanto o rural teria seus custos minimizados por conta do plantio para o próprio consumo e, em alguns casos, por não precisar pagar para morar em determinado local. De toda forma, roupas prontas eram inviáveis com essa renda, talvez somente a compra de tecidos poderia ser cogitada como opção.¹⁴³

Na tabela construída pelo autor para discriminar os valores, não há uma categoria de fazendeiros. Talvez o recorte de lavradores possa compreendê-la, cujo percentual demográfico gira em torno dos 44% da população economicamente ativa e livre. Entretanto, essa era uma categoria discriminada como a base das classes populares, com menor renda. Discriminados como classes médias e altas estavam a pequena e alta burguesia, funcionários públicos, administradores e homens de letras, que somavam cerca

¹⁴¹ SOARES, Rodrigo Goyena. Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do império. Notas preliminares sobre as classes imperiais. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 446-489, maio/ago. 2019. p. 463.

¹⁴² SOARES, *Estratificação profissional...* p. 464.

¹⁴³ SOARES, *Estratificação profissional...* p. 464.

de 6,91% de toda a população analisada, enquanto as classes populares ocupavam impressionantes 93,09%. Os resultados contribuem para que o autor entenda o Império brasileiro igualitário, porém, com a renda regulada “por baixo”, e não “pelo alto”, de modo que a característica principal da sociedade brasileira de fins dos oitocentos era não ser rica.¹⁴⁴ Essa informação que poderia complementar o entendimento das tendências observadas nos gráficos 1 e 2.

Ao longo desta pesquisa texto, foi possível notar que as ocupações realmente lucrativas do território macaense eram as atividades comerciais, simbolizada pela categoria *Negociantes*, e a produção de açúcar, do qual em todos os anos foi representada por uma pequena elite produtora. Portanto, entende-se que a análise dos gráficos 1 e 2 se aproxima da ideia defendida no trabalho de Soares, por demonstrar a provável desigualdade socioeconômica da freguesia de Neves.

Para completar o comparativo, os dados de Oliveira e Soares deixam claro que a possibilidade dos depositantes de Macaé estarem inseridos em classes populares era mínima, uma vez que a média de depósitos anuais era maior que a renda média anual de um lavrador, e tal quantia não era capaz de suprir o mais básico para se viver. No entanto, é bom frisar que as discrepâncias existem e fazem parte do “não-dito” da análise.

Portanto, através dos referidos estudos e da análise documental elencada para esta pesquisa, é possível deduzir que a realidade da população macaense, principalmente de N.S. das Neves, ao longo da segunda metade do século XIX, era ter a renda regulada “por baixo”, apesar da opulência manifestada pelo comportamento das elites da época.

Embora a análise socioeconômica local seja importante para a compreensão da maneira como os escravizados teciam suas relações familiares, ela somente oferece a observação das condições materiais que norteavam suas vidas.

Houveram, do mesmo modo, significantes transformações ao longo do século XIX, causadas pelo recrudescimento da escravidão no período ilegal. Algumas descobertas que indicam a participação intensa de membros notórios da elite macaense, o que sugere a ocorrência de mudanças profundas na demografia da escravidão local. Consequentemente, a proximidade ao tráfico ilegal poderia afetar a forma como as redes de sociabilidade seriam construídas nos cativeros de Nossa Senhora das Neves.

¹⁴⁴ SOARES, *Estratificação profissional...* p. 462.

1.4. A participação de Macaé no tráfico ilegal de escravizados

A escravidão, durante o século XIX, passou a ser contestada de maneira fervorosa não só na sociedade imperial brasileira como em grande parte dos espaços escravistas da época, principalmente por conta da influência britânica. Esse movimento, que buscou coibir o tráfico de seres humanos, repercutiu não somente em aspectos da esfera econômica, conforme observado nas transformações relatadas ao longo deste capítulo, mas em todo o tecido social. Sobretudo, em relação às expectativas de liberdade da população escravizada, que sofreriam alterações substanciais até a abolição do trabalho escravo, em 1888.

No início do século, a expansão da economia escravista estava a todo vapor, principalmente no Centro-Sul do Império. Apesar disso, pouco a pouco aumentavam-se as pressões para coibir o aumento da principal forma de mão de obra da época, questão que, de imediato, não logrou êxito. Pelo contrário, a primeira metade do século XIX foi o período de maior ampliação da chegada de africanos. Aqueles que defendiam o sistema escravista temiam, pois a efetividade das legislações poderia significar a derrubada de um dos principais pilares daquela sociedade.

Dentre as tentativas de reprimir o tráfico de africanos, a primeira foi o Tratado de Aliança e Amizade entre a coroa portuguesa e o governo britânico, ocorrido em 1810. Nos termos da proposta, a compra de cativos se restringiria somente às possessões lusas na Costa da Mina e aos territórios de Cabinda e Molembo.

Cinco anos mais tarde, nas competências do Congresso de Viena, foi assinado o Tratado de 22 de janeiro de 1815, que proibia o tráfico de escravos acima da linha do Equador. Por fim, em 1817, Portugal e Inglaterra ratificaram a Convenção Adicional ao Tratado de 1815, que aperfeiçoava a efetividade das intenções firmadas no acordo anterior e estipulava “o direito de visita recíproco entre as embarcações da marinha de guerra de ambas as nações e a formação de comissões (tribunais) mistas, nas quais juízes lusitanos e britânicos julgariam as apreensões realizadas pelos navios”.¹⁴⁵

Pouco tempo depois, durante a regência, entrou em vigor a Lei Feijó-Barbacena de 1831, conhecida como lei “para inglês ver”. O termo se estabeleceu porque a legislação

¹⁴⁵ SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *A convenção de 1817: debate político e diplomático sobre o tráfico de escravos durante o governo de D. João no Rio de Janeiro*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2007, p. 13. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2007.tde-05112007-132446>. Acesso em: 10 out 2023.

buscou efetivar uma rachadura na organização do sistema escravista, porém, seu efeito foi inversamente proporcional às intenções: favoreceu o estabelecimento de uma profunda união entre política e escravidão, universos agora “intimamente ligados em defesa da propriedade e do tráfico de escravos”.¹⁴⁶

Entretanto, o vínculo formado entre política e escravidão que fomentou o estabelecimento do tráfico ilegal por cerca de 20 anos pode ser entendido como uma forma de proteção contra uma ameaça real, e não como reflexo da inoperância da lei. Ou seja, a legislação não tratou de ser apenas “para inglês ver”. O texto foi severamente criticado pelo corpo legislativo do Império, que acusou o imperador de atentar contra a soberania nacional ao favorecer interesses ingleses. Como consequência, a lei conseguiu reprimir fortemente o tráfico transatlântico de escravos durante os cinco primeiros anos de vigência. Após, os altos números de desembarques refletem o resultado positivo da união entre sociedade civil e poder público na defesa do sistema escravista.¹⁴⁷

A proibição seria mais efetiva somente a partir de 1848, quando Eusébio de Queiroz assume a pasta da justiça. Dois anos após estar no cargo, em 1850, o ministro decretaria a definitiva lei que carregou o seu nome, ao esgotar-se “o limite institucional, político e moral do tráfico”.¹⁴⁸

Durante a primeira metade do século XIX, a freguesia de São João Batista de Macaé ampliou suas atividades comerciais e urbanas, com destaque para as atividades do Porto de Imbetiba, símbolo do crescimento do município como um todo.¹⁴⁹ Assim como a freguesia da Cidade (São João Batista), foi observado algumas linhas acima a importância que a freguesia de Nossa Senhora das Neves ganhou no contexto da produção agrícola durante o mesmo período. Inclusive, foi destaque nas páginas do *Almanak* como polo principal de desenvolvimento econômico do município.

Em sociedades escravistas, o desenvolvimento econômico é profundamente dependente da manutenção da mão de obra cativa. Logo, na perspectiva da expansão demográfica, é interessante conectar o assunto à importância que a região ganhou para os traficantes de escravos durante a primeira metade do XIX. Os censos disponíveis no rol

¹⁴⁶ FREIRE; SOUZA, *O Tráfico ilícito...* p. 30.

¹⁴⁷ AMANTINO, Marcia; CARDOSO, Vinicius Maia. A Lei de fim do tráfico negreiro de 1831 e os registros de batismos de escravizados em Cachoeiras de Macacu, 1820-1840. *Revista História, Histórias*. ISSN 2318-1729, pp. 46-75, vol 11, nº 21, jan./jun. 2023, p. 56-60.

¹⁴⁸ PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos; PESSOA, Thiago Campos. Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o Sudeste brasileiro (c.1830 – c.1860). *Estudos Históricos*. vol. 32, nº 66, p. 79-100, jan-abr, 2019, p. 84.

¹⁴⁹ Para maiores informações acerca do desenvolvimento urbanístico de Macaé, ver subtítulo 1.2. de SANTOS, *Os laços de compadrio...* p. 26.

de fontes para esta pesquisa demonstram a superioridade numérica da população de pretos e pardos, sejam escravizados ou não, dos anos 1840 em diante.¹⁵⁰

Portanto, imagina-se que a conjuntura de recrudescimento do comércio de escravos foi um dos principais motivos pelos quais ocorreu a notória expansão da economia macaense ao longo da primeira metade do século XIX. Da mesma maneira, o assunto é a principal ponte entre as transformações econômicas observadas e a situação das famílias escravas locais que serão exploradas à frente.

Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira e Thiago Campos Pessoa relatam que grande parte das praias de vários municípios da região Norte Fluminense – enfatizando-se Macaé, São João da Barra e Campos dos Goytacazes – tinham ligação estreita com o ilícito trato. Nessas localidades haviam estruturas logísticas complexas, montadas em praias desertas fora do alcance das vigilâncias brasileiras e britânicas, com conexões diretas aos portos de regiões específicas do continente africano.¹⁵¹

No período, Macaé ganhou destaque por ser um dos principais locais de operação, a partir de 1844,¹⁵² de José Bernardino de Sá, conhecido traficante de almas do Império. O escravagista contava com estruturas para recepção de cativos, montadas tanto no litoral macaense quanto em Ambriz, ao norte de Luanda, num recorte que vai desde o período anterior à proibição de 1831 e ultrapassa à de 1850.¹⁵³

A relevância das operações do traficante, através de seus negócios legais e ilegais, pode ser atestada tanto por sua intimidade com membros do alto escalão do poder imperial, que se estendia desde laços de parentesco aos tratos comerciais. Além disso, em 1851, o traficante comprou, em Portugal, o título que o elevou à Barão de Vila Nova do Minho. Logo em seguida, adquiriu também o de Visconde, ambos reconhecidos pelo imperador D. Pedro II, no auge da repressão ao nefasto comércio.¹⁵⁴

Além de Bernardino de Sá, outros envolvidos também realçam a proximidade entre o poder político e a manutenção do tráfico, corroborando à ideia de redes complexas que permitiram a continuidade do ilícito trato, tendo, no âmbito da Corte, o litoral Norte Fluminense como um dos palcos principais.

¹⁵⁰ Ver p. 42.

¹⁵¹ PEREIRA; PESSOA, *Silêncios atlânticos...* p. 95.

¹⁵² MESQUITA, João Marcos. Portugueses no tráfico ilegal de escravizados para o Brasil: os casos de Manoel Pinto da Fonseca e José Bernardino de Sá. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 53, 2020, p. 32.

¹⁵³ PEREIRA; PESSOA, *Silêncios atlânticos...* p. 88.

¹⁵⁴ MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 393. *Apud* MESQUITA, *Portugueses no tráfico...* p. 39.

Gente como André Gonçalves da Graça, que ocupou a vice-presidência da Câmara Municipal de São João da Barra, ou Joaquim Thomaz de Faria, que exerceu os cargos de delegado de polícia, patrão-mor do porto de São João da Barra e presidente da Câmara. Ambos eram comendadores da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo. Os dois importavam africanos que depois de internados em suas fazendas praieiras eram enviados para Campos, São Fidélis, Espírito Santo e Minas Gerais, não sem antes “adestrá-los”, em termos de época, em suas terras. A dupla mantinha relações com José Bernardino de Sá, atuante no litoral de Macaé.¹⁵⁵

Ademais, inclui-se à lista de traficantes que atuaram na região o português Manoel Pinto da Fonseca que, segundo João Marcos Mesquita, se destaca ao lado de Bernardino de Sá como um dos maiores traficantes de escravos do período. Inclusive, superando-o em número de desembarques anuais a partir da década de 1840. Seu principal local de atuação foi a costa de Cabo Frio, nas proximidades de Macaé. Assim como foi observado em alguns momentos do texto, o contato entre ambos os municípios era intenso, não sendo exagero estabelecer conexão entre ambas as localidades para o abastecimento de escravos a nível local.¹⁵⁶

Sobre José Bernardino de Sá, sabe-se que o mesmo possuía a Fazenda Atalaia durante o recorte de análise desta pesquisa, localizada na freguesia de Nossa Senhora das Neves. Os registros de batismo informam terem sido de sua posse 107 escravos no período entre 1821 e 1846, sendo 79 adultos e 28 inocentes, todos registrados na referida fazenda.¹⁵⁷ Entre 1850 e 1852, foram encontrados 20 registros de batismo de escravos dos quais o traficante era proprietário, desta vez com somente cinco adultos entre os batizados.¹⁵⁸

O motivo da baixa quantidade de assentos vinculados à José Bernardino a partir de 1850, possivelmente, se deve ao fim das atividades do traficante. A partir de 1851, ano em que teve sua última embarcação negreira apreendida antes do desembarque, não mais foi possível captar sua atuação neste ramo de negócio. Após sua morte, em 1855, a fortuna escravista ficou nas mãos da sua esposa, D. Joaquina Rosa de Jesus, Viscondessa de Vila

¹⁵⁵ PEREIRA; PESSOA, *Silêncios atlânticos...* p. 95.

¹⁵⁶ MESQUITA, *Portugueses no tráfico...* p. 32.

¹⁵⁷ SANTOS, *Os laços de compadrio...* p. 42.

¹⁵⁸ Registros de batismo, principalmente de escravos adultos, se configuraram em um recurso burocrático de grande valor para comprovar posse de cativos durante o período da ilegalidade. O assunto será melhor tratado abaixo. LADOCH – APNSN: Livros de Batismos III e IV.

Nova do Minho,¹⁵⁹ que ainda batizou 14 escravos inocentes entre 1857 e 1858 na freguesia de Neves.¹⁶⁰

Além das posses escravas, o *Almanak Laemert* traz indícios de outros investimentos em nome do traficante em Neves, provavelmente possibilitados pelos lucros do ilícito trato. Nos anos de 1854 e 1855 consta ser de sua posse fazendas de café, que em 1856 ficariam a cargo dos seus herdeiros. Entre 1857 e 1858, os negócios são administrados por D. Joaquina, sua esposa. A partir de 1859, os negócios passam a ser discriminados como de açúcar e aguardente, agora a cargo dos herdeiros da Viscondessa. De 1860 em diante não constam mais registros.¹⁶¹

Sobre a totalidade dos números sobre o tráfico ilegal de escravizados, a quantidade de desembarques na região surpreende. Segundo informações do projeto *The Transatlantic Slave Trade Database - Voyages*, entre 1836 e 1850, aproximadamente 74 274 almas, por meio de 168 embarcações, conseguiram desembarcar somente no litoral entre Campos e Macaé, cuja responsabilidade, ao que parece, advém do envolvimento dos referidos nomes acima citados e outros mais.

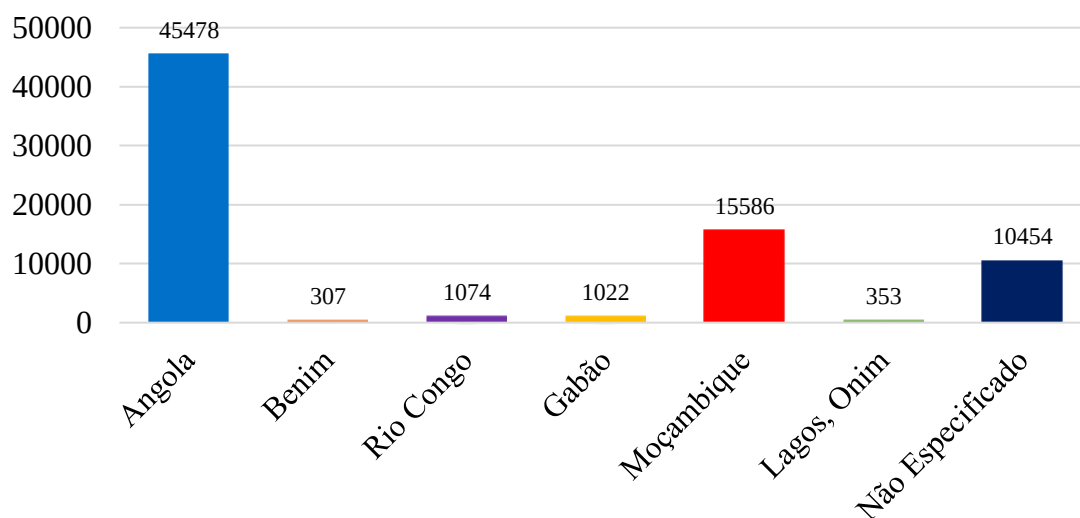
Além dos números totais, referenciar a origem dessas populações é de suma importância para tecer, no terceiro capítulo, considerações acerca dos padrões de legitimidade, possibilidades de compadrio e demais dinâmicas familiares nas escravarias nevenses. Para tanto, o Gráfico 3 foi elaborado abaixo.

¹⁵⁹ MESQUITA, *Portugueses no tráfico...* p. 39.

¹⁶⁰ LADOCH – APNSN: Livros de Batismos V e VII.

¹⁶¹ *Almanak Administrativo, Mercantil...* Seção “Província”, Município de Macaé, Freguesia de N.S. das Neves, 1854-1860.

Gráfico 3 – Quantitativo estimado da população escrava desembarcada em Campos dos Goytacazes e Macaé por origem de compra/captura. 1836-1850.



Fonte: ELTIS, David et al. *The Trans-Atlantic Slave Trade Database – Voyages*.

Disponível em: <http://slavevoyages.org/voyage>. Acesso em: 12 abr 2023.

Na composição do Gráfico 3, a escolha dos nomes modernos das nações foi feita para servir como “guarda-chuvas”, uma vez que as embarcações eram originárias de diversas regiões autônomas que hoje estão dentro dos territórios atuais dos países citados. As regiões denominadas nos registros são: Ambriz, Benguela, Cabinda, Loango, Luanda e Nova Redonda, atribuídas a “Angola”; Baía do Benim e Ouidah para Benim; Gabão e Cabo Lopez para “Gabão”; Mozambique, Inhambane e Quilimane para “Moçambique”. Os outros, por não apresentarem diversificação nominal, foram mantidos conforme o registro.

Sobre a origem das 168 embarcações, somente cinco não tinham como porto inicial alguma localidade da região Sudeste. Quatro vieram da Bahia diretamente para Macaé, e outra de Rotterdam à Campos. Das que se tem ciência do seu início na região sudeste, uma partiu de Mangaratiba (importante área do círculo de tráfico ilegal de escravizados)¹⁶² à Macaé, uma de Vitória à Campos; outras 88 partiram do Rio de Janeiro e mais 74 partiram de portos não especificados da região Sudeste. Somente uma informa que partiu de algum lugar não especificado do Brasil.

¹⁶² CAMPOS, Thiago Pessoa. *A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c. 1830-c. 1888)*. Tese de doutorado. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF, 2015, p. 90-140.

Portanto, a constatação vai de encontro aos estudos que indicam a robusta estrutura operacional montada para conduzir indivíduos livres à escravidão, cujo epicentro era a região sudeste, principalmente a Província do Rio de Janeiro, local de partida da maior parte dos navios que iam rumo aos portos africanos.

Na busca por informações sobre desembarques ocorridos no período em que o comércio de africanos era legalizado, especificamente no recorte entre 1800 e 1831, não constam registros para as localidades. O silêncio, antes de declarar somente a falta de dados, aponta para a centralização da venda de cativos na Corte, especificamente no Mercado do Valongo que, à época, constituía-se no principal local de negociações de almas cativas do país.¹⁶³ Além disso, favorece a importância que a região tomou no contexto do tráfico ilegal uma vez que é somente a partir de 1836, segundo dados do *Slave Voyages*, que ocorre o interesse em realizar desembarques de africanos fora dos centros econômicos do Império.

Thiago Campos Pessoa, em consulta ao mesmo banco de dados, verificou que o total de escravizados embarcados em direção à região sudeste do Brasil ultrapassou a cifra de 430 mil pessoas. Desses, cerca de 380 mil conseguiram chegar em vida ao cativo ilegal, através de 888 viagens entre 1831 e 1856. Ao analisar os desembarques feitos no litoral norte da Província de São Paulo, local de atuação mais longo de José Bernardino de Sá antes de deslocar, em 1844, suas atividades para Macaé, o autor constatou a chegada de pouco mais de 43 mil africanos em 81 embarcações, totalizando cerca de 11,3% em relação ao montante de escravizados que chegaram vivos durante o período ilegal.¹⁶⁴

Em comparação, os resultados para Macaé e adjacências informam o percentual de 19,3% em relação ao total de africanos desembarcados vivos na região sudeste. Embora o número seja grande, os dados para o sudeste representam cerca de metade do contingente total de desembarcados no Brasil. Segundo dados do *Slave Voyages*, o somatório daqueles que foram ilegalmente escravizados girava em torno de 800 mil pessoas.¹⁶⁵

É possível que esta cifra seja maior? Beatriz Galloti Mamigonian salienta a posição do Ministro da Justiça Saquarema, Eusébio de Queiroz, que operou no sentido do silêncio sobre o assunto, uma vez que a base política que o elegera – a dos fazendeiros

¹⁶³ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 67.

¹⁶⁴ PESSOA, Thiago Campos. Sobre o que se quis calar: o tráfico de africanos no litoral norte de São Paulo em tempos de pirataria. *História (São Paulo)*, vol. 39, UNESP, 2020.

¹⁶⁵ FREIRE; SOUZA, *O Tráfico ilícito...* p. 40.

escravistas do Sudeste – estava preocupada com o texto da lei de 1831, que os criminalizava por serem proprietários de escravos ilegais.¹⁶⁶

Os debates na Câmara que precederam a lei de 1850 deixavam claros os seus objetivos: “1º. Atacar com vigor as novas introduções, esquecendo e anistiando às anteriores à lei; 2º. Dirigir a repressão contra o tráfico no mar, ou no momento do desembarque, enquanto os africanos estão em mão dos introdutores”.¹⁶⁷ Sendo assim, além do foco da repressão parecer que recaiu mais sobre o atravessador do que sobre o receptor, o silêncio sobre o passado foi uma característica institucional.

Com base no contexto político apresentado, é lícito pensar que os registros do banco de dados *Voyages* talvez possam identificar somente parte daquilo que realmente ocorreu. Apesar dos silêncios institucionais, importa destacar que era alto o grau de envolvimento da região alvo deste estudo na problemática do tráfico ilegal, fator que acarretou não só no crescimento econômico de Macaé e N.S. das Neves, mas também repercutiu na demografia da escravidão local. É importante lembrar que essas questões se relacionam diretamente ao fato de Neves ter ocupado o posto de freguesia com maior população da vila, além do destaque pela proficiência de sua produção agrícola no final do século XIX.

Portanto, para concluir, reitera-se que as análises deste capítulo tiveram como objetivo esclarecer aspectos da construção regional, econômica e social do território macaense. Mas o objetivo não se encerra nesta ideia. Os assuntos explorados seriam, no entendimento proposto, o pano de fundo para o desenvolvimento dos laços sociais promovidos pelas famílias escravas. Porém, isso não significa uma relação de causalidade, uma dependência do social ao econômico. O propósito é iluminar a influência do que foi investigado até agora sobre as relações sociais, que dependeriam de diversos outros fatores, que vão do campo geográfico ao cultural, no que se refere à composição mais precisa do quadro.

Alguns trabalhos já notaram a longevidade das famílias escravas de Neves, em números que fizeram a freguesia se destacar em relação a outras localidades.¹⁶⁸ Defende-se, portanto, a ideia de que ocorreu significativa manutenção das relações familiares na

¹⁶⁶ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 266.

¹⁶⁷ Anais da Câmara dos Deputados, 16 jul 1852, p. 251. *Apud* MAMIGONIAN, *Africanos Livres: a abolição...* p. 275.

¹⁶⁸ FARIA, *A Colônia em...*; SANTOS, *Os laços de compadrio...*; VITÓRIA, *População e escravidão...*

comunidade escrava, embora estejam ocultas em relação ao que é possível ser percebido através do quantitativo de registros paroquiais.

Outros tópicos são importantes para se chegar à análise das famílias escravas macaenses, como reflexões acerca do que é uma família e o que significa pertencer a uma; o papel que tanto a prática de batizar quanto os registros de batismo tiveram nesse processo, bem como a dinâmica demográfica da escravidão ilegal em Macaé durante o recorte temporal desta pesquisa. Exploraremos esses pontos a seguir.

Capítulo II – O batismo e a família nas escravarias macaenses

2.1. Você é filho de quem? Um olhar sobre as *famílias* e *famílias escravas*

Esta simples pergunta que nomeia o subtítulo, quando dirigida aos residentes de grandes complexos urbanos brasileiros, pode não ter tanta força quanto àqueles familiarizados com a vida nas pequenas cidades do Brasil. Para esses, a indagação pode se transformar numa imensa alegoria, cuja resposta é representativa do local social e, por que não, econômico, político, religioso, ideológico, e demais outras categorias explicativas ao interlocutor sobre aquele a quem se dirige a questão.

O individualismo, enquanto modelo ideológico plenamente visível em diversas sociedades ao redor do mundo – inclusive a brasileira – pode ser uma das explicações para que o uso da frase aparente ser mais presente nas pequenas cidades. Empiricamente falando, o estilo de vida ameno proporcionado por cidades menores parece favorecer reprodução de tradicionalismos familiares, que garantem o menor afastamento entre os modos de viver da prole e dos progenitores. Por outro lado, o inverso é comum às grandes cidades.

O autor deste texto, nascido e criado na capital do Estado do Rio de Janeiro, atualmente reside há cerca de sete anos em uma cidade do interior de Minas Gerais. Ao conhecer a expressão “você é filho de quem?”, sentiu o estranhamento comum de um *outsider*, para utilizar a expressão de Norbert Elias e John L. Scotson.¹⁶⁹ Assim que *estabelecido* na nova sociedade, o significado que era raso tornou-se profundo ao ponto de ser possível utilizar a sentença como ponto de partida para clarificar os conceitos de família e de famílias escravas, suas interpretações e definições, tanto para o contexto da sociedade brasileira mais recente (que se aplica somente a definição de família, não de família escrava), quanto para os verificados no decorrer do século XIX.

Atualmente, é grande a facilidade de objeção ao uso da referida sentença. Entretanto, antes da completa difusão e obrigatoriedade dos registros civis, não utilizá-la talvez fosse algo inimaginável. Por muitos séculos, para a maioria das populações do passado, saber as origens familiares de alguém era tudo que havia de referência para nortear o ser humano que aspirava conhecer ao seu semelhante. A longa duração do

¹⁶⁹ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000. p. 21.

hábito, nesse sentido, pode se configurar em mais um argumento que justifique a manutenção do uso da sentença até os dias de hoje.

Ao utilizá-la como fio condutor do raciocínio, a primeira impressão observada é a de que a frase busca tratar da afinidade, empírica ou idealizada pelo interlocutor, existente entre o comportamento de pais e filhos. Deste modo, seria possível compor um quadro mais preciso sobre as maneiras de agir socialmente dos últimos através do que se conhece sobre os primeiros.

Naturalmente, essa suposta ou real afinidade tem como fundamento o seio familiar, que pode ser definido como o local por excelência introdutor da cultura, bem como aos valores éticos e morais relativos à essa; do contato inicial com a linguagem; do aprendizado de habilidades socioemocionais e físico-motoras necessárias para o convívio na sociedade de nascimento. A família, dessa forma, seria a “instância produtora e reprodutora da força de trabalho e mecanismo primeiro de socialização, atua tanto na esfera do econômico quanto na do cultural”.¹⁷⁰

No período clássico grego, Aristóteles já atribuía demasiada importância ao órgão da fala como principal laço de toda a sociedade *doméstica* e civil. Sendo assim, a habilidade de se comunicar de forma complexa seria o principal vetor das conexões humanas – e também responsável pela razão de ser da referida sentença. Visualiza-se, portanto, a importância trans-histórica da instituição familiar, por sua capacidade de concretizar o que o filósofo compreendia ser a natureza de animais sociais dos seres humanos, que seriam, sob sua ótica, “mais sociais do que as abelhas ou outros animais que vivem juntos”.¹⁷¹

Mesmo após disseminados os ideais que garantam a valorização e importância da subjetividade e do indivíduo para o modelo de sociedade atual, é compreensível que ainda faça sentido, para muitos, utilizar a frase como parâmetro de afinidade entre pais e filhos. Inclusive, nos dias atuais, ocorre amplo debate sobre os dois termos, tendo em vista a composição de modelos explicativos para o comportamento individual. Todavia, mesmo que existam correntes que defendam o indivíduo e a subjetividade como naturais, e outras que depositam maior credibilidade em uma construção sociocultural dessa instância do ser, ambas atribuem à família um papel fundamental no processo de socialização da

¹⁷⁰ BARSTED, Leila Linhares. Permanência ou Mudança? O discurso legal sobre a família. In: ALMEIDA, Angela Mendes; CARNEIRO, Maria José; PAULA, Silvana Gonçalves (Orgs.). *Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRJ. 1987, p. 104.

¹⁷¹ ARISTÓTELES. *A Política*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 5.

subjetividade, uma vez que a potência do indivíduo só seria possível em um contexto social.¹⁷²

Ao sublinhar o peso da instituição familiar para a construção do ser humano social, se faz necessário iluminar outra sutil, porém, extensa questão: o que é família? Os mais recentes dicionários, disponíveis *online*, a definem como o “grupo de pessoas que partilha ou que já partilhou a mesma casa, normalmente estas pessoas possuem relações entre si de parentesco, de ancestralidade ou de afetividade”.¹⁷³

É possível considerar a descrição bem alinhada ao modelo de sociedade atual, mais abrangente e inclusiva quando comparada aos modelos mais afastados no tempo. Porém, ainda sim é uma definição complexa, sendo provável que, em muitos casos, poderá haver algum ponto de contraste entre o que afirma o verbere e a realidade de determinado grupo ou indivíduo que, porventura, leia a explicação do dicionário.

Ao buscar definições em outros campos do saber, a afirmativa da psicóloga Danda Prado se aproxima da definição acima. Afirmar que família é um fenômeno que ultrapassa a simples convivência entre pai, mãe e filhos sob o mesmo teto, descrição que define a noção cotidiana de família propagada pelos meios de comunicação – a família nuclear.

Segundo a autora, esse tipo de organização tem como característica a existência de uma autoridade compartilhada tanto entre os “chefes dos lares” que, no atual modelo de sociedade, podem operar livremente sua autoridade independente do gênero/orientação sexual, quanto entre o Estado, que define regras para considerar determinado agrupamento social como uma família.

Além das autoridades governamentais, que através das normas do Direito norteiam as definições da instituição para toda a sociedade, misturam-se as agendas socioculturais. Ou seja, a forma como os atores do cotidiano entendem e reproduzem o conceito de família, dotados da capacidade de autorizar ou exercer repressão à determinados modelos familiares.¹⁷⁴

Em 1987, um ano antes de vigorar, no Brasil, a Constituição Federal que garantiria o alargamento das possibilidades legais da instituição familiar, Leila Linhares Barsted escrevia sobre a grande divergência entre a legislação vigente e as os costumes organizacionais da família no Brasil. A estudiosa afirma que apesar do Brasil ter passado

¹⁷² VELHO, Gilberto. Família e Subjetividade. In: ALMEIDA; CARNEIRO; PAULA, *Pensando a Família...* p. 30.

¹⁷³ FAMÍLIA. In: DICIO, *Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/familia/>. Acesso em: 16/01/2023.

¹⁷⁴ PRADO, Danda. *O que é família?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2013. p. 11-20.

por períodos democráticos e autoritários, as leis permaneceram imóveis quanto à legitimação das diversas manifestações familiares, muito comuns na sociedade brasileira ao longo de sua história. Segundo a autora,

A família estruturada pela legislação brasileira não é o simples reflexo do modo de relacionamento do grupo familiar, conforme vivenciado nas diferentes classes sociais. É, antes, a codificação de uma visão de mundo das elites dominantes, preocupadas com a legitimação, em termos legais, dos laços familiares, com a definição do poder marital e paterno, com a legitimação da prole e a regulamentação do patrimônio.¹⁷⁵

Uma vez cientes da quantidade de questões envolvidas para definir o termo, não é absurdo afirmar que a resposta correta para a questão “o que é família?” seja não existir uma resposta, em vista da tamanha multiplicidade de manifestações e formas de organização desta instituição. Variabilidade que existe, inclusive, em uma mesma sociedade, seja em diferentes épocas ou em períodos sincrônicos, o que faz da família um conceito de extrema dificuldade de definição.

Dessa maneira, sustenta-se a proposição de Prado, que pode se alinhar ao raciocínio aqui apresentado. A estudiosa sugere que “família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social que varia ao longo da História e até apresenta formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado”.¹⁷⁶

Sendo assim, para responder a mesma pergunta, porém, com relação ao espaço e o tempo do qual se trata a pesquisa em curso, os antigos dicionários podem ser úteis. Iniciaremos a trilha através do verbete encontrado no Tomo I do *Diccionario da lingua portuguesa* de Antonio Moraes Silva, de 1823. De acordo com a obra, família seriam “as pessoas, de que se compõe a casa, e mais propriamente assubordinadas aos chefes, ou pais de famílias. Os parentes, e aliados, [...] o que está sob o patrio poder.” [grifo nosso].¹⁷⁷

À primeira vista, ao comparar a definição de Silva com a dos dicionários atuais, o que sobressai é a obrigatoriedade de existir uma relação hierárquica. Enquanto na definição contemporânea, a ideia de família gira em torno da afetividade entre um grupo, a do dicionário de Silva depende de um poder central, que está atrelado ao *pater*.

¹⁷⁵ BARSTED, *Permanência ou Mudança...* p. 104.

¹⁷⁶ PRADO, *O que é família...* p. 17.

¹⁷⁷ Verboete “Família”. Ver em: SILVA, *Diccionario da lingua...* Tomo I, p. 837.

Portanto, a descrição do vocábulo, principalmente o termo grifado, desenham aos contemporâneos do século passado capacitados da habilidade de leitura – mais comumente encontrados entre membros das classes dominantes – o que entende-se como modelo ideal de família da época. Muitos estudiosos do século XX convencionaram nomear esse tipo de relação como “família patriarcal brasileira”, conotação originária principalmente dos estudos de Gilberto Freyre, mais precisamente do clássico *Casa Grande e Senzala*, cuja primeira edição é de 1933.¹⁷⁸

Angela Maria de Almeida explica que a observação realizada por Freyre situa-se ao nível das relações de afinidade. Extrapolando definições dicionarísticas, caracterizava-se por ser poligâmica, mas só para o homem branco, do qual todas as relações sexuais ativas são possíveis e desejáveis, enquanto às mulheres brancas reservava-se a castidade e fidelidade.¹⁷⁹ Por ser o modelo patriarcal um tipo de família extensa, a “virilidade colonizadora” do português – expressão de Freyre – garantiria

uma grande intimidade entre o branco, suas escravas, e os moleques, muitos deles seus filhos. As crianças escravas funcionavam tanto como bichos de estimação, ou como afilhados ("quase parentes"), ou ainda como objeto sexual. As mulheres negras, por sua vez, eram todas potencialmente objeto sexual, mas algumas atingiam aquele status de relativo respeito da "mãe-negra", não apenas amamentando os filhos legítimos da família, mas criando-os e formando-os.¹⁸⁰

A autora, que se preocupa com questões relacionadas à afinidade, esclarece que o tipo de descrição de família desenvolvido por Freyre seria fruto de uma conjuntura analítica específica, relacionada à história das mentalidades e à Antropologia. Essas áreas do conhecimento buscam aprofundar o entendimento sobre as relações sociais construídas culturalmente; sobre a família enquanto ideia. Uma outra abordagem seria conceber a *família* nos moldes propostos pela Escola de Cambridge, de abordagem demográfica e voltada à compreensão da sua estrutura e organização; das relações de filiação e consanguinidade, ou seja, da sua natureza.¹⁸¹

Mariza Corrêa tece algumas considerações através do último modelo, amparada nos clássicos que, em sua opinião, subsidiaram e reproduziram a consolidação do sistema patriarcal, tanto no ideário acadêmico quanto popular, nacional e internacional. Um é o

¹⁷⁸ CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal. *Caderno de Pesquisa*. n. 37. São Paulo, 1981, p. 7.

¹⁷⁹ ALMEIDA, Angela Mendes. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA; CARNEIRO; PAULA, *Pensando a Família...* p. 55.

¹⁸⁰ ALMEIDA, *Notas sobre a família...* p. 66.

¹⁸¹ ALMEIDA, *Notas sobre a família...* p. 54.

já citado trabalho de Freyre, o outro é o ensaio intitulado *The Brazilian Family*, de Antônio Cândido de Mello e Souza, de 1954.

A estudiosa constata que as duas obras tiveram papéis não necessariamente semelhantes, porém convergentes: a primeira constitui, em maior medida, os fundamentos conceituais da família patriarcal, e a segunda retoma algumas preocupações da primeira para contestá-las e/ou ampliá-las. À despeito das contribuições desses trabalhos ao estudo da família brasileira, Corrêa afirma que

Ambos os autores parecem compartilhar com muitos outros estudiosos a ilusão de que o estudo da forma de organização familiar do grupo dominante, ou de um grupo dominante numa determinada época e lugar, possa substituir-se à história das formas de organização familiar da sociedade brasileira.¹⁸²

O argumento está amparado na ideia de que o conceito família patriarcal, reproduzido pelas obras, trata-se de um padrão familiar delimitado à um recorte espacial e cronológico específico: a economia açucareira pernambucana dos séculos XVI e XVII, ou as plantações de café dos séculos XVIII e XIX. Nos anos 1980, época da escrita do artigo, está em curso a expansão do uso de fontes primárias no estudo da família. Nesse momento, descobertas revelaram a ocorrência diversos tipos de arranjos socioeconômicos desde os primórdios da colonização, inclusive em um mesmo período e região. Como resultado, no Brasil, haveriam múltiplos modelos familiares.¹⁸³

Na perspectiva de Corrêa, ambos os estudiosos entendiam o tipo de organização familiar que ocorrera em um tempo e espaço específico como hegemônico. Essa configuração teria perpassado todo o período colonial e imperial. Assim, todas as formações posteriores seriam derivadas dessa raiz patriarcal, inclusive o “modelo padrão” referenciado pela autora: a ‘família conjugal moderna’. Essa seria uma versão de família vigente no Brasil a partir do século XX, fruto da soma imperfeita entre o modelo nuclear burguês, que surge no bojo das transformações socioeconômicas europeias dos séculos XVIII e XIX, e a família patriarcal.

O raciocínio dos autores, segundo Corrêa, levam ao entendimento de que, ao longo da história da sociedade brasileira, existiriam somente duas configurações possíveis: a de uma família, a ‘família patriarcal’, e uma ‘não-família’, que reuniria as formas de organização daqueles interpretados como anônimos e socialmente degradados

¹⁸² CORRÊA, *Repensando a família...* p. 7.

¹⁸³ CORRÊA, *Repensando a família...* p. 7-9.

por esses trabalhos clássicos. Portanto o problema dos textos seria “o contraste entre essa sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa, e a tentativa de acomodá-la dentro dos estreitos limites do engenho ou da fazenda: lugares privilegiados do nascimento da sociedade brasileira”.¹⁸⁴

Um autor que não foi citado por Corrêa, mas é contemporâneo dos estudiosos analisados pela mesma, é Sérgio Buarque de Holanda. O estudioso pontua questões de relativa importância ao debate: parte da premissa de traçar a longa duração da organização, ao admitir que a família patriarcal que aqui se reproduziu surge na antiguidade clássica, e tem como fundamentos as normas do direito romano-canônico.

A partir do estabelecimento na Península Ibérica, o modelo tornou-se o padrão da estrutura doméstica dos povos que lá residiam. Segundo o autor, o desenvolvimento desse tipo de família está estreitamente ligado a raízes escravistas, uma vez que a existência de escravos e agregados dentro de um mesmo espaço de convivência dilatariam o mando do *pater-famílias*, tornando o seu poder “virtualmente ilimitado”.¹⁸⁵

Holanda explica que as relações sociais gestadas por esse arranjo familiar eram necessariamente fundadas em laços afetivos. Como consequência, os princípios de autoridade doméstica norteariam o comportamento dos seres humanos em todas as esferas, desde à individual até às governamentais; do privado ao público.¹⁸⁶ Dessa maneira, a família desenvolvida no Brasil teria como raiz esse antigo modelo, raciocínio que em parte se alinha à ideia de Gilberto Freyre e Antônio Cândido. Entretanto, o argumento se diferencia devido aos atributos de longa duração.

Ao considerar tanto a posição de multiplicidade de modelos familiares, proposto por Corrêa, quanto a longa duração de Holanda ao explicar a família patriarcal de Holanda, Almeida busca a coesão entre ambas as perspectivas. A autora salienta que muito do pensamento de Freyre sobre as famílias brasileiras, assim como o que foi relatado pelos viajantes naturalistas do século XIX – corresponsáveis pelo retrato das famílias, escravas ou não, no ideário da historiografia clássica – teriam sido interpretados através do ideal de família nuclear burguesa, que surge no contexto das revoluções industriais e se define pela oposição ao que é público. Essa família determina o seu espaço de convivência, a casa, como um lugar íntimo; unidade de consumo e não de produção.¹⁸⁷

¹⁸⁴ CORRÊA, *Repensando a família...* p. 9.

¹⁸⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, p. 81

¹⁸⁶ HOLANDA, *Raízes do Brasil...* p. 82.

¹⁸⁷ ALMEIDA, *Notas sobre a família...* p. 56.

Almeida, portanto, reforça a posição de diversos autores sobre a hipótese de que a ideia de família patriarcal, difundida a partir dos estudos freyreanos, poderia ser mais a representação do modelo de família vigente quando da escrita de *Casa Grande e Senzala*, ou seja, do início do século XX, do que uma referência à organização da instituição nos períodos colonial e/ou imperial. Para a autora, o modelo de ‘família nuclear burguesa’ que aportou nas terras brasileiras encontrou uma realidade muito distinta do seu espaço de gestação, majoritariamente citadino e industrial. Ao chegar, o que havia por aqui era

a mesma sociedade colonial, formalmente independente, baseada no latifúndio exportador cuja mola essencial era ainda o trabalho escravo. A família rural transplantada para as cidades do século XIX havia sofrido modificações superficiais. Mas a mentalidade estruturada sobre o patriarcalismo continuava a ser dominante.¹⁸⁸

Na mesma direção caminham as ponderações de Ronaldo Vainfas sobre o assunto. O autor, ao comentar as críticas direcionadas aos trabalhos de Antônio Cândido e Gilberto Freyre, diz que apesar de corretas em numerosos aspectos, não resistem a uma avaliação de conjunto. Vainfas explica que a assertiva do primeiro autor é objetivada a tratar da noção de família enquanto parentela, redes de poder e dependência, e não somente da dimensão demográfica dos lares como indício do poder pátrio. Bem como relata que Freyre não negou a eventual ocorrência de outras formas familiares, apesar entender a estrutura patriarcal como dominante.¹⁸⁹ Segundo o autor

Se as famílias coloniais eram mais ou menos extensas, se numa dada habitação moravam poucos indivíduos ou dezenas deles, eis um dilema de pouca relevância nos trabalhos de Freyre e Cândido. E quer-nos parecer, ainda, que a maior ou menor concentração de indivíduos, fosse em solares, fosse em casebres, em nada ofuscava o patriarcalismo dominante, a menos que se pretenda que, pelo simples fato de não habitarem a casa-grande, as assim chamadas “famílias alternativas” viviam alheias ao poder e aos valores patriarcais – o que ninguém seria capaz de afirmar seguramente.¹⁹⁰

Uma vez pontuados os atritos que a academia presenciou durante os últimos momentos do século XX, acerca da abrangência ou não do modelo patriarcal, o cenário atual demonstra uma maior segurança a respeito do assunto. Ana Silvia Volpi Scott, ao

¹⁸⁸ ALMEIDA, *Notas sobre a família...* p. 57.

¹⁸⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997, p. 117-118.

¹⁹⁰ VAINFAS, *Trópico dos Pecados...* p. 118.

tecer um balanço da produção historiográfica sobre a família, propõe um cenário atualizando em relação aos embates do passado. É possível perceber o tom de superação entre as duas linhas analíticas supracitadas por Almeida, bem como salienta novos posicionamentos acerca da questão.

Através de suas observações, a autora conclui que é necessário pensar o patriarcalismo como parte fundamental do processo de apreensão das relações familiares, porém, de maneira elástica. O patriarcalismo não tratou de ser mera retórica das classes dominantes. Tampouco há de se considerar que foi raiz de todos os modelos de família gestados em território brasileiro. O que deve ser evidenciado é a certeza de que o modelo existiu e não pode ser ignorado. Para a autora, o que importa é o olhar do historiador, que deve abranger a totalidade dos laços sociais construídos por um grupo e não somente aqueles de origem biológica. É necessário que a análise dê conta de rastrear os interesses do coletivo, da parentela, assim como a hierarquia empreendida entre os atores e as tramas que conectam pessoas e/ou grupos de distintas posições sociais.¹⁹¹

Nesse sentido, Martha Daisson Hameister explica que a ocorrência de laços consanguíneos nunca foi razão suficiente para que as relações sociais fossem duradouras, ou até mesmo possíveis, tendo em vista as frequentes omissões de nomes de pais em registros de batismo e a exposição de crianças para o seu recorte de análise – o território sul-rio-grandense do século XVIII. Do mesmo modo, cita as expulsões do seio familiar, inferidas sobre aqueles que se portam contrários às regras estabelecidas pela família. Segundo a autora, a consanguinidade, apesar de ser o mais facilmente observável, não é o único e, quiçá, o mais importante laço mantenedor das relações entre os indivíduos de um grupo.¹⁹²

Um outro ponto recai sobre a atenção que o historiador deve ter ao trabalhar a dinâmica entre indivíduos e grupos, levantada Hameister. A autora salienta que o entendimento do modelo “patriarcal” deve ir além da relativa importância depositada sobre a figura masculina para atuar como um *pater-famílias*. As relações sociais que estabelecem o poder e o mando desta *persona* – intitulada dessa forma pois a posição de patriarca mais se relaciona a uma forma de apresentar-se em público do que condicionada

¹⁹¹ SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Descobrimos” as famílias no passado brasileiro. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini (Orgs.). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. v. 2. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014, p. 27.

¹⁹² HAMEISTER, Martha Daisson. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII. In: CARDOZO; FREITAS; SILVA, *História da Família...* p. 83-99.

ao sexo biológico – não necessariamente era exclusividade masculina. A autora considera que poderia ser uma exceção a possibilidade de uma mãe, uma filha ou irmã assumissem a posição de chefes. Todavia, a sociedade luso-brasileira, à época, era repleta de exceções, sendo não-raras as possibilidades dessa ocorrência.¹⁹³

A autora comenta os trabalhos de Eni de Mesquita Samara e Maria Luiza Marcílio,¹⁹⁴ que colaboram, através de suas descobertas, à construção de um cenário de maior presença de mulheres como cabeças de fogos domésticos. No bojo das famílias escravas, por exemplo, Jonis Freire percebe o papel de destaque das mulheres como estrategistas objetivadas a garantir a liberdade das gerações vindouras.¹⁹⁵

Nesse sentido, Hameister salienta a necessidade de interpretar o mando e o poder não como coisas que existem ou não, mas como relações estabelecidas entre os participantes do jogo social, de modo que o portador da *persona* reiteraria suas qualidades sempre que fosse necessário para perpetuar o mando, assim como poderia perdê-lo em uma mesma situação.¹⁹⁶

Família, portanto, é um termo complexo, dinâmico, e de alta significação para uma sociedade. Em vista dos pontos levantados, se faz mais compreensível ainda a ocorrência do uso da sentença “você é filho de quem?” – mesmo que, por meio de dispositivos retóricos, a resposta situe o interlocutor num ponto distante da realidade empírica do seio familiar. Para nossa proposta, é interessante a abordagem de Hameister, por entender que a instituição

não pode ser pensada como dada a partir da existência de um grupo que coabita ou não um lugar. Tampouco o parentesco como coisa dada a priori é suficiente, pois o parentesco não existe a priori. Ele é construído por regras sociais, religiosas, morais, e eleito por escolhas estratégicas, sejam elas afetivas, econômicas ou de qualquer outro tipo.¹⁹⁷

O debate é extenso, porém, fica o questionamento: as ideias levantadas poderão ser aplicadas às dinâmicas familiares praticadas pelos escravos da freguesia Nossa Senhora das Neves? Se consideradas as ponderações da historiografia brasileira anteriores à década de 1970, não. Entretanto, o caminho percorrido de lá até aqui

¹⁹³ HAMEISTER, *Lançando aos leões...* p. 96-97.

¹⁹⁴ SAMARA, Eni. de Mesquita. *As Mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989; MARCÍLIO, Maria. Luiza. *A Cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 19g.

¹⁹⁵ FREIRE, Jonis. A importância das relações familiares para os projetos de liberdade na Mata Mineira oitocentista. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, v. 2, p. 41-66, 2012, p. 46.

¹⁹⁶ HAMEISTER, *Lançando aos leões...* p. 96-98.

¹⁹⁷ HAMEISTER, *Lançando aos leões...* p. 99.

cooperou para que, após cerca de 30 anos de pesquisas e debates acalorados, fosse possível confirmar a existência das relações familiares nas escravarias, ao ponto de, nos dias atuais, considerar-se redundante a existência dessas famílias.¹⁹⁸

Logicamente, as famílias estabelecidas no cativeiro não obedeciam às tradições europeias, uma vez que eram distintas as étnicas dos povos africanos e europeus. Inseridas dentro do ponto de vista cultural das tradições de matriz Bantu, principal etnia de origem dos escravizados que aportaram no Centro-Sul do Império entre o fim do século XVIII e a metade do XIX,¹⁹⁹ as populações escravas, apesar de culturalmente influenciadas pela forma de viver do colonizador, tiveram o seu modo de construir relações familiares.

Entretanto, seriam essas formas tão diferentes do “modo branco” de se construir famílias? Essas diferenças, à despeito das hierarquias inerentes ao sistema escravista – que definiram parâmetros de diferenciação profundas entre os seres humanos – seriam tão agudas em sua essência, ao ponto de hoje ainda cooperarem para a manutenção de um conceito para famílias escravas e livres? Seria, então, possível generalizar os conceitos levantados sobre a ideia de família para qualquer estatuto jurídico?

Embora exista necessidade de defini-las de maneira apartada, uma vez que as populações escravas viviam em caráter de opressão constante, a separação entre “família” – relativo às tradições europeias – e “família escrava” parece, dentro da abordagem aqui desenvolvida, não fazer tanto sentido, ao considerar o estágio atual do conhecimento acerca do que seria a instituição familiar.

Por muito tempo, escravos foram considerados anômicos, imorais e incapazes de estabelecer relações sociais saudáveis, tanto uns com os outros quanto com membros dispostos em patamares mais altos da hierarquia social. Foi somente após a década de 1970, a partir da eclosão de pesquisas que utilizavam documentos paroquiais, cartoriais, policiais e outros, que o entendimento sobre as relações familiares praticadas entre escravizados começa a mudar. O fato possibilitou a dissolução do discurso excludente endossado pela historiografia durante a maior parte do século XX.²⁰⁰ A superação desse ponto de vista, dentro da perspectiva historiográfica, se traduziu na concepção de um novo conceito, o de famílias escravas.

¹⁹⁸ FARIA, Sheila de Castro; SLENES, Robert. Família escrava e trabalho. *Tempo*, v. 3, n. 6, Dez 1998.

¹⁹⁹ SLENES, Robert. ‘Malungu, Ngoma vem!’ África coberta e descoberta no Brasil”. *Revista USP*, nº 12, dez./jan./fev., 1991/1992, p. 8-9.

²⁰⁰ SLENES, *Na Senzala Uma...* p. 36-57.

Para melhor compreender as similitudes, é necessário destacar alguns pontos de aproximação entre os grupos domésticos formados por europeus ibéricos e africanos centro-ocidentais, afim de diminuir a distância que corrobora ao estabelecimento de conceitos diferentes para o mesmo fenômeno organizacional.

Hameister necessitou identificar, ao analisar alguns dicionários ibéricos dos séculos XVII e XVIII, o significado do léxico ‘casa’ pois, ao investigar o termo ‘família’, constatou que o entendimento do último dependia do primeiro para melhor compreender como se definia a família nos manuais ortográficos da época.

Nas observações da autora, a ‘casa’ ultrapassaria os limites físicos e estruturais de uma construção com fins de moradia e/ou de trabalho. Pertencer a uma *casa* era equivalente a pertencer a uma família, que dispunha de artefatos simbólicos, como a ideia de prestígio (ou desprestígio). Incorporava “até mesmo a ação do tempo sobre tais espaços, pois a pertença [de um membro] se reitera no tempo, incluindo diferentes gerações associadas à casa”.²⁰¹ A autora reitera a noção contemporânea do conceito, compreendido atualmente como *família alargada* – instituição composta pelo homem, sua esposa, filhos e agregados.

O léxico, portanto, referia-se à um lugar social do qual algum indivíduo fazia parte, que extrapolava o momento presente pela memória das gerações passadas, e servia de referência sobre como se identificar e ser identificado no mundo. Era, basicamente, o “conjunto de relações que lhe dão sustento físico, humano e material”.²⁰² Sendo assim, não ter casa, mais do que não ter uma moradia, significava ser isolado, desarraigado – mesmo estando debaixo de um teto.

A partir da noção de que a casa “se reitera no tempo, incluindo diferentes gerações associadas”, é possível perceber similaridades com dois conceitos trabalhados por Robert Slenes para compreender a dinâmica das famílias escravas: *linhagem* e *família extensa*, partilhados pelos africanos centro-ocidentais que aportaram no Brasil.

Segundo o autor, o primeiro se relaciona à ideia de família que essas populações reproduziriam ao serem retiradas do seu local originário para a vida no cativeiro. Antes, os estudiosos imaginavam existir sistemas de parentesco e, portanto, de *linhagens* diferentes para cada pequeno grupo étnico/tribo. Em determinado estágio de maturidade dos estudos, chegou-se ao entendimento de que existia uma “‘gramática’ do parentesco

²⁰¹ HAMEISTER, *Lançando aos leões...* p. 87.

²⁰² HAMEISTER, *Lançando aos leões...* p. 89.

comum”,²⁰³ ou seja, a ideia de que a linhagem independia dos sistemas de parentesco – patrilineares, matrilineares ou bilaterais – e seria um denominador comum numa vasta área da África Centro-Occidental.

Foi esse entendimento que tornou possível ao estudioso supor que as populações escravizadas desembarcadas em solo brasileiro

teriam lutado com uma determinação ferrenha para organizar a vida deles, na medida do possível, de acordo com a gramática (profunda) da família-linhagem. Encontrando, ou forjando, condições mínimas para manter grupos estáveis no tempo, sua tendência teria sido de empenhar-se na formação de novas famílias conjugais, famílias extensas e grupos de parentesco ancorados no tempo.²⁰⁴

Slenes salienta a posição do antropólogo Igor Kopytoff, ao explicar que o sentimento de pertença gerado pela ideia de *linhagem* não era concebido em um lugar físico, mas “num grupo de parentesco, nos ancestrais, numa posição genealógica”,²⁰⁵ situação que muito parece se assemelhar ao entendimento de Hameister, sobre o que poderia sentir o europeu ibérico em relação à sua *casa*.

O fator que aparenta diferenciar ambos seriam os usos e costumes praticados em relação ao ato de pertencer à uma casa ou linhagem. Por exemplo, em relação aos ibéricos, é possível sustentar a ideia de que indivíduos tinham a possibilidade de viver “sem raízes”. Entre os centro-africanos, haveriam processos de gestação de novas linhagens através de conflitos no interior dos grupos, gerados através da disputa pela hegemonia de algum sistema de parentesco, por exemplo, *matrifocal versus patrifocal*.²⁰⁶

O segundo conceito, de *famílias extensas*, também é considerado essencial para Slenes, pois o auxilia a compreender que a consanguinidade, no âmbito dos grupos subjugados, não era fator essencial para a construção de laços familiares. Isso se confirma tanto pela construção do parentesco espiritual, quanto em demais situações em que ocorre a substituição de familiares ausentes e a mobilização de não-parentes para o preenchimento de papéis vazios. Segundo o autor, a flexibilidade das estratégias de sobrevivência dos escravos possibilitava tal dinâmica.²⁰⁷ Hameister, do mesmo modo,

²⁰³ SLENES, *Na Senzala Uma...* p. 155.

²⁰⁴ SLENES, *Na Senzala Uma...* p. 155.

²⁰⁵ SLENES, *Na Senzala Uma...* p. 155.

²⁰⁶ SLENES, *Na Senzala Uma...* p. 153.

²⁰⁷ SLENES, *Na Senzala Uma...* p. 57.

salientou que a consanguinidade também não era fundamental na composição de laços familiares entre os ibéricos.

Slenes reitera continuamente a questão das esperanças e recordações dos escravos, representativos das memórias e expectativas de uma população considerada, por muito tempo, incapaz de instituir tais constructos. De acordo com o autor, uma das esperanças se materializaria na ideia de família conjugal, outro ponto de aproximação entre as culturas africanas e europeias.

O estudioso utiliza as descobertas de John Thornton sobre o antigo reino do Kongo para afirmar que, apesar do mundo dos homens e das mulheres estarem separados um do outro, o grau de interdependência era tamanho que não poderiam existir com excelência caso não fossem combinados em unidades domésticas. Essas, além de serem centros da atividade econômica, garantiam a presença do casal para a criação das crianças. Seria, portanto, a família conjugal uma das mais importantes instituições das sociedades africanas.²⁰⁸

No exemplo retirado de Hameister, *casa* e *família* são representadas como um espaço físico e humano, cujos aspectos religiosos, morais, éticos, econômicos, culturais não podem ser dissociados do convívio doméstico. Considerados uma unidade *oiconômica*, por sua relação com a herança greco-romana, a casa seria o local em que, por excelência, se davam as “relações de trabalho existentes entre o senhor dessa casa e os seus serviçais e escravos, além dos membros da parentela afetiva, ritual, afim e consanguínea”.²⁰⁹

Portanto, a casa, igualmente às unidades domésticas dos povos centro-africanos, era o centro da atividade econômica e o mais significativo espaço de convivência humana. O caráter das relações, é claro, teriam significados diferentes para ambas as culturas, o que não impede de traçar paralelos. Inclusive, essas diferenças servem de justificativa para a não-observação de um ‘outro lado da moeda’ – o das similaridades – por parte dos viajantes europeus. Esses, que segundo Slenes foram testemunhas privilegiadas da realidade familiar dos escravos, observaram os fenômenos com o “olhar branco”,²¹⁰ fato que, possivelmente, os impedia de observar similitudes entre ambas as culturas.

A discussão travada acima tem o potencial de homogeneizar o conceito de família. Entretanto, o real fator que favorece a diferenciação entre *família* e *família escrava*, se

²⁰⁸ SLENES, *Na Senzala Uma...* p. 156-157.

²⁰⁹ HAMEISTER, *Lançando aos leões...* p. 89.

²¹⁰ SLENES, *Na Senzala Uma...* p. 156.

orienta menos pelas similaridades, e mais por aquilo que a *família escrava* pode ter significado aos seus contemporâneos. Para além de fornecer os alicerces mínimos à sobrevivência, elas tinham a qualidade de “auferir ganhos (sociais, econômicos e políticos)” aos atores subjugados pela natureza daquela sociedade. Esse fato os impedia de usufruir dos “espaços de sociabilidade e solidariedade” desde o berço, ao contrário do que ocorrera entre brancos/não-escravizados.²¹¹

Além disso, a cegueira de quase um século por parte da historiografia corroborou para que, hoje, entenda-se que a instituição não seria apenas mais um tipo de arranjo familiar. Portanto, as famílias escravas se constituíram em uma das principais forças que possibilitaram a potência do indivíduo escravizado, no sentido de reconstruir suas identidades e, acima de tudo manter e redefinir suas raízes africanas.²¹²

2.2. Os registros de batismo: da demografia histórica às famílias escravas

É na esteira da “descoberta” das famílias escravas nos estudos historiográficos brasileiros que alguns tipos de fontes documentais ganharam relevância, fundamentais para as colocações do tópico anterior. Uma delas são os registros paroquiais, dos quais, terão ênfase neste subtítulo os registros de batismo, utilizados majoritariamente no estudo aqui proposto. Para a tarefa, se faz necessário atentar à sua importância, tanto no uso acadêmico contemporâneo quanto no uso sociocultural feito pelos atores analisados. Ambos se complementam para validar a importância atual dos documentos.

A utilidade desses registros no meio científico remonta à década de 1950, quando é inaugurada a Demografia Histórica. A partir da necessidade do demógrafo Louis Henry e do historiador Michael Fleury, foi definido a metodologia de reconstituição familiar, que consiste na organização das informações dos registros paroquiais em uma base de dados. Desta forma, seria possível realizar “análises sofisticadas de Demografia do passado, que dessem conta de estabelecer taxas diferenciadas de fecundidade, de natalidade, de nupcialidade e de mortalidade” de períodos em que ainda não haviam sido criados censos populacionais.²¹³

De acordo com Maria Luiza Marcílio,

²¹¹ FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família Escrava na Zona Da Mata Mineira Oitocentista*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009, p. 162.

²¹² FREIRE, *Escravidão e Família...* p. 177.

²¹³ MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Varia História*, nº 31, p. 13-20, jan 2004, p. 18.

Antes da Demografia Histórica os Registros Paroquiais eram intensamente manuseados por pessoas preocupadas em restabelecer a genealogia, ou a biografia de personalidades, e ainda, como documento comprovante de parentesco para efeitos de herança e sucessórios. Historiadores, antropólogos, sociólogos, artistas raramente montavam suas análises do passado utilizando-se dos registros paroquiais. Foi de fato, a Demografia Histórica que mostrou a todos a riqueza desse corpo documental, as ricas possibilidades que abriam a um novo conhecimento das humanidades que nos precederam.²¹⁴

Ainda antes, na década de 1930, houve um esforço de sistematização do método futuramente batizado por L. Henry e M. Fleury. Em um artigo para a revista dos *Annales*, o historiador francês Pierre Goubert propôs o que viria ser a Demografia Histórica, utilizando, do mesmo modo, de registros de batismo, casamento e óbito com fins semelhantes aos usos posteriores.²¹⁵

À despeito dos méritos, importa destacar a importância que a disciplina tomou para a historiografia brasileira. Segundo Marcílio, a metodologia revolucionou as pesquisas nacionais, pois permitiu desvendar realidades antes inimaginadas. Por exemplo, os altos índices de filhos ilegítimos e a exposição de crianças no seio das populações brancas/livres,²¹⁶ características antes atribuídas enfaticamente às populações escravas.

Entretanto, Iraci Del Nero Costa atesta para a impossibilidade de generalizar o uso do método de reconstituição familiar. Segundo o autor, a realidade brasileira seria marcada pela ausência de regras no estabelecimentos de sobrenomes nos períodos colonial e monárquico, fator que dificultaria seguir o fio que liga os membros da uma família no tempo. Apesar disso, seus louros dirigiram-se à difusão dos registros paroquiais, pois possibilitaram,

além do estabelecimento das linhas gerais do nosso evoluir demográfico, penetrar elementos ainda pouco conhecidos de nossa história social, econômica e administrativa; lançam luz, ademais, sobre aspectos da vivência quotidiana, hábitos, costumes e práticas das populações do passado brasileiro.²¹⁷

²¹⁴ MARCÍLIO, *Os registros paroquiais...* p. 18.

²¹⁵ FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO; VAINFAS, *Domínios da História...* p. 354.

²¹⁶ MARCÍLIO, *Os registros paroquiais...* p. 19.

²¹⁷ COSTA, Iraci Del Nero. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *Revista de História*, v.1, n.1, p.46-54. 1990. p. 46.

A origem desses documentos remonta ao século XVI, quando houve a necessidade, no contexto de cisão da cristandade através das Reformas, de um controle mais sistemático dos membros da Igreja Católica. A partir de critérios definidos no Concílio de Trento, cada Cura passaria a ser responsável por registrar batismos, matrimônios e, posteriormente, óbitos de sua área de circunscrição, resguardando-se o caráter universal e igualitário dos registros. Essa característica viabilizou a futura serialização pelos demógrafos-historiadores.²¹⁸

Apesar disso, a ação de documentar o batismo em si é recente quando comparada à importância que o ato simbólico tem para as populações de matriz judaico-cristã, cujos primeiros relatos de sua prática remontam à cerca de dois milênios atrás. Era através do batismo que “o batizando poderia purificar de seu pecado original e anunciar a entrada do pagão para a vida em comunidade”.²¹⁹

O concílio tridentino foi a base para a definição das futuras regras aplicadas ao território brasileiro, materializada na forma das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707. O documento, reeditado em 1853, trouxe maior proximidade entre as práticas católicas e a realidade da colônia. Antes, os vigários seguiam as normas diretas de Portugal, provenientes das Constituições de Coimbra de 1591.²²⁰

No manual brasileiro, explica-se que o batismo é o mais importante sacramento a ser consagrado, de modo que “sem o qual nem-um dos mais fará nelle o seu effeito”.²²¹ Além do mais, conforme explica Tarcísio Rodrigues Botelho, o batismo foi uma das principais origens do parentesco espiritual no Brasil, utilizado para o estabelecimento de novas relações sociais que remodelavam a vida em comunidade.²²²

Um ponto tocado no tópico anterior foi a questão das linhagens e o seu papel na representação do senso familiar das comunidades africanas. Mary Karasch, salienta o aspecto duro da escravidão em relação ao contexto urbano da Corte, onde havia grande “dificuldade de estabelecer o que valorizavam na África: uma grande família extensa com

²¹⁸ MARCÍLIO, *Os registros paroquiais...* p. 14.

²¹⁹ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé (1852-1888)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Severino Sombra, 2006. p. 123.

²²⁰ MARCÍLIO, *Os registros paroquiais...* p. 16.

²²¹ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, 2007, Livro I, Título X, p. 12.

²²² BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *Locus: Revista de História*, v. 3, n. 1, 11. 1997, p. 109.

raízes profundas nos ancestrais e a perspectiva de muitos descendentes no futuro, que, por sua vez, os reverenciariam como ancestrais”.²²³

A afirmação, do mesmo modo válida para as freguesias rurais, ajuda a compreender como o batismo foi fundamental para as populações africanas, no sentido da continuidade dos seus valores familiares. O batismo auxiliou tanto os que atravessaram o Atlântico, ao permitir a ressignificação dos laços rompidos pelo cativo, quanto os escravos nascidos no Brasil, que buscavam amenizar a condição de vida propiciada pelo cativo através das possibilidades sociais advindas do parentesco espiritual.

Confirme visto, as *Constituições* foram responsáveis por sistematizar as informações que seriam elencadas em cada assento, fundamentais à análise demográfica. Para o caso do batismo, o regulamento salienta que

Para que em todo o tempo possa constar do parentesco espiritual, que se contrahe no Sacramento do Baptismo, e da idade dos baptizados, ordena o Sagrado Concilio Tridentino, que em um livro se escrevão seus nomes, e de seus pais, e mãis, e dos padrinhos. [...] E os assentos dos baptizados se escreverão na forma seguinte: Aos tantos de tal mez, e de tal anno baptizei, ou baptizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Oleos: forão padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, freguezes de tal Igreja, e moradores de tal parte. E ao pé de cada assento se assignará o Parocho, ou Sacerdote, que fizer o Baptismo, de seu signal costumado.²²⁴

Apesar do claro estabelecimento de regras que definiam o que deveria ser registrado, a realidade prática tendia a respeitar parcialmente a norma. Segundo Costa, dois fatores foram importantes para a concisão ou prolixidade dos párocos e vigários no ato de registrar. O primeiro fator diz respeito ao arbítrio do responsável: à depender de sua idiosincrasia, era mais ou menos rico nas características redigidas, de forma que alguns aspectos particulares do registro eram mais valorizados do que outros, como cor, condição social, idade e outros. O segundo refere-se ao posicionamento social do batizando. De acordo com o autor,

escravos, forros e inocentes, via de regra, receberam tratamento sucinto. Por outro lado, os dignitários da Igreja ou da vida administrativa

²²³ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 396.

²²⁴ VIDE, *Constituições primeiras do...* Livro I, Título XX, p. 28-29.

colonial, bem como as pessoas de posses – ainda que alforriadas – tiveram seus privilégios consubstanciados em assentos minuciosos.²²⁵

Costa considera, ainda, que certos aspectos da vida do escravo seriam eclipsados dos registros não por algum tipo de preconceito, mas porque “a própria condição de escravo, forro e/ou inocente tinha como corolário uma existência sem acontecimentos marcantes os quais, em última instância, davam embasamento aos assentos pormenorizados”.²²⁶ Ora, imagina-se que a valorização dos acontecimentos pertinentes ao universo dos escravizados, para merecer registro escrito, dependeria em grande medida da posição social – ou, quiçá ideológica – do observador/registrador.

Para Robert Slenes, a “família cativa” não se reduzia somente às estratégias e projetos em torno dos laços de parentesco com fins de garantir a liberdade – interpretação essa que talvez se refira mais aos sujeitos que analisam do que aos analisados. A instituição era expressão de um mundo mais amplo, criado a partir de “esperanças e recordações”.²²⁷ Dessa forma, imagina-se que acontecimentos “marcantes” aos cativos poderiam ser assim classificados apenas por aqueles com participação ativa na comunidade escrava. O “olhar branco” não seria capaz de captar tais eventos em profundidade similar àqueles que o viviam na pele.

Talvez a concisão ou prolixidade dos registros, que também foi observada nos batismos de Macaé em relação à livres e escravos, não estejam tão afastados da ideia de um preconceito por parte do registrador. Todavia, é necessário que o fenômeno não seja observado anacronicamente, uma vez que a conhecida desigualdade racial era regra jurídico-institucional daquela sociedade.

No caso dos registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, observou-se que não houve afastamento em relação ao padrão estabelecido por Costa, a respeito da atitude dos registradores. No universo de 2 982 batizando escravos, foram contabilizados 10 vigários responsáveis pelos registros no período entre 1850 e 1873. Desses, três são relevantes para a análise, os outros tiveram passagens muito pontuais. O primeiro é o Vigário Encomendado Bernardo Alvares, que registrou 640 batismos de escravos até o início de 1853.²²⁸

²²⁵ COSTA, *Registros paroquiais: notas...* p. 46-47.

²²⁶ COSTA, *Registros paroquiais: notas...* p. 47.

²²⁷ SLENES, *Na Senzala Uma...* p. 59.

²²⁸ LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V e VII. (1850-1873).

Em consulta à planilha de registros de batismo utilizada por Fábio Santos em sua dissertação, cujo recorte é de 1809 a 1850, observa-se que o Vigário Bernardo atua na freguesia de Neves desde 1810.²²⁹ Como havia certa falta de linearidade temporal no ato registrar os assentos no livro, não é possível afirmar que seu primeiro ano de atuação tenha sido 1810, uma vez que poderia ser esse um batismo anotado em rascunho por outro vigário, sendo sua tarefa apenas transferi-lo para o livro.²³⁰

De toda forma, a grande presença nos registros sugere que o Vigário Bernardo fosse um grande conhecido da comunidade, que participou ativamente de batismos escravos por todo o período de proibição do tráfico. A ação do vigário pode ser lida aos olhos contemporâneos como a de alguém que cooperava com os fazendeiros locais para a manutenção do tráfico ilegal de escravos. Além de ter batizado 180 dos 210 escravos adultos observados no levantamento entre 1850 e 1873, a maioria dos batismos de escravos realizados pelo padre ocorreu no período de maior chegada de cativos ilegais na região.

Entretanto, é importante destacar a historicidade dos seus atos. O Vigário Bernardo era uma personalidade do seu tempo, circunscrito ao contexto cultural que o envolvia. Sendo assim, sua atuação também pode ser lida não apenas como a de alguém que colaborou à manutenção do tráfico, mas como aquele que concedia aos fregueses a redenção dos seus pecados. Ou seja, as justificativas pautadas na cosmovisão do universo canônico poderiam ser os principais norteadores de suas ações, e não necessariamente questões socioeconômicas.

O segundo vigário, o Padre Florêncio das Dores Maia, não teve tanta participação na comunidade. Registrou cerca de 133 batismos escravos e atuou por cerca de 1 ano, entre meados de 1855 e de 1856. O legado de sua atuação foi a presença massiva da cor dos batizados em seus registros. Enquanto o anterior registrou a cor em apenas 19 assentos no seu recorte de atuação, o Padre Florêncio fez questão de registrar a informação em quase todos os batismos sob sua rubrica. Do montante, somente quatro não apresentam cor. Além disso, o clérigo registrou o tempo de nascido dos batizados. Dentre o total, apenas 15 assentos não apresentam essa característica. À título de comparação, o responsável anterior registrou a informação apenas em 14 assentos.

²²⁹ LADOCH – APNSN: Livros de Batismo 3, 15 e 16 (1809-1850).

²³⁰ Costa sugere que os vigários poderiam fazer a anotação em ocasião posterior à celebração do rito, para garantir maior precisão e segurança das informações lançadas em definitivo no livro. COSTA, *Registros paroquiais: notas...* p. 47.

O último é o Vigário Colado Manoel da Silva e Souza. De todos, foi o que teve maior tempo de atuação no recorte dessa pesquisa. O padre iniciou suas atividades após o Vigário Florêncio, e registrou 2 109 batismos escravos entre 1856 e 1873. Seu trabalho seguiu a tendência do responsável anterior, no que tange ao cuidado com o registro. Do total, somente 34 não apresentam tempo de nascido. O vigário também registrou, na maioria dos assentos, a data de nascimento do batizando. Esse dado geralmente fornece a data completa, diferente do tempo de nascido, costumeiramente anotado em termos de dias, meses ou anos de vida. As figuras 2 e 3²³¹ trarão maiores esclarecimentos sobre o tema: a primeira com a data de nascimento, e a segunda com tempo de nascido.

Durante o período em que exerceu o cargo, o Vigário Manoel Da Silva e Souza também dedicou atenção em relação ao registro da cor, que foi presente em quase a totalidade dos batismos de cativos. Porém, a partir de meados da década de 1860, o registro das cores passou a ser omitido pelo pároco. A bibliografia a respeito do assunto sugere que este acontecimento não foi um caso isolado.

Hebe Mattos, em estudo sobre o Sudeste Velho²³² durante a segunda metade do século XIX, entendeu que o “irritante e intrigante” processo de sumiço das cores foi consequência, dentre outros fatores, mas principalmente, dos novos significados atribuídos ao ideal de liberdade no final da escravidão. A autora entende que, neste período, “autonomia e trabalho assalariado eventual começam a balizar as diferenças entre escravidão e liberdade”.²³³

A questão das cores é um assunto controverso, e por isso merece certa atenção. Nos dias atuais, a descrição de cor nos registros civis é entendida na forma literal: pretende indicar aquilo que os responsáveis pelas informações do registro entenderam ser a tez da pele do recém-nascido. À época analisada, compreende-se que o designativo registrado nos batismos era uma característica esvaziada da intenção de demarcar uma condição biológica, mas sim o lugar social dos indivíduos que participam do rito. Além do mais, importa destacar que os léxicos classificatórios não eram uma simples imposição de cima para baixo, mas algo compartilhado e utilizado por todos.²³⁴

²³¹ Ver: p. 88 e 89.

²³² O termo, criado por geógrafos, busca referenciar as localidades que conhecemos hoje como o Sul de Minas Gerais e sua respectiva Zona da Mata, o Vale do Paraíba, fluminense e paulista, a Baixada e o Norte Fluminense. MATTOS, *Das Cores do...* p. 30.

²³³ MATTOS, *Das Cores do...* p. 104.

²³⁴ FREIRE, Jonis. Batismos mestiços: mestiçagens na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Macaé (RJ), século XIX. In: AMANTINO, Marcia; IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França (Orgs.). *Religiões e Religiosidades, Escravidão e Mestiçagens*. São Paulo: Intermeios; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016, p. 208.

O antropólogo congolês Kabenguele Munanga, na tentativa de estruturar uma síntese de conceitos chave para a compreensão do racismo na sociedade atual, estabelece que a ideia de raça é um tema central para entender o papel das cores. Etimologicamente, o conceito tem origem no latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. A partir do século XVI, evidências destacam o uso da palavra latina no medievo francês com o sentido moderno, com a finalidade de “classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças”. É nesse período que o conceito começa a extrapolar o seu sentido de caracterizar diferenças físicas e também

passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois [era] utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica, em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe. Não apenas os Francos se consideravam como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, podiam até ser escravizados. Percebe-se como o conceito de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvessem diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes.²³⁵

O século XVIII marca o advento industrial na Europa, momento de transição do eixo epistemológico do campo religioso ao laico. Nesse sentido, Munanga explica que o aumento do contato de povos europeus com outros de diferentes culturas, bem como à “aptidão cognitiva de classificação” – característica inata do ser humano para, uma vez tendo observado objetos ou fenômenos distintos, classificar em diferentes categorias – a cor da pele passa a ser “considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças”.²³⁶

No contexto da sociedade colonial brasileira deste mesmo século, Ivana Stolze Lima evidencia o que, no entendimento desta pesquisa, poderia ser uma manifestação da interpretação das raças/cores verificada por Munanga no tecido social da época. Se trata do alvará de 4 de abril de 1755, em que Marquês de Pombal concedeu privilégios aos

²³⁵ MUNANGA, Kabenguele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004, p. 1. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoesDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

²³⁶ MUNANGA, *Uma abordagem conceitual...* p. 3.

portugueses residentes no Brasil casados com mulheres indígenas. O documento estipulava proibir “que os ditos meus vassalos casados com as índias ou seus descendentes sejam tratados com o nome de *caboclos*, ou outro semelhante que possa ser injurioso”.²³⁷

Já no período imperial, o contraste entre a interpretação do conceito de raça/cor, operado pelas classes dominantes, e a realidade social brasileira, pode ser evidenciado pelas observações da referida autora. Lima destaca que os silenciamentos sobre a cor aumentaram gradativamente ao longo do século, sendo observados ainda nas primeiras décadas, seja em discursos ministeriais, seja nos censos realizados durante a centúria. Nestes eventos, não obstante às tentativas de silenciar a cor, perpetuava-se a oposição entre livres e escravos, de modo que essas características “evidentemente não excluíram a existência de uma política voltada à composição da população e à ordenação de seu movimento”.²³⁸

De toda forma, a autora compartilha do entendimento de Mattos, ao afirmar que a distinção entre livres e escravos era uma “linha que se tornava cada vez mais ténue, à medida que avançava o século e a crise da escravidão”.²³⁹

Com a acentuação das questões abolicionistas na segunda metade do XIX, Mattos também atribui como uma das causas do silenciamento a questão do crescimento demográfico de negros e mestiços livres, assim como de brancos empobrecidos no conjunto das áreas analisadas em sua obra, dedicada a Campos dos Goytacazes. Segundo a autora, o recrudescimento dessas populações nas áreas rurais – que normalmente tinham estratificação social mais rígida – “tendeu a esvaziar os significados da cor ‘branca’ como designador isolado de status social”.²⁴⁰

Em consulta a Tabela 1²⁴¹, referente ao Censo de 1872, fica clara a expressividade da população negra em relação à branca. Somente entre os livres, no total, contabilizam-se 5131 pessoas, das quais 1554 foram designadas como pretos ou pardos (sic). Nesse sentido, esses eram cerca de 30,2% em relação ao total de não escravizados. Ao somar os 3217 pretos e pardos ainda em condição escrava com os livres/alforriados de mesma cor,

²³⁷ LIMA, Ivana Stolze. *Sentidos da Mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 121.

²³⁸ LIMA, *Sentidos da Mestiçagem...* p. 121.

²³⁹ LIMA, *Sentidos da Mestiçagem...* p. 99.

²⁴⁰ MATTOS, *Das Cores do...* p. 106.

²⁴¹ Ver p. 42.

tem-se o número de 4771 pessoas. Os descritos como brancos livres totalizavam 3540 indivíduos.

Traduzindo em pontos percentuais, tem-se 57,2% de pretos e pardos e 42,4% de brancos no conjunto geral da população. Ao somar as porcentagens, necessita-se de 0,4% para fechar os 100%, pequena taxa que se refere aos 37 caboclos descritos como livres, que geram um total de 8348 pessoas, entre livres e escravizadas, registradas pelo Recenseamento para a freguesia de Neves.²⁴²

Ciente da superioridade numérica de pretos e pardos, da quantidade percentual de indivíduos classificados nessas categorias como livres e, principalmente, de como que essas classificações não pretendiam ser fieis à tez da pele, duas suposições se tornam atrativas: a de que os números de descendentes de africanos libertos possam ser maiores que os verificados na documentação de Neves²⁴³; e que esses indivíduos, agora livres, tinham uma necessidade clara de trabalho e profissionalização, quando não já estavam inseridos em atividades laborais com claras diferenças em relação ao realizado por escravos. Embora as hipóteses possam descortinar assuntos de interesse, o tema não será continuado neste trabalho.

Apesar das limitações, Mattos salienta que o recrudescimento das categorizações pautadas nas atividades socioprofissionais, a partir da segunda metade do século, seriam as novas formas de designação do status social, em contraste à simples diferenciação social promovida pelas cores, normalmente explicitadas nas fontes.²⁴⁴ Dessa maneira, a autora sugere o delinear do que poderia ser uma nova maneira de estabelecer hierarquizações nesta sociedade, inclusive, utilizada no *Almanak*.²⁴⁵ Será possível que, nas listas do compêndio sobre N.S. das Neves, haja descendentes de escravizados sem que possamos perceber?

Diante desta argumentação, é possível supor que o silêncio das cores reflete um *modus operandi* do período, que extrapolava a vontade de um pároco sobre registrar ou não a cor. A freguesia, portanto, não estava isolada no avançar de uma tendência que se alastrou conforme o fim da escravidão se aproximava. Aparentemente, essa mudança se manifestava na forma como os símbolos e significados culturais foram reelaborados a fim de garantir a manutenção da diferenciação social em um momento de transformação da

²⁴² IBGE. *Recenseamento Geral do...* p. 83-86.

²⁴³ Ver p. 90.

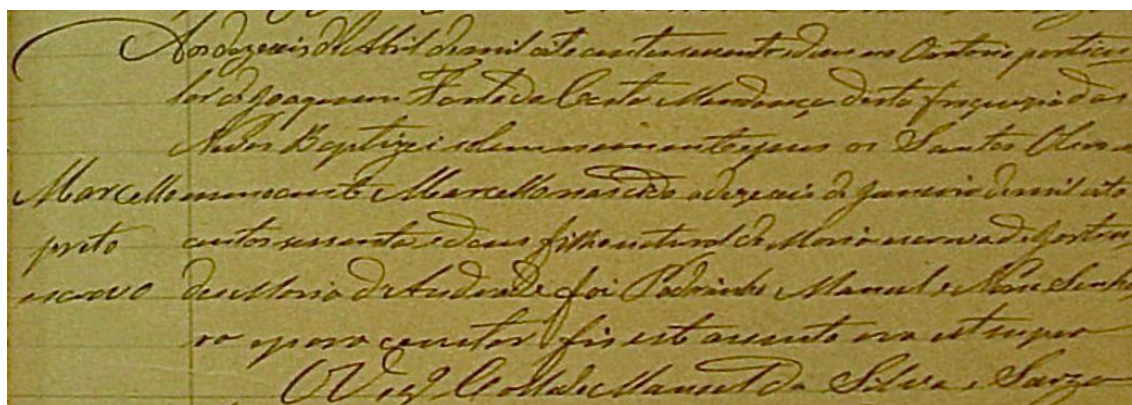
²⁴⁴ MATTOS, *Das Cores do...* p. 104.

²⁴⁵ Ver gráficos 1 e 2 sobre a composição das culturas implementadas em Neves nas páginas 45 e 46.

conjuntura socioeconômica. Deste modo, o fato sustentaria o posicionamento do vigário sobre a falta designação de cor a partir de 1866.

Abaixo, um exemplo de registro de batismo de 1862, quando ainda havia designação de cor, que era feita na lateral esquerda do assento, onde consta os escritos um abaixo do outro: “Marcello”, “preto”, “escravo”.

Figura 3 – Registro de batismo de Marcello (fragmento)



Fonte: APNSN – Livro de Batismo VII (1858-1873), fls. 59.

Aos dezesseis de Abril de mil oitocentos sessenta e dous no Oratorio particular de Joaquim Furtado Costa Mendonça desta freguezia das Neves Baptizei solenemente e pus os Santos Oleos no innocente Marcello nascido a dezesseis de janeiro de mil oitocentos sessenta e dous filho natural de Maria escrava de Jertrudes Maria de Andrade foi Padrinho Manuel e Nossa Senhora e para constar fis este assento ora est supra.

O Vigº Collado Manuel da Silva e Souza

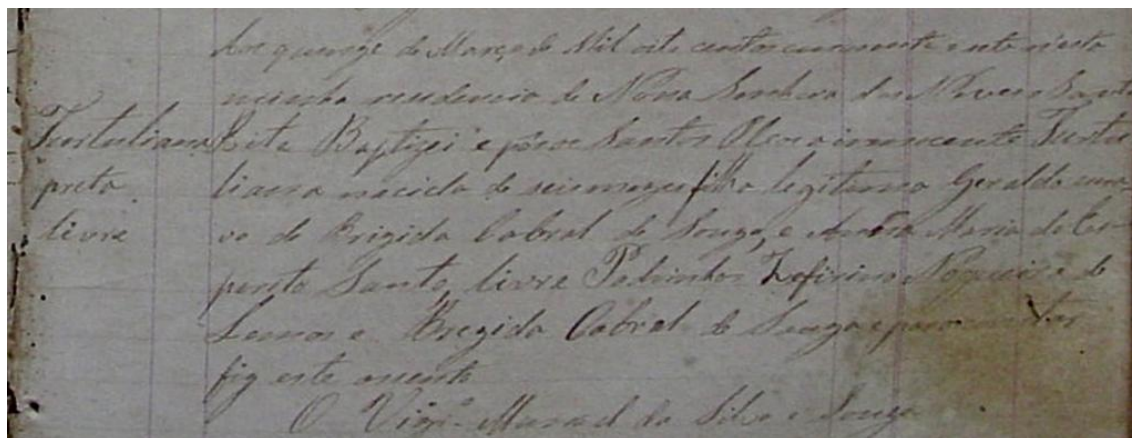
Não existem diferenças substanciais nos registros após 1866, a não ser a falta de designação de cor. Importa destacar que há um nível crescente de alinhamento às características que as *Constituições* ordenavam aos vigários anotar, sendo menos fidedigno às regras nos primeiros anos, e mais nos últimos. Entretanto, observou-se que nunca houve um compromisso de fidelidade às orientações do manual católico.

Em relação ao tema, é valido citar as informações que foram registradas ao serializar os documentos. A maior parte da tarefa foi feita pelo autor em meio à escrita deste texto, cuja responsabilidade foi de catalogar os livros de batismo III, IV, V e VII. O livro VI e VIII, exclusivamente de livres e que compõem a planilha, foram levantados por terceiros, seguindo os padrões de catalogação definidos pelo autor.

A proposta foi a de catalogar a maior quantidade de informações possíveis, de modo que a planilha possa ser útil aos futuros pesquisadores, sem precisar que enfrentem os tantos subterfúgios característicos à posterior análise de dados levantados por terceiros, que procedem à tarefa com objetivos muito específicos.

Na planilha, constam informações referentes ao livro (data, folhas, numeração do livro), local e data do batismo, nome e estado jurídico do batizando, da mãe, do pai, dos padrinhos e madrinhas em separado, bem como os senhores de cada um caso haja. Há um campo para a cor tanto do batizando quanto dos pais. Informa-se, também, quando há alguma alforria, com detalhes explícitos no campo “observação”, privilegiado para anotações de dados que aparecem com pouca frequência, por exemplo, a nacionalidade ou algum fato incomum, conforme exemplo da imagem a seguir.

Figura 4 – Registro de batismo de Turtaliana (fragmento)



Fonte: APNSN – Livro de Batismos V (1856-1857), fls. 21/20.

Aos quinze de Março de Mil oitocentos cinquenta e sete nesta minha residencia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita Baptizei e pôs os Santos Oleos a innocente Turtaliana nascida de seis mezes filha legitima de Geraldo escravo de Brigida Cabral de Souza e Anna Maria do Espirito Santo livre Padrinhos Zeferino Nogueira de Lemos e Brigida Cabral de Souza e para constar fiz este assento

O Vigº Manoel da Silva e Souza

Cenas como essa, em que a própria senhora do pai apadrinhava a filha do cativo, e este era casado com uma pessoa livre, não foram comuns observar ao longo das análises. Por isso, foram catalogadas no campo “observações”, geralmente com linha colorida, para facilitar o posterior cruzamento com outras documentações.

Os registros foram acessados de maneira puramente virtual. A partir da disponibilização das imagens brutas, cada página dos livros utilizados foi serializada. No entanto, o contato com a documentação só foi possível devido ao projeto iniciado em 2006, intitulado “Macaé em fontes primárias”, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Macaé/SEMAPH. O trabalho foi realizado em parceria com a Universidade Salgado de Oliveira/UNIVERSO, por meio do Laboratório de Acervo e Documentação Histórica/LADOCH do Programa de Pós-Graduação *Strito Sensu* em História desta mesma universidade. Houve, ainda, apoio do Grupo de Pesquisa CNPq “Sociedades escravistas no Centro Sul brasileiro”.

O projeto foi responsável por digitalizar os manuscritos da Paróquia de Nossa Senhora das Neves, dentre eles, os registros aqui utilizados.²⁴⁶ No total desta pesquisa, foram levantados 7 090 registros de batismo de todos os estados jurídicos disponíveis, conforme aponta a Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Registros de batismo por categoria social realizados na Freguesia de Nossa Senhora das Neves. 1850-1873.

	Escravo	%	Livre	%	Forro / Liberto	%	Índio	%	Ilegível / Não consta	%	TOTAL	%
1850-53	644	55,09	500	42,77	12	1,03	2	0,17	11	0,94	1169	16,49
1854-57	402	44,13	487	53,46	12	1,32	1	0,11	9	0,99	911	12,85
1858-61	538	42,36	707	55,67	24	1,89	1	0,08	0	0,00	1270	17,91
1862-65	510	39,05	773	59,19	23	1,76	0	0,00	0	0,00	1306	18,42
1866-69	522	36,33	900	62,63	15	1,04	0	0,00	0	0,00	1437	20,27
1870-73	365	36,79	624	62,90	3	0,30	0	0,00	0	0,00	992	13,99
Ilegível	1	20,00	4	80,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	0,07
TOTAL	2982	42,06	3995	56,35	89	1,26	4	0,06	20	0,28	7090	100,00

Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII e VIII (1850-1873).

Como é possível observar, desde meados da década de 1850 ocorre uma diminuição dos batismos de escravos nos registros, provavelmente por conta do movimento centrífugo dessa população para outras freguesias próximas, constatado por Ana Ferreira para o recorte entre 1841 e 1888.²⁴⁷ Soma-se ao fato a grande chegada de imigrantes europeus, principalmente suíços, ao território de Neves.²⁴⁸ Há também uma

²⁴⁶ AMANTINO; RODRIGUES; ENGEMANN; FREIRE (Orgs.), *Povoamento, catolicismo e...* p. 8.

²⁴⁷ FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 55.

²⁴⁸ SCHETTINI, Vitória. Os Registros Paroquiais de Terra na Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita: traços de uma economia rural. In: SCHETTINI, Vitória; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira;

outra causa possível, ligada tanto às ponderações de Hebe Mattos quanto aos dados do Censo, ambos citados acima. É possível estimar que muito da população preta e parda já estava em um movimento de “diluição” no “mundo dos livres”.

Nos anos finais da Tabela 2, há maiores níveis de nascimento de livres em relação aos escravos, ao mesmo tempo em que o Censo de 1872 denuncia a superioridade numérica de pretos e pardos em Neves. Isso poderia significar que houve grande quantidade de descendentes de escravizados descritos como “livres”. Esse é um detalhe importante, uma vez que observação crua da tabela pode gerar o entendimento de que livres sejam, automaticamente, brancos étnicos. Alforrias de pia e filhos de ascendência indígena foram eventos minoritários ao longo do período.

Sobre os indígenas, é provável que a reminiscência dos descendentes daqueles que não foram extintos tenham se pulverizado em meio a população livre, conforme processo tratado no capítulo um, que diz respeito ao povoamento local. Agora, em relação às alforrias, cabe citar o debate tecido por Peter Eisenberg sobre o assunto.

O estudioso traz considerações de diversos autores, como Stuart Schwartz, Russel-Wood, Mary Karasch, Iraci del Nero Costa, Francisco Vidal Luna, entre outros, cada um com um posicionamento sobre as razões que determinam a frequência das alforrias. Entretanto, há mais posições divergentes do que convergentes, o que caracteriza o fenômeno como algo que pode ter inúmeras causas. Poderia depender das relações econômicas, padrões culturais, demográficos, geográficos, assim como do recorte temporal em que se realizou a alforria.²⁴⁹

No exemplo de Eisenberg, o fim do século XIX marca o momento em que Campinas verificou intensa produtividade agrícola. Em paralelo, a conjuntura do período teve como marca as campanhas abolicionistas que, desde a década de 1870,

acompanhava[m] o crescimento da hostilidade contra a escravidão. Desta maneira a alforria refletia a correlação de forças na sociedade sobre a questão da legitimidade da escravidão. Na medida em que grupos de pessoas hostis a escravidão exerceram fortes pressões e minaram o poder de outros grupos que ainda sonharam em preservar e prolongar a vida da escravidão, as alforrias aumentaram em frequência.²⁵⁰

MOTA, Maria Sarita (orgs.) *Terra, Poder e Riqueza: estudos sobre a formação das sociedades agrárias no Sudeste do Brasil – séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Telha, 2023, p. 102.

²⁴⁹ EISENBERG, Peter. Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX. *Estudos Econômicos*. n. 17, v. 2, p. 175-216, maio/ago. 1987, p. 177-179.

²⁵⁰ EISENBERG, *Ficando Livre: As...* p. 179.

Na freguesia de Neves, os números para a segunda metade do século contrastam pouco com aquilo que foi observado para o início do XIX, quando a prática de alforrias de pia parecia ter maior difusão. Santos relata que o aumento das manumissões foi crescente ao longo de toda a primeira metade do século.

Entre 1809 e 1850, registrou-se 265 (7,4%) alforrias num universo de 3 562 batismos, dos quais 2 799 (78,6%) eram somente de escravos. A quantidade de forros teve seu apogeu no recorte de 1831-1840, quando ocorrem 103 (9,4%) concessões de liberdade via batismo, em relação aos 1 094 assentos registrados no período. Na década seguinte, os números ainda permanecem “elevados”, com 82 casos. Segundo o autor, o número de alforrias seria reduzido, uma vez que o perfil agrícola local demandava da mão de obra escrava para a produção em larga escala.²⁵¹

O posicionamento de Karasch se alinha a observação de Santos, ao justificar que em zonas agrícolas poderiam haver maiores restrições às alforrias. Do contrário, a autora explica que numa cidade portuária como o Rio de Janeiro, o dinamismo econômico da vida urbana viabilizava o êxito de muitos que por lá tentaram levar a cabo a luta pela liberdade.²⁵²

Na esteira desse raciocínio, Santos atribui como causa do fenômeno a chegada de um grande contingente de africanos na região durante o segundo quartel do século XIX. Dessa forma, é provável que a proximidade da freguesia, tanto com o porto de Imbetiba quanto à vida urbana na cidade de Macaé, podem ter facilitado o aumento na frequência de alforrias nesse período do recorte entre 1809 e 1850. No geral, o número de alforrias foi baixo.

Em relação ao fim do século, Ana Ferreira observou, através de análises feitas em periódicos, que grandes senhores de freguesias ao redor de Neves utilizavam jornais para propagandear suas benevolências para com os escravizados, e demonstrar certo alinhamento às campanhas abolicionistas. A autora entendeu que as alforrias divulgadas não constituíam norma, tal como ocorreu no exemplo de Campinas. Seriam uma estratégia para estabelecer mais continuidades do que rupturas no sistema escravista. Portanto, o objetivo do grupo era o de estabelecer a imagem de “*outorgantes da liberdade*”, ao mesmo tempo em que se tentava garantir a mão-de-obra dos ex-escravos através dos baixos salários e dívidas de gratidão”.²⁵³

²⁵¹ SANTOS, *Os laços de compadrio...* p. 56.

²⁵² KARASCH, *A vida dos escravos...* p. 458.

²⁵³ FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 87.

No mais, através da análise de inventários do final do século XIX e início do XX, a autora verificou que, diferente dos senhores de Campinas, as fortunas de Macaé ainda eram basicamente agrárias e sustentadas pelo trabalho escravo, para além da participação em benfeitorias e ações. Para Ferreira, houve a perpetuação do alinhamento ao *ideal aristocrático* herdado da primeira metade do século XIX, que fez com que os senhores atravessassem “as décadas seguintes com alguma precaução, mas com a negligência daqueles que permanecem incrédulos diante de um fim anunciado”.²⁵⁴

Nesse sentido, Márcio de Souza Soares argumenta que as alforrias não podem ser observadas como uma válvula de escape ao sistema escravista, bem como é impossível definir exatamente as condições de acontecimento desse fenômeno. A alforria deve ser entendida como de um procedimento socialmente determinado, cujo objetivo visava

amortecer os conflitos inerentes à relação senhor-escravo. Desse modo, o tráfico atlântico (responsável pela introdução contínua de estrangeiros desenraizados), a escravidão (produto da socialização que transformava o cativo num escravo, cujo objetivo final era fazer com que o mesmo reconhecesse a autoridade do senhor) e o horizonte da alforria devem ser entendidos como partes de um mesmo processo que produzia e reproduzia a ordem social escravista. Isso significa dizer que a condição escrava não deve ser considerada como um status fixo e sim como um processo de transformação de status que poderia se prolongar por uma vida inteira e se estender pelas gerações seguintes.²⁵⁵

Especificamente sobre Neves, não houve, neste trabalho, o acesso à documentação específica que trate do tema, como cartas de alforrias, testamentos e inventários. Entretanto, não é arriscado dizer que a análise mediada pelos registros de batismos, unida às descobertas de Ferreira, podem nos aproximar da certeza de que a prática de alforriar, durante a segunda metade do século XIX, parece não ter ocorrido com afinco em Macaé. Pelo menos não por meio do batismo, vista a expressividade de pretos e pardos livres no Censo de 1872.

Todavia, estima-se que, entre 1871, momento marcado pela implementação da Lei do Ventre Livre, até a abolição da escravidão em 1888, o volume de manumissões possa ter aumentado razoavelmente. Este período foi o de maior efervescência das ideias abolicionistas e do estabelecimento de diversas legislações que minaram a instituição

²⁵⁴ FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 104.

²⁵⁵ SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p. 26

escravista, sendo o ponto culminante a Lei Áurea de 1888.²⁵⁶ Portanto, supor que a prática de manumissões tenha se estendido além da esfera dos senhores “*outorgantes da liberdade*”, neste período, não seria exagero.

De volta à documentação, o nível de aproveitamento do material foi alto. O número de fontes que continham informações cruciais incompletas ou ilegíveis não foi expressivo. No geral, as informações faltosas são por conta da referida omissão de alguns vigários, como por exemplo a ausência do senhor de algum padrinho ou madrinha, ou do nome do senhor do próprio batizando. Houve, também, ausências em relação à condição jurídica de algum personagem, ou então a negação do compromisso de anotar locais de batismo, nacionalidades e demais. Esses casos até podem comprometer uma análise mais pormenorizada. Entretanto, não ocorreram com frequência, para o benefício da análise demográfica.

No mais, conforme visto acima, a população escrava de Macaé aumentou consideravelmente a partir da proibição do tráfico de escravos. Este tema se conecta profundamente à questão do tráfico ilegal de almas, que assolou Macaé e a transformou em um dos principais pontos de recepção de africanos escravizados ilegais. Imagina-se que o acontecimento foi de grande importância à modelagem das famílias construídas nas escravarias.

2.3. A escravidão ilegal em fontes primárias: N.S. das Neves em análise

Em relação à freguesia de Nossa Senhora das Neves, Jorge Prata e Jonis Freire relatam uma acentuação na ocorrência de batismos de escravos adultos no recorte entre 1831 e 1856, enquanto os números anteriores à proibição, de 1808 a 1831, eram menores. Os autores sustentam a posição através dos registros de batismo, pois compreendem que esses documentos,

além de seu caráter religioso e social, serviam como registro de posse. Eles comprovavam, no caso dos inocentes e dos adultos, que tal (is) indivíduo(s) era(m) seus proprietários mais ou menos com esse texto: “batizei fulano de tal ... cujo proprietário é ...”. No nascimento dos cativos, não havia registro de compra e venda de escravos, portanto, fica clara a importância desse registro. No caso dos adultos, esse outro documento de propriedade até poderia existir. Contudo, depois do fim do tráfico no ano de 1831, isso já não podia mais ocorrer com facilidade. Desta forma, o registro de batismo de um adulto na freguesia de Nossa

²⁵⁶ FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 75.

Senhora das Neves podia significar, por mais perigoso que pudesse ser, a posse “legal” daquela propriedade escrava.²⁵⁷

Ao realizar a verificação, constatou-se que, dos 1366 registros de batismo de escravos adultos, somente 247 (18,1%) ocorrem no recorte entre 1808 e 1831. Os outros 1119 (81,9%) acontecem no período em que a importação de escravos já estava ilegal, sendo a maior parte composta por homens. Do total, 434 (31,8%) foram nomeadamente registrados como africanos, através de inúmeras nomenclaturas de nacionalidades, apesar do termo “de nação” ser o mais presente. Freire e Souza também sinalizam para o alargamento, no período, das possibilidades de importação de mulheres e crianças, pois era necessário que a “mão de obra fosse a mais diversificada e que possibilitasse uma maior exploração”.²⁵⁸

Manolo Florentino e Cacilda Machado explicam que, no período anterior à proibição, a sustentação e expansão da mão de obra nas escravarias se fazia, fundamentalmente, através da compra de africanos. O cenário etário-sexual geral da população cativa teria se orientado pela expressividade de homens em detrimento de mulheres, “numa proporção de dois homens para cada mulher” para a faixa etária de 15 a 40 anos, enquanto o recorte de 0 a 14 anos apresentava maior equilíbrio. Segundo os autores, o percentual demográfico do primeiro grupo etário variava em torno dos 60% em relação a população total. Do restante, 25% corresponderia à população abaixo dos 15 anos, e os outros 15% aos adultos com mais de 40 anos.²⁵⁹

Dessa forma, para além do quantitativo de adultos, a vigência dos padrões de desequilíbrio sexual nas escravarias também pode ser considerada como parte do rol de evidências capazes de denunciar a permanência da entrada de africanos ilegais na região. Ao utilizar das mesmas fontes, Fábio Santos relata que, no período de 1809 a 1850, a média de equilíbrio sexual entre os 1 388 escravos africanos e crioulos adultos encontrados nos registros de batismo da freguesia de N. S. das Neves operava na faixa dos 61% para homens e 39% para mulheres.²⁶⁰ Todavia, importa destacar que o recorte de análise do autor é de 41 anos sem subdivisões. Portanto, o recorte temporal completo poderia mascarar curvas em que oscilariam a proporcionalidade entre os sexos.

²⁵⁷ FREIRE; SOUZA, *O Tráfico ilícito...* p. 40.

²⁵⁸ FREIRE; SOUZA, *O Tráfico ilícito...* p. 41-42.

²⁵⁹ FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (Séc XIX). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 51-70, 2000, p. 53.

²⁶⁰ SANTOS, *Os laços de compadrio...* p. 62.

A verificação no recorte entre 1850 e 1873 constatou que somente 210 indivíduos adultos (7%) foram batizados dentro do universo de 2 982 batismos escravos da freguesia de Neves. Desses, 138 (65,7%) eram homens e 71 (33,8%) eram mulheres. O desequilíbrio sugere conexão com a questão do tráfico ilegal. Entretanto, a reduzida quantidade total de adultos é um indício do resultado das medidas proibitivas, uma vez que mais de dois terços dos adultos (65,7%) foram registrados apenas no ano de 1850.

Em todo caso, vale uma ressalva sobre essas medidas. Elas se efetivaram menos pela vontade de colocar a escravidão como um problema e mais para a manutenção do sistema econômico vigente. Conforme observado no primeiro capítulo, o ministro “Eusébio [de Queiróz], no início de 1850, prometera aos fazendeiros e à classe política não ‘resolver o passado’, em referência a duas décadas de descumprimento da lei de 1831 e à escravidão ilegal de milhares de indivíduos”.²⁶¹

Ao longo das análises feitas nos registros de batismo, observou-se uma situação, no mínimo, curiosa, e que pode se tratar de um indício da continuidade do tráfico ilegal na região para além de 1850.

Em 29 de julho de 1869, o Vigário Colado Manoel da Silva Souza se dirigiu a um oratório particular para sacramentar os santos óleos em 13 cativos que pertenceram a Antônio Joaquim Rodrigues da Costa. Dentre os batizando, estavam Romana, Fé, Claudina, Lina e Mariana, todas adultas com idade entre 35 e 40 anos, discriminadas como africanas. Observou-se, também, que a data do último registro de batismo de escravos vinculados a esse mesmo senhor foi no ano de 1860, ou seja, nove anos antes dos registros das cativas africanas.²⁶²

Em consulta ao *Almanak Laemert*, foi verificado que Antônio Joaquim está inscrito como fazendeiro na freguesia de N.S. das Neves desde 1854, data em que os dados da localidade começam a aparecer no compêndio. Ao que parece, até o ano de 1869, o senhor viu suas atividades expandirem. Entre os anos de 1854 e 1858 seu nome consta apenas na lista de fazendeiros de café. De 1858 até 1869, Antônio participou, além da produção cafeeira, do plantio de cana-de-açúcar. Entre os anos de 1860 e 1862 e, à despeito de ambos os cultivos, o *Almanak* informa que Antônio Joaquim também foi proprietário de uma serraria (o comércio de madeira foi muito comum na região).²⁶³

²⁶¹ PEREIRA; PESSOA, *Silêncios atlânticos...* p. 87.

²⁶² LADOCH – APNSN: Livro de Batismo VII, fls. 148, 148v e 149.

²⁶³ *Almanak Administrativo, Mercantil...* Seção “Província”, Município de Macaé, Freguesia de N.S. das Neves, 1854-1869.

Portanto, entende-se que Antônio Joaquim Rodrigues da Costa seria um fazendeiro de muitas posses, com possibilidade de se tratar de um personagem capaz de custear a compra de escravos africanos no período da ilegalidade, momento em que os preços da mão de obra humana eram elevados.

Ao procurar pelo nome do senhor nos Registros Paroquiais de Terra da freguesia, foi constatado que o escravista declarou comprar, em 1856, a Fazenda da Conceição “nas margens do rio do Frade”, local do rito de todos os batismos citados, tanto os de 1860, quanto os de 1869, que incluíam as africanas acima citadas. A propriedade se encontrava no que viria a ser, a partir dos anos 1860, o segundo distrito da freguesia de Neves, o Arraial dos Frades, localidade mais afastada da matriz. O fato pode servir de justificativa tanto ao batismo coletivo, comum às localidades afastadas, que dependiam da visita do pároco, quanto ao espaço de nove anos que separam as datas de visita do sacerdote ao oratório da fazenda de Antônio Joaquim.²⁶⁴

Ao considerar que poderiam ser oriundas do tráfico ilegal pós 1850, seja ele praticado diretamente pelo senhor, ou indiretamente, mediante compra de algum traficante, não é possível afirmar que essas escravas poderiam ter se tornado propriedade de Antônio Joaquim no ano de 1869, provavelmente ocorrera antes. Entretanto, caso tenham sido compradas ainda na década de 1850, por que não foram batizadas na visita feita em 1860? Se a compra foi proveniente do tráfico interno, por que houve a necessidade de batizar? Há de se considerar as imprecisões inerentes à fonte. Por exemplo, como foi dito no tópico anterior, era comum que o registro no livro oficial fosse realizado primeiramente em um rascunho anotado pelo vigário, para depois ser oficializado no livro de registros.

De toda forma, o contexto apresentado cria grandes possibilidades para que as africanas tenham desembarcado no Brasil em um momento posterior à proibição de 1850. Suscita, ainda, a dúvida sobre um possível alargamento do período de entrada de africanos ilegais, visto que, segundo dados do *Slave Voyages*, a última viagem que se tem registro de embarcações ilegais em direção ao Brasil data de 1856, vindo de Boston em direção ao Rio de Janeiro.²⁶⁵ Fato é que as seguintes dúvidas ficarão para a posteridade: quais terão sido as reais dimensões do silenciamento institucional do governo imperial acerca da redução de seres humanos a escravidão? Até quando o tráfico atlântico ilegal realmente perdurou?

²⁶⁴ APNSN – RPT, Livro 42, registro nº 365.

²⁶⁵ ELTIS, *The Trans-Atlantic Slave...*

Apesar das questões, importa dizer que, após 1850, o afastamento do mercado negreiro se tornou norma, e com isso, novas configurações no interior das escravarias se desenvolveram. Dispondo da análise conjunta entre registros paroquiais e inventários, Machado e Florentino perceberam alguns efeitos da interrupção do mercado transatlântico de almas na composição demográfica de algumas escravarias.

Segundo os autores, quanto maior o período de distanciamento do mercado de africanos, mais equilibrados seriam os números entre a disposição dos sexos. Porventura, essas mudanças se traduziriam “na dilatação das potencialidades auto-reprodutoras [sic] dos escravos, em maiores taxas de dependência, e, por fim, na maior incidência de famílias escravas”.²⁶⁶ Todavia, os autores atestam para essas características considerando dinâmicas específicas de certas unidades produtivas, em recortes temporais igualmente específicos.

Hebe Mattos também defende a ideia de que um dos efeitos práticos da proibição definitiva foi o incentivo à reprodução endógena. Ademais, também relaciona o evento ao aumento do tráfico interno. Por conta disso, “a condição de mercadoria [do escravizado], a possibilidade de ser objeto de negócio, viu-se terrivelmente ampliada e teve suas bases redefinidas”.²⁶⁷ Dentro dessas condições, como o afastamento do mercado externo poderia aumentar as possibilidades de estruturação de famílias escravas?

Ana Lúcia Nunes Penha, através de inventários abertos ao longo da segunda metade do século XIX, verificou a ocorrência dessa modalidade de comércio de escravos na região de Macaé. Segundo a autora, o mais comum era que escravos fossem negociados dentro de suas próprias freguesias, sendo a regra para quase 70% das operações analisadas.

Das 255 negociações realizadas em N.S. das Neves entre 1865 e 1879, 161 (63,1%) foram relativas ao comércio intrafreguesia. Ao todo, ocorreram 817 negociações, realizadas nas freguesias de Macaé, Neves, Carapebus e Quissamã. Do total, apenas 56 escravos foram vendidos para localidades distantes, sendo mais comum o ato de comprar escravos de outras localidades para residirem na região do que vender os que ali residiam para fora.²⁶⁸

²⁶⁶ FLORENTINO; MACHADO, *Famílias e mercado...* p. 61.

²⁶⁷ MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora UNICAMP, 2020, p. 119.

²⁶⁸ FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre*. Dissertação Mestrado - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001, p. 58.

A ocorrência desse tipo de prática, em tese, interfere diretamente na estabilidade das famílias escravas. Entretanto, visto a natureza das transações e as distâncias que separavam esses membros, é difícil supor que qualquer possibilidade de encontro entre familiares tenha sido eliminada.

Por conta disso, o contexto da freguesia N.S. das Neves sugere que poderiam ser menores as chances de rompimento definitivo dos laços familiares tecidos entre escravizados – fator esse que não elimina as chances de separações abruptas. Portanto, imaginar que redes de sociabilidade pudessem ser mantidas mesmo após processos de compra e venda de cativos não é algo impensável com relação a freguesia de Neves.

Além disso, é possível que o ato de não separar efetivamente os membros de uma família escrava possa ser reflexo e reforço de uma tendência já verificada por Fragoso e Florentino, em pesquisa sobre as fazendas fluminenses entre os anos de 1790 e 1835. Os autores asseveram a ocorrência de níveis muito baixos de variação dos destinos de membros de famílias escravas no ato de partilha de inventários e testamentos, considerando unidades produtivas de diferentes tamanhos.²⁶⁹

Nesse sentido, a prática poderia demonstrar uma “sofisticada economia política nas decisões de venda, hipoteca ou partilha de escravos, a qual buscava garantir um mínimo de oposição por parte destes a tais decisões”, mesmo antes da prática se tornar obrigatória, em 1869.²⁷⁰

Para Ferreira, as razões do fenômeno são mais simples, demonstram apenas a “pouca necessidade de se buscar escravos fora e, mais que isso, que havia disponibilidade, por parte de seus proprietários, em vende-los para quem tivesse condições de comprar novos escravos”.²⁷¹ A autora sustenta que, no final do Império, houve grande concentração de braços escravos nas mãos de poucos senhores abastados, principalmente na freguesia de Quissamã, integrante da Vila de Macaé. Sendo assim, é sugestiva a ideia de ser a desigualdade social da época uma característica importante para a compreensão dos movimentos de compra e venda de escravos.

Conforme visto em análise sobre o Recenseamento de 1872 acima,²⁷² Neves tinha superioridade no quantitativo demográfico de pretos e pardos. O mesmo documento informa que Quissamã é a única freguesia de Macaé com superioridade de escravos em

²⁶⁹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 116-117.

²⁷⁰ MATTOS, *Das Cores do...* p. 119.

²⁷¹ FERREIRA, *O município de Macaé...* p. 58-59.

²⁷² Ver em: p. 42.

relação aos livres. Esses somam 1 534, enquanto aqueles 1 944. No total de livres, observa-se que 988 são designados como pretos ou pardos. Portanto, teríamos o quantitativo total de 2 932 pretos e pardos neste município, ao passo que brancos somariam apenas 546 indivíduos.²⁷³

Nesse sentido, para além da expressividade de batismos de adultos realizados durante o período da ilegalidade, que extrapolam em muito os índices anteriores, a alta quantidade de descendentes de escravizados em Macaé soa como forte indicativo de que grande parte dos braços escravos, ao aportarem ilegalmente na região, tenham sido incorporados por lá mesmo, sustentando a ideia de que o contexto da ilegalidade operou para transformações na demografia local e, conseqüentemente, na construção e manutenção dos laços familiares e de sociabilidade entre a população escravizada.

Em relação a esse tópico, outras dúvidas que extrapolam os limites dessa pesquisa ainda são pertinentes, como as reduzidas observações de alforrias em Neves, tanto no recorte desta pesquisa quanto em trabalhos que tratam de períodos anteriores. Com números elevados de pretos e pardos livres nas duas maiores freguesias de produção agrícola do município, soa lícito imaginar que outras estratégias de compra de liberdade estavam em curso. Entretanto, os registros de batismo são limitados, permitem somente a observação das alforrias de pia.

Migrações de forros dos municípios ao redor para Neves também pode se configurar em uma alternativa, visto que, historicamente, a freguesia sempre esteve na posição de recepcionar as populações pobres que buscavam a sobrevivência. Nesse sentido, ampliar o escopo documental seria a chave para perceber outras formas de conquista da liberdade exercidas pelos escravizados de N.S. das Neves, principalmente nos últimos anos que antecedem a abolição.

Portanto, o tráfico pós-proibição aparenta ter sido o principal catalisador para o aumento populacional da região no período, fator que, provavelmente, favoreceu a formação de famílias escravas. Ao ter em mente a noção proposta por Florentino e Góes sobre ambigüidade do ideal patriarcal *versus* a contínua inserção de componentes sem nenhum vínculo de parentesco,²⁷⁴ pretende-se que essa discussão seja uma introdução necessária à exploração das redes familiares e de sociabilidade construídas pela população escravizada. Desse modo, será possível clarificar um pouco mais o

²⁷³ IBGE. *Recenseamento Geral do...* p. 83-86.

²⁷⁴ FLORENTINO; GÓES, *A paz das senzalas...* p. 36.

entendimento sobre as relações sociais tecidas no conjunto da população escravizada macaense nos tempos finais da escravidão no Brasil.

Capítulo III – A família escrava em Nossa Senhora das Neves: as teias de sociabilidade

3.1. Micro-história a partir dos registros de casamento e óbito

Apesar do uso conjunto de fontes não eclesiásticas, foram os registros paroquiais, e sua inerente possibilidade de serialização, que permitiram a esta pesquisa estabelecer tendências do comportamento social de sujeitos inseridos numa sociedade que não lhes cedia espaço para ter voz. Acima, o destaque foi direcionado a apenas um desses registros, os de batismo. Mesmo sendo utilizados de maneira isolada, trouxeram embasamento para várias discussões ao longo desta pesquisa, fator que endossa a já conhecida relevância deste tipo documental para a investigação historiográfica.

Entretanto, para garantir resultados eficazes a exploração das famílias escravas nevenses, outras fontes serão necessárias. É nesse quadro que se inserem os registros de casamento e óbito, também de natureza eclesiástica. Embora disponíveis em menor quantidade no comparativo com o volume de assentos batismais, a triangulação entre os documentos será o aporte metodológico fundamental para desvendar nuances impossíveis de serem visualizados em apenas uma categoria de fonte.

Para proceder à tarefa, destacam-se dois métodos de investigação que, utilizados de maneira convergente, podem garantir a composição de um quadro mais apurado das relações sociais alvo do estudo. São eles a história serial e o método onomástico, abordados de maneira breve em momento anterior.

Segundo Carlo Ginzburg e Carlo Poni, o primeiro método pode ser considerado um instrumento de pesquisa poderoso, que viabilizou importantes descobertas no âmbito da demografia histórica. Porém, é necessário atentar ao fato de que “a investigação quantitativa de longo período pode também obscurecer e distorcer os fatos”.²⁷⁵

Portanto, para atingir um maior nível de confiabilidade nos resultados dos estudos seriais – geralmente de natureza macro-histórica – os autores compreendem que no âmbito de uma investigação suficientemente circunscrita, as séries documentais devem ter um elemento de união que as sobreponha no tempo e no espaço. Este elemento seria como o fio de Ariana, cujo papel é guiar o investigador na tarefa de encontrar indivíduos

²⁷⁵ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991, p. 171.

ou grupos em contextos sociais diversificados, e assim não se perder em meio a um labirinto documental. Este elemento é o *nome*.²⁷⁶

Algumas linhas acima, discutiu-se sobre o impacto da demografia histórica e do método de reconstituição familiar – também conhecido como método Henry-Fleury – que viabilizou a composição do que viria a ser o campo História da Família. O procedimento, entendido como pioneiro nos estudos da área, também utilizava a serialização de dados e o nome como principais recursos metodológicos. Entretanto, com o posterior advento da micro-história italiana, constatou-se a possibilidade de alargamento do método para além das fontes de natureza demográfica, de modo que qualquer documento capaz seguir o fio do nome poderia ser passível de utilização.²⁷⁷

Com relação a convergência entre os métodos, Ginzburg e Poni entendem que apesar das métricas desenvolvidas por meio de séries históricas, como as de preços, meios de subsistência, mortalidade, entre outras, facilitarem o entendimento de contextos ampliados, essas questões também têm significados no curto prazo que necessitam ser exploradas. A investigação deve operar como um jogo de vai e vem. Não deve fechar a porta à indagação serial, deve servir-se dela.

Uma série, sobretudo se não manipulada, é sempre um bem utilizável. Mas o centro de gravidade do tipo de investigação micronominal que aqui propomos encontra-se noutra parte. As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.²⁷⁸

Embora os autores atestem que o melhor ponto de partida para o empreendimento não seja “o arquivo paroquial, mas o arquivo da grande propriedade”,²⁷⁹ a realidade deste trabalho é outra. A exclusividade dos registros eclesiásticos para explorar a vida das famílias escravas gera limitações óbvias, uma vez que testamentos, inventários, registros de compra e venda de escravos, cartas e demais poderiam iluminar aspectos relevantes sobre indivíduos e grupos. Entretanto, o *corpus* documental disponível é extenso e detalhado, o que garante muitas possibilidades de superar os limites elencados pelos autores.

²⁷⁶ O termo “fio de Ariana” refere-se ao mito grego que conta a batalha entre Teseu e o Minotauro. Ariana, futura esposa de Teseu, lhe deu um fio de lã para que, ao fim da batalha, pudesse encontrar a saída do Labirinto e se casar com Ariana. GINZBURG; PONI, *O nome e...* p. 174.

²⁷⁷ GINZBURG; PONI, *O nome e...* p. 174.

²⁷⁸ GINZBURG; PONI, *O nome e...* p. 175.

²⁷⁹ GINZBURG; PONI, *O nome e...* p. 174.

Ao ser destacado, no capítulo anterior, a historicidade dos registros de batismo, alguns pontos foram favorecidos, como os usos culturais e simbólicos contemporâneos à esses documentos, suas funções sociais e religiosas, bem como o uso feito por pesquisadores do presente. Do mesmo modo, foi abordada a maneira como os registros eclesiásticos se desenvolveram no bojo das Reformas Católicas, momento em que foi possível atestar sua importância como “um mecanismo para identificar e controlar cada um dos católicos, o que poderia ser conseguido por meio de registros individuais”.²⁸⁰

Abordou-se, também, as intenções de controle clerical no território brasileiro, fundamentadas pelo documento inspirado pelas deliberações do concílio tridentino, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. O texto, que é, literalmente, um manual de conduta para fregueses e sacerdotes, foi um importante elemento de influência sobre o modo como a sociedade brasileira se organizaria na América Portuguesa. Roberto Guedes reforça essa ideia, ao argumentar que o cristianismo foi basilar para o êxito do sistema produtivo escravista instalado nas Américas.²⁸¹ Portanto, entender a perspectiva do documento sobre os registros de casamentos e de óbitos também se faz necessária.

A respeito dos casamentos, o manual define que este seria o último sacramento (à exceção da extrema-unção). Logo, para consumá-lo, os fiéis precisavam ter contraído todos os outros, o que garantiria ao casal um vínculo perpétuo e indissolúvel, baseado na entrega recíproca entre um homem e uma mulher. O ato matrimonial, segundo o documento, se materializaria através do domínio mútuo dos corpos por ambas as partes, bem como por palavras e sinais que declarariam o consentimento de ambos para com o acordo religioso. Em resumo,

Foi o Matrimonio ordenado principalmente para tres fins, e são tres bens, que nelle se encerrão. O primeiro é o da propagação humana, ordenada para o culto, e honra de Deos. O segundo é a fé, e lealdade, que os casados devem guardar mutuamente. O terceiro é o da inseparabilidade dos mesmos casados, significativa da união de Christo Senhor com a Igreja Catholica. Alem destes fins é tambem remedio da concupiscencia, e assim S. Paulo o aconselha como tal aos que não podem ser continentes.²⁸²

²⁸⁰ ZAMPA, Vivian; SCHETTINI, Vitória. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro: registros paroquiais e possibilidades na pesquisa em história (séculos XVIII e XIX). *Acervo*, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 1–22, 2023, p. 4. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1951>. Acesso em: 17 out. 2023.

²⁸¹ GUEDES, Roberto. O batismo e a conversão do cativo em escravidão (Angola e Brasil, c.1715-c.1850). p. 214-249. In: AMANTINO, Marcia; FRANCO, Maria da Conceição Vilela; SCHETTINI, Vitória. *Povoamento, sociedade e escravidão na antiga Macaé e em Cantagalo: séculos XVIII-XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2023, p. 214.

²⁸² VIDE, *Constituições primeiras do...* Livro I, Título LXII, p. 107.

Tudo o que se espera, positivamente, de um casamento, é resumido somente no Título LXII. Entretanto, após esse tópico, existem outros 11 títulos relativos ao tema, que buscam orientar sacerdotes e fregueses sobre como agir em diversas situações que comprometeriam a união religiosa, seja antes, durante ou depois de realizada a cerimônia.

É possível interpretar a abordagem das *Constituições* sobre o tema como sinais do caráter idealístico do matrimônio, visto que o documento regulador oficial acidentalmente caracterizava-o como uma instituição repleta de inconsistências. Dessa forma, facilita ao observador do presente constatar a intensidade da pretensão de controle da Igreja sobre a população, visto que o manual assevera a relevância da Igreja como única instituição capaz de resolver instabilidades, assim como define uma série de regras para a obtenção do matrimônio, que envolvia várias instâncias burocrático-clericais dentro e fora da freguesia onde o ato era realizado.

Dentre os 12 títulos sobre o assunto, interessa à esta pesquisa o Título LXXI, que trata especificamente do matrimônio entre escravos. Esse, além de informar a obrigatoriedade de os escravos estarem conscientes da doutrina cristã – saber as principais rezas e entender a obrigação do santo matrimônio, cuja responsabilidade de vigilância ficaria a cargo dos sacerdotes – o documento explica que,

Conforme a direito Divino, e humano, os escravos, e escravas podem casar com outras pessoas captivas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o Matrimonio, nem o uso delle em tempo, e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar peor, nem vender para outros lugares remotos, para onde outro por ser captivo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrario peccão mortalmente, e tomão sobre suas consciencias as culpas de seus escravos, que por este temor se deixão muitas vezes estar, e permanecer em estado de condemnação. Pelo que lhe mandamos, e encarregamos muito, que não ponhão impedimentos a seus escravos para se casarem, nem com ameaços, e máo tratamento lhes encontrem o uso do Matrimonio em tempo, e lugar conveniente, nem depois de casados os vendão para partes remotas de fóra, para onde suas mulheres por serem escravas, ou terem outro impedimento legitimo, os não possão seguir.²⁸³

Tal como a interpretação anterior, acerca dos não-ditos observados nos títulos sobre o matrimônio, as orientações do manual sobre as ações que senhores deveriam evitar favorece a ideia de que as uniões oficiais entre casais de escravizados eram prejudicadas pelos detentores da propriedade escrava. Impedimentos perpetrados pelo

²⁸³ VIDE, *Constituições primeiras do...* Livro I, Título LXXI, p. 125.

senhor, cujas motivações poderiam ser várias, talvez sejam uma das principais causas de entraves aos matrimônios nas escravarias.

Perceber dessa forma implicaria supor que o casamento escravo traria prejuízos aos senhores depois de realizado. Sendo assim, uniões extraoficiais seriam as mais comuns. Entretanto, isso não foi uma realidade. Neves teve altas taxas de matrimônio e legitimidade de filhos de casais escravos durante o final do XVIII e início do XIX, fato não condizente à realidade que circundava a freguesia.²⁸⁴ Nesse sentido, Douglas Cole Libby entende que, de maneira geral, a política eclesiástica acima citada foi a principal responsável pela baixa ocorrência de matrimônios entre escravos em várias regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, ao longo do século XIX.

De acordo com o autor, o fato de as uniões sacramentadas pela Igreja anularem o direito dos senhores – coagidos por meio do castigo eterno – em dispor livremente de sua propriedade, impediu a ocorrência de muitos enlaces entre escravizados balizados pela Igreja, tanto entre cativos de um mesmo senhor, quanto, mas principalmente, entre aqueles que residiam em locais diferentes, cuja frequência seria quase nula. Essa característica seria “um aviso frio da natureza comercial e econômica da escravidão e da relativa inabilidade das crenças religiosas de transformar aquela realidade”.²⁸⁵

Libby cita a contribuição de vários estudiosos, como Francisco Vidal Luna, Iraci del Nero da Costa, Stuart Schawtz, Robert Slenes e outros que, mediante análise de várias regiões e períodos, endossam o coro no sentido de que o tamanho das unidades produtivas seria condição primordial para maiores ou menores índices de casamentos entre escravos. Nesta lógica, as unidades produtivas com mais de 31 escravos, consideradas grandes, teriam maior propensão a realizar matrimônios entre casais que coabitam a mesma fazenda, ao passo que as menores tenderiam a índices elevados de uniões informais.²⁸⁶

Sheila Faria, assim como Libby, percebe a hegemonia das uniões oficiais entre escravos do mesmo dono em Neves.²⁸⁷ Além disso, a autora relata que outras questões também influenciariam a frequência de casamentos nas escravarias. Localidades próximas a portos e bispados poderiam enfrentar maiores problemas à construção de uniões oficiais entre escravizados do que em regiões mais afastadas.

²⁸⁴ FARIA, *A colônia em...* p. 55; SANTOS, *Os laços de...* p. 66.

²⁸⁵ LIBBY, Douglas Cole. *Nos limites do seu estado: A vida em família, rumos econômicos e jogos identitários – São José do Rio das Mortes – Séculos XVIII e XIX*. 1 ed. Belo Horizonte: Odisseia, Miguilim, 2020, p. 221.

²⁸⁶ LIBBY, *Nos limites do...* p. 220.

²⁸⁷ FARIA, *A colônia em...* p. 314.

A autora explica que a proximidade aos portos facilitaria a troca de escravizados inúteis ao labor nas fazendas. Isso era interessante aos senhores, visto que os problemas relativos às uniões poderiam ser facilmente contornados via substituição. Já a presença de bispados reforçaria a ação legalista de religiosos graduados no cumprimento do estrito dever preconizado nas *Constituições*. Esses sacerdotes seriam muito diferentes daqueles que habitavam regiões distantes de bispados, que teriam “maior liberdade na oficialização dos ritos e no atendimento dos interesses de senhores locais, principalmente no que se referia a fechar os olhos a práticas teoricamente condenáveis”.²⁸⁸

No início do XIX, o retrato de Nossa Senhora das Neves era o de uma região distante tanto de bispados quanto de portos. A quantidade de unidades produtivas consideradas grandes era volumosa no período, cujo reflexo é observável na demografia do período. Faria informa que, dos 385 registros de batismo de escravos analisados no período, 86,8% eram filhos legítimos.²⁸⁹

A partir da década de 1830, Neves ganha outros contornos. Deste momento em diante, passa a estar próxima de portos, seja por conta dos desembarques de escravos ilegais na costa de Macaé, seja devido a expansão das atividades do Porto de Imbetiba.²⁹⁰

Não por acaso, ao chegar a segunda metade do século XIX, percebem-se alterações drásticas na realidade social da freguesia em relação ao início da centúria. A queda no volume de filhos legítimos, a partir da década de 1840,²⁹¹ soa como sintoma do contexto socioeconômico analisado no decorrer desta pesquisa, relacionado principalmente à questão do tráfico ilegal de escravizados. No próximo subtítulo, o cenário demográfico descrito será analisado. Contudo, é importante salientar que, em relação às características desse novo momento,

o desinteresse dos proprietários e a escassez de casamentos na Igreja não são, de modo algum, uma medida da realidade escrava e da capacidade dos cativos de criar e manter laços de afeição, associação e sangue que tivessem um significado real e permanente em suas vidas.²⁹²

As formas de acesso aos registros de casamento utilizados nesta pesquisa serão feitas em duas modalidades. A primeira se refere a uma planilha, viabilizada pela ex-

²⁸⁸ FARIA, *A Colônia em...* p. 324.

²⁸⁹ FARIA, *A Colônia em...* p. 333.

²⁹⁰ SANTOS, *Os laços de...* p. 26.

²⁹¹ SANTOS, *Os laços de...* p. 66.

²⁹² SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 311.

discente do PPGH-UNIVERSO Marianny Câmara (*in memorian*) que, com muita solicitude, permitiu o acesso ao material que foi catalogado por iniciativa particular de Darli Bertazzoni Barbosa, advogado paranaense colaborador do site de genealogias Marco Polo (www.marcopolo.pro.br), local onde o material está atualmente disponível para consulta online.

A planilha se constitui dos registros contidos em dez livros de casamento da paróquia de Nossa Senhora das Neves, que se referem ao período entre dezembro de 1798 e outubro de 1899. Neste arquivo unificado, o organizador dispôs apenas de informações básicas: o nome dos nubentes, data da cerimônia, livro e folha. Além disso, em um texto extraoficial disponibilizado pela ex-discente, o organizador da planilha informa que alguns nomes foram alterados devido à multiplicidade de grafias para um mesmo indivíduo, com o objetivo de diminuir homônimos e facilitar a pesquisa. Do mesmo modo, explica sobre a impossibilidade de registrar alguns assentos devido a ilegibilidade do material.

Essa questão remete à segunda modalidade, que são os registros paroquiais brutos, digitalizados no âmbito do projeto Macaé em Fontes Primárias.²⁹³ Uma vez que no conjunto organizado não constam alguns dados relevantes como etnia, cor, condição jurídica e outros, será necessária a análise individual dos registros de interesse à esta pesquisa. A consulta aos registros será útil devido a multiplicidade de informações que as *Constituições* exigem à escrita dos assentos, que deveriam feitos da seguinte forma:

Aos tantos de tal mez, de tal anno pela manhã, ou de tarde em tal Igreja de tal Cidade, Villa, Lugar, Lugar, ou Freguezia, feitas as denunciaçãoes na fórma do Sagrado Concílio Tridentino nesta Igreja onde os contrahentes são naturaes e moradores, ou nesta e tal, e taes Igrejas, onde N. contrahente é natural, ou foi, ou é assistente, ou morador, sem se descobrir impedimento, ou tendo sentença de dispensação no impedimento, que lhe sahio, como consta da certidão, ou certidão dos banhos, que ficão em meu poder, e sentença que me apresentarão, ou sendo dispensadas nas denunciações, ou diferidas para depois do Matrimonio por licença do Senhor Arcebispo, em presença de mim N. Vigario, Capellão, ou Coadjutor da dita Igreja, ou em presença de N. de licença minha, ou do Senhor Arcebispo, ou do Provisor N., e sendo presentes por testemunhas N. e N., pessoas conhecidas (nomeando duas, ou tres das qu se acharão presentes) se casarão em face da Igreja solemnemente por palavras N. filho de N., e de N., natural, e morador de tal parte, e freguez de tal Igreja, com N. filha de N., ou viúva que ficou de N. natural, e morador de tal parte, e Freguezia desta, ou de tal Parochia: (e se logo lhe der as bênções acrescentará) e loho lhe dei as

²⁹³ Ver em: p. 90.

bênçãos confirme aos ritos, e ceremonias da Santa Madre Igreja, do que tudo fiz este assento no mesmo dia, que por ser verdade assignei.²⁹⁴

Apesar das variações no conteúdo registrado, que dependia tanto da predisposição do pároco como da condição social do registrado, ainda sim, os dados do arquivo bruto são mais ricos que os da planilha. Disponíveis para análise, contabilizou-se o total de doze livros digitalizados, que vão do recorte de 1809 a 1907.

A construção de uma nova planilha que contemplasse todas as informações presentes nesses registros não foi possível. Entretanto, a opção por não catalogar uma nova série de dados vem de encontro à estratégia metodológica escolhida, que se baseia em utilizar os dados da planilha básica de matrimônios como “boca de funil”, afim de localizar o assento de determinado casal escravo, cuja relação entre o par foi comprovada em algum batismo ou óbito, para então proceder à documentação bruta e averiguar as informações não catalogadas na série disponível.

É na esteira deste raciocínio que sobressai a importância dos registros de óbito, que também foram catalogados em planilha para utilização nesta pesquisa. A fim de explorar o assunto, um breve comparativo entre os dados que essa fonte fornece e as informações obtidas nos registros de batismo se faz necessário.

Os batismos são um retrato do momento histórico inicial da vida de um indivíduo. Do contrário, os óbitos, por trazerem uma imagem posterior, atualizam os dados contemplados nos batismos. Por exemplo, se alforriou ou não, se casou ou se era viúvo(a), até mesmo a nação do falecido – raramente informada no batismo – entre outros. Portanto, a estratégia metodológica utilizada tem os registros de óbitos como a principal ponte entre os registros de batismo e os de casamento, no sentido de recompor a trajetória de determinado indivíduo ou grupo.

Sobre a regulamentação que corresponde aos óbitos, as *Constituições* também trazem definições sucintas de como o processo deveria ocorrer, desde o informe ao vigário sobre o falecimento, ao modo como dispor o corpo no cemitério, passando por todos os ritos fúnebres relativos à religiosidade católica da época.²⁹⁵ Dentre as informações que deveriam ser contempladas no assento, o manual explica que o vigário deveria anotá-las da seguinte forma:

²⁹⁴ VIDE, *Constituições Primeiras do...* Livro I, Título LXXIII, p. 130.

²⁹⁵ VIDE, *Constituições Primeiras do...* Livro IV, Títulos XLV ao LIX, p. 287-303.

Aos tantos dias de tal mez, e de tal anno. Falleceo da vida presente N. Sacerdote Diacono, ou Subdiacono; ou N. marido, ou mulher de N. ou viúvo, ou viúva de N., ou filho ou filha de N., de lugar de N., freguez desta, ou de tal Igreja, ou forasteiro, de idade de tantos annos, (se commodamente se puder saber) com todos ou tal Sacramento, ou sem elles: foi sepultado nesta, ou em tal Igreja: fez testamento, em que deixou se dissessem tantas Missas por sua alma, e que se fizessem tantos Officios; ou se morreo ab intestado, ou era notoriamente pobre, e por tanto se lhe fez o enterro sem se lhe levar esmola.²⁹⁶

É interessante que as *Constituições Primeiras* não fazem menção a necessidade de se registrar a *causa mortis*. Antonio Vitória relata que, no recorte entre 1809 a 1822, a prática de anotar a dita característica nos óbitos nevenses não era comum.²⁹⁷ Entretanto, constatou-se ampla difusão deste conteúdo nos óbitos da freguesia de N.S. das Neves analisados a partir de 1850.

Maria Luiza Marcílio salienta que “em alguns países e dioceses da Europa e mesmo do Brasil os registros [de óbito] foram se aperfeiçoando e enriquecendo com novas informações. Por exemplo, em quase toda a França Moderna, assinalava-se a idade de cada cônjuge ao casar”.²⁹⁸ Diante dessa argumentação, é possível que a adição de *causa mortis* no conjunto de informações fornecidas ao assento tenha sido uma variável que passou a ter importância no amadurecer do uso cotidiano, fator que denota a historicidade do documento.

Segundo Silmei Sant’Ana Petiz, havia uma semelhança simbólica dos rituais fúnebres em relação aos de batismo, visto que, se esse era a porta de entrada do cristão ao mundo, aquele assinalava a entrada ao universo celestial.²⁹⁹ Apesar da obrigatoriedade do registro, pesquisas indicam que as ações simbólicas sobre a morte eram muito mais valorizadas que o ato burocrático de anotar o acontecido, cuja responsabilidade oficial era da Igreja. Isso fez do óbito um documento confeccionado com menor frequência que os batismos.

João José Reis explica que, costumeiramente, o funeral era um evento que mobilizava grande quantidade de pessoas, uma vez que o “bem morrer” era um ideal socialmente desejado. Cuidados com o cadáver eram necessários e deveriam ser feitos

²⁹⁶ VIDE, *Constituições Primeiras do...* Livro IV, Título LXIV, p. 292.

²⁹⁷ VITÓRIA, Antonio José Vieira da Cruz. *População e escravidão na freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809-1822)*. 2020. 142 f. Dissertação. PPGH-UNIVERSO, Niterói, 2020, p. 77.

²⁹⁸ MARCÍLIO, *Os registros paroquiais...* p. 15.

²⁹⁹ PETIZ, Silmei Sant’Ana. Enfermidades de escravos: contribuições metodológicas para estimativas da mortalidade (Rio Grande de São Pedro, 1790-1865). Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas. *XII Encontro Regional de História – ANPUH-RJ*. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/47VEliM>. Acesso em 15 nov 2023, p. 4.

por profissionais com autoridade para tocar o morto sem causar-lhe prejuízos no além morte. As ações consistiam em cortar cabelo, barba, unhas, tomar banho e ser perfumado, costumes esses compartilhados entre povos africanos e europeus. Alfaiates especializados em vestir defuntos também eram contratados, bem como os armadores, cuja responsabilidade era arrumar a casa e a igreja para o velório e enterro. Somado a isso, o volume variável de missas, exéquias, ofícios e esmolos exigidas aos falecidos faziam das cerimônias póstumas um modelo de como as hierarquias sociais se estruturavam no período colonial e imperial.³⁰⁰

Tamanha dedicação em cerimoniar a morte de maneira preocupada e dolorosa tem raízes profundas na cultura europeia que foi transportada aos trópicos. Jacques Le Goff explica que entre os séculos XII e XIII, a administração católica romana teria investido no controle sobre seus fiéis através do medo da morte. As ações se justificavam tanto pela experiência material do período, que possibilitou melhorias na vida terrena possíveis apenas no além-vida, de acordo com o imaginário popular, quanto pelo risco que a Igreja tinha em diminuir sua influência devido aos movimentos heréticos da época. Um dos símbolos desse período foi a construção da ideia de purgatório, que consolidou a noção de que dor e sofrimento seriam um dos principais meios para a salvação. Antes, a experiência negativa era relegada apenas aos condenados. Agora, todos estariam a mercê desta tormenta.³⁰¹

Essa questão pode se somar à aproximação, sustentada por John Thornton, entre as religiões dos povos africanos e europeus. Segundo o autor, apesar das diferenças e do jugo cultural europeu sobre as etnias africanas transportadas ao Brasil, é possível afirmar que as várias similitudes entre ambos os sistemas de crenças favoreceram continuidades no que se refere às práticas simbólicas, inclusive no trato com a morte. O produto desse sincretismo originou uma novo sistema religioso-filosófico, afro-atlântico, cuja apropriação (compulsória e/ou orgânica) de hábitos católicos por parte dos povos africanos, somado à ressignificação de suas crenças originárias, tornou possível o modelo de tratamento simbólico dos óbitos acima visualizado.³⁰²

À despeito da efervescência que caracterizava o rito de passagem na sociedade oitocentista, Sérgio Nadalin atesta que os registros de óbito eram cotidianamente

³⁰⁰ REIS, João José. *A Morte é Uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 115.

³⁰¹ LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 326-400.

³⁰² THORNTON, John. *África e os africanos na formação do mundo atlântico. 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 312-316.

negligenciados. Segundo o autor, o sub-registro deste documento era algo comum, visto que os falecimentos eram eventos sem relevância às pessoas além da parentela mais próxima do moribundo.

Em relação aos registros de óbitos de crianças, Nadalin atesta que a omissão era mais frequente, e considera que as principais razões para o fenômeno eram duas: altas taxas de fecundidade das mães e de mortalidade de infantes. Além disso, a comunicação dos óbitos ao vigário também cooperava com o problema, devido às costumeiras distâncias entre os locais de falecimento e a paróquia. Havia, também, as dificuldades de penalizar, via regra das *Constituições*, aqueles que não informavam o acontecimento à Igreja. Todas essas questões, algumas em maior ou menor monta, prejudicariam a assiduidade desse tipo de registro.³⁰³

Apesar da problemática, Adalgisa Arantes Campos afirma que os óbitos são fontes confiáveis por conta da possibilidade de analisá-los tanto do ponto de vista seriado quanto qualitativo. Do mesmo modo, assevera para a importância deste documento por sua amplitude sociológica e antropológica.³⁰⁴

No que tange aos registros de óbitos disponíveis, a origem é a mesma citada para os batismos e casamentos.³⁰⁵ No conjunto total, existem disponíveis oito livros que perpassam o recorte entre 1809 e 1887, no qual a catalogação/serialização dos dados em planilha foi de responsabilidade do autor desta pesquisa.

Devido às possibilidades materiais de execução, não foi possível estender a série de óbitos até a mesma data limite dos batismos, que foi 1873. O recorte alcançado vai de 1850 até 1862, referente à totalidade dos Livros de Óbito II e III, com 1015 entradas na planilha. Vale destacar que oito registros não foram contabilizados por serem relativos à década de 1840. Apesar disso, é interessante registrar aqui a ocorrência desses registros, uma vez que todos os oito são africanos livres, registrados na década seguinte à chegada dos mesmos à freguesia.³⁰⁶

³⁰³ NADALIN, *História e Demografia...* p. 45.

³⁰⁴ CAMPOS, Adalgisa Arantes. Locais de sepultamentos e escatologia através de registros de óbitos da época barroca: A freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. *Varia História*, nº 31, p. 159-183, jan 2004, p. 161.

³⁰⁵ Projeto Macaé em Fontes Primárias.

³⁰⁶ A designação “Africanos Livres” refere-se aos indivíduos que, na condição de terem sido escravizados ilegalmente, aportaram no Brasil e foram “desescravizados” sob o amparo da lei de 1831. Além de proibir o tráfico de escravos, a legislação previa o retorno imediato dessas populações às suas terras de origem. Entretanto, isso não configurou norma. A maior parte das ações tomadas em relação à essa categoria que, na prática, estava em um “limbo jurídico” entre ser escravo e livre, foi o realocamento em atividades semelhantes às exercidas por escravos, seja em instituições governamentais, seja pelo empréstimo dessa

Uma outra limitação se refere à prioridade de catalogação. A totalidade das informações disponíveis em cada assento foi feita apenas para a população escrava, forra/liberta e indígena. Os brancos livres foram contabilizados apenas em números gerais para fins comparativos. Além disso, assim como os batismos, priorizou-se a catalogação de todos os dados disponíveis nos assentos de escravos, no sentido de ser útil às demandas de pesquisadores futuros.

Os dados catalogados foram o número do livro, folha, data do óbito, cemitério, nome do falecido, se é adulto ou inocente e sua idade ao falecer. Figuram no conjunto a situação matrimonial, legitimidade, pai, mãe, senhor, *causa mortis* e o local do óbito – característica raramente observada. A maioria dos indivíduos referenciados tiveram cor e estado jurídico discriminados, exceto o senhor. Há também um campo de observações, onde foram anotadas características diversas, como nacionalidade, cor da mortalha, se era adúltero(a), local de residência, e outros. Além disso, quando foi possível perceber alguma possibilidade de cruzamento com outros documentos, o campo foi utilizado para anotar o “endereço” desses registros que fazem referência ao óbito em questão.

Portanto, o próximo subtítulo se dedicará aos aspectos demográficos mais gerais da documentação disponível. Nos tópicos posteriores, análises pormenorizadas das redes familiares da população escravizada serão favorecidas.

3.2. Legitimidade das famílias escravas e perfis familiares

A proposta de análise privilegia o estudo das famílias escravas formadas no período entre 1850 e 1873, numa localidade cujo perfil econômico aparentava se dedicar a produção de gêneros de subsistência que garantiam a autonomia local, ao mesmo tempo em que eram realizadas exportações para a Corte. Além disso, foi visto que a desigualdade social era elevada no recorte, marcado pelo encerramento da oferta de africanos e pela existência de um significativo mercado para captação de escravos, que iam dos proprietários mais pobres aos mais abastados.

A partir da documentação e metodologia descrita, o primeiro passo à investigação será contemplar o panorama da legitimidade e do apadrinhamento entre a população escravizada da freguesia de N.S. das Neves, uma vez que essas variáveis são

“mão de obra” aos senhores ligados aos responsáveis pelo cuidado com a categoria. Cf. MAMIGONIAN, *Africanos livres: a...*

fundamentais para a compreensão das redes de parentesco construídas nas escravarias. Sidney W. Mintz e Richard Price argumentam que essas redes, inicialmente formadas através do parentesco cognato, poderiam se estender aos laços de consanguinidade. Porém, dependeria da estabilidade desenvolvida pelo clã no tempo e no espaço, fator que tornaria possível a socialização da prole dentro desse mesmo grupo.³⁰⁷

Na transição do século XVIII ao XIX, os altos níveis de legitimidade verificados nos registros de batismo consultados por Faria sustentam a ideia de uma certa estabilidade das relações familiares entre os escravizados de Neves. Fábio Santos, em sua dissertação sobre a localidade, coopera ao entendimento de que houve continuidade desse padrão ao longo da primeira metade do século XIX. Porém, o autor não consegue afirmar se realmente houve estabilidade nas relações familiares tecidas entre escravos.

Ao dividir o período que vai de 1809 a 1850 em decênios, o autor percebeu que as taxas de legitimidade se situaram na faixa de 79% durante as duas primeiras décadas do recorte. Porém, entre 1831 e 1840 há uma queda para cerca de 61%. No último período, que vai de 1841 a 1850, os números continuaram em declínio, com 33% dos batismos sendo de filhos legítimos de casais escravizados.³⁰⁸

No mesmo sentido caminham as descobertas de Antonio Vitória, ao verificar os casamentos realizados na paróquia de Nossa Senhora das Neves entre 1809 e 1822. O autor percebe que do total de 352 matrimônios anotados no livro sem número, 304 (86,4%) eram relativos apenas aos casais escravos.³⁰⁹

No sentido de dar continuidade ao tema, porém, em relação a segunda metade do XIX, foi construída a Tabela 3. A partir da organização dos dados, torna-se clara a brusca inversão dos padrões de legitimidade historicamente percebidos para a freguesia. Os valores se acentuam de maneira tal que, nos períodos finais do recorte, as taxas de filhos legítimos são irrisórias, enquanto a ilegitimidade opera acima dos 80%.

³⁰⁷ MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, p. 93.

³⁰⁸ SANTOS, *Os laços de...* p. 68.

³⁰⁹ VITÓRIA, *População e escravidão...* p. 70.

Tabela 3 – Incidência de escravos registrados como legítimos e naturais nos batismos da paróquia de N. S. das Neves por período. 1850-1873.

	Legítimos	%	Naturais	%	N/C	%	TOTAL	%
1850-53	94	14,62	361	56,14	188	29,24	643	21,56
1854-57	62	15,38	314	77,92	27	6,70	403	13,51
1858-61	45	8,36	486	90,33	7	1,30	538	18,04
1862-65	18	3,53	490	96,08	2	0,39	510	17,10
1866-69	17	3,26	500	95,79	5	0,96	522	17,51
1870-73	8	2,19	357	97,81	0	0,00	365	12,24
N/C	0	0,00	0	0,00	1	100,00	1	0,03
TOTAL	244	8,18	2508	84,10	230	7,71	2982	100,00

Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII (1850-1873).

É interessante notar que, apesar da grande desproporção dos valores ao comparar a primeira com a segunda metade do século, o cenário observado de 1850 em diante não parece se tratar de algo ao acaso. Antônio Carlos Jucá de Sampaio, em análise de inventários *post mortem* abertos no município de Magé, na baixada fluminense, percebeu que entre 1850 e 1886, famílias nucleares ou extensas não configuravam norma entre as populações escravizadas, mas sim famílias formadas apenas de mães e seus respectivos filhos.³¹⁰

Marcia Cristina Roma de Vasconcellos, para o município de Angra dos Reis, percebe fenômeno semelhante. Ainda na primeira metade do XIX, a autora notou presença expressiva desse tipo de organização familiar. Na segunda metade do século, houve moderado grau de acentuação do fenômeno, que chegou aos 76% de famílias formadas apenas de mães e filhos no percentual geral.³¹¹

Embora os casos citados sejam todos relativos à província do Rio de Janeiro, os resultados não são diferentes para a região da Mata Mineira, área de fronteira com o Norte Fluminense, assim como nas antigas áreas de mineração de São João Del Rei e Tiradentes. Sobre a primeira, Vitória Fernanda Schettini de Andrade percebe que os padrões de ilegitimidade para a freguesia de São Paulo do Muriaé, na segunda metade do século, também operou em altos níveis de ilegitimidade.³¹²

³¹⁰ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo. Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos*. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFF. Niterói, 1994, p. 158.

³¹¹ VASCONCELLOS, Marcia Cristina Roma de. *Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 2006, p. 104.

³¹² ANDRADE, *Batismo e apadrinhamento...* p. 90-99.

Já na segunda região citada, Douglas Libby divide as taxas por cor/origem das mães escravas. O autor percebe que entre mães crioulas, os níveis sempre operaram em favor da ilegitimidade, no recorte entre 1750 e 1880. Entre as mães provenientes da África Central Ocidental, a legitimidade estava acima dos 40%, embora o recorte se dedique até 1850.³¹³

Uma variável de consideração para justificar a maior ou menor incidência de enlaces realizados nas escravarias foi a desproporção entre os sexos.³¹⁴ Fabio Santos, sobre a primeira metade do XIX em Neves, verifica o indicador, nos registros de batismo de adultos, girava em torno dos 61% para os homens, e 39% para as mulheres.³¹⁵ O quadro em relação aos inocentes apresentava maior equilíbrio.

Tabela 4 – Registros de batismo de escravos da freguesia de N.S. das Neves por sexo e período. 1850-1873.

	H	%	M	%	Ileg. / N/C	%	TOTAL	%
1850-53	351	54,59	289	44,95	3	0,47	643	16,49
1854-57	224	55,72	178	44,28	0	0,00	402	12,85
1858-61	294	54,65	244	45,35	0	0,00	538	17,91
1862-65	271	53,14	239	46,86	0	0,00	510	18,42
1866-69	274	52,59	247	47,41	0	0,00	521	20,27
1870-73	176	47,96	189	51,50	2	0,54	367	13,99
Ilegível	0	0,00	1	100,00	0	0,00	1	0,07
TOTAL	1590	53,32	1387	46,51	5	0,17	2982	100,00

Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII (1850-1873).

No recorte de 1850 a 1873, os dados continuam o padrão de equilíbrio visto em relação aos batizados inocentes anteriores a 1850. Operam na faixa de 53% para homens e 47% para mulheres. O equilíbrio é menor nos anos iniciais, enquanto no final, os números se invertem, com superioridade feminina.³¹⁶ Para complementar os dados, a consulta ao Censo de 1872 repetiu percentual semelhante ao verificado nesta pesquisa.³¹⁷ Sendo assim, entende-se que o desequilíbrio sexual não se configurou como um dos responsáveis para as altas taxas de ilegitimidade verificadas.

³¹³ LIBBY, *Nos limites de...* p. 224-229.

³¹⁴ Cf. SLENES, *Na senzala uma...* p. 90.

³¹⁵ SANTOS, *Os laços de...* p. 62.

³¹⁶ LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII (1850-1873).

³¹⁷ IBGE. *Recenseamento Geral do...* p. 83-86.

No tópico anterior, discutiu-se a questão sobre o tamanho das unidades produtivas e como isso poderia influenciar nos padrões de legitimidade observados nas escravarias. Portanto, optou-se por construir a tabela abaixo, que trata de definir as taxas de legitimidade divididas por grupos de senhores.

A forma de construção se orientou pela separação da quantidade de assentos batismais vinculados ao senhorio de algum proprietário, e dividi-los em dois grupos: o que reúne proprietários com dez ou mais registros atribuídos ao seu senhorio, e outro com nove ou menos. Os batismos, talvez, não sejam a documentação ideal para tecer a análise, pois a quantidade de registros de batismos não necessariamente pode refletir a quantidade de escravos que determinado senhor possuía. Apesar disso, as métricas que emergem da tabela podem iluminar aspectos relevantes para a compreensão do fenômeno.

Tabela 5 – Batismos de filhos legítimos de casais escravizados por grupo de senhores com mais e menos de dez assentos vinculados ao senhorio de um proprietário por período. Freguesia de N.S. das Neves. 1850-1873.

	Total de senhores	Senhores de escravos legítimos	%	Total de batismos	Batismos legítimos	%
10 ou mais	73	27	36,99	1 536	120	7,81
9 ou menos	596	63	10,57	1 446	124	8,58
TOTAL	669	90	13,45	2982	244	8,18

Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII (1850-1873).

Para esclarecer a forma como os dados foram organizados, entende-se que o percentual de senhores de escravos legítimos é definido em relação ao total de senhores do mesmo grupo. A mesma lógica foi utilizada na seção “batismos legítimos”. Observados dessa maneira, é possível supor duas questões: 1) a taxa de batismos de escravos legítimos nas escravarias de senhores com maior quantidade de posses escravas é maior que o seu contraponto; 2) o nível de legitimidade nas escravarias maiores, no contexto de Neves, poderia ser baixo.

O primeiro ponto contribui a ideia de haver maior possibilidade de enlaces matrimoniais entre escravizados de posses maiores. Entretanto, a questão ainda não respondida é: o que justifica os números observados? Libby, ao analisar taxas de legitimidade da população escrava em diversas localidades entre Rio de Janeiro, São

Paulo e Minas Gerais, entende que é muito difícil definir qualquer padrão nesse sentido para os séculos XVIII e XIX, e atribui a teoria do tamanho das propriedades o motivo mais plausível das variações.³¹⁸ Nesse sentido, Sheila Faria entende as atividades econômicas e a localização geográfica consistiriam em condições importantes para altas ou baixas taxas de uniões sacramentadas,³¹⁹ assim como atesta que só era possível constituir matrimônio caso o casal fosse de um mesmo senhor.³²⁰

Ao tentar propor motivos para as altas taxas de legitimidade no final do XVIII para Neves, Faria atribui culpa tanto à principal atividade da época, o comércio de madeira, quanto à vontade dos senhores em viabilizar o rito. A natureza do trabalho que exige esse comércio fazia necessário o deslocamento do escravizado por grandes distâncias, rumo a floresta. Isso fez com que o casamento tivesse uma função conveniente ao senhor: o controle do indivíduo via laços familiares. Uma vez que o casamento seria um ideal socialmente desejado, a concessão dada pelo senhor permitiria tanto ao escravizado satisfazer suas pretensões, quanto ao senhor garantir que sua propriedade não fugisse, pois teria uma razão para voltar para casa.³²¹

Libby destaca motivo semelhante, conforme visto no tópico anterior, ao relacionar as diretrizes das *Constituições Primeiras* sobre casamentos de escravos às baixas taxas de legitimidade da população escrava.³²² Sampaio vai pelo mesmo caminho, pois entende que talvez não houvesse o interesse, por parte dos senhores, de construir relações estáveis entre seus escravos. Com relação a Angra dos Reis – localizada no Sul Fluminense, local com alto envolvimento na questão do tráfico ilegal³²³ – Vasconcellos compartilha da mesma dedução dos autores citados, e salienta que a baixa legitimidade se intensificou a partir do agravamento dos problemas relativos à reposição de mão de obra, no fim do XIX.³²⁴

Padrões de endogamia e/ou exogamia sobre cor, procedência e estatuto jurídico, também foram considerados como determinantes nos processos de formação da família nuclear de escravos e ex-escravizados.³²⁵ Em consulta à planilha de registros de batismo, verificou-se pouquíssimos casos que possam considerados relevantes a investigação do

³¹⁸ LIBBY, *Nos limites de...* p. 222-223.

³¹⁹ FARIA, *A colônia em...* p. 57.

³²⁰ FARIA, *A colônia em...* p. 326.

³²¹ FARIA, *A colônia em...* p. 327.

³²² LIBBY, *Nos limites de...* p. 220-221.

³²³ Cf. MESQUITA, *Portugueses no tráfico...*; PEREIRA; PESSOA, *Silêncios atlânticos...*

³²⁴ VASCONCELLOS, *Famílias escravas em...* p. 101-102.

³²⁵ FARIA, *A colônia em...* p. 335; KARASCH, *A vida dos...* p. 385.

tema no recorte temporal de análise. Na busca por casos de endogamia/exogamia sobre os atributos acima descritos, constam apenas dez casais que registraram filhos legítimos, em que pelo menos um dos indivíduos é discriminado com algumas das características que permitem enxergar o fenômeno, exceto a cor, conforme o quadro abaixo.

Quadro 5 – Relação dos casais escravizados verificados em padrões de endogamia e exogamia nos registros de batismo da freguesia de N.S. das Neves. 1850-1873.

Data do Batismo	Pai	Est. Jur. Pai	Mãe	Est. Jur. Mãe
28/05/1850	Antônio Cabinda	Escravo	Justina Crioula	Escrava
13/06/1850	Antônio Mina	Livre	Maria Anastácia	Livre
31/01/1851	João Benguela	Escravo	Barbara	Escrava
28/08/1855	Eduardo de Nação	Escravo	Virgínia de Nação	Escrava
28/08/1855	Guilherme de Nação	Escravo	Antônia de Nação	Escrava
29/08/1855	Albino de Nação	Escravo	Carlota de Nação	Escrava
24/03/1856	Pedro de Nação	Escravo	Rita	Escrava
24/03/1856	Bernardo de Nação	Escravo	Joaquina	Escrava
15/01/1866	Inácio Congo	[não consta]	Felícia Rebolla	[não consta]
15/01/1866	Jacinto Cabinda	[não consta]	Horminda Mina	[não consta]

Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV e VII (1850-1873).

Apesar da endogamia nas uniões entre escravos ser o atributo mais comumente observado ao analisar matrimônios escravos durante a primeira metade do XIX,³²⁶ a pequena amostra extraída da planilha exhibe apenas casais exógamos no quesito procedência, mas endógamos no estatuto jurídico. Não é possível dizer que o exemplo acima possa soar como evidência de uma mudança do padrão em relação ao início do século.

Nos três casos em que apenas há a denominação “de Nação”, procedeu-se a busca em toda a documentação disponível para reunir pistas da origem dos casais. Porém, o êxito recaiu somente ao casal Eduardo e Virgínia, que se uniram oficialmente em matrimônio coletivo com mais cinco casais, em 02 de fevereiro de 1849, no oratório de

³²⁶ FARIA, A colônia em... p. 335; SOARES, Márcio de Sousa. Presença africana e arranjos matrimoniais entre os escravos em Campos dos Goitacazes (1790-1831). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, p. 75-90, jan./jun. 2010, p. 86; COSTA, Iraci del Nero; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17(2): pp. 245-295, maio/ago. 1987, p. 260.

Roberto Laurie, senhor do casal. O assento, como de costume para escravizados, não tem muitas informações, de modo que não consta a origem de ambos.³²⁷

Logo após o casamento, em junho do ano seguinte, o casal registra o que parece ser o primeiro filho, Silvestre, também escravo de Roberto Laurie. Ainda sim, não constam informações sobre o casal ser africano. Ambos os registros foram feitos pelo Vigário Bernardo Alvares, o mais longo no serviço de documentação paroquial.³²⁸ O registro utilizado para a composição do quadro acima refere-se ao batismo de Cristina, que talvez seja a segunda filha do casal. O documento foi assinado pelo Vigário Florêncio das Dores Maia.

No capítulo II, observou-se no Gráfico 3 a superioridade numérica de escravos comprados/capturados nos territórios da atual Angola. Portanto, três dúvidas suscitam: 1) as nomenclaturas de origem dadas aos escravizados foram feitas de maneira arbitrárias aos seus reais locais de origem? 2) A preferência pela endogamia se manteve alta ainda no fim do século? 3) Quantos outros africanos tiveram sua nacionalidade ocultada como o caso acima?

Apesar de serem questões sem repostas para o recorte espacial e temporal em tela, convém falar sobre a última. Por se tratar de uma área de intensos desembarques provenientes do tráfico ilegal, supõe-se que as informações sobre procedência tenham sido ocultadas. Não devia ser do interesse dos senhores construir provas que os incriminassem. Além disso, importa não esquecer as implicações da chegada e estabelecimento dessas populações na região, visto que a desestabilização demográfica causada pode ter afetado os níveis de ilegitimidade verificados. Conforme Faria e Libby, citados acima, além das tendências gerais cunhadas pela historiografia, como o tamanho das propriedades, o contexto socioeconômico particular de cada local teria o poder de influenciar essa variável.

Embora não tenha sido possível observar padrões de endogamia e exogamia satisfatórios para deduções mais assertivas, a busca favoreceu a observação daquilo que a fonte silencia como um grito: a presença massiva de escravos nascidos no Brasil. Com o objetivo de ilustrar melhor o assunto, o gráfico abaixo foi elaborado para, além de

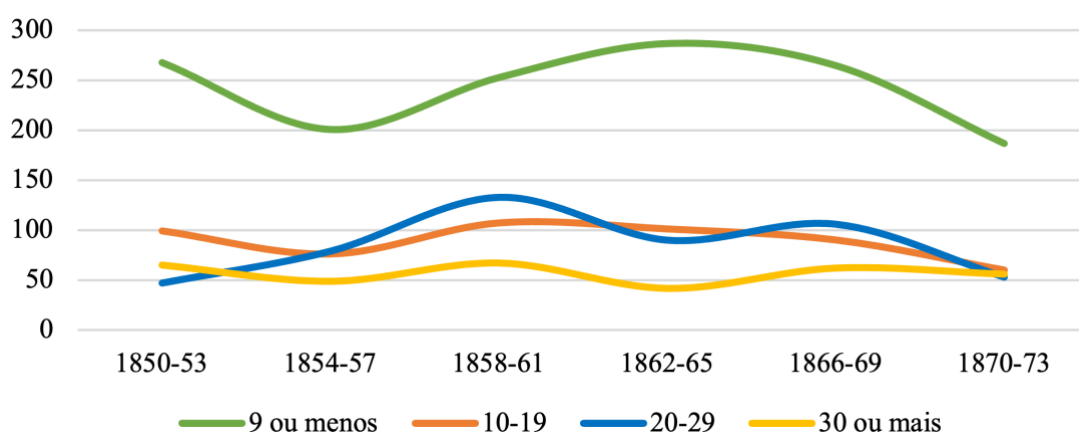
³²⁷ LADOCH – APNSN: Livro de Casamento I (1848-1855), fls. 134.

³²⁸ LADOCH – APNSN: Livro de Batismo III (1851-1856), fls. 24.

evidenciar o processo de “crioulização”³²⁹, estabelecer uma curva da assiduidade desses nascimentos.

Apesar da relevância da população africana ter sido constatada no decênio 1840-1850,³³⁰ em um curto espaço de 20 anos, os dados demonstram a superioridade dos escravizados nascidos em solo brasileiro. Convencionou-se não retirar os forros da análise por dois motivos: a evidente a ligação com o senhor³³¹ e o baixo número geral dessa categoria para o recorte. O total foi de 2 844 batizando inocentes.

Gráfico 4 – Assiduidade dos registros de batismos de escravos e forros inocentes da Freguesia de N. S. das Neves por grupos de proprietários com assentos vinculados ao seu senhorio. 1850-1873.



Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII (1850-1873).

Os números podem ser confirmados pelos dados do Censo de 1872, que informam o percentual de 75% de escravos nascidos no Brasil em relação ao total de 3 217 indivíduos recenseados. Entre os grupos de “brasileiros” e “estrangeiros”, conforme cita o documento, o equilíbrio sexual nos dois grupos é prevaiente. No gráfico, é possível visualizar as épocas em que o possível incentivo à reprodução endógena nas escravarias pode ter sido favorecido. A queda, no fim do recorte, pode ser associada à implementação

³²⁹ Termo cunhado pelo folclorista Charles Joyner para explicar os processos que levaram africanos e seus descendentes, nas Américas, a construir uma nova língua. Por sua vez, essas mudanças viabilizariam a construção de uma nova cultura, afro-americana. JOYNER, Charles. Creolization. In: WILSON, Charles Reagan; FERRIS, William (orgs.). *Encyclopedia of Southern Culture*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1989, p. 147-149. *apud* MINTZ; PRICE, *O nascimento da...* p. 9.

³³⁰ SANTOS, *Os laços de...* p. 62.

³³¹ SOARES, *A remissão do...* p. 158-161.

da Lei do Ventre Livre, que fez com que os batismos de filhos de escravos não mais fossem registrados nessa categoria.

Como se vê, nos momentos ainda próximos à chegada de africanos, o ritmo de nascimentos é baixo, mas se intensifica a partir do quadriênio 1858-1861. Nos grupos com menor quantidade de batismos associados ao senhor, o período que vai de 1862 a 1865 aparenta maior intensificação em relação às camadas com maior quantidade de batismos por proprietário. Portanto, é possível supor que aqueles com menor poder aquisitivo incentivavam os nascimentos nas escravarias com maior frequência do que aqueles com maiores condições, situação que se alinha ao que foi constatado por Ferreira, sobre os movimentos de compra e venda da população escravizada na freguesia de Neves.³³²

Sampaio verifica que em Magé, os níveis de “crioulização” da população foram altos em relação a comparação que faz com Paraíba do Sul. Em seu recorte, os níveis de escravos nascidos no local chegam aos 89%, enquanto no comparativo, a soma é de um terço de africanos.³³³ Vasconcellos também percebe o mesmo movimento para todas as freguesias de Angra dos Reis,³³⁴ com taxas semelhantes às de Paraíba do Sul. Sampaio cita que a maior quantidade de africanos no recorte comparado se dá devido a facilidade de reposição que o município teve via tráfico interno.

Nesse sentido, Nossa Senhora das Neves está muito mais alinhada com os números de Magé, associado ao crescimento natural, situação coerente com o cenário econômico visualizado no Capítulo I. Para reforçar o entendimento de como as relações econômicas podem fornecer critérios ao incentivo da reprodução endógena, a Tabela 6 foi concebida para expor – dados os devidos limites da fonte – o que pode ser lido como o nível de concentração da propriedade escrava durante o recorte desta pesquisa. A escolha por seccionar a seção de senhores com mais de 10 batismos em três subdivisões se deu por fins meramente didáticos, pois facilita a observação dos padrões de desigualdade social daquela sociedade.

³³² FERREIRA, *O município de...* p. 55.

³³³ SAMPAIO, *Magé na crise...* p. 147.

³³⁴ VASCONCELLOS, *Famílias escravas em...* p. 66-67.

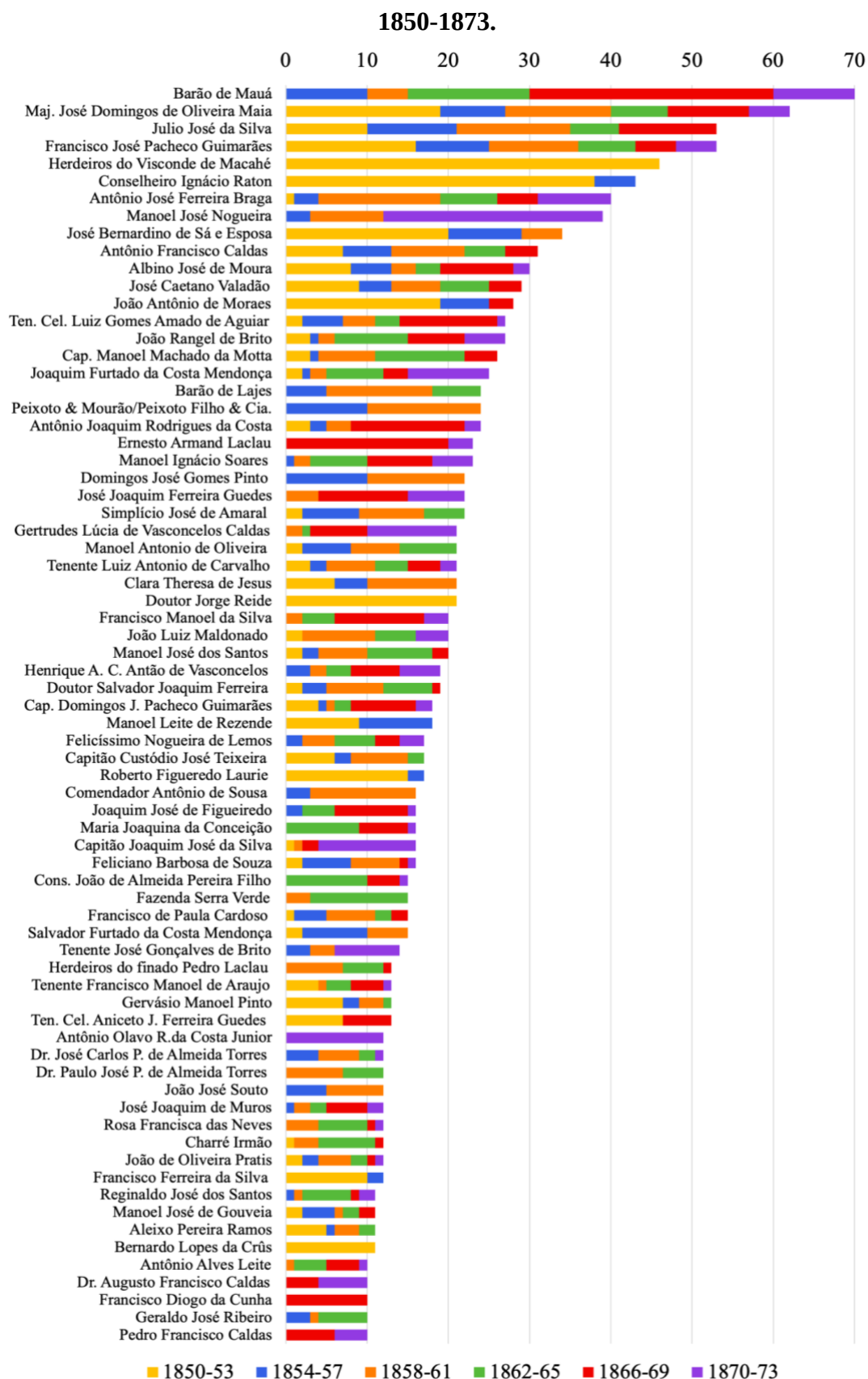
Tabela 6 – Estimativa da concentração da propriedade escrava em N.S. das Neves por grupos de senhores via total de registros de batismo de escravos e forros. 1850-1873.

Batismos por grupo de senhores	Total de batismos	Batismos por grupo em relação ao total (%)	Total de senhores	Senhores em relação ao total (%)
9 ou menos	1505	49,34	598	89,25
10-19	533	17,48	39	5,82
20-29	511	16,75	22	3,28
30 ou mais	501	16,43	11	1,64
TOTAL	3050	100,00	670	100,00

Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII (1850-1873).

Os dados deixam claros os níveis de concentração da propriedade escrava. Cerca de 10% do total de senhores foi responsável por batizar mais de 50% de todos os escravos e forros verificados nos assentos da freguesia de N.S. das Neves. A informação contribui para a investigação, tanto das causas do incentivo à reprodução endógena, quanto dos movimentos de compra e venda terem maior destaque dentro da própria freguesia, visto em Ferreira. Sendo assim, para enriquecer o entendimento sobre como se dividiu, em termos de batismos ligados ao senhor, o grupo com mais de 10 registros associados, considerou-se pertinente a construção do Gráfico 5.

Gráfico 5 – Total de batismos de escravos e forros de proprietários da freguesia de N.S. das Neves com mais de 10 assentos vinculados ao seu senhorio por período.



Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII (1850-1873).

Acima, é possível verificar o nível de participação de cada proprietário verificado entre os que batizaram mais de dez indivíduos, bem como o período de maior atuação de cada senhor. Em relação ao recorte 1850-1873, alguns registraram maior participação no começo, outros no final, embora grande parte atue em todo o período. Do mesmo modo, visualiza-se a repetição de alguns sobrenomes como Caldas, Brito, Guedes, bem como a participação desses e outros em cargos públicos, fator que atesta tanto para a existência de fortunas familiares em Neves, quanto ao envolvimento desses nas questões administrativas do Estado Imperial.

O mapeamento dos senhores, para além de contribuir a proposta de ser um ângulo de análise da posição social do grupo, também tem o objetivo de ser o ponto de partida para o estudo dessas escravarias. Observa-se que a desproporcionalidade da posse de cativos – que também pode ser entendida como desigualdade – é uma realidade, inclusive, entre os 10% de proprietários que possuíram mais de 50% dos escravos batizados durante o recorte. Essa questão pode se conectar com a análise econômica tecida no capítulo I, momento em que esse fenômeno foi explorado através do viés econômico.

Os dados do gráfico 5, bem como a seleção de senhores com menos de dez escravos batizados, servirão de base à macro e microanálise da estrutura familiar dos escravos e suas respectivas redes de apadrinhamento. A instituição do compadrio e o consequente estabelecimento de teias sociais através do primeiro sacramento se estabeleceu de maneira complexa e diversificada, e dependia de inúmeras variáveis que, por vezes, se mascaram em meio as estatísticas gerais.³³⁵ Sendo assim, ambos os recortes serão privilegiados para a investigação dessas redes em diferentes propriedades.

Esses senhores seriam, em tese, os possíveis compradores de escravos dos proprietários menos abastados. Ao mudarem de residência, é provável que os escravizados crioulos tivessem mais oportunidades que os africanos em relação à encontrar um parceiro, tendo em vista a superioridade de escravos nascidos no Brasil durante o recorte. Faria explica que a endogamia também era comum entre os crioulos. Porém, ao contrário da tendência de casar-se com pares da mesma nação, visto entre os africanos, o que foi normalmente observado entre escravizados brasileiros era a união por cor/condição jurídica: pardos com pardos, mulatos com mulatos, etc.

³³⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho-2011, p. 5.

Além disso, por terem nascido em solo brasileiro, a alta probabilidade de os parentes próximos estarem na mesma escravaria fazia com que muitos elementos pudessem “estar interditados, não só pelas regras canônicas, como, muito provavelmente, pelas regras rituais de origem africana, tornando ainda mais complexa a possibilidade de escolha”.³³⁶

Sampaio reforça essas dificuldades ao relatar que o fato de um escravo ser crioulo diz mais a respeito do que ele não é – um africano. Esse argumento se refere às vivências que esse escravizado poderia ter, o que lhe causaria problemas ao tentar se encaixar em locais distintos.³³⁷ Apesar da assertividade da hipótese de Sampaio, a documentação sobre Neves não nos fornece detalhes claros sobre a origem desses indivíduos, para que seja possível elencar a hipótese como fator às dificuldades que impediam o matrimônio em Neves.

Entretanto, essa mesma documentação favorece o entendimento de que a maioria das famílias escravas no território nevensense da segunda metade do século XIX poderiam ser matrifocais. Apesar de não ser possível levar a cabo tal informação, constatar a presença apenas de mãe e filhos “indica ao menos um núcleo familiar potencialmente mais precário em termos de reconhecimento por parte dos senhores”, uma vez que o pai poderia estar presente (em muitos casos era o próprio senhor), mas o registro foi evitado.³³⁸

Os motivos para a baixa quantidade de filhos legítimos, conforme visto algumas linhas acima, podem ter sido vários. No caso de Neves, imagina-se que o forte impacto à demografia da escravidão, propiciado pelo tráfico ilegal, contribuiu ao desequilíbrio das relações.³³⁹ Mas isso seria um dos fundamentos. Na esteira deste raciocínio, a falta de incentivo às uniões oficiais, por parte dos senhores, soa como peça fundamental.

Conforme visto, Faria entendeu que as altas taxas de matrimônios em Neves se deram por conta do comércio de madeira. Na segunda metade do XIX, a produção de gêneros alimentares, o café e, em menor monta, o açúcar, eram os carros chefe da economia macaense. Devido à natureza dessas funções, não era necessário se afastar da senzala por grandes distâncias como no corte da floresta. Portanto, tal característica

³³⁶ FARIA, *A colônia em...* p. 336.

³³⁷ SAMPAIO, *Magé na crise...* p. 149.

³³⁸ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Família escrava e reprodução natural em Catas Altas do Mato Dentro (MG), séculos XVIII e XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, pp. 135-166. Ano 26, n. 1, 2004, p. 156.

³³⁹ FLORENTINO; GÓES, *A paz das senzalas...* p. 36.

poderia ser mais um catalizador para o baixo incentivo aos matrimônios por parte dos senhores.

Essa problemática também pode se relacionar aos prejuízos divinos e econômicos gerados em razão dos matrimônios entre escravizados. Imagina-se que, devido ao ordenamento eclesiástico, os senhores não viam benefício em pecar mortalmente ao separar escravos casados, principalmente num período de alta volatilidade do mercado de mão de obra. A máxima tem peso maior quando se tem como parâmetro as possíveis ações do grupo com maiores chances de vender seus escravos do que comprar. Isso poderia ser uma das causas, inclusive, para as menores taxas de legitimidade verificadas entre os grupos com menos de nove registros vinculados ao proprietário.

No rol de possibilidades que envolvem a construção das relações familiares cativas, Mary Karasch, que analisa a população escrava na primeira metade do XIX, salienta o fato de a população escrava ser, em geral, mais jovem e exposta à precariedade das condições de saúde. Este motivo impedia que meninos e meninas importados entre os doze e catorze anos pudessem sobreviver até a idade de casar e compor família. Era comum que escravos morressem antes dos 30 anos. Segundo a autora,

a alta mortalidade de escravos em todas as faixas etárias destruía famílias e era provavelmente rara a família que podia manter-se sem morte durante muitos anos. Os bebês e crianças pequenas morriam com regularidade espantosa e as que sobreviviam perdiam provavelmente um dos pais quando ainda estavam na adolescência. Não havia garantias contra o rompimento das famílias pela morte.³⁴⁰

Com o objetivo de explorar a temática em relação ao recorte espacial e temporal deste trabalho, entendeu-se pertinente a construção da tabela 6, que pretende facilitar a visualização dos óbitos de escravos que constam a idade de falecimento por faixa etária e período.

³⁴⁰ KARASCH, *A vida dos...* p. 387.

Quadro 6 – Óbitos da população escravizada, indígena, forra/liberta e livre com descendência escrava da freguesia de N.S. das Neves por faixa etária e período. 1850-1862.

	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	TOTAL	%
0-11 meses	0	3	22	6	0	9	11	20	23	27	28	19	4	172	22,31
1-4 anos	0	11	32	11	4	4	12	19	21	24	40	32	5	215	27,89
5-9 anos	0	3	3	0	1	1	4	1	2	1	5	4	0	25	3,24
10-14 anos	0	3	3	0	1	2	1	3	1	1	0	1	0	16	2,08
15-19 anos	1	2	1	0	2	2	6	2	2	2	3	0	0	23	2,98
20-29 anos	1	6	11	1	3	2	7	4	10	6	7	7	2	67	8,69
30-39 anos	2	9	19	0	3	4	9	9	9	13	11	13	1	102	13,23
40-49 anos	1	2	8	0	1	1	7	7	4	7	11	4	1	54	7,00
50-59 anos	0	0	5	0	1	1	3	3	3	3	5	2	1	27	3,50
60-69 anos	0	1	7	1	0	2	3	2	6	4	3	6	0	35	4,54
70-90 anos	0	2	6	1	0	4	5	3	4	2	5	2	1	35	4,54
TOTAL	5	42	117	20	16	32	68	73	85	90	119	90	15	771	100,00

Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Óbito II e III (1850-1862).

Dos 1 015 registros, apenas 771 apresentaram a idade ao morrer. Desses, 722 são escravos. O restante do quantitativo se refere a 30 forros/libertos/livres, sendo os livres de cor preta, parda, ou descritos como crioulos, além de 16 indígenas e outros três que não constam estatuto jurídico. Os últimos são presumivelmente escravos ou descendentes, uma vez que dois foram designados como de cor parda, sendo a remanescente, Rita, crioula, viúva de Manoel escravo. Por se tratar de quantidade tão diminuta em relação ao número de escravos, a opção foi por manter essas categorias na tabela, uma vez que há a compreensão de que a presença não afetará os objetivos propostos.

O cenário explicitado pela tabela demonstra uma realidade histórica diferente da observada por Karasch, que se dedicou a análise do cenário urbano da Corte no período em que o tráfico atlântico de escravos era legalizado. O padrão que emerge da quantificação dos dados sinaliza que no período, e em um contexto rural como o de Neves, havia maiores níveis de óbitos apenas em faixas etárias específicas, característica consonante ao tipo de trabalho exercido nas lavouras.

O primeiro ponto a se observar é a excessiva quantidade de falecimentos em tenra idade, ponto que se alinha às observações da autora e fortalece a tese sobre o incentivo à reprodução endógena nas escravarias. Na amostra acima, o óbito de adolescentes (10-19

anos) e jovens adultos (20-29 anos) não se mostra tão intenso quanto a narrativa de Karasch sugere para sua pesquisa.

A faixa etária de 30 aos 39 anos é a que apresenta a maior quantidade de óbitos. Apesar de ser uma idade ainda reprodutiva, é provável que as oportunidades de concepção de filhos já estivessem disponíveis a mais tempo. Portanto, provavelmente, o alto número de falecimentos nessa faixa etária não configuraria em empecilho à reprodução natural. Importa relatar que, nessa faixa, 72 escravizados (70,6%) são descritos com 30 anos, sendo o restante acima dos 30 anos ou com idade imprecisa (costuma ser anotado, por exemplo, “30-35 anos”). Ou seja, na idade que provavelmente configura o período de atividades laborais mais intensa é o mesmo da maior incidência de óbitos.

A relação entre os sexos dos falecidos demonstra uma leve superioridade de homens em detrimento às mulheres. Ao verificar as taxas nos três grupos com maior quantidade de óbitos, os homens foram contabilizados em 65 (63,7%) no grupo entre 30 e 39 anos, enquanto as mulheres somam em 37 (36,3%). Na faixa de 20-29 anos, os números percentuais são semelhantes, com 44 sendo homens (65,7%) e 23 mulheres (34,3%). Entre os dois grupos mais jovens somam-se 387 ao todo. Nesses, as taxas são equilibradas, com 200 homens (51,7%) e 187 mulheres (48,3%).³⁴¹

No comparativo com outras regiões, Tarcísio Rodrigues Botelho observa que na freguesia de Catas Altas do Mato Dentro, entre 1718 e 1851, a superioridade abrupta das taxas de mortalidade entre homens se manteve durante o início do recorte, quando a mineração era a principal atividade econômica. Os números tendem ao equilíbrio ao final do recorte, momento em que o local havia mudado a produção para a agricultura, com foco no mercado vicinal.³⁴²

Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill e Micaele Irene Scheer visualizam semelhante cenário, porém, em relação ao recorte entre 1870 e 1880 para a cidade de Pelotas. O local tinha como atividade principal a produção de charque, atividade primordialmente masculina, fazendo os óbitos da população masculina situarem-se na faixa dos 71%.³⁴³

Dessa forma, observa-se que as atividades econômicas provavelmente foram um dos fatores responsáveis para o relativo equilíbrio entre os sexos em Neves, visualizado

³⁴¹ LADOCH – APNSN: Livros de Óbito II e III (1850-1862).

³⁴² BOTELHO, *Família escrava e...* p. 147-151.

³⁴³ LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele Irene. Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880. *História, Ciências, Saúde*. pp.133-152. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p. 137.

tanto na tabela 4, quanto nos dados extraídos diretamente dos óbitos. Sendo assim, não seria absurdo supor que as famílias escravas da localidade pudessem ter mais membros consanguíneos por perto, apesar dos batismos evidenciarem apenas a composição mãe-filhos.

Na esteira desse raciocínio, o destaque é a participação de escravos idosos na tabela acima. A importância da linhagem e da ancestralidade foi comentada algumas vezes ao longo do texto. Nesse sentido, observar a presença de idosos soa como indício de várias gerações familiares coexistindo numa mesma escravaria. Todavia, importa não esquecer que a possibilidade de ocorrência do fenômeno seria maior em fazendas com maior quantidade de cativos.

Apesar de toda a problemática da escravidão no fim do século, com suas incertezas e dificuldades, ainda sim é difícil afirmar para a inexistência de famílias conjugais e/ou extensas em N.S. das Neves, embora os registros de batismo enveredem por este caminho.

Slenes explica que o matrimônio, por possibilitar ganhos simbólicos e aumentar o acesso a recursos materiais, seria um objetivo idealizado pela população escravizada.³⁴⁴ Karasch corrobora a esta tendência, ao observar altas taxas de matrimônios contraídos entre pessoas de nacionalidade africana após se tornarem libertos. Segundo a autora, “parece que os africanos que conseguiam a liberdade buscavam também casar-se na Igreja, possivelmente para legalizar uniões consensuais antigas e tornar seus filhos legítimos”.³⁴⁵

Ainda que exista certo alinhamento às ideias de Slenes, o posicionamento de Karasch prioriza que as dificuldades de estabelecer uniões conjugais eram suficientemente relevantes ao ponto de impossibilitar muitos indivíduos de atingir esse objetivo enquanto escravos, ao menos em um contexto urbano. Esta informação se alinha às descobertas desta pesquisa, que observou piora das chances de união, em um contexto rural durante a segunda metade do século.

A estudiosa compreende que uma série de fatores poderiam servir de impedimento, questão que se alinha à multiplicidade de contextos justificativos às altas e baixas taxas de legitimidade verificadas ao longo do século XIX, em diversas localidades. Questões como razão de sexo e endogamia, citados acima, e outras, como a preferência das mulheres por homens de status social elevado, bem como as condições de vida do

³⁴⁴ SLENES, *Na senzala uma...* p. 200.

³⁴⁵ KARASCH, *A vida dos...* p. 385.

casal, no que tange a falta de moradia e privacidade, constituem, do mesmo modo, em empecilhos ao desenvolvimento da família escrava.³⁴⁶

Porém, essas características não necessariamente poderiam representar a desistência, por parte das populações escravizadas, à formação de grupos familiares. Faria, com base nos trabalhos de Sidney Chalhoub, Hebe Mattos de Castro e Stuart Schwarcz,³⁴⁷ entende que a constituição de famílias legítimas não foi uma imposição unilateral dos senhores e nem foi possível em todas as regiões do Brasil. Por conta disso, os cativos teriam buscado outras opções que, de preferência, favorecessem a manutenção de padrões e ritos africanos de vida familiar.³⁴⁸ Portanto, buscaremos observar tais características a seguir, através das conexões familiares/sociais possíveis de visualizar na documentação, com ênfase nas relações de compadrio.

3.3. O compadrio entre os escravos de N.S. das Neves

Para além da função burocrática de registrar a população católica, os documentos paroquiais evidenciaram momentos cruciais da vida das populações do Brasil colonial e imperial: os ritos de passagem. Nascer, casar, morrer... Desde a antiguidade, as sociedades definem profundos valores simbólicos aos processos rituais que marcam rupturas na forma de viver de determinado sujeito ou grupo. Nesse sentido, para o catolicismo, a consagração dos sacramentos é considerado evento de alta significação social aos envolvidos.

Renato Franco e Adalgisa Arantes Campos utilizam da conceituação de Émile Durkheim para definir os ritos, compreendidos na forma de ações positivas objetivadas a criar um relacionamento entre seres humanos e o divino. Os sacramentos, para as comunidades cristãs, são a forma pelo qual o fenômeno se opera. Esses rituais, segundo a cosmovisão católica, se constituem em unidade moral entre os elementos físicos, cuja ausência cria impedimentos à significação da graça. Representam, para os fiéis, os meios pelos quais se realiza a santificação e se reforça a fé.³⁴⁹

³⁴⁶ KARASCH, *A vida dos...* p. 387-389.

³⁴⁷ Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; SCHWARCZ, *Segredos internos: engenhos...*

³⁴⁸ FARIA, *A colônia em...* p. 338-339.

³⁴⁹ FRANCO, Renato; CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do batismo. *Varia Historia*. pp. 21-40. n. 31, janeiro, 2004, p. 22-24.

Portanto, enquanto rito de iniciação, o batismo não necessariamente estaria vinculado ao nascimento biológico, uma vez que seu significado ultrapassaria a esfera material. Sua função, além de purgar o pecado original, é a de apresentar o indivíduo

ao grupo do qual se deseja fazer parte. Nas comunidades cristianizadas da Época Moderna, o batismo, além de ser o rito de iniciação à vida religiosa, constituía-se também numa forma de reconhecimento social, num período de mútua ingerência entre o estado e a religião.³⁵⁰

Entretanto, tal reconhecimento não poderia se efetivar por meio da ação individual do neófito, pois esse ainda não teria pleno domínio das regras a serem seguidas. Há, portanto, a necessidade do batizando ser introduzido à comunidade por meio de tutores, simbolizados na figura do padrinho e da madrinha. Durante o ato batismal, o sacerdote deve confiar ao par o papel de

fiadores para com Deos pela perseverança do batizado na Fé, e como por serem seus pais espirituaes, tem obrigação de lhes ensinar a Doutrina Christã, e bons costumes. Tambem lhes declare o parentesco espiritual, que contrahirão, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimonio: o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concilio Tridentino, se contrahe sómente entre os padrinhos, e o batizado, e seu pai e mãe; e entre o que baptiza e o batizado e seu pai e mãe; e o não contrahem os padrinhos entre si, nem o que baptiza com eles, nem se estende a outra alguma pessoa alem das sobreditas.³⁵¹

Na busca por compreender os significados do batismo e do compadrio para as sociedades dos séculos XVIII e XIX, Donald Ramos entendeu que a função espiritual do rito deve ser considerada parte fundamental da análise, uma vez que a toda a vida social poderia ser compreendida como uma grande teia sagrada. Para o autor, a atenção deve ser redobrada pois, nos dias atuais, valores espirituais são interpretados como atributos individuais. Essa cosmovisão favorece anacronismos, por não encontrar paralelo no universo analisado. Segundo Ramos, as teias cercavam o indivíduo “desde o seu nascimento até o seu enterro e continuavam depois da morte física. No entanto, a primeira teia, depois daquela formada pelo nascimento biológico, foi criada pelo batismo e se comprovaria uma das mais fortes”.³⁵²

³⁵⁰ FRANCO; CAMPOS, *Notas sobre os...* p. 23.

³⁵¹ VIDE, *Constituições primeiras do...* Livro I, Título XVIII, p. 26-27.

³⁵² RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas: O lugar do batismo e do compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia Historia*. pp. 41-68. n. 31, janeiro, 2004, p. 51.

Observar o evento pelo prisma religioso facilita compreender o papel do parentesco espiritual como peça fundamental das redes de sociabilidade construídas por essas populações. O evento, basicamente, se trata da introdução de novos membros à família, que até poderiam ser próximos, mas agora seriam efetivamente parte do grupo. Além da importância do rito, a função dos padrinhos no grupo não teria menos prestígio: ser responsável por administrar partes sensíveis da construção social de determinado indivíduo, como a educação e a proteção, fator que pode explicar o alto valor social da cerimônia e do produto por ela gerado.

Sendo assim, é possível definir a relação entre padrinhos e afilhados como equivalente a existente entre pais e filhos. Logo, relacionamentos de cunho sexual seriam proibidos entre ambos. Pais e mães jamais poderiam ser padrinhos dos próprios filhos, assim como não era possível a existência de dois padrinhos ou duas madrinhas. Apesar da proibição, constatou-se a presença de dois padrinhos em um assento da paróquia de N.S. das Neves.³⁵³ O fenômeno também foi observado em Vila Rica, ainda no século XVIII,³⁵⁴ e no Recôncavo Baiano, já no XIX.³⁵⁵

É de conhecimento dos estudos baseados em registros paroquiais a frequente omissão a certas regras. Provavelmente existiram muitos outros casos semelhantes. Entretanto, na freguesia de Neves, o registro foi somente um entre os 7 090 batismos de todos os estatutos jurídicos catalogados, não sendo um evento ocorrido com regularidade, ao menos no espaço estudado.

Para a comunidade escrava, a instituição do compadrio foi altamente explorada e se tornou peça fundamental para a reestruturação das raízes africanas esfaceladas pelo cativeiro. As *Constituições* definem que os padrinhos seriam escolhidos à vontade do pai e da mãe, caso fosse inocente, e por escolha própria, se o neófito fosse um adulto. Entretanto, Gudeman e Schwartz, no estudo considerado inaugural para o assunto no Brasil, asseveram que essa escolha não estaria tão a disposição de um “livre arbítrio”, mas sim, seria condicionada pelo contexto social da escravidão e sua natureza contraditória.³⁵⁶

³⁵³ LADOCH – APNSN: Registro de batismo de Gesuína, preta, escrava. Livro VII, fls. 4.

³⁵⁴ RAMOS, *Teias sagradas e...* p. 47.

³⁵⁵ GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. pp. 33-59. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 55.

³⁵⁶ GUDEMAN; SCHWARTZ, *Purgando o pecado...* p. 37.

Dentre os antagonismos, um dos principais para os autores refletirem sobre a organização do compadrio se refere às relações padrinho-afilhado e senhor-escravo. Devido as características atribuídas ao papel de senhor, como ser rigoroso e punitivo, tolhiam-se as chances do proprietário ser padrinho do seu próprio escravo. Isso porque os padrinhos seriam responsáveis pela introdução aos valores católicos e pelo cuidado com o batizando. O afilhado não poderia ter como padrinho alguém que não pudesse proporcionar o mínimo de proteção. Logo, senhores e padrinhos, em tese, não poderiam ocupar a mesma posição.³⁵⁷

No caso da freguesia de N.S. das Neves, foi percebida a ocorrência de apenas um caso. Antônio Joaquim de Azevedo Costa Martingil foi responsável por apadrinhar três dos quatro cativos batizados sob o seu senhorio. Além desses, Antônio Joaquim foi padrinho de outros três escravos, que estavam sob a propriedade de Justino Joaquim de Azevedo Martingil.³⁵⁸ Situações como essa demonstram quão diversa poderia ser a realidade social do período imperial a nível microscópico, apesar das estatísticas demonstrarem alguma regularidade para determinados fenômenos.

De acordo com Silvia Maria Jardim Brügger, o baixo índice de senhores apadrinhando seus próprios escravos, visto em diversos trabalhos, soou como indicativo de que, talvez, a escolha dos padrinhos seguissem vieses escusos aos valores patriarcais, conhecidamente norteadores do pensamento familiar brasileiro da época, conforme discutido no Capítulo II. No entanto, foi comum encontrar membros da família senhorial apadrinhando escravos próximos, situação que corre em favor do argumento patriarcal. Imaginou-se, portanto, que o compadrio vertical teria maior frequência em locais de unidades produtivas menores, pois os cativos teriam maiores dificuldades de encontrar padrinhos da mesma condição jurídica em locais com menores possibilidades de acesso aos seus pares.³⁵⁹

Carlos de Almeida Prado Bacellar, ao promover uma revisão da literatura, percebeu algumas tendências gerais sobre o tema. As características acima descritas, e outras mais, foram visualizadas em diversas pesquisas, sendo seguro afirmar que as possibilidades de compadrio de escravos se davam de forma horizontal e vertical, ou seja, entre pessoas da

³⁵⁷ GUDEMAN, SCHWARTZ, *Purgando o pecado...* p. 41-42.

³⁵⁸ LADOCH – APNSN: Livro de Batismo VII, Registro de batismo de Adelaide, Aída, Mercedes, Arthur, João, José e Justo fls. 183, 183v, 191.

³⁵⁹ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*. Caxambú, setembro de 2004, p. 3.

mesma cor/condição jurídica e entre populações variadas. O compadrio também poderia ocorrer entre companheiros de uma mesma senzala ou de escravarias distintas, conforme especificidades citadas acima, sobre o tamanho das unidades produtivas – característica sempre relevante aos estudiosos no que tange às escolhas dos escravizados, assim como observado em relação aos matrimônios.³⁶⁰

Embora os estudos elencados pelo autor levantem pontos que definam razões estritas para a ocorrência de determinado tipo de arranjo de compadrio, Bacellar entende que as estratégias de escolha de padrinhos foram muito variadas, de modo que a consideração fundamental ao analisar o tema deva ser o

crédito à negociação entre senhores e escravos, específica a cada caso. A complexidade de arranjos possíveis, as composições e dimensões distintas de cada escravaria, as relações diferenciadas de cada senhor com seus cativos, as redes e os conflitos variáveis em cada caso, tudo contribui para soluções as mais surpreendentes, que por vezes restam mascaradas sob os números e estatísticas mais gerais. Ainda mais, há que se considerar as alterações na composição da senzala ao longo do tempo, seu ciclo de vida, que influenciava de maneira inevitável as estratégias do compadrio: aumento e diminuição dos contingentes, juventude e envelhecimento dos indivíduos, muitas vezes em íntima relação com a história de sucesso ou fracasso do próprio empreendimento dos negócios e dos relacionamentos de seu senhor.³⁶¹

À título de exemplo, temos a pesquisa de Jonis Freire, que analisou as relações familiares tecidas nas escravarias de três famílias da cidade de Juiz de Fora, localizada na Mata Mineira, nos anos finais do século XIX. Os Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage foram produtores de café em larga escala, com a origem de suas fortunas ligadas à diversificação das atividades econômicas. As famílias escravas observadas nas propriedades dos três grupos tiveram como marca a presença ativa de padrinhos e madrinhas cativos. Apesar de a afirmação ser mais contundente apenas para os Barbosa Lage, visto que muitos assentos vinculados às demais famílias não constavam o *status* jurídico dos padrinhos, as outras duas também contaram com grande presença de escravizados apadrinhando seus iguais.³⁶²

³⁶⁰ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011

³⁶¹ BACELLAR, *Os compadres e...* p. 5.

³⁶² FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2009, p. 194-197.

Caracterizada pela semelhança em relação à produção cafeeira juiz-forana, porém, com propriedades de menor escala, Andrade identificou o oposto às descobertas de Freire para Muriaé, também localizada na Mata Mineira. No período entre 1852 e 1888, verificou-se maior participação de livres apadrinhando escravos.

Com essa descoberta, a autora reforça o argumento vigente que atribui ao tamanho das unidades produtivas os diferentes perfis de apadrinhamento. Segundo a estudiosa, “Em São Paulo do Muriaé, região de pequenas escravarias rurais, a tendência foi escolher padrinhos livres, sendo uma forma facilitada pelo estreito convívio entre livres e escravos”.³⁶³ Entretanto, quando a autora analisa as relações de compadrio realizadas em uma grande escravaria da localidade, relata estratégias semelhantes às observadas por Freire, com a maioria dos escravos sendo apadrinhada por outros escravos.³⁶⁴

A localidade de Montes Claros, situada na porção setentrional da província mineira, foi analisada por Tarcísio Botelho e tem perfil agrário semelhante ao de São Paulo do Muriaé, com a maior parte da população escrava residente em pequenas propriedades. O autor constata que a maior parte dos padrinhos e madrinhas de inocentes cativos não são da mesma condição jurídica, e aqueles que o são pertencem a propriedades alheias. Entretanto, percebe-se um aumento da participação de escravizados na posição de tutor espiritual no correr do século XIX,³⁶⁵ fator que sugere, ou o aumento do tamanho das propriedades, ou uma maior estabilidade da comunidade escrava no fim do século.

Para São João Del Rei, no período alargado entre 1736 e 1850, Brügger observa que a escolha entre padrinhos e madrinhas pareceu oscilar entre “padrinhos livres, visando provavelmente possibilidades de ganhos, para seus filhos ou para si, ou cativos, para reforçar as teias sociais estabelecidas na própria comunidade escrava”.³⁶⁶

No geral, a superioridade numérica foi para os compadres livres. Cativos, quando padrinhos, pertenciam a unidades produtivas diferentes. A partir da década de 1840, a quantidade de escravos nessa posição se eleva. Segundo a autora, as razões são as mesmas observadas para as alterações na demografia escrava de Neves, embalada pelo fim do tráfico negreiro. Neste momento, a chegada massiva de contingentes do ultramar e, conseqüentemente, da cultura originária das populações escravizadas, favoreceu o fortalecimento da comunidade africana.³⁶⁷

³⁶³ ANDRADE, *Batismo e apadrinhamento...* p. 101.

³⁶⁴ ANDRADE, *Batismo e apadrinhamento...* p. 141.

³⁶⁵ BOTELHO, *Batismo e compadrio...* p. 111-115.

³⁶⁶ BRÜGGER, *Compadrio e escravidão...* p. 5.

³⁶⁷ BRÜGGER, *Compadrio e escravidão...* p. 6.

A autora também atribui como resposta à dinâmica observada o fato de a localidade ter muitas unidades produtivas de pequeno porte, questão que também implicaria na escolha dos padrinhos. Brügger observa essa característica a partir do estudo de Ana Lugão Rios sobre Paraíba do Sul,³⁶⁸ em que Rios entende ser essa uma das razões que diminuiriam as possibilidades de compadrio numa mesma escravaria. Em contrapartida, favoreceria a circulação e a ampliação dos espaços de sociabilidade dos cativos.³⁶⁹

Ao analisar a freguesia de São Gonçalo dos Campos dos Goitacazes, localizada na região da qual N.S. das Neves faz parte, Sheila Faria percebe a hegemonia do compadrio entre os próprios escravizados, no período entre 1770 e 1786. A região era povoada por grandes propriedades canavieiras, e foi marcada pelo alto percentual de escravos sendo compadres de escravos. A autora percebe variações no percentual de padrinhos e madrinhas escravos a depender da condição da mãe. Aparentemente, as mães cativas de filhos naturais tendiam a buscar padrinhos de condição diferente (superior) em maior proporção do que os casais legítimos, embora a hegemonia dos padrinhos escravizados seja prevalecente em todos os casos.³⁷⁰

Fabio Santos, sobre a questão do compadrio escravo para a freguesia de Neves durante a primeira metade do século XIX, percebe fenômeno semelhante. A superioridade numérica dos padrinhos e madrinhas escravos supera, em muito, a todos os de estatutos jurídicos presentes na documentação. Num universo de 1 411 batismos de inocentes, os padrinhos escravos configuram-se em 79,16%, enquanto as madrinhas da mesma condição somavam 67,35%. Forros vem logo em seguida, com a participação de 17,36% entre os padrinhos e 11,25% em relação às madrinhas. Indígenas e brancos livres são irrisórios na contagem, com menos de 2% para ambos. Santas protetoras são relativas apenas às madrinhas, com 7,25%. Entre os que não constam anotação, os números são de 1,60% para os padrinhos e 12,30% para as madrinhas.³⁷¹

É possível observar no exemplo de Santos e, da mesma forma, em todos os outros, a inferioridade da presença de madrinhas em relação a de padrinhos. Renato Pinto Venancio entende que o acontecimento está intimamente relacionado com a estruturação dos papéis de gênero das sociedades setecentista e oitocentista. Apesar da obrigatoriedade

³⁶⁸ Cf. RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1990.

³⁶⁹ BRÜGGER, *Compadrio e escravidão...* p. 5.

³⁷⁰ FARIA, *A colônia em...* p. 321.

³⁷¹ SANTOS, *Os laços de...* p. 78.

prevista nas *Constituições* sobre a presença da madrinha, sua frequente ausência se relaciona a

uma singular desvalorização da mulher. Ou seja, se o compadrio era utilizado como um meio de acesso a bens materiais e simbólicos, podemos deduzir que o distanciamento ou inexistência de madrinha simboliza as reais dificuldades das mulheres na manipulação e utilização do prestígio e riqueza.³⁷²

Portanto, para analisar o tema no recorte espacial e temporal alvo deste estudo, optou-se por dividir o panorama da condição jurídica dos compadres da população escravizada em duas tabelas, uma voltada aos padrinhos e outra as madrinhas, também dividida em quadriênios. O baixo número de batismos legítimos – 8,18% de 2 982 batismos – tornou a avaliação da preferência de padrinhos dividida entre naturais e legítimos desnecessária. Uma tabela referente às diferenças entre batizando adultos e inocentes não será realizada pelo mesmo motivo. Considera-se que as informações organizadas abaixo darão conta de proporcionar a visualização das preferências de compadrio de maneira satisfatória.

Tabela 7 – Condição jurídica dos padrinhos de batizando escravos da freguesia de N.S. das Neves por período. 1850-1873.

	Esc.	%	L.	%	For. / Lib.	%	Sto. Prot.	%	Ileg. / N/C	%	Total de Batismos	%
1850-53	513	79,78	97	15,09	22	3,42	0	0,00	11	1,71	643	21,56
1854-57	314	77,92	79	19,60	3	0,74	1	0,25	6	1,49	403	13,51
1858-61	448	83,27	77	14,31	6	1,12	0	0,00	7	1,30	538	18,04
1862-65	397	77,84	90	17,65	6	1,18	4	0,78	13	2,55	510	17,10
1866-69	419	80,27	76	14,56	1	0,19	0	0,00	26	4,98	522	17,51
1870-73	249	68,22	89	24,38	3	0,82	2	0,55	22	6,03	365	12,24
Ileg. / N/C	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,03
TOTAL	2341	78,50	508	17,04	41	1,37	7	0,23	85	2,85	2982	100,00

Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII (1850-1873).

³⁷² VENÂNCIO, Renato Pinto. “A madrinha ausente”: condição feminina no Rio de Janeiro, 1750-1800. In: COSTA, Iraci Del Nero (org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, p. 97.

Tabela 8 - Condição jurídica das madrinhas de batizando escravos da freguesia de N.S. das Neves por período. 1850-1873.

	Esc.	%	L.	%	For. / Lib.	%	Sta. Prot.	%	Ileg. / N/C	%	Total de Batismos	%
1850-53	396	61,59	47	7,31	31	4,82	72	11,20	97	15,09	643	21,56
1854-57	259	64,27	47	11,66	4	0,99	78	19,35	15	3,72	403	13,51
1858-61	383	71,19	42	7,81	8	1,49	96	17,84	9	1,67	538	18,04
1862-65	345	67,65	44	8,63	8	1,57	104	20,39	9	1,76	510	17,10
1866-69	340	65,13	48	9,20	7	1,34	101	19,35	26	4,98	522	17,51
1870-73	225	61,64	40	10,96	0	0,00	76	20,82	24	6,58	365	12,24
Ileg. / N/C	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,03
TOTAL	1949	65,36	268	8,99	58	1,95	527	17,67	180	6,04	2982	100,00

Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII (1850-1873).

A observação acima não deixa dúvidas de que a freguesia de Nossa Senhora das Neves, por quase um século, manteve a estrutura do compadrio sem grandes alterações. Apesar de não ser possível observar no estudo de Santos uma evolução por período, as tabelas acima demonstram certa estabilidade quanto à assiduidade da participação de escravos como padrinhos e madrinhas de outros escravizados, situação que talvez seria similar no rol analisado por Santos. Os números em todos os quadriênios não apresentam grande discrepância entre um período e outro. Madrinhas tiveram participação relativamente menor em relação aos padrinhos, com presença superior à 60%, no caso das madrinhas cativas.

As diferenças se dão no que diz respeito a participação de forros e livres. No comparativo entre os números da primeira metade, cerca de 17% dos padrinhos e 11% das madrinhas eram alforriados. No atual recorte, a cifra cai para menos de 2%. No entendimento que se constrói a partir da observação, entende-se que os escravos da freguesia sempre puderam garantir a manutenção de uma comunidade cativa forte, de modo que os forros do período analisado por Santos, agora, estão ofuscados no universo dos livres.

Nesse sentido, observou-se que no último quadriênio, referente ao intervalo entre 1870-1873, houve ligeira diminuição da participação de compadres e comadres escravos e aumento do quadro de livres. Essa característica se faz mais contundente aos padrinhos, que somam 24,38% de padrinhos livres em relação aos quase 11% de participação das madrinhas livres. É possível que o fenômeno possa ser influenciado por algumas questões.

Uma delas seria o estabelecimento da lei de 28 de setembro de 1871, que libertaria, a partir de sua promulgação, todos aqueles nascidos de ventres escravos. O evento poderia ser a razão da baixa quantidade de registros de batismos de escravos no período, o que teria criado distorções nos dados e favorecendo um aumento irreal de livres como padrinhos de escravizados – é válido salientar que, entre 1871 e 1873, alguns inocentes filhos de cativas continuaram a ser batizados como escravos.

Outra posição se refere à sobredita participação de ex-escravizados no conjunto dos livres. É possível que algumas estratégias de alforria estivessem em curso na freguesia há algum tempo, argumento amparado nos dados do Censo de 1872, que denunciou a superioridade numérica de pretos e pardos em Neves.

Stuart Schwartz, em estudo sobre a documentação da paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba, alerta que após a Lei do Ventre Livre de 1871, as estratégias de apadrinhamento da população cativa voltaram-se para a escolha de livres. No período entre meados do século XVIII até a efetivação da lei, era comum que escravos de outras propriedades fossem os padrinhos dos seus iguais, característica reforçada pelo tamanho diminuto das propriedades. No último quarto do século XIX, a opção por livres ganha força. Apesar disso, o autor destaca que muitos escravizados, no período, tornavam-se livres.³⁷³

De volta à documentação, não foi possível observar indígenas como padrinhos de escravos. Do mesmo modo que os alforriados no mundo dos livres, imagina-se que a esta altura do século XIX, o ofuscamento desses indivíduos em meio ao conjunto da sociedade poderia ter mascarado os possíveis compadres de pais cativos dessa categoria.

No que se refere à participação de santos protetores, observou-se maiores níveis em relação à primeira metade do XIX. A baixa, porém, existente participação de santos como padrinhos pode ser interpretada como representativa da importância da religiosidade para o período. As sete ocorrências, sendo seis atribuídas a Santo Antônio, poderiam até significar que a seleção foi feita em vista da possível ausência de vínculos necessários à escolha de um padrinho. Entretanto, todos os batizados eram inocentes, sendo um legítimo, sugestivo à ideia de que os pais estavam inseridos na comunidade e poderiam escolher um padrinho físico.

Já em relação às madrinhas santas, percebe-se um aumento de cerca de 10% em comparação à primeira metade. É difícil propor hipóteses para o fenômeno. Venâncio

³⁷³ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 282.

sugere que a presença de madrinhas santas poderia se relacionar ao plano das representações coletivas. A escolha poderia buscar proteção em relação ao parto, ou a uma possível boa morte, tendo em vista às altas taxas de mortalidade de mães e filhos durante nascimentos.³⁷⁴

Ao relatar o papel das imagens católicas para as populações escravizadas, Mary Karasch permite que se chegue a conclusões sobre a importância dos santos para os escravos africanos no Rio de Janeiro, durante a primeira metade do XIX. Segundo a autora, os santos eram amuletos poderosos para os escravos. As estátuas, para o imaginário do grupo, tinham o poder de trazer boa sorte na forma de saúde, fecundidade, *status* social, além de afastarem o mal, em especial as doenças.³⁷⁵

Em consonância a ideia, Donald Ramos entende que a seleção de santas como madrinhas simboliza a intimidade que havia entre o universo religioso e a vida social, uma vez que esses se tornavam membros da família, parentes espirituais. Para o autor, “o uso de padrinhos santos traz o sagrado para dentro do mais íntimo espaço de relações sociais e cria vínculos recíprocos. [...] Pode ser vista como uma maneira de se aproximar do mundo espiritual e de criar uma ponte entre o profano e o sagrado”.³⁷⁶

Portanto, imagina-se que, somado à importância que a escolha teria para o imaginário da época, imagina-se possível que o aumento das madrinhas dessa categoria possa se relacionar ao incentivo a reprodução natural nas escravarias de Neves. Conforme observado, houve aumento do número de nascimentos em relação à primeira metade do século. Do mesmo modo, os óbitos de infantes durante o recorte 1850-1862 foram os maiores entre todas as faixas etárias. Entende-se que, no período, houveram maiores chances de morte de mães e filhos durante o parto. Dessa forma, haveria incentivo à escolha de madrinhas santas.

O diálogo desenvolvido sobre o apadrinhamento em Neves sugere que, provavelmente, eram os próprios escravizados quem escolhiam seus compadres, com pouca interferência dos seus senhores ou, em alguns casos, nenhuma. A hipótese se sustenta porque o reforço a comunidade cativa não poderia partir dos próprios senhores, visto que a ação positiva dos escravos em prol de seus interesses era inversamente proporcional a dos seus senhores. Gudeman e Schwartz relembram o caso ocorrido ainda no século XVIII, em Minas Gerais, quando o governador

³⁷⁴ VENÂNCIO, “*A madrinha ausente*”... p. 97.

³⁷⁵ KARASCH, *A vida dos...* p. 374.

³⁷⁶ RAMOS, *Teias sagradas e...* p. 65-66.

conde de Assumar, um racista virulento, proibiu aos escravos de batizarem outros escravos. Ele temia que tanto os ganhos dos escravos como o respeito e a deferência devidos aos senhores fossem desviados para os padrinhos dos escravos, os quais, em contrapartida, poderiam se sentir moralmente obrigados a ajudar os afilhados a escapar ou a se rebelar.³⁷⁷

Os autores relatam, ainda, que em 1699, na Bahia, restrições também foram impostas no sentido de proibir que livres de fora do engenho pudessem ser padrinhos de escravos. Do mesmo modo, cativos também não poderiam assumir o papel, fossem esses de dentro ou de fora da propriedade do batizando. Esses esforços, segundo os estudiosos, parecem ter sido uma prática recorrente no recorte espacial e temporal por eles trabalhado.³⁷⁸

Gudeman e Schwartz entendem que essa preocupação era coerente e legítima, ao ser constatado o fundamental antagonismo da relação entre Igreja e escravidão, que alimentava o seu próprio fim na medida em que se reproduzia.

As duas instituições dificilmente poderiam ser mais opostas. Como um acontecimento no ciclo de vida do indivíduo, o batismo representa associação à Igreja e igualdade como cristão e como pessoa em relação ao outro. O batizando é salvo da perdição, ele tem novos pais e novas relações de “fraternidade”. O batizando participa do mais importante dos sacramentos e passa a ter o direito de participar nas cerimônias da Igreja. O batismo assinala ou marca o oposto a escravidão: igualdade, humanidade, libertação do pecado. [...] Assim, o batismo de escravos representa uma ameaça à escravidão, enquanto a escravização do batizando é uma contradição potencial para a Igreja. Cada relação promove em parte o que a outra não é.³⁷⁹

Em verbete da Enciclopédia de Antropologia da USP, Rafael da Silva Noletto e Yara de Cássia Alves contribuem no entendimento da questão. Os autores apresentam os conceitos de liminaridade e *communitas*, cunhados pelo antropólogo britânico Victor Turner durante o estudo sobre os impactos dos ritos de passagem na estrutura social de comunidades humanas. Liminaridade se refere à uma condição que pode ser efêmera ou permanente, adquirida por sujeitos em momentos especificamente ritualizados. *Communitas* seria o agrupamento composto por tais sujeitos. Nesse sentido, a partir do rito que, no caso aqui analisado, seria o batismo, uma antiestrutura dentro da comunidade

³⁷⁷ GUDEMAN; SCHWARTZ, *Purgando o pecado...* p. 49.

³⁷⁸ GUDEMAN; SCHWARTZ, *Purgando o pecado...* p. 49.

³⁷⁹ GUDEMAN; SCHWARTZ, *Purgando o pecado...* p. 43.

seria gerada, na medida em que sujeitos liminares são construídos. A conclusão de Turner é a de que

toda estrutura social, acompanhada pelos ritos que concedem direitos de acesso a determinadas esferas de poder ou *status*, coopera para a existência de uma antiestrutura na medida em que produz sujeitos liminares, transitórios ou não, que se agrupam em *communitas*.³⁸⁰

Entende-se, portanto, que esses sujeitos – os batizando escravos – sairiam do estado de liminaridade e voltariam para dentro da comunidade original no caso de serem apadrinhados por livres. Do contrário, ao serem batizados por escravos, a *communitas* cada vez mais tenderia à permanência, na medida em que as diferenças entre livres e escravos seriam, pouco a pouco, minadas pelos direitos conquistados através do batismo. Esses, sendo contraditórios aos da escravidão, promoveriam o aumento do capital social³⁸¹ do grupo, seja para o batizando, seja para os pais e seus compadres.

Isso reforça a ideia de que, ao longo do século, a comunidade cativa de Neves foi muito bem estruturada, na medida de suas possibilidades de locomoção espacial e de estabelecimento de relações verticais, sendo esse último um aspecto mais difícil de ser observado na documentação disponível. Para ilustrar com maior clareza o reforço a comunidade cativa, optou-se por construir o quadro 7, que apresenta as configurações de padrinhos e madrinhas dos batizando escravos.

³⁸⁰ NOLETO, Rafael da Silva & ALVES, Yara de Cássia. Liminaridade e *communitas* - Victor Turner. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2015. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/liminaridade-e-communitas-victor-turner>. Acesso em: 7 mar 2024.

³⁸¹ Entende-se o conceito de capital social a partir da obra de Pierre Bourdieu, que o define como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõe o re-conhecimento [sic] dessa proximidade.” BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 67.

Quadro 7 – Configurações de compadrio observadas nos batismos de escravos da freguesia de N.S. das Neves por período. 1850-1873.

	1850-53	1854-57	1858-61	1862-65	1866-69	1870-73	TOTAL	%
Padrinho e Madrinha escravos	355	237	366	305	320	191	1774	61,81
Padrinho escravo, Madrinha Sta. prot.	39	54	69	79	77	42	360	12,54
Padrinho e madrinha livres	34	42	34	36	38	30	214	7,46
Padrinho livre, Madrinha Sta. prot.	27	22	24	21	23	32	149	5,19
Padrinho livre, Madrinha escrava	16	11	14	30	10	21	102	3,55
Apenas Padrinho escravo	74	7	0	0	5	6	92	3,21
Padrinho escravo, Madrinha forra	25	3	3	5	5	0	41	1,43
Padrinho escravo, Madrinha livre	3	4	8	5	8	6	34	1,18
Padrinho forro, Madrinha escrava	15	2	2	4	1	3	27	0,94
Apenas padrinho livre	11	1	1	3	4	0	20	0,70
Padrinho e Madrinha forros	2	1	4	2	0	0	9	0,31
Padrinho livre, Madrinha forra	4	0	1	0	1	0	6	0,21
Padrinho forro, Madrinha Sta. prot.	6	0	0	0	0	0	6	0,21
Apenas Madrinha escrava	0	0	0	0	0	4	4	0,14
Padrinho Sto. prot., Madrinha escrava	0	0	0	3	0	0	3	0,10
Padrinho Santo protetor, Madrinha livre	0	1	0	0	0	1	2	0,07
Padrinho Sto. prot., Madrinha forra	0	0	0	1	0	0	1	0,03
Apenas Padrinho Sto. prot.	0	0	0	0	0	1	1	0,03
Apenas Madrinha Sta. prot.	0	0	0	0	0	1	1	0,03
N/C	7	3	3	3	5	3	24	0,84
TOTAL	618	388	529	497	497	341	2870	100,00

Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Batismo III, IV, V, VI, VII (1850-1873).

De todos os 2 982 batismos, foi possível captar a configuração dos compadres em 2 870 casos. Imagina-se que a diminuição no número se deva a imprecisões na forma como as informações estavam dispostas na planilha, por exemplo, padrinhos que constam o nome, porém, no campo de estatuto jurídico, a informação presente é “não consta”. Todavia, os registros à margem da análise compõem apenas 4% do total catalogado, não sendo um empecilho à análise.

Já era imaginado que as populações escravas estariam entre as posições de maior destaque. Porém, o que surpreende é a superioridade do par completo, composto por padrinho e madrinha cativos. Esses somam 61,81% de todos os batismos observados. Em segundo lugar, o tipo de configuração mais utilizado é o de padrinho escravo e madrinha santa protetora, que ocupou 12,54% de todo o rol. Apesar da conhecida preferência por padrinhos ao invés de madrinhas, o que emerge da tabela sugere que a madrinha escrava,

no contexto analisado, poderia ter muito mais chances de efetivar seu papel como protetora do que em outros cenários estudados.

Padrinhos e madrinhas livres ocupam apenas 7,46% da listagem. Esse dado sugere que, provavelmente, apenas em casos específicos pode ter sido interessante aos escravos recorrerem à livres para o suporte de suas necessidades espirituais e materiais. As três configurações subsequentes são padrinho livre e madrinha santa protetora, padrinho livre e madrinha escrava e apenas padrinho escravo. Esses fazem parte de apenas 5,19%, 3,55% e 3,21%, respectivamente, do conjunto. Assim como esses, os demais ocupam percentuais irrisórios para a análise quantitativa, e apontam para o que poderiam ser escolhas norteadas por motivações muito pontuais.

Brügger salienta que “o compadrio não era, por princípio, uma relação entre iguais. Antes, os pais, em geral, procuravam dar seus filhos a apadrinhar por pessoas de algum modo situadas acima deles na hierarquia social.”³⁸² A conclusão que se chega, caso caiba a afirmação da autora no cenário analisado, é que a comunidade escrava de Nossa Senhora das Neves poderia estar tão bem estruturada na segunda metade do século XIX que, provavelmente, os situados “acima” na hierarquia social estariam no interior da própria comunidade escrava.

Sendo assim, as especificidades das estratégias de apadrinhamento, citadas por Bacellar, talvez venham de encontro às descobertas capitaneadas pelas tabelas acima. Para dar corpo a ideia que se pretende traçar a partir de agora, propõe-se a reavaliação dos dados observados na tabela 6 do tópico anterior,³⁸³ onde foram contabilizados 72 (10,75%) indivíduos como proprietários de 50,66% do conjunto de 2 982 batizando escravos registrados na freguesia, ao passo que os outros 598 (89,25%) eram senhores do restante (49,34%).

Ao realizar um cálculo de média simples, o resultado que se chega é o de 2,5 escravos por cada senhor com menos de 10 batismos sob seu senhorio. Obviamente, ao longo do rol há senhores com maiores e menores quantidades de cativos. Há de se considerar a implementação da Lei de Terras de 1850, e a consequente obrigatoriedade do registro paroquial de terras. Na documentação sobre a localidade, constatou-se a presença de 373 propriedades em Neves. É notória a noção de que não eram todos os proprietários que registravam suas terras, além da forte presença de agregados e posseiros

³⁸² BRÜGGER, *Compadrio e escravidão...* p. 18.

³⁸³ Ver: p. 116.

no interior de grandes propriedades, muitas que, em determinado momento, seriam desmembradas.

Embora os registros de batismo não sejam a forma mais eficaz de observar este cenário, eles contribuem para que, de maneira indireta, se desenvolva a noção de uma freguesia desigual, com muitos senhores para poucos escravos. Sendo assim, cabe lembrar os números do Recenseamento do Império de 1872, em que foram contabilizados 5 131 pessoas livres. Dessas, 30,2% tratavam-se de pretos e pardos. Os escravos foram contabilizados em 3 217. Em caso de aplicar a mesma lógica de média simples aos resultados do Censo, teríamos 0,62 escravos por habitantes livres de Neves. Com toda certeza, muitos proprietários já não tinham mais escravos, propriedade considerada uma das maiores medidas de riquezas do período.³⁸⁴

A partir dessa observação, sustenta-se a hipótese de que muitas propriedades poderiam ter surgido ao longo da segunda metade do século, o que teria transformado Neves de uma freguesia com grandes propriedades,³⁸⁵ para o inverso, com muitas unidades pequenas e poucas vultuosas. A ideia é que não necessariamente a localidade passou a ter menos unidades de grande porte, mas sim que essas, a partir de desmembramentos, fizeram surgir muitas outras de menor tamanho.

Entretanto, apesar da probabilidade de haver maior presença de unidades produtivas pequenas, ainda sim, houve elevado nível de escravos apadrinhando escravos. Nos exemplos apresentados acima, percebe-se que tal característica foi visualizada somente em locais de grande propriedade. Será possível que Neves tenha mantido o mesmo perfil de uma época de maior prosperidade? É possível que o período de 1850 a 1873 se trate de uma época de transição, de modo que, no último quarto do século, a freguesia apresente padrões similares aos observados em localidades de muitas unidades produtivas de pequeno porte.

A investigação sobre o local de moradia de padrinhos e madrinhas de escravizados seria importante para supor a maior ou menor presença dessas unidades produtivas. Entretanto, ao consultar a planilha, observou-se que não houveram muitos esforços, por parte dos vigários, para registrar o senhorio dos padrinhos de batizados escravos. Em vista dessa dificuldade, permanecerá apenas a hipótese levantada.

Portanto, avançaremos à próxima análise, que observará as relações sociais tecidas em duas escravarias no “microscópio”. A observação afunilada poderá desvendar

³⁸⁴ SOARES, *Estratificação profissional, desigualdade...* p. 478.

³⁸⁵ SANTOS, *Os laços de compadrio...* p. 77.

eventos de relevância para a compreensão das dinâmicas familiares na sociedade estudada.

3.4. Famílias escravas no “microscópio”

Para as referidas observações, o método onomástico foi utilizado em todas as fontes disponíveis: Almanak Laemert e registros paroquiais de batismo, casamento, óbito e de terras. O objetivo é traçar possíveis redes existentes para além das que foram observadas via registros de batismo, que compuseram o desenho acima. Foram observadas não apenas as relações diretas, mas também as indiretas, como os apadrinhamentos feitos pelos senhores, bem como os feitos por outros senhores ligados a esses, o local de realização dos batismos (oratórios privados de terceiros), a proximidade entre as propriedades, e outras.

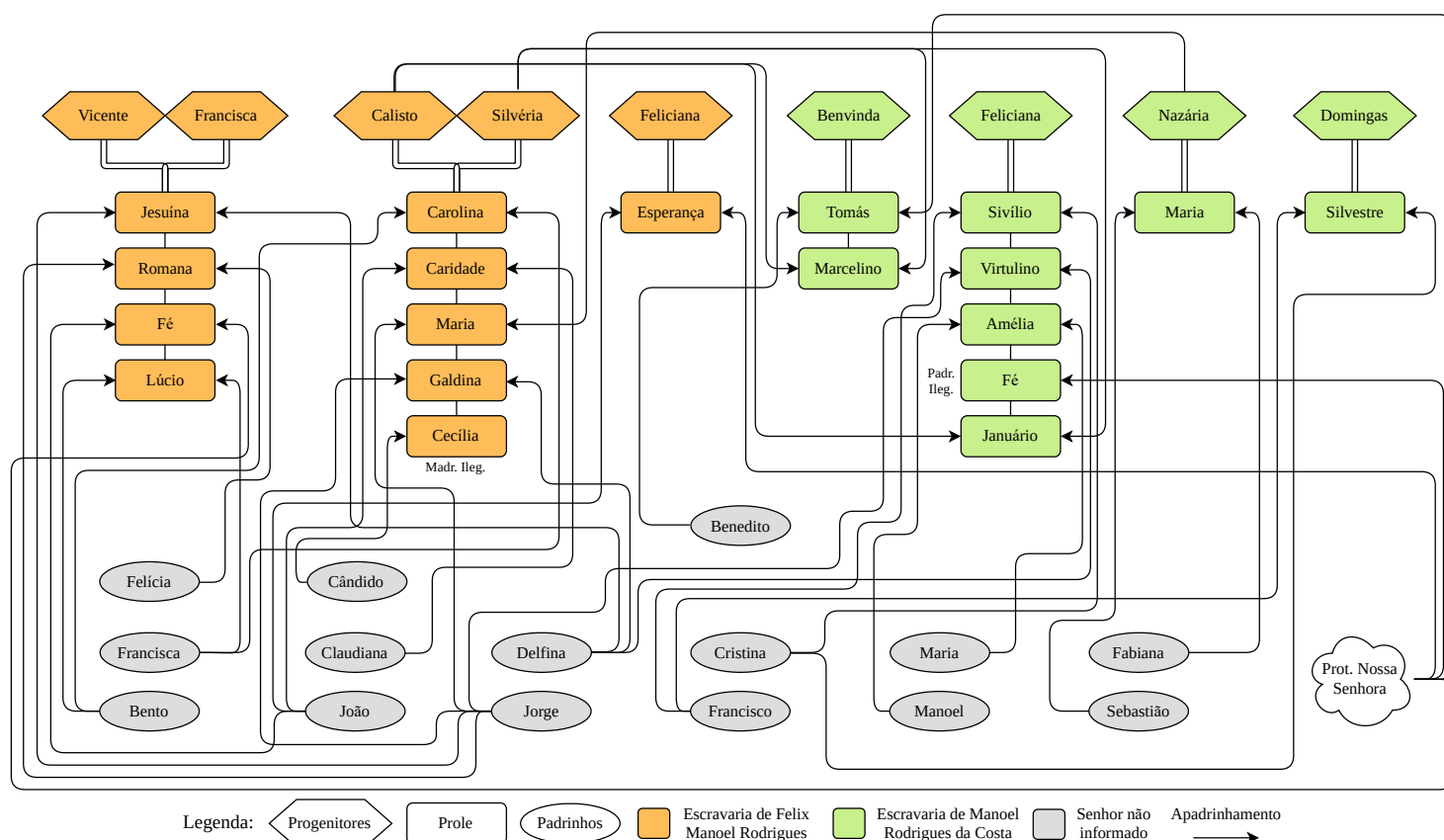
As escravarias dos senhores Alferes Felix Manoel Rodrigues e Manoel Rodrigues da Costa foram escolhidas tanto pela presença de famílias que se perpetuaram no tempo, quanto pela percepção da interseccionalidade tecida pelos grupos. Em um primeiro momento, a semelhança entre os nomes dos senhores levantou a dúvida de que poderiam se tratar da mesma pessoa. Porém, ao realizar busca nominal entre os anos 1850 e 1873 no Almanak Laemert, foi constatado que se tratava, na verdade, de dois indivíduos distintos.

Ambos estão no grupo com nove ou menos escravos batizados. Porém, ao aproximar as lentes, percebeu-se que, na verdade, Felix Manoel deveria fazer parte do grupo com dez ou mais batismos, mediante descoberta de um assento que, até então, não constava o nome do proprietário do batizando. Era o registro de Maria, filha de Silvéria e Calisto. Ao se certificar que o casal compunha a escravaria do senhor – o que não houve muita dúvida, tendo em vista que o nome do casal é um tanto incomum – foi constatado o décimo registro sob o senhorio de Felix Manoel. Infelizmente, a observação ocorreu após a delimitação dos grupos de senhores durante a confecção dos tópicos anteriores.

A partir da análise a seguir, foi possível notar a existência de vínculos significativos entre os escravizados de duas senzalas, além de outras relações indiretas que a existência seria possível por conta do contexto social em que seus senhores estavam inseridos. A conexão entre as famílias escravas de ambas as escravarias parece ter sido encabeçada, principalmente, pelo compadrio.

O destaque foi para a dupla Jorge e Delfina, que apadrinham cinco e três membros, respectivamente, das referidas senzalas. Calisto e Silvéria, casal pertencente à Felix Manoel Rodrigues. A dupla também teria apadrinhado duas crianças de posse de Manoel Rodrigues da Costa. Nazária, propriedade de Manoel Rodrigues, é madrinha de Maria, filha do referido casal de Felix Manoel. Dessa forma, a descoberta sugere intensa conexão entre ambos os grupos.

Organograma 1 – Rede de apadrinhamento formada entre escravizados de escravarias distintas da freguesia de N.S. das Neves. 1857-1871.



Fonte: LADOCH – APNSN: Livros de Batismo: V, fls. 27/26; VII, fls. 22, 34, 50, 78v, 89v, 103, 125, 137, 138, 160v, 168, 184v.

No organograma constam sete famílias: três da escravaria de Felix Manoel, quatro referentes a de Manoel Rodrigues. O casal Vicente e Francisca, pertencente ao primeiro senhor, não teve o matrimônio registrado na documentação. Suas filhas Jesuína, Romana, Fé e o menino Lúcio nasceram em intervalos regulares de três anos a partir de 1860, quando nasceu a primeira filha listada. Bento, João e Jorge, sendo o último para duas filhas, figuram entre os compadres do casal. Delfina, Felícia e Francisca são as madrinhas

de seus filhos. Bento e Francisca apadrinham, além de Lúcio, Carolina, filha de Calisto e Silvéria.

Sobre esse casal, os registros informam que a união legítima ocorreu em 31 de julho de 1855.³⁸⁶ O primeiro registro filho veio após a cerimônia. Torquato nasceu provavelmente em 1858, porém, morreu um ano depois de moléstia interior.³⁸⁷ Em seguida, vieram as que constam no esquema acima. Cecília, Galdina, Maria, Caridade, Carolina, todas nascidas em intervalos regulares de dois anos a partir de 1861, exceto a última, nascida em 1870, três anos após sua irmã mais próxima. Jorge e Delfina também foram compadres do casal. O primeiro de duas filhas e a segunda de uma. Entre os padrinhos, Cândido e João também estiveram presentes. Francisca, Claudiana e a já citada Nazária foram as outras comadres, lembrando que a última era escrava de Manoel Rodrigues.³⁸⁸

Na sequência, Feliciano teve registro apenas de uma filha. Esperança nasceu em 1866, assim como Fé, filha de Francisca e Vicente. Ambas tiveram Nossa Senhora como sua madrinha. Os nomes, bem como a madrinha santa, são indicativos de que, provavelmente, se trataram de partos difíceis, com sérios riscos à mãe e à criança. Como padrinho, o influente Jorge foi escolhido. Para situar a compreensão dessas preferências, Faria explica que

O apadrinhamento de crianças era, em relação às madrinhas, quase sempre feito por vizinhas, quase sempre parentes consanguíneas ou rituais dos batizando. Os padrinhos, por outro lado, eram selecionados num meio diferente daquele dos pais, que tentavam garantir para os filhos um apadrinhamento social, onde as figuras de maior vulto de seu conhecimento eram recrutadas para pais espirituais de criancinhas. Madrinhas garantiam uma solidariedade de vizinhança, ajudando as mães na criação dos filhos.³⁸⁹

Conforme visto, havia um significado especial ao dedicar às santas o papel de madrinhas. Por conta da hipótese de se tratar de um parto difícil, a escolha de Jorge como

³⁸⁶ LADOCH – APNSN: Livro de Casamento I, fls. 184.

³⁸⁷ LADOCH – APNSN: Livro de Óbito III, fls. s/n.

³⁸⁸ A afirmativa de João ser padrinho de três crianças pode ser duvidosa. O nome era popular, o que facilitaria a existência de homônimos. Entretanto, a consideração foi feita em favor de ser o mesmo indivíduo.

³⁸⁹ FARIA, *A colônia em...* p. 385; Cf. KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). Estudos Afro-Asiáticos*. nº 20. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, 1991, p. 230; PRIORE, Mary Del. *A maternidade da mulher negra no período colonial brasileiro. Cedhal-USP*. nº 4. São Paulo, 1989.

padrinho soa coerente, uma vez que a possível problemática encarada poderia ter socorro material e/ou espiritual por meio da escolha do compadre.

Em relação a escravaria de Manoel Rodrigues da Costa, não houveram nascimentos fruto de uniões legitimadas pela Igreja, fator que não sinaliza para a instabilidade dessas famílias. Benvinda foi mãe de duas crianças, Tomás e Marcelino, nascidos em 1870 e 1871. O primeiro foi apadrinhado por Benedito e Nossa Senhora, o segundo teve Calisto e Silvéria como parentes espirituais. Essa situação indica, para além da conexão entre a mãe e o casal, que havia possibilidade de conexões de maior alcance, viabilizadas por meio das relações diretas ou indiretas com a rede de sociabilidade da qual o casal de compadres fazia parte.

A análise das relações tecidas por Feliciano contribui à ideia de estabilidade no cativeiro, uma vez que foi mãe de cinco filhos, infelizmente, sem informação sobre o pai. Sivílio, Virtulino, Amélia, Fé e Januário nasceram com menor regularidade em relação aos filhos dos casais acima. Os nascimentos foram nos anos de 1857, 1859, 1865, 1867 e 1871, respectivamente. Entre os compadres, o casal Jorge e Delfina figuram novamente, sendo a última aparição deles entre os assentos. Calisto e Silvéria, da escravaria “vizinha”, se apresentam como padrinhos novamente. Maria e Manuel, Cristina e Francisco e Protetora Nossa Senhora são os padrinhos e madrinhas restantes, sem aparente relação com o restante do grupo.

Domingas e Nazária são as duas mães da senzala do proprietário Manoel Rodrigues que contam apenas com um filho cada. Silvestre, filho da primeira, nasceu em 1857 e teve como parentes espirituais os escravos o par Cristina e Francisco, assim como Sivílio, filho de Feliciano nascido no mesmo ano. Já a filha da segunda foi Maria, nascida em 1865. Seus padrinhos foram Fabiana e Sebastião. Provavelmente, poderia haver algum tipo de relação indireta entre os demais compadres e o casal Calisto e Silvéria, uma vez que Nazária foi madrinha de um dos seus filhos.

Portanto, a partir da observação, soa lícito propor que os escravizados faziam parte de uma teia complexa. Esses laços, possivelmente, se estenderiam muito além do que se pode observar, pois imagina-se que os dados dos registros paroquiais são capazes de mostrar apenas a ponta do *iceberg* das relações de sociabilidade tecidas entre os escravizados, sejam essas horizontais ou verticais. É válido supor que, pela regularidade dos nascimentos, os cativos tenham sido incentivados pelos seus senhores para além das suas vontades próprias de construir família. Além disso, soa coerente afirmar que seriam

os próprios escravos os responsáveis pelas escolhas de apadrinhamento, dentro dos limites da condição que lhes era imposta.

Para melhor situar o universo em que essas famílias escravas se inseriam, houve a necessidade de explorar a documentação para captar as possíveis relações formadas por seus proprietários, a começar por Felix Manoel Rodrigues. O escravista provavelmente foi um militar, pois teve a patente de “alferes” identificada um registro de batismo, o de Caridade, filha de Calisto e Silvéria. Mas apenas nesse. No restante da documentação, a patente não foi colocada à frente do nome. Em consulta ao *Almanak*, foi confirmado seu envolvimento com questões militares ao ser, nos anos de 1860 e 1861 o quarto substituto do subdelegado de N.S. das Neves. Entre 1862 e 1864, Felix Manoel foi segundo substituto à mesma função. Após as datas, não foram constatados outros tipos de compromissos militares de sua parte.³⁹⁰

O proprietário também teve registros de sua participação no comércio e agricultura da freguesia. Em 1854 e 1855, Felix Manoel foi anotado como negociante e, após sete anos sem constar nenhum tipo de atividade econômica, o senhor retorna ao *Almanak* em 1862 e permanece até 1871 como fazendeiro de café.³⁹¹ Dessa forma, percebe-se que o escravista teve grande participação na vida econômica e política da freguesia, provavelmente sendo alguém pertencente aos círculos de influência da localidade, mas não os mais altos.

Além dos apadrinhamentos cruzados, a interseccionalidade das escravarias também se comprova a partir dos batismos de três das suas escravas: Galdina, Romana e Maria. Todos foram realizados no oratório privado de Manoel Rodrigues da Costa.³⁹² Além desses, houveram outros dois, referente às batizadas Fé e Esperança, feitos no oratório do Doutor Salvador Joaquim Ferreira.³⁹³

Sobre Manoel Rodrigues da Costa, foram poucos os registros encontrados em seu nome no *Almanak*, não sendo possível traçar um comparativo justo entre esse e Felix Manoel, a respeito do grau de envolvimento na sociedade nevensense. É apenas entre os anos de 1868 e 1870 que o senhor figura na seção de fazendeiros de café de N.S. das Neves.³⁹⁴

³⁹⁰ *Almanak Administrativo, Mercantil...* Seção “Província”, Município de Macaé, Freguesia de N.S. das Neves, 1860-1864.

³⁹¹ *Almanak Administrativo, Mercantil...* Seção “Província”, Município de Macaé, Freguesia de N.S. das Neves, 1854-1871.

³⁹² LADOCH – APNSN: Livro de Batismo VII, fls. 78-78v, 89v e 103.

³⁹³ LADOCH – APNSN: Livro de Batismo VII, fls. 138.

³⁹⁴ *Almanak Administrativo, Mercantil...* Seção “Província”, Município de Macaé, Freguesia de N.S. das Neves, 1868-1870.

Porém, ao fazer a busca sobre suas possíveis ligações por meio do compadrio, os resultados mais estimulantes. Em especial um deles, que merece atenção.

Praticamente todos os batismos em que Manoel Rodrigues da Costa participou foram de livres. Inclusive, Manoel Rodrigues da Costa Junior apadrinhou uma criança livre em conjunto com a esposa de Felix Manoel, Dona Mariana Rosa da Conceição Rodrigues.³⁹⁵ Ao analisar a documentação, não foi possível estabelecer uma relação direta entre Manoel Rodrigues da Costa Júnior e Dona Mariana Rosa da Conceição com Manoel Rodrigues da Costa. Entretanto, devido aos sobrenomes, talvez sejam parentes próximos.

De todos os apadrinhamentos do senhor, somente em um foi constatado o envolvimento no universo dos escravizados. Tratava-se do apadrinhamento de Angélica, batizada em 16 de outubro de 1853, alforriada na ocasião. A mãe era Marcelina, escrava do finado Antônio José Ribeiro de Mesquita; o pai era o livre Salustiano José Ribeiro Mesquita, provavelmente familiar do falecido senhor de Marcelina.

Vale frisar que esse tipo de registro não é comum de ser encontrado. No registro de Angélica, o motivo da alforria está claro: o padrinho da inocente, no ato do batismo, apresentou uma carta de Antônio da Souza e Silva, testamenteiro e tutor dos órfãos de Antônio José Ribeiro de Mesquita. O documento informa ter o “dito Sr. Souza e Silva alcançado do Juiz dos Órfãos licença para libertar a criança”.³⁹⁶ Dado o contexto, foi de interesse buscar os possíveis compadres que Salustiano José poderia ter. A descoberta foi de que todos os compadres do pai de Angélica eram escravos, numa lógica inversa a todos os outros atores não-escravizados analisados.

Foram contabilizados oito batismos em que Salustiano José Ribeiro de Mesquita foi padrinho: seis foram realizados no oratório particular de Geraldo José Ribeiro, um no de Manoel Rodrigues, e outro na paróquia de N.S. das Neves. Sendo assim, imagina-se que Geraldo José Ribeiro possa ser algum familiar próximo que, por sua vez, está conectado à teia que está sendo delimitada. Desses batismos, Dona Umlerlina Francisca de Campos, que se tornou esposa de Salustiano um ano após o ocorrido,³⁹⁷ configurou-se como madrinha em cinco. Dos escravos batizados, cinco eram propriedade do Doutor Salvador Joaquim Ferreira, dois eram de Geraldo José Ribeiro, e o último de José Ribeiro

³⁹⁵ LADOCH – APNSN: Livro de Batismo V; fls. 6; Marianna, branca, livre; Livro de Casamento II, fls. 6-6v. Data do Matrimônio: 27/06/1857.

³⁹⁶ LADOCH – APNSN: Livro de Batismo IV, fls. 45v-46.

³⁹⁷ LADOCH – APNSN: Livro de Casamento I, fls. 179.

Mesquita. Dos que eram propriedade de Salvador Joaquim, todas as cerimônias foram feitas no oratório de Geraldo José.

Imagina-se válido suspeitar que, talvez, José Ribeiro se trate do próprio Salustiano José Ribeiro, uma vez que o nome padrinho de um escravo de José Ribeiro de Mesquita foi registrado como “José Roberio”, sem estatuto jurídico, e a madrinha era Dona Umlerlina, esposa de Salustiano. Provavelmente, se trate de algum familiar próximo ou escravo alforriado. Freire alerta sobre essa possibilidade, pois “era costume dos libertos e, até mesmo dos livres pobres a adição ao seu nome do sobrenome de seus ex-proprietários ou senhores”.³⁹⁸ Uma hipótese mais difícil seria o caso de se referir ao próprio Salustiano José. Entretanto, outros indivíduos de sobrenome “José Ribeiro” foram identificados nas fontes.

Em consulta às possíveis relações de apadrinhamento de Geraldo José Ribeiro e de Salvador Joaquim Ferreira, não se verificou apadrinhamentos verticais. Além disso, pouca foi a participação em batismos de livres, sendo o primeiro padrinho de duas crianças, e o segundo de apenas uma. Em contrapartida, Felix Manoel Rodrigues e Manoel Rodrigues da Costa foram padrinhos de 12 e 7 crianças, respectivamente, no intervalo entre 1855 e 1870. Todos eram filhos de não-escravizados, exceto um, de Manoel Rodrigues, que se refere ao caso de Angélica. Dona Mariana, esposa de Felix Manoel, também participa de 11, dos quais seis foram em par com seu esposo.³⁹⁹

A proximidade entre algumas das fazendas citadas foi confirmada ao investigar os registros paroquiais de terra realizados no período entre 1855 e 1856. A propriedade de Geraldo José Ribeiro fazia testada com as terras de Salvador Joaquim Ferreira. Em outra parte, pelo lado norte, essas terras encostavam nas do falecido Antônio José Ribeiro de Mesquita (provável familiar de Geraldo José e Salustiano José). Pelo lado direito, as terras de Januário de Souza Machado faziam divisa com as de Salvador Joaquim. O destaque a propriedade desse senhor se dá porque, no registro, informa-se que o dito comprou sua posse de Manoel Rodrigues da Costa.⁴⁰⁰ A suposição é a de que Manoel Rodrigues tenha vendido parte de suas terras e ainda tenha continuado nas proximidades.

Embora não haja nenhum registro direto das propriedades de Felix Manoel Rodrigues e de Manoel Rodrigues da Costa, imagina-se que suas posses estavam próximas o suficiente para permitir o contato entre seus escravos. Não foi possível

³⁹⁸ FREIRE, *Escravidão e família...* p. 195.

³⁹⁹ LADOCH – APNSN: Livros de Batismo IV, V e VI.

⁴⁰⁰ APNSN – RPT, nº 39 (Januário de Souza), 115 (Geraldo José), 292 (Salvador Ferreira).

estabelecer conexões entre escravarias de Salvador Ferreira, com 19 batismos em seu nome, e Geraldo José, com 10, às dos escravistas, no que tange ao apadrinhamento. Homônimos existiram, mas a falta de identificação sistemática⁴⁰¹ do senhor dos padrinhos impossibilitou demais observações.

Dentre as informações colhidas sobre o tema, vale ressaltar o que foi dito anteriormente, referente ao batismo de um cativo de Geraldo José foi feito no oratório de Manoel Rodrigues.⁴⁰² Do mesmo modo, os cinco outros batismos que Salustiano José Ribeiro foi padrinho de escravos de Salvador Ferreira, se realizaram no oratório de Geraldo José.

Salvador Ferreira e Geraldo José estiveram presentes no *Almanak* por mais de uma década com a mesma função: o primeiro como fazendeiro de café de 1854 a 1869, e o segundo como dono de serraria de 1854 a 1866, sendo esse o último ano em que o compêndio traz informações sobre os envolvidos no corte de madeira da região. É importante lembrar que os dados para Neves aparecem a partir de 1854, sendo possível que, talvez, os envolvidos e suas famílias já estivessem atuando na localidade há mais tempo.⁴⁰³

Apesar de Faria ter informado sobre a relação entre o corte de madeira e o favorecimento, por parte dos senhores, à manutenção de famílias,⁴⁰⁴ não foi possível notar na escravaria de Geraldo José famílias escravas legítimas. Entretanto, foi observado que, dos dez escravos sob seu registro, três foram apadrinhados por uma dupla de livres, com a participação de Salustiano José em um deles. O outro teve padrinho livre e madrinha escrava.⁴⁰⁵ Entre os escravizados de Salvador Ferreira, seis foram apadrinhados por casais não escravizados. Salustiano José e sua esposa foram os padrinhos de três. Esse ainda apadrinha outros dois, sendo a madrinha escrava. No último, a madrinha é Nossa Senhora, sendo apadrinhado por outro livre. A questão sinaliza para uma possível mobilidade espacial e algumas liberdades que os pais desses escravos poderiam ter.

Na busca por mais pistas sobre qual seria o lugar social que essas famílias escravas viviam, procedeu-se a busca nos registros de óbitos. Foram constatados três óbitos

⁴⁰¹ Foi comum observar que apenas poucos escravos na posição de padrinhos e madrinhas continham informações sobre o seu proprietário. Inclusive em róis de senhores com mais de 30 escravos, apenas alguns poucos tiveram a designação.

⁴⁰² LADOCH – Livro de Batismo V, fls. 27/26. Deolinda, parda, escrava, 27/06/1857.

⁴⁰³ *Almanak Administrativo, Mercantil...* Seção “Província”, Município de Macaé, Freguesia de N.S. das Neves, 1854-1869.

⁴⁰⁴ FARIA, *A colônia em...* p. 327.

⁴⁰⁵ LADOCH – Livros de Batismo V, (nota 382); VII, fls. 81v: José, preto, escravo; fls. 82: Apolinário, preto, escravo e Angélica, preta, escrava.

relativos aos filhos de pais presentes no organograma acima. Um deles foi a do já citado Torquato, em 1859, filho de Calisto e Silvéria, propriedade de Felix Manoel. Esse foi o único óbito escravo vinculado ao senhor.

Em relação aos que estavam sob o senhorio de Manoel Rodrigues, houveram os óbitos de Emília, filha de Francisca, mãe que não consta no esquema acima desenhado, e de um inocente ainda sem nome, filho de Feliciano, mãe presente no organograma. Os falecimentos foram registrados em 1850 e 1860, respectivamente.⁴⁰⁶

Outros óbitos de cativos sob a propriedade desse escravagista também foram registrados. Firmino, Antônio e Raphael, todos eram adultos. O primeiro tinha entre 30 e 40 anos quando faleceu, em 1856, de cólera. Antônio, de 30 anos, foi morto “debaixo de um roçado” no mesmo ano, segundo o registro. O último tinha 25 anos e morreu de cólicas em 1860.⁴⁰⁷ Não foi possível observar relação entre esses e os escravizados analisados no organograma.

Como balanço da avaliação micronominal realizada, alguns pontos merecem atenção. Embora as estatísticas apontem para uma maior segregação entre livres e escravizados, situação que levou ao desenvolvimento de hierarquias mais rígidas na segunda metade do XIX, conforme aponta Faria,⁴⁰⁸ o cenário observado nas fontes sugere que a realidade social das escravarias nevenses, ao menos no terceiro quarto do XIX, pudessem ser mais dinâmicas e fluidas quando reduzida a escala de observação.

O cenário econômico verificado no primeiro capítulo, que aponta para maior diversidade da produção agrícola, somado ao debate sobre as implicações de uma possível maior quantidade de senhores de poucas fortunas, e a consequente possibilidade de fragmentação da propriedade agrícola, soam como fatores de que o exemplo extraído poderia não ser um caso isolado. Com essa afirmativa, não se pretende generalizar o panorama analisado, mas sim, evocar a possibilidade de um possível alargamento da prática à outras propriedades. Análises com escopo documental além dos registros paroquiais ajudariam na exploração do tema a nível local.

Apesar da suposta flexibilidade das hierarquias sociais, o dado estatístico que argumenta para o oposto são as tendências de apadrinhamento observadas entre os proprietários das escravarias. Conforme visto, não foi comum entre os atores situados em patamares mais altos da hierarquia social apadrinharem escravos, exceto o caso de

⁴⁰⁶ LADOCH – APNSN: Livros de Óbitos II e III, fls. n/c.

⁴⁰⁷ LADOCH – APNSN: Livros de Óbitos II e III, fls. n/c.

⁴⁰⁸ FARIA, *A colônia em...* p. 372-373.

Salustiano José e Umberlina Campos. Entretanto, a observação da preferência de livres em apadrinhar crianças do mesmo *status* social não é uma novidade nos estudos sobre o tema, sendo observada desde períodos anteriores aos aqui analisados.

Em relação a uma área de fronteira na região sudoeste do Rio Grande do Sul durante a primeira metade do XIX, Luis Augusto Ebling Farinatti sinaliza que assim “como ocorria em outros lugares, a prática de compadrios simétricos ou verticais para cima fazia com que pessoas que estivessem nas posições mais altas da hierarquia social atraíssem esse tipo de relação”.⁴⁰⁹ O autor ainda atenta ao fato de que, por tratar-se de área de fronteira, os campeões de batismo eram oficiais milicianos, ocupantes de cargos civis e grandes estancieiros, uma vez que “a guerra, o exercício do poder militar e do poder civil, o parentesco, a capacidade de dispensar proteção e acesso a recursos materiais”⁴¹⁰ se configurariam em fatores fundamentais para a escolha dos padrinhos.

Conforme visto, entre o Alferes Felix Manoel e Manoel Rodrigues, aquele que possuía patente militar foi o que mais apadrinhou. Não é possível estabelecer uma relação de causalidade entre os eventos, embora seja fato que, ao analisar o gráfico 5, relativo aos senhores com mais de dez escravos vinculados ao seu nome, há a presença de outros nove militares em patentes de comando. Além dos verificados nesse grupo, existem outros militares no grupo com nove ou menos escravos batizados. Não se procedeu a investigação sobre a relevância do simbolismo militar na área, embora soe como algo que possa ter algum valor social na localidade, visto que, um dos maiores escravistas observados, com 62 batismos em seu nome, é o Major José Domingos de Oliveira Maia.

De forma geral, o que se percebe é a continuidade, no tempo, de uma estrutura organizacional dos grupos escravos com aparente estabilidade. Em ambas as escravarias, o intervalo de nascimentos respeita intervalos de no mínimo 1 ano e no máximo 5 anos. Provavelmente, esses escravizados tiveram acesso amplo a uma rede de sociabilidade que se estendia para além das duas escravarias analisadas, considerando a relação indireta dos seus senhores com os outros atores livres analisados.

⁴⁰⁹ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Padrinhos preferenciais e hierarquia social na fronteira sul do Brasil (1816-1845). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. *História social em registros paroquiais: Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 143.

⁴¹⁰ FARINATTI, *Padrinhos preferenciais e...* p. 143.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XIX foi um período de grandes transformações no cenário social, econômico e político da sociedade brasileira, principalmente no que tange ao universo escravo, pilar da produção econômica nacional. Especificamente na segunda metade da centúria, houveram acontecimentos muito significativos, que promoveram alterações estruturais na organização social brasileira.

A freguesia de Nossa Senhora das Neves, maior produtora de gêneros agrícolas do município de Macaé, viu seu apogeu e crise durante esse mesmo século. Durante as décadas de 1830 e 1840, período marcado pela chegada de enormes levas de africanos escravizados ilegalmente, muitas fortunas foram construídas. Porém, os anos seguintes se mostrariam mais desafiadores aos detentores da propriedade escrava. A partir da segunda metade da centúria, o fim definitivo do tráfico transatlântico em 1850 e as leis abolicionistas que entraram em vigor a partir da década de 1870 assinalaram para o fim de um modo de produzir que, à época, já se mostrava insustentável para alguns olhos atentos ao futuro que não tardaria a chegar.

Em relação aos efeitos da entrada de africanos ilegais pelos portos clandestinos da costa macaense, é interessante lembrar que o estabelecimento local dos escravos estrangeiros obrigou a adaptação não só dos que chegaram, mas também dos estabelecidos. Conforme visto, a divergência crioulos *versus* africanos foi considerada como um dos problemas à construção de redes de sociabilidades sólidas entre escravizados. Apesar disso, o resultado observado em Neves foi o de uma comunidade escrava aparentemente forte, estável, que tendia à sua reprodução no tempo.

Observou-se que a maior parte dos escravos que desembarcaram na região eram de Angola e Moçambique, localidades onde viviam povos de culturas não tão diferentes das que se conhecia em solo macaense. Isso pode ter sido um fator de grande importância na compreensão de como os laços familiares poderiam ter sido viáveis no conjunto da população escravizada.

Nesse sentido, a análise dos resultados não demonstra ter havido grandes dificuldades de adaptação desses escravizados. Supõe-se que seriam duas as principais causas para isso: 1) a baixa designação de escravos de nação na documentação – que poderiam estar ligados ou à diluição dessas nacionalidades no registro devido ao perfil demográfico majoritário de estrangeiros, fator que poderia levar o vigário a não registrar

um fato tão cotidianamente comum, ou a não anotação consciente, que visava proteger o escravista de estar cometendo um crime – 2) a manutenção da estrutura de compadrio que, desde o início do XIX, e apesar de todas as mudanças que se deram ao longo do período, parece ter se mantido firme durante todo o século.

Neves, desde o seu início, foi uma freguesia de grandes propriedades. Contudo, no período analisado, observou-se fortes indícios de que essa realidade poderia ter se alterado. Apesar da hegemonia do café, a economia da freguesia parece ter caminhado rumo à diversificação, tendo em vista a elevação das exportações de gêneros variados. Essa característica pode ser indicativa de alterações no perfil socioeconômico e, possivelmente, colaboraram para transformações nesta área. A produção de gêneros diversos, diferentemente da monocultura cafeeira chefiada pelos grandes barões, tinha como característica ser feita por pequenos produtores.

Os registros paroquiais mais uma vez se mostraram incrivelmente eficientes à tarefa. A partir da serialização, a criatividade do pesquisador, a demanda que a produção exige e a obediência a um método se constituem nas únicas regras para a sua utilização. Apesar disso, há de se considerar, com toda a certeza, os limites da documentação. Registros paroquiais são apenas fotografias de um determinado período da vida de um sujeito. São extremamente datados.

Esses limites, com toda certeza, podem ser superados por sua capacidade de enveredar caminhos e iluminar aspectos escondidos da sociedade. A partir das hipóteses que os registros paroquiais suscitam, seja no levantamento estatístico ou na análise microscópica, é possível proceder a verificações mais sucintas, balizadas por meio de cruzamentos com fontes diversas, que confirmam ou não as tendências verificadas.

Diferentemente do perfil observado para a primeira metade do XIX, o recorte dessa pesquisa percebeu o alto grau de batismos ilegítimos para o período. Uma inversão brusca em relação ao período anterior. Muitos autores sinalizam que essa característica marcou período em diversas regiões, devido a mudanças causadas pelo movimento abolicionista. Apesar disso, outros enfatizam que circunstâncias específicas de cada localidade teriam maior poder para influenciar o comportamento social.

Neves, com seu desenvolvimento misto entre a economia de subsistência e a exportação de gêneros de primeira ordem à Corte, teve, com toda certeza, características próprias que influenciaram as métricas observadas. A comunidade escrava que antes se envolvia, primordialmente, com o corte de madeira, agora plantava para si e para o lucro dos seus proprietários. Entretanto, a maior parte desses eram tão despossuídos que as

vezes dividiam o mesmo escravo para o trabalho. Imagina-se, ainda, ter havido uma grande massa que, provavelmente, vivia distante do acesso à mão de obra escrava.

O matrimônio entre cativos, frequentemente considerado como problema para os senhores devido às imposições da Igreja quanto ao livre manejo de sua propriedade, teve, com toda certeza, um desenho específico na freguesia. É possível que o tráfico ilegal, bem como as mudanças no perfil econômico durante o século, foram fatores fundamentais para a queda no registro de uniões legítimas. No entanto, isso não anulou a impossibilidade de relações familiares que, conforme observado no Capítulo III, se estenderam muito além dos vínculos de consanguinidade.

Contribuir para a ciência histórica, tendo como pano de fundo o município de Macaé foi um grande desafio. As fontes documentais são escorregadias, e o próprio processo de catalogação pode ser considerado um dado historicizável. Adaptações de nomes, interpretações da paleografia, inconsistências no registro dos párocos... Uma dissertação inteira pode ser construída tendo como foco o processo de manipulação documental. Ainda sim, considerações relevantes puderam ser levantadas.

A freguesia de Nossa Senhora das Neves, sem dúvida, foi um lugar transformado pelos impactos do fim do tráfico negreiro. Sua localidade compreendeu grandes escravistas envolvidos com a problemática, muitos com ligações fortes ao circuito administrativo do Império. Nos óbitos, africanos livres foram observados. Mesmo que o envolvimento desses não tenha sido explorado pela investigação, sua presença é mais um indício de como a localidade mudou com a descentralização dos desembarques.

O estudo sobre o compadrio comprovou a efetividade da comunidade escrava no sentido de construir laços para viver com um mínimo de dignidade. Na primeira metade do século, a forte presença de padrinhos escravos foi notada, quando a realidade era de grandes propriedades. No entanto, quando a paisagem se transforma para a de uma localidade com muitas pequenas propriedades, notou-se que a tendência se manteve forte, com a maior parte dos padrinhos de crianças escravas sendo escravizados. É importante lembrar que, de acordo com o Censo de 1872, boa parcela de livres foi considerada de cor. Imagina-se, portanto, que o fortalecimento da(s) comunidade(s) escrava(s)⁴¹¹ pode ter sido ainda maior que o imaginado.

⁴¹¹ Faria e Brügger explicam, com base em diversos autores, que há certa dificuldade para estabelecer um sentido claro à ideia de comunidade escrava, visto que, por muitas vezes, o grupo se mostrou heterogêneo. Portanto, considera-se pertinente o uso do plural, pois, talvez, muitas comunidades que hora se aproximavam, hora se afastavam, poderiam viver sob o mesmo território. Cf. FARIA, *A colônia em...* p. 335; BRÜGGER, *Compadrio e escravidão...* p. 5.

Em relação à composição do compadrio, verificou-se que não se tratava apenas de padrinhos cativos: a maior parte formava um par cativo, o que indica, além da costumeira noção de importância do padrinho, a ideia de que madrinhas, no período, seriam tão importantes quanto padrinhos. Essa informação pode sustentar, inclusive, a manutenção da importância que mulheres tinham em algumas comunidades da África Centro-Occidental.

Por fim, a investigação micronomial foi capaz de iluminar relações significativas ocorridas nas senzalas. Mais do que isso, permitiu supor a existência outras possíveis redes de sociabilidade, mais alargadas, que se estendiam no sentido da conexão entre escravarias. Em contrapartida, a análise estatística mostrou o potencial de dispersão dos padrões observados no “microscópico”, fator que atesta para a necessidade de pesquisas que envolvam ambas as esferas, tendo em vista a complementação que uma faz sobre a outra. Resultados estatísticos são, por natureza, generalizados. A visão afunilada sempre tende a revelar nuances fora dos padrões observados nas séries.

Imagina-se que o trabalho contribuiu à observação do evoluer demográfico de Macaé numa perspectiva ampla, que privilegiou tanto o modo como a conjuntura socioeconômica agiu sobre as relações sociais dos escravizados, quanto a ação dos cativos sobre aquilo que lhes era possível. A luz proporcionada pela pesquisa foi essencial para a consolidação do que já se sabe sobre os estudos familiares brasileiros: são complexos, dificilmente generalizáveis até em um mesmo recorte espacial e temporal, de modo que manifestam a unicidade de cada arranjo social.

Nesse sentido, como consideração final deste estudo, cabe afirmar que a população cativa estabelecida em Neves, durante o terceiro quarto do século XIX, mostrou fortes indícios ter sido sábia. Sabedoria essa que foi utilizada para aproveitar das poucas possibilidades advindas do infortúnio da escravidão para construir uma nova realidade, cuja fonte era a chama ancestral que permaneceu viva: as “esperanças e recordações”⁴¹² da população escravizada.

⁴¹² SLENES, *Na Senzala Uma...* p. 59.

FONTES

Manuscritos

LADOCH – Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora das Neves.

- Registros de Batismo: Livro III (1849-1851); Livro IV (1851-1856); Livro V (1856-1857); Livro VI (1858-1870); Livro VII de Escravos (1858-1873); Livro VIII (1870-1872).
- Registros de Casamento: Livro I (1848-1855); Livro II (1856-1858).
- Registros de Óbito: Livro II (1847-1859); Livro III (1859-1862).
- Registro Paroquial de Terras: Livro IV (1855-1856). Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=REG_TERRA3&pagfis=4502. Acesso em 12 mar 2023.

Impressos

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Organizado e dirigido por Eduardo Laemmert. Rio de Janeiro. 1850-1871. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Acesso em: 05 jun 2022.

CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a história da Capitania de São Thomé. Campos dos Goytacazes: Typographia e Lithographia de Silva, Carneiro & Comp. 1888.*

IBGE. *Recenseamento Geral do Império de 1872. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brasil%201872.pdf. Acesso em: 12 set 2022.*

LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.*

PIZARRO E ARAUJO, José de Sousa Azevedo. *Memorias históricas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Tomo V, Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1820. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>. Acesso em: 20 out 2021.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1941.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos até o presente*. Lisboa: Na Typographia de M.P. de Lacerda. Tomo I e II. 1823.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, 2007. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/574174>. Acesso em: 20 de jan de 2022.

Digitais

DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 03 abr 2023.

ELTIS, David et al. *The Trans-Atlantic Slave Trade Database – Voyages*. Disponível em: <http://slavevoyages.org/voyage>.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. *Anais do XIII Encontro Regional de História*. UFRRJ/Seropédica, 2008.

ALMEIDA, Angela Mendes. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Mendes; CARNEIRO, Maria José; PAULA, Silvana Gonçalves (Orgs.). *Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ. 1987.

ALVARENGA, Felipe de Melo. *De Terras Indígenas à Princesa da Serra Fluminense: o processo de realização da propriedade cafeeira em Valença (Província do Rio de Janeiro, Século XIX)*. Dissertação de Mestrado. 250 p. Campinas: UNICAMP. 2019.

AMANTINO, Marcia. Macaé nos séculos XVII e XVIII: catolicismo e povoamento. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis. (Orgs.). *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

_____; CARDOSO, Vinicius Maia. A Lei de fim do tráfico negreiro de 1831 e os registros de batismos de escravizados em Cachoeiras de Macacu, 1820-1840. *Revista História, Histórias*. ISSN 2318-1729, pp. 46-75, vol 11, nº 21, jan./jun. 2023.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé (1852-1888)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Severino Sombra, 2006.

ARISTÓTELES. *A Política*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil Colonial*. Terra Livre – AGB. São Paulo. nº 10. p. 23-78, jan-jul 1992.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho-2011.

BARSTED, Leila Linhares. Permanência ou Mudança? O discurso legal sobre a família. In: ALMEIDA, Angela Mendes; CARNEIRO, Maria José; PAULA, Silvana Gonçalves (Orgs.). *Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRJ. 1987.

BARREIROS, Daniel de Pinho. Sistemas agrários na Velha Província: O processo de transição para o trabalho livre sob o signo da Modernização Conservadora (1850-1888). *Topoi*, v. 9, n. 17, pp. 22-44, jul-dez 2008.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *Locus: Revista de História*, v. 3, n. 1, 11. 1997.

_____. Família escrava e reprodução natural em Catas Altas do Mato Dentro (MG), séculos XVIII e XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, pp. 135-166. Ano 26, n. 1, 2004.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*. Caxambú, setembro de 2004.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Locais de sepultamentos e escatologia através de registros de óbitos da época barroca: A freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. *Varia História*, nº 31, p. 159-183, jan 2004.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronald (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. p. 76-96. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal. *Caderno de Pesquisa*. n. 37. São Paulo, 1981.

COSTA, Iraci Del Nero. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *Revista de História*, v.1, n.1, p.46-54. 1990.

_____; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17(2): pp. 245-295, maio/ago. 1987.

EISENBERG, Peter. Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX. *Estudos Econômicos*. n. 17, v. 2, p. 175-216, maio/ago. 1987.

_____. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora UNICAMP. 1989.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

FARIA, Rosani Freitas. Criar laços para viver juntos: *A constituição de famílias entre os escravos de Vitória, 1850-1871*. (Dissertação de Mestrado). 174 p. Vitória: UFES, 2013.

FARIA, Sheila de Castro; SLENES, Robert. Família escrava e trabalho. *Tempo*. v. 3. n. 6. Dez 1998.

_____. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronald (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. p. 76-96. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIA, Teresa Peixoto. Gênese da rede urbana das regiões norte e noroeste fluminense à luz do relatório do engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. *Anais do X Encontro Nacional da Anpur*. Belo Horizonte. 2003.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Padrinhos preferenciais e hierarquia social na fronteira sul do Brasil (1816-1845). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. *História social em registros paroquiais: Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre*. Dissertação Mestrado - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____; MACHADO, Cacilda. Famílias e mercado: tipologias parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (Séc XIX). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 51-70, 2000.

_____. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; et. al. *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FRANCO, José Eduardo. O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil. *Cadernos IHU Ideias*. Ano 13, nº 220, vol. 13, 2015.

FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A antiga Macaé*. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/historia>. Acesso em: 16 jan. 2023.

_____. *A morte contra a vida: sentenciamento, assassinatos e sepulturas na construção da memória no município de Macaé (Rio de Janeiro, 1855-1910)*. Dissertação de Mestrado. 215p. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. 2009.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4ª edição. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FRANCO, Renato; CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do batismo. *Varia Historia*. pp. 21-40. n. 31, janeiro, 2004.

FREIRE, Jonis; SOUZA, Jorge Prata de. O Tráfico ilícito no litoral Norte Fluminense, c.1831 - c.1858. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, Cuiabá, v. 9, p. 29-42, 2009.

_____. A importância das relações familiares para os projetos de liberdade na Mata Mineira oitocentista. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, v. 2, p. 41-66, 2012.

_____. Batismos mestiços: mestiçagens na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Macaé (RJ), século XIX. In: AMANTINO, Marcia; IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França (Orgs.). *Religiões e Religiosidades, Escravidão e Mestiçagens*. São Paulo: Intermeios; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

_____. *Escravidão e Família Escrava na Zona Da Mata Mineira Oitocentista*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2005.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabalde*. p. 69-81. Ano I, nº 1, maio/agosto. 1988.

GOUVÊA, Maria de Fátima. CAPÍTULO 4 – Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. pp. 33-59. São Paulo: Brasiliense, 1988.

HAMEISTER, Martha Daisson. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini (Orgs.). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. v. 2. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*. nº 20. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, 1991.

LARA, Silvia Hunold. Campos da Violência: *Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750 - 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. p.

LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro. Macaé à luz de documentos inéditos. In: IBGE. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. nº 11. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1958.

LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Petrópolis: Vozes, 2017.

LIBBY, Douglas Cole. *Nos limites do seu estado: A vida em família, rumos econômicos e jogos identitários – São José do Rio das Mortes – Séculos XVIII e XIX*. 1 ed. Belo Horizonte: Odisseia, Miguilim, 2020.

LIMA, Ivana Stolze. Sentidos da Mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele Irene. Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880. *História, Ciências, Saúde*. pp.133-152. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. In: *Boletim de História Demográfica*, ano VIII, no. 21, março de 2001. p. 2. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar47.pdf. Acesso em: 30 jan 2023.

MACHADO, Rubens da Mota. *A TERRA E SEUS MUITOS DOMÍNIOS: Senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila de Iguaçu, 1840-1880)*. Dissertação de Mestrado. 149 p. Rio de Janeiro: UFRJ/IH, 2013.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 à 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARASCHIN, Gabriel de Azevedo. A organização do espaço produtivo fluminense: a relação entre a ocupação da província do Rio de Janeiro com as vias de comunicação (1836 – 1855). *XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Anais*. Niterói: ABPHE, 2017.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Varia História*, nº 31, p. 13-20, jan 2004.

_____. *A Cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1974.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora UNICAMP, 2020.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOSO, Kátia M. Queiroz de. A opulência na Província da Bahia. In: NOVAIS, Fernando A. e ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Orgs.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MAURO, Frédéric. A conjunrura atlântica e a Independência do Brasil. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 – Dimensões*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

MESQUITA, João Marcos. Portugueses no tráfico ilegal de escravizados para o Brasil: os casos de Manoel Pinto da Fonseca e José Bernardino de Sá. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 53, 2020.

MOTTA, Márcia Maria Menedes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. p. 70.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, Luis. Eduardo. A legislação pombalina e o mito da modernidade. Infância, juventude e relações de gênero na história da educação: *VIII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*. São Luis: EDUFMA, 2010.

OLIVEIRA, Thiago Alvarenga de. *A Caixa Econômica da Corte: desenvolvimento, centralização e expansão da poupança brasileira (1861-1889)*. 412 f. Tese de Doutorado. Niterói/Murcia: Universidade Federal Fluminense/Universidad de Murcia, 2020.

PENHA, Ana Lúcia Nunes. Nas águas do canal. *Política e poder na construção do canal Campos – Macaé. (1835-1875)*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

_____. Tortuosos caminhos: obras públicas provinciais eo difícil escoamento das mercadorias de Cantagalo, Campos dos Goytacazes e Macaé para o Rio de Janeiro (século XIX). p. 524-544. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

_____. O Barão da Póvoa do Varzim: atividades creditícias e negócios em Macaé na segunda metade do século XIX. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto. *História social em registros paroquiais: Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 171.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos; PESSOA, Thiago Campos. Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praiheiros no tráfico ilegal de africanos para o Sudeste brasileiro (c.1830 – c.1860). *Estudos Históricos*. vol. 32, nº 66, p. 79-100, jan-abr, 2019.

PESSOA, Thiago Campos. Sobre o que se quis calar: o tráfico de africanos no litoral norte de São Paulo em tempos de pirataria. *História (São Paulo)*, vol. 39, UNESP, 2020.

PETIZ, Silmei Sant’Ana. Enfermidades de escravos: contribuições metodológicas para estimativas da mortalidade (Rio Grande de São Pedro, 1790-1865). Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas. *XII Encontro Regional de História – ANPUH-RJ*. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/47VEliM>. Acesso em 15 nov 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 21ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRADO, Danda. *O que é família?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

PRIORE, Mary Del. A maternidade da mulher negra no período colonial brasileiro. *Cedhal-USP*. nº 4. São Paulo, 1989.

RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas: O lugar do batismo e do compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia Historia*. pp. 41-68. n. 31, janeiro, 2004.

RANKE, Leopold Von. *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*. T. 33. Leipzig: Duncker & Humblot, 1867-1890.

REIS, João José. *A Morte é Uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: DIFEL. 1989.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Preços de escravos em campinas no século XIX. *História Econômica & História de Empresas*, pp. 85-123, vol. 20, nº 1, 2017.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1990.

SAMARA, Eni. de Mesquita. *As Mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo. Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos*. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFF. Niterói, 1994.

SANTOS, Fábio Francisco dos. *Os laços de compadrio entre a população escrava de Macaé (1809-1850)*. Dissertação de Mestrado. 105 p. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, 2019.

SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *A convenção de 1817: debate político e diplomático sobre o tráfico de escravos durante o governo de D. João no Rio de Janeiro*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2007, Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2007.tde-05112007-132446>. Acesso em: 10 out 2023.

SCHETTINI, Vitória. Os Registros Paroquiais de Terra na Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita: traços de uma economia rural. In: SCHETTINI, Vitória; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; MOTA, Maria Sarita (orgs.) *Terra, Poder e Riqueza:*

estudos sobre a formação das sociedades agrárias no Sudeste do Brasil – séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Telha, 2023.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Descobrimos” as famílias no passado brasileiro. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini (Orgs.). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. v. 2. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. O marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (Orgs.). *A “Época Pombalina” no Mundo Luso-brasileiro*. p. 413-452. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yedda Leite. Região e História Agrária. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, 1995, p. 17-26.

SLENES, Robert. ‘Malungu, Ngoma vem!’ África coberta e descoberta no Brasil”. *Revista USP*, nº 12, dez./jan./fev., 1991/1992.

_____. Na Senzala Uma Flor: *Esperanças e recordações na formação da família escrava*. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

_____. Presença africana e arranjos matrimoniais entre os escravos em Campos dos Goitacazes (1790-1831). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, p. 75-90, jan./jun. 2010

SOARES, Rodrigo Goyena. Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do império. Notas preliminares sobre as classes imperiais. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 446-489, maio/ago. 2019.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul. 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THORNTON, John. *África e os africanos na formação do mundo atlântico. 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina Roma de. *Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 2006.

VELHO, Gilberto. Família e Subjetividade. In: ALMEIDA, Angela Mendes; CARNEIRO, Maria José; PAULA, Silvana Gonçalves (Orgs.). *Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRJ. 1987.

VENANCIO, Renato Pinto. “A madrinha ausente”: condição feminina no Rio de Janeiro, 1750-1800. In: COSTA, Iraci Del Nero (org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

VITÓRIA, Antônio José Vieira da Cruz. *População e escravidão na freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809-1822)*. Niterói: UNIVERSO, 2020. 142 p. – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Salgado de Oliveira. (Dissertação de Mestrado).

XAVIER, Ângela; HESPANHA, Antônio. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel (coord). *História de Portugal. O Antigo Regime*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ZAMPA, Vivian; SCHETTINI, Vitória. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro: registros paroquiais e possibilidades na pesquisa em história (séculos XVIII e XIX). *Acervo*, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 1–22, 2023. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1951>. Acesso em: 17 out. 2023.